



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE  
**COIMBRA**

## **UM MUSEU PARA A SERTÃ**

PERSPETIVAS E LEITURAS DE UM PATRIMÓNIO CULTURAL

À LUZ DO PARADIGMA NEOMODERNO

Dora Marques Vitória

Trabalho de Projeto no âmbito do Mestrado em Património Cultural e Museologia, orientado pelos Professores Doutores Paulo Jorge Marques Peixoto e João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes, apresentado ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Dezembro | 2021







# FACULDADE DE LETRAS

## UM MUSEU PARA A SERTÃ PERSPETIVAS E LEITURAS DE UM PATRIMÓNIO CULTURAL À LUZ DO PARADIGMA NEOMODERNO

### Ficha Técnica

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Trabalho de Projeto</b>
<b>Título</b>	<b>Um Museu para a Sertã</b>
<b>Subtítulo</b>	Perspetivas e leituras de um património cultural à luz do paradigma neomoderno
<b>Autora</b>	<b>Dora Marques Vitória</b>
<b>Orientador</b>	<b>Paulo Jorge Marques Peixoto</b>
<b>Coorientador</b>	<b>João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutor Francisco Paulo de Sá Campos Gil</b> <b>Vogais:</b> <b>1. Doutor António Manuel Antunes Rafael Amaro</b> <b>2. Doutor Paulo Jorge Marques Peixoto</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Património Cultural e Museologia</b>
<b>Área científica</b>	<b>Património Cultural</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	Museologia
<b>Ano</b>	2021
<b>Data da defesa</b>	14-12- 2022
<b>Classificação</b>	18 valores





FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

*Para que aquilo que ontem foi um sonho,  
hoje se torne numa realidade!*









## ÍNDICE

Agradecimentos .....	i
RESUMO .....	iii
ABSTRACT .....	iv
INTRODUÇÃO .....	1
1. A SERTÃ E A SUA HISTÓRIA.....	5
1.1. APRESENTAÇÃO.....	6
1.1.1. Passado proto-histórico, romano e árabe .....	8
1.1.2. As Ordens Religiosas: Templários e Hospitalários.....	9
1.1.3. A cultura popular .....	10
1.2. ESTADO DA ARTE MUSEOLÓGICA DO CONCELHO DA SERTÃ .....	12
1.2.1. Equipamentos existentes considerados.....	13
1.2.1.1. Núcleo Museológico e Oficina de Artesanato da Sertã .....	13
1.2.1.2. Gabinetes de Curiosidades - Museu do Clube da Sertã .....	13
1.2.1.3. Espaço de Memória do Troviscal .....	14
1.2.1.4. Centro de Interpretação de Arte Rupestre (CIAR) .....	15
1.2.1.5. Museu do Avô do Bigode .....	15
1.2.2. Equipamentos, locais e informações existentes não considerados .....	16
1.2.2.1. Atelier Túllio Victorino .....	16
1.2.2.2. Seminário das Missões.....	16
1.2.2.3. Castelo da Sertã .....	18
1.2.2.4. Registos Paroquiais.....	19
1.2.2.5. Convento de Santo António da Sertã.....	20
1.2.2.6. Padre Manuel Antunes .....	20
1.2.2.7. Casa Guimarães .....	21
1.2.2.8. Património Cultural Material e Imaterial .....	22
1.2.3. Sugestões científicas, pistas, testemunhos em defesa de espaços museológicos .....	22
1.2.3.1. Núcleo de Arte Sacra da região da Sertã.....	22
1.2.3.2. Museu Arqueológico e Etnográfico da Sertã.....	23
1.2.3.3. Outros testemunhos, relatórios, discursos e vontades populares em prol de espaços museológicos.....	23

1.3.	CONCLUSÕES.....	28
2.	PANORAMAS MUSEOLÓGICOS DA REGIÃO CENTRO E SUL .....	29
2.1.	A MUSEOLOGIA NAS COMUNIDADES ENVOLVENTES À SERTÃ.....	30
2.2.	O CASO DO MUSEU DE LEIRIA .....	36
2.2.1.	O Museu (1917 a 2015 e 2015 a 2021) .....	36
2.2.2.	O projeto museológico e museográfico .....	37
2.2.3.	Impacto e retorno no desenvolvimento da região .....	39
2.3.	O CASO DO MUSEU DE MÉRTOLA .....	40
2.3.1.	O projeto Mértola Vila Museu .....	40
2.3.2.	Estratégias de ação para o desenvolvimento .....	40
2.3.3.	Criação de Emprego.....	42
2.4.	CONCLUSÕES.....	44
3.	MUSEOLOGIA: DAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS CULTURAIS AO DESENVOLVIMENTO - tendências e desafios .....	47
3.1.	PATRIMÓNIO E POLÍTICAS PATRIMONIAIS .....	48
3.1.1.	Entidades do Património em Portugal .....	49
3.1.1.1.	Entidades Públicas .....	49
3.1.1.2.	Outras Entidades Nacionais .....	51
3.1.2.	Entidades do Património Internacional .....	52
3.1.3.	Políticas e práticas culturais portuguesas .....	52
3.2.	DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE .....	54
3.2.1.	Consciencialização da importância dos bens culturais e seus impactos .....	54
3.2.2.	O incremento da visitação no património como um ativo de desenvolvimento .....	56
3.2.3.	A sustentabilidade como imperativo de desenvolvimento.....	58
3.3.	O MUSEU: CONCEITOS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS.....	61
3.3.1.	Operacionalização do conceito Museu .....	61
3.3.2.	Correntes Museológicas .....	62
3.3.3.	Museus: Desafios da atualidade e futuro? .....	64
	Atratividade.....	65
	Futuro.....	66
	Pandemia .....	66
	Responsabilidade Social .....	67
3.4.	CONCLUSÕES.....	69

4.	O PROJETO .....	71
4.1.	METODOLOGIA.....	73
4.2.	Análise SWOT .....	74
4.3.	PROPOSTA MUSEOLÓGICA MUNICIPAL PARA A SERTÃ.....	75
	Missão e objetivos.....	75
4.3.1.	MIAS: MUSEU DA IDENTIDADE E ANCESTRALIDADES DA SERTÃ .....	76
4.3.1.1.	MIAS: Coleção de Arqueologia.....	80
4.3.1.2.	MIAS: Coleção de Arte Sacra e Cultura Religiosa .....	81
4.3.1.3.	MIAS: Coleção de Etnografia/Cultura Popular .....	83
4.3.1.4.	MIAS: Coleção de Metrologia e Secretariado .....	83
4.3.1.5.	MIAS: Centro de Interpretação do Maranhão .....	85
4.3.2.	CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO CASTELO DA SERTÃ .....	90
4.3.3.	CENTRO DE INTERPRETAÇÃO NUNO ÁLVARES PEREIRA .....	91
4.3.4.	CASAS MUSEU: TÚLLIO VICTORINO E/OU PADRE MANUEL ANTUNES.....	92
4.4.	DAS FUNÇÕES AO PROGRAMA MUSEOLÓGICO .....	93
4.4.1.	Interpretação.....	93
4.4.2.	Tratamento Museográfico e Discurso Expositivo.....	94
4.4.3.	Programação Museológica .....	94
4.4.4.	Serviços Educativos / Educação Patrimonial.....	95
4.4.5.	Reservas, Serviços de Arquivo e de Depósito .....	95
4.4.6.	Gestão integrada do museu polinucleado .....	96
4.4.7.	Mapa de pessoal e estrutura orgânica municipal para o museu .....	97
4.4.8.	Comunicação .....	97
4.4.9.	Propostas de (auto) avaliação e desenvolvimento .....	98
4.4.10.	Vantagens, pontos a melhorar e considerações finais do projeto .....	99
4.5.	FONTES DE FINANCIAMENTO, REDES E PARCERIAS.....	101
4.5.1.	Financiamento .....	102
4.5.2.	Redes e Parcerias.....	104
4.6.	CONCLUSÕES.....	105
	CONCLUSÕES GERAIS .....	108
	CONSTRANGIMENTOS E MOTIVAÇÕES .....	111
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	113
	---- ANEXOS ---- .....	122

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1. UNIDADES MUSEOLÓGICAS DA REGIÃO: POPULAÇÃO TOTAL EM 2011 E 2021 E RESPECTIVA TAXA DE VISITAÇÃO DOS MUSEUS MUNICIPAIS NOS ANOS DE 2019 /2020 .....	32
TABELA 2. UNIVERSOS DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO CULTURAL .....	50
TABELA 3. MODELO DE ESTRUTURAÇÃO DO EDIFICADO DO MIAS .....	89
TABELA 4. PERCENTAGEM DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS NA CMS EM 2019 E 2020 .....	101
TABELA 5. LINHAS DE FINANCIAMENTO AO PROJETO .....	103

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Nº DE VISITANTES DOS MUSEUS MUNICIPAIS DA REGIÃO (2019 E 2020).....	33
GRÁFICO 2. TIPOLOGIA/NATUREZA DO FUTURO MUSEU DA SERTÃ .....	206
GRÁFICO 3. POSSÍVEIS LOCAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DO MUSEU NA SERTÃ.....	207

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1. MAPA DO CONCELHO DA SERTÃ	6
ILUSTRAÇÃO 2. FACHADA DO NUMOAS	13
ILUSTRAÇÃO 3. INTERIOR DO GABINETE DE CURIOSIDADES	13
ILUSTRAÇÃO 4 INTERIOR DO ESPAÇO DE MEMÓRIA NA JUNTA DE FREGUESIA DE TROVISCAL	14
ILUSTRAÇÃO 5. SALA DO CIAR (FIGUEIREDO)	15
ILUSTRAÇÃO 6. ATELIER TÚLLIO VICTORINO	16
ILUSTRAÇÃO 7. SEMINÁRIO DAS MISSÕES	17
ILUSTRAÇÃO 8. VISTA AÉREA DA VILA COM DESTAQUE PARA O CASTELO DA SERTÃ E ZONA ENVOLVENTE	18
ILUSTRAÇÃO 9. CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DA SERTÃ (HOTEL)	20
ILUSTRAÇÃO 10. MEMORIAL AO PADRE MANUEL ANTUNES, ALAMEDA DA CARVALHA	21
ILUSTRAÇÃO 11. CASA GUIMARÃES POR VOLTA DO ANO 2000	22
ILUSTRAÇÃO 12. MAPA DOS CONCELHOS A CONTEMPLAR NA ANÁLISE MUSEOLÓGICA	31
ILUSTRAÇÃO 13. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO SECTOR PATRIMONIAL EM PORTUGAL (1929 - 2021)	49
ILUSTRAÇÃO 14. ANÁLISE SWOT DO PATRIMÓNIO CULTURAL DA SERTÃ	74
ILUSTRAÇÃO 15 - ESQUEMA DA DISPOSIÇÃO ORGÂNICA DO BAIRRO MUSEOLÓGICO - MIAS	76
ILUSTRAÇÃO 16 VISTA AÉREA DA VILA - TERRENO DE IMPLEMENTAÇÃO DO MIAS	77
ILUSTRAÇÃO 17 - EXPOSIÇÃO DE METROLOGIA, DEZ. 2017	84
ILUSTRAÇÃO 18 EXPOSIÇÃO DE SECRETARIADO, ABRIL 2018	85
ILUSTRAÇÃO 19 - FRAGMENTOS DAS ESCAVAÇÕES DO CASTELO DA SERTÃ, À GUARDA DA DRCC	90
ILUSTRAÇÃO 20 FACHADA DO NUMOAS	125
ILUSTRAÇÃO 21 INTERIOR DO NUMOAS	125
ILUSTRAÇÃO 22 FACHADA DO CLUBE ATUALMENTE	126
ILUSTRAÇÃO 23 FACHADA DO GRÉMIO SERTAGINENSE E TEATRO TASSO EM 1915	126
ILUSTRAÇÃO 24 FOTOS DO INTERIOR DO ESPAÇO DE MEMÓRIA	128
ILUSTRAÇÃO 25 INTERIOR DO ESPAÇO DE MEMÓRIA DO TROVISCAL	128
ILUSTRAÇÃO 26 TRASEIRAS DO IMÓVEL EM 2018	136

<b>ILUSTRAÇÃO 27 INTERIOR DO EDIFÍCIO - SALA PRINCIPAL</b>	136
ILUSTRAÇÃO 28 FRENTE DO IMÓVEL ANTES DA RECUPERAÇÃO	137
ILUSTRAÇÃO 29 ATELIER TÚLLIO VICTORINO (FACHADA ATUAL)	137
ILUSTRAÇÃO 30 FACHADA DO SEMINÁRIO DAS MISSÕES	154
ILUSTRAÇÃO 31 TRASEIRAS DO SEMINÁRIO DAS MISSÕES	154
ILUSTRAÇÃO 32 PARTITURA MELÓDICA DA BIBLIOTECA DO SEMINÁRIO	154
ILUSTRAÇÃO 33 INTERIOR DA BIBLIOTECA - SEMINÁRIO DAS MISSÕES	155
ILUSTRAÇÃO 34 EQUIPAMENTOS DE APOIO E SALA DE CIÊNCIAS	155
ILUSTRAÇÃO 35 - VISTA SOBRE A ZONA HISTÓRICA DA SERTÃO, COM A CASA GUIMARÃES AINDA DE PÉ	178
ILUSTRAÇÃO 36 LOCALIZAÇÃO DO MUSEU DE LEIRIA	200
ILUSTRAÇÃO 37 CONVENTO DE SANTO AGOSTINHO - MUSEU DE LEIRIA	200
ILUSTRAÇÃO 38 PORMENOR DA VILA DE MÉRTOLA	201

## ABREVIATURAS

- AGEMN** | Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (extinto)
- AHMS** | Arquivo Histórico Municipal da Sertã
- CCDRC** | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- CEIPHAR** | Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo
- CI** | Centro de Interpretação
- CIAR** | Centro de Interpretação de Arte Rupestre [da Lajeira e da Fechadura]
- CIMBB** | Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa
- CIMBSE** | Comunidade Intermunicipal da Beira e Serra da Estrela
- CIMRC** | Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
- CIMRL** | Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria
- CIMT** | Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
- CMS** | Câmara Municipal da Sertã
- CSC** | Conta Satélite da Cultura
- DGEMN** | Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (extinto)
- DGPC** | Direção Geral do Património Cultural
- DRCC** | Direção Regional da Cultura do Centro
- ICOM** | Conselho Internacional de Museus (International Council of Museums)
- IGESPAR** | Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (extinto)
- IMC** | Instituto dos Museus e da Conservação (extinto)
- INE** | Instituto Nacional de Estatística
- IPA** | Instituto Português de Arqueologia (extinto)
- IPPAR** | Instituto Português do Património Arquitetónico (extinto)
- IPPC** | Instituto Português do Património Cultural (extinto)
- MIAS** | Museu da Identidade e das Ancestralidades da Sertã
- MINON** | Movimento Internacional para a Nova Museologia
- NEMO** | Rede Europeia de Museus da Europa (Network of European Museum Organization)
- NUT** | Nomenclatura das Unidades Territoriais, para fins estatísticos
- ONG** | Organização Não-Governamental
- OPAC** | Observatório Português das Atividades Culturais
- PCI** | Património Cultural Imaterial
- PCM** | Património Cultural Material
- RPM** | Rede Portuguesa de Museus
- UNESCO** | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)



## Agradecimentos

A todos os que acreditam em mim e nas minhas capacidades, que me deram ânimo ao longo destes anos e que tornam a minha vida mais rica.

Ao meu marido, pelos momentos em que estive ausente.

À minha filha. Preparar a sua chegada proporcionou novas aprendizagens e deleite. Recebê-la e abraçar a reta final deste ciclo foi intenso, complexo e desafiante.

À minha mãe, pelo apoio incondicional.

Aos amigos que cederam informação, documentação preciosa e sugestões muito válidas.

A todos os colaboradores das instituições e entidades a quem recorri nos momentos de pesquisa.

Aos colegas de mestrado pela amizade e apoio mútuo nesta jornada.

Ao Professor Doutor João Paulo Avelãs Nunes, um inspirador infindável, o “criador” deste ciclo de estudos.

E ao Professor Doutor Paulo Peixoto, pelo humanista, mentor e exemplo que dá, o melhor orientador que podia encontrar nesta caminhada.

A todos, o meu sincero obrigado!



## RESUMO

O dealbar do séc. XXI lançou uma demanda nacional ao património da identidade, da memória e da afirmação local. Por todo o território português surgiram museus com maior ou menor capacidade de acompanhar os normativos da DGPC. A estratégia, quer pública, quer privada da Sertã não tem acompanhado essa tendência museológica.

Somente em busca do um passado *per se*, de um orgulho identitário ou de retorno financeiro? Estudos recentes começam a comprovar o valor do património e da cultura para além das suas características intrínsecas, é mensurável não só em termos do capital humano, democratizador, mas também no incremento da economia, na criação de emprego direto e indireto no turismo, no desenvolvimento local e no bem-estar e qualidade de vida das populações, tão premente nas zonas rurais, onde os saldos do crescimento populacional continuam em queda.

Aproximadamente dez mil museus acumulam experiências e vicissitudes pelo mundo fora. Entre as suas características culturais diferenciadoras, assimetrias e necessidades diversas, parece ser consensual, desde meados do século passado, a necessidade de centrar o museu no seu visitante, em detrimento de uma atenção exclusiva aos objetos.

Perante um legado rico e confirmado pelos atores culturais, o museu municipal da Sertã tem condições para ser tornar uma realidade. Certa é também a infinidade de desafios que esperam um projeto que ainda não nasceu. Fornecemos a fórmula para alcançar a identidade, o orgulho local e créditos correspondentes aos feitos dos seus antepassados. Que visitá-lo, ainda que concetualmente, seja sinónimo de uma experiência cultural diferente, num local especial.

**Palavras-chave:** Património Cultural, Desenvolvimento Local, Nova Museologia, Diferenciação Territorial, Lazer e Turismo Cultural

## ABSTRACT

The dawn of the century XXI launched a national demand for the heritage of identity, memory and local affirmation. Throughout the Portuguese territory, museums emerged with greater or lesser capacity to follow the DGPC regulations. Sertã's strategy, whether public or private, has not followed this museological trend.

Only searching for a past *per se*, a pride of identity or a financial return?

Recent studies are beginning to prove the value of heritage and culture beyond their intrinsic characteristics, its measurable not only in terms of human capital, democratizing, but also in the growth of the economy, in the creation of direct and indirect tourism employment, on local development and in the well-being and quality of life of populations, so important in rural areas, where the balances of population growth continue to fall.

Approximately ten thousand museums accumulate experiences and challenges around the world. Among its differentiating cultural characteristics, asymmetries and diverse needs, it seems to be consensual since the mid-century past, the need to focus the museum on its visitor, instead of an exclusive attention to objects.

Faced with a rich legacy confirmed by cultural actors, the Sertã municipal museum is able to become a reality. Certain is also the infinity of challenges that await a project that has not yet been born. We provide the formula to achieve identity, local pride and credits corresponding to your ancestors' achievements. That visiting it, even conceptually, shall be synonymous of a different cultural experience, in a special place.

**Keywords:** Cultural Heritage, Local Development, New Museology, territorial differentiation, leisure and cultural tourism

## INTRODUÇÃO

Ao longo da última década, as visitas guiadas ao património cultural, religioso e paisagístico do concelho da Sertã, numa terra que não era a minha, bem como a gestão continuada de pequenos catálogos de exposições temporárias de curta duração, de carácter diverso, tornaram-se os momentos mais gratificantes da minha vida profissional. Estudar, preparar, pesquisar e descobrir o enquadramento de cada tema, as potencialidades, a beleza imaterial, e também as suas vicissitudes, transformaram-se numa “obsessão salutar” do meu quotidiano e que extrapolou para além dos meandros laborais.

A inexistência de um espaço museológico, que corretamente empregue essa designação, que cative e convide as centenas e milhares de pessoas que pela Sertã passam, assumiu-se como uma paixão e, ao mesmo tempo, como um sentimento de frustração. Algures neste caminho, entre a tomada de conhecimento do Mestrado em Património Cultural na FLUC, e o ingresso, foi um pequeno passo. E pela primeira vez no meu percurso académico, este estava alinhado com um verdadeiro propósito, que gerou, mais tarde, pequenas aprendizagens e trabalhos com um intuito e significado, e não apenas do foro do cumprimento de solicitações curriculares. Também por estas razões, das três opções de segundo ano, o estágio e a tese não se afiguraram como a hipótese aplicável. E a pandemia viria a confirmar essa premissa.

Desde início havia uma consciência com vista à tentativa de honrar a memória, preservar, guardar, divulgar, investigar, e evitar a perda de conhecimento do património sertaginense. E é tanto o que há para conhecer e aprofundar. É nesta linha de pensamento que se desenvolve o primeiro capítulo. Pequenos apontamentos, algumas monografias, algumas manifestações públicas pontuais em sua defesa e um vasto património à espera de ser encontrado, reconhecido e convenientemente protegido.

A par desta problemática identificou-se uma outra, um Portugal repleto de realidades e heranças patrimoniais heterogéneas, um crescimento de diferentes equipamentos musealizados, diferentes critérios de análise, um insuficiente número de publicações sobre os museus portugueses baseadas em diferentes linhas metodológicas, que não permitem uma análise evolutiva nem integrada.

O presente projeto de mestrado visa essencialmente preencher um vazio e desenvolver as bases e alertas para a concretização de um espaço museológico na Sertã, que privilegie a divulgação sustentada e a patrimonialização da cultura popular da comunidade sertaginense, a qual se encontra dispersa e tutelada, em alguns casos, por entidades externas, como é o caso da Direção Regional da Cultura do Centro – DRCC, organismos que cumprem as regras do depósito museológico.

Sem sabermos o que fomos, dificilmente saberemos quem somos.

A perspetiva deste projeto pretende, mais do que tudo, fornecer bases de análise, inventários (que constam dos anexos), possibilidades e conhecimento integrado, propedêuticos para a tomada de decisões futuras sobre um património por muitos desconsiderado. Identificado o problema deste estudo, seguiram-se as formas de o entender e talvez classificar.

Conhecer as realidades museológicas ao redor deste concelho foi o ponto de incidência seguinte, afluído no segundo capítulo. A comparabilidade é inevitável, desde logo, para entender as dinâmicas concelhias e a forma como cada autarquia aproveita e gere os seus recursos, e como daí retirará os seus proveitos. Foram interpelados e analisados trinta e três municípios num raio de cerca de 80 km. Para haver termo de análise, optou por se considerar apenas as estruturas de cariz municipal, ou seja, tuteladas pelo público. O ponto de partida foi o levantamento de espaços museológicos e equiparados, efetuado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - CCDRC em 2010. Porém, há que considerar que a Sertã foi avaliada integrando o Pinhal Interior Sul e desde 2013 que integra a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - CIMT. Daí a necessidade de recuar ao 1º Encontro de Rede de Museus do Médio Tejo, realizado em finais do ano de 2019. Houve ainda que atualizar o roteiro da CCDRC, na medida em que, volvidos 10 anos sobre o seu levantamento, muitos outros espaços e valências foram, entretanto, ganhando vida.

Neste universo, é destacado o caso de sucesso do Museu de Leiria, que se reinventou ao longo de um século e atualmente, após variadíssimas distinções ao nível museográfico e da acessibilidade cultural, integra a estratégia do município para a candidatura a Capital Europeia da Cultura em 2027.

Em Mértola encontramos uma outra abordagem, que em 2028 terá meio século de existência. Neste caso, assistimos ao construir de um projeto baseado na investigação científica em prol de um concelho desertificado, que não possuía em si coleções, mas que a própria vila é o museu e que, em cada escavação e em cada edifício redescobriu a identidade de um entreposto portuário de ímpar relevância no período islâmico.

Veremos como o rigor, a ciência, o trabalho multidisciplinar, as redes e as parcerias contribuíram para alcançar um patamar de grande credibilidade e distinção em ambos os casos.

Com o foco em demonstrar que a Sertã não merece um museu só porque sim, só porque tem património em risco de extinção, só porque a sua memória e identidade podem ser perdidas nas brumas da história contemporânea, o terceiro capítulo exemplifica a importância da museologia na realidade patrimonial portuguesa, demonstra ainda como uma estratégia integrada gera valor económico e promove desenvolvimento local e como tem impactos no bem-estar da população. Não são, contudo, abordadas exclusivamente as questões financeiras, demonstra-se antes como a ciência

e o conhecimento podem atrair (mais) a comunidade científica, redes regionais, nacionais e internacionais e em última instância se instala o orgulho local e o prestígio académico.

Por outro lado, os riscos de um turismo desenfreado e da sua falta de planeamento podem gerar efeitos nefastos e perder a sustentabilidade de vista, gerando frustração na comunidade. Vantagens e desvantagens são consideradas num cenário de patrimonialização incorreta.

Dedicado aos museus atuais e do futuro, o terceiro capítulo procura ainda avaliar as preocupações e caminhos delineados pelos profissionais dos museus. Os desafios, as boas práticas, as dificuldades várias que se verificam, não só nos últimos, mas também a reviravolta que a pandemia gerou na forma como vivemos e experienciamos os museus.

Para os investigadores Luís Figueira e Dina Ramos (2019:30) constitui preocupação básica das populações e dos seus líderes a procura de uma identidade e de sentido de pertença. Não obstante ser uma preocupação, não tem sido essa a realidade interventiva no Município da Sertã, daí a proposta incidir sobre um projeto para um museu municipal ou uma Rede de Núcleos Museológicos, com uma designação provisória de MIAS - Museu da Identidade dos Antepassados/Ancstralidades da Sertã.

Vivemos numa era em que a sustentabilidade dos territórios, entre outros, deve assentar na cultura, autenticidade, identidade e genuinidade de um povo. Para o efeito, é imprescindível que a comunidade local conheça as suas tradições e seja conhecedora das linhas de ação identificadas para salvaguardar os seus bens e aproveitar as mais-valias que economicamente daí possam advir. Após a reflexão sobre os vestígios e acervos existentes é propósito do último capítulo, contribuir para uma proposta museológica que sirva os desafios e enfrente, de forma preparada, as adversidades.





## 1. A SERTÃ E A SUA HISTÓRIA

*Terra de lendas e paixões, que descortina passagens memoráveis  
e marcas patrimoniais que subsistem no presente  
( I Catálogo de Bens Culturais, 2009, p.42)*

Entender a importância do património e dos traços identitários sertaginenses, obriga ao conhecimento prévio do seu contexto geográfico, paisagístico, histórico e museológico no que à vila e ao seu concelho diz respeito. Neste capítulo procura-se também refletir sobre o valor da herança cultural que perdura até aos dias de hoje e verificar a tipologia de salvaguarda que tem sido acionada para a preservação patrimonial.

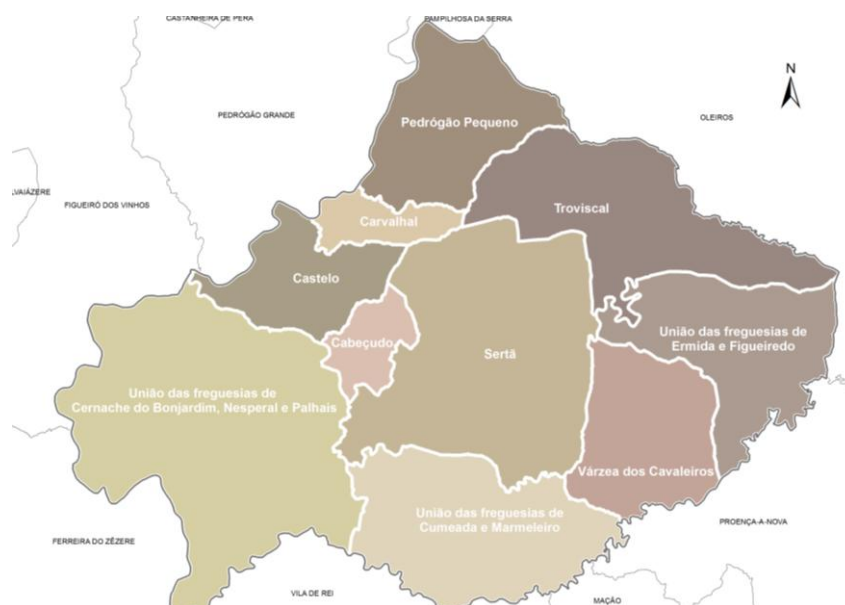
## 1.1. APRESENTAÇÃO

Princesa da Beira, terras do vale do Cabril, localizada junto a um grande monumento natural, o vale do Zêzere (Serrão e Farinha, 2015), pulmão da Ordem do Priorado do Crato [entre os séculos XIII e XIX]. Também conhecida outrora pela região da antiga cortiçada (que abarcava o atual concelho da Sertã (...)) revelou-se um local rico quantitativa e qualitativamente no campo artístico.

Localizado no sudoeste do distrito de Castelo Branco, o concelho da Sertã ocupa uma área de 446,7km, que pertence à zona Centro-Ibérica, nomeadamente ao grupo das Beiras (Lopes, 2013). A norte faz fronteira com Oleiros (distrito de Castelo Branco), Pampilhosa da Serra (distrito de Coimbra), a oeste com Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos ( distrito de Leiria), a este com Proença-a-Nova (distrito de Castelo Branco) e Mação (distrito de Santarém) e a Sul com Ferreira do Zêzere e Vila de Rei ( distrito de Santarém) (ver anexo1).

No I Catálogo de Bens Culturais da Beira Baixa, publicado em 2009 pela Sociedade de Amigos do Museu Francisco Travares Proença Júnior, o concelho da Sertã é descrito por se encontrar “bem no centro de Portugal”, e pela sua situação geoestratégica. Economicamente assenta na fileira da floresta, ligada ao setor da madeira e da sua transformação. Também é caracterizado pela riqueza cultural e património diversificado, pelas albufeiras, pelos vários sítios arqueológicos e pela cultura popular expressa nas atividades tradicionais, festas populares, gastronomia típica e artesanato.

Ilustração 1. Mapa do Concelho da Sertã



Fonte: 1 Gabinete SIG da Câmara Municipal

O concelho integra dez freguesias: Cabeçudo, Carvalhal, Castelo, Sertã, Troviscal, Várzea dos Cavaleiros, Pedrógão Pequeno, União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais,

União de Freguesias de Cumeada e Marmeleiro e União de Freguesias de Ermida e Figueiredo. Integrou até 2013 o Pinhal Interior Sul (juntamente com os concelhos de Oleiros, Proença-a-Nova, Mação e Vila de Rei), altura em que foi extinto na sequência da criação das NUTIII. Hoje insere-se na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Os aglomerados populacionais de pequenas dimensões e dispersos pelo concelho, situam-se numa fisiografia serrana de cabeços de xisto, envoltos por uma extensa área florestal, marcada pelo pinheiro bravo. O relatório de sustentabilidade de 2009 aponta ainda a dependência da economia local face aos rendimentos do pinhal e agricultura de subsistência.

Carlos Branquinho (2011) acerca da caracterização do concelho, salienta o facto de se lhe impor, desde logo, a orografia do território, acidentada, maioritariamente montanhosa, com influência na definição da silvicultura como principal atividade do sector primário.

Já Rui Lopes (2013, p.12) define estes territórios pelos seus *“solos de rochas xistosas que predominam na maior parte do concelho (...) têm escassa aptidão agrícola” (...)* *“O pinheiro bravo e o eucalipto continuam a predominar a paisagem, apesar de nenhuma destas espécies ser autóctone (tendo tomado o lugar dos carvalhos, castanheiros, azinheiras, pinheiros mansos)”*. *“Os cursos de água são abundantes em todo o concelho (...)”*. Acrescenta ainda que a vila da Sertã desfruta de duas ribeiras e que o concelho é delimitado a oeste por três extensas albufeiras – o Castelo do Bode, a Bouçã e o Cabril. Apresenta um clima mediterrâneo e continental, ou seja, verões quentes e secos, invernos chuvosos e muito frios, sobretudo nas terras altas onde ocorre a queda de neve.

É um concelho no qual se tem assistido, entre outros aspetos, ao decréscimo e envelhecimento populacional, à diminuição da taxa de fecundidade, da população ativa. Carlos Branquinho ressalta o facto deste último indicador se encontrar ao nível de 1864 e da taxa de emigração se situar consideravelmente acima da média.

Vítor Serrão e Ana Farinha afirmam ser um concelho de identidade pluralista, na medida em que é um concelho confinante entre 4 distritos, cuja partilha de limites territoriais não tem beneficiado a uma coesão cultural. Socorrendo-se da obra do geógrafo Orlando Ribeiro (1944), alegam que a Sertã assume menos características da Beira Baixa que do Ribatejo, dada a calma das suas águas que [neste território] já perderam a braveza das serras, as leiras de milho e a mancha branca entre olivais e pinhal.

Os Censos de 2021 contabilizaram cerca de 15 mil habitantes no concelho. A população local tem-se fixado e instalado as empresas nas principais localidades, o que fez decrescer os habitantes na maioria das aldeias (IPI, 2009).

### 1.1.1. Passado proto-histórico, romano e árabe

“A Lusitânia, antes da dominação romana (...) era menos que a atual nação portuguesa. Não compreendia Trás-os-Montes, o Minho, parte do Alentejo e o Algarve, mas abrangia uma parte da Extremadura, que atualmente é território Espanhol. Pela sua excelente situação, clima e fertilidade do solo, a Lusitânia atraiu, como era natural, os povos da antiguidade (...) iberos, fenícios, depois os gregos” (Farinha [1930], 2010, p.7). Depois da queda do Império Romano vieram os celtas dando origem aos povos celtiberos e foram-se gerando tribos independentes, tais como os galaicos ao norte, os lusitanos entre o Douro e o Tejo, e os vetões ao sul. O povo da Lusitânia era composto por homens livres e escravos, hábeis na arte da guerra. Após a invasão dos mouros, a Sertã, por não apresentar semelhanças com as raízes e geografia dos romanos, foi segundo o Pe. António Farinha, pouco cobiçada. E terá sido reconquistada por volta do ano de 1148, quando os mouros são definitivamente de Abrantes e, por proximidade, desta região.

Quanto aos vestígios mais antigos da Sertã, remontam a um período mais afastado do que o da reconquista cristã, isto é, existem vestígios do período pré-romano. É por isso mesmo possível encontrar arte rupestre nos solos xistosos da União de Freguesias de Ermida e Figueiredo (Serrão e Farinha, 2015), nomeadamente a estação arqueológica da Lajeira e da Fechadura. Estes são dois dos marcos históricos do concelho, situados no cimo da serra a aproximadamente 800m de altitude.

Estes vestígios remontam ao séc. VIII a.C., ou seja, à Idade do Ferro. De acordo com Rui Lopes (2016, p.12), as escavações efetuadas na Serra do Picoto Rainho são testemunho da presença humana, fruto da riqueza cinegética e aquífera da zona. O autor acredita que a região seria um “*ramal da conhecida via [romana] covilliana, que ligava Tomar ao sudeste da Serra da Estrela*”.

Até 1994, o arqueólogo Carlos Batata (1998, p. 7) desconhecia bibliografia indicatória da presença arqueológica no concelho da Sertã (ver anexo 2). Porém as escavações efetuadas em meados da década de 90, e uma investigação mais atenta, vieram evidenciar grande expressividade a este nível, nomeadamente: a) povoado lusitano-romano em Santa Maria Madalena (em Cernache do Bonjardim); b) estelas funerárias templárias da Ordem de Cristo em Águas Feras (em Pedrógão Pequeno); c) inscrições romanas e pilastras visigóticas do Clube da Sertã; d) as estações arqueológicas da Fechadura e da Lajeira (manifestações artístico-religiosas dos povos indígenas da Península Ibérica) na freguesia do Figueiredo; e) no castelo da Sertã, que se pensaria ser de finais da Idade Média e Contemporânea, foram no entanto encontrados vestígios árabes; f) vestígios romanos na vila da Sertã (fora do centro histórico).

O castro de cerca de 3,5 hectares edificado na plataforma granítica que abrange as vilas de Pedrógão Pequeno e Pedrógão Grande, remonta, de acordo com o catálogo de bens culturais da Beira Baixa (2009), à Idade do Bronze Final e do Ferro e terá sido romanizado.

### 1.1.2. As Ordens Religiosas: Templários e Hospitalários

A memória templária acredita-se ser anterior a 1172, altura em que a Sertã terá sido doada por D. Afonso Henriques à Ordem dos Hospitalários (Serrão & Farinha, 2015, p.27). Porém as disputas territoriais, na senda das riquezas auríferas acabou por ser ditada pelas fronteiras naturais do Zêzere. O Pe. António Lourenço Farinha, já em 1930, o alegava ter sido até 1174 (2010, p. 34). Mas por exemplo, a freguesia de Troviscal, segundo autor Rui Lopes (2016, p.12), pertenceu à Ordem do Templo entre 1165 e 1194. Comprovam a sua presença no concelho, a existência de estelas funerárias templárias e da Ordem de Cristo em Águas Feras [Pedrógão Pequeno].

Do Priorado do Crato (Hospitalários) subsistiram até aos nossos dias, segundo os investigadores Vítor Serrão e Ana Farinha, obras de grande interesse, encomendadas pelo poderoso Priorado para o concelho da Sertã. Acredita-se que a conflitualidade sucessória que se vivia no seio da ordem, após a morte de D. Álvaro Gonçalves Pereira, terá sido proveitosa, uma vez que o Prior Álvaro Gonçalves Camelo assume o priorado e institui a sede (os paços da ordem) na vila da Sertã (1402? a 1419), para aí instituir o seu panteão pessoal. Após a sua morte, a ordem estava muito debilitada e passa a ser controlada pela coroa, que devolve a sede ao Crato.

Nuno Álvares Pereira, embora não tenha pertencido à ordem, era filho de um dos seus priores, e primo, por via ilegítima, de outro. Terá nascido em Cernache do Bonjardim, conforme a investigação de Aires Nascimento, já que as doações do D. Álvaro Gonçalves Pereira tiveram lugar no termo da Sertã (2010:53). Também nesta linha de pensamento investigativo, Jorge Cardoso em 1660 citava Fernão Lopes e escrevia “nasceo elle [D. Nuno Álvares Pereira] em junho de 1360, no lugar de Bom-Jardim, junto à Vila da Certã”. E apresenta outras evidências que ali atribuem propriedades a seu pai, doações deste na autoridade notarial da Sertã, bem como a estadia da mãe de D. Nuno em Bonjardim na altura do seu nascimento.

A prepósito de Nuno Álvares Pereira, existe “a identificação de uma raríssima representação seiscentista (...) do Condestável de Portugal, pintada pelo artista sertaginense Gonçalo Prego, para o antigo retábulo-mor da Igreja de S. Simão de Nesperal” (Serrão e Farinha, 2015). A sua conceção inspirada na xilogravura da Crónica do Condestable terá sido encomendada no auge da retoma da causa dos Braganças ao domínio filipino. A obra, além do valor religioso, assumia um simbolismo na propaganda contra os castelhanos.

A par da importância das figuras da história de Portugal do séc. XIV anteriormente mencionadas, a arte patente nos locais de culto evidencia obras realizadas de e na Sertã, por grandes nomes do Mestrado das Ordens Militares ao serviço do Grão-Priorado do Crato, ao longo dos séculos XVI a XVIII (Serrão e Farinha, 2015, p. 59).

Relativamente ao edificado relacionado com as Ordens, ou até anteriores a elas, existe o castelo da Sertã, sobre o qual não se conseguem determinar os seus primórdios. O arqueólogo Carlos Batata propõe a época medieval – época árabe (1998, p.81). Cita o genealogista Manso de Lima, que na sua

obra de 1730 “*Certã Ennobrecida*” o afeta à realização dos Capítulos Gerais da Ordem do Hospital no séc. XIII, tendo ali em 1403, sido eleito o Prior do Crato. São ainda citadas as petições da população da Sertã junto das Cortes (nos anos de 1642 e 1653), para que o castelo sofresse obras, caso contrário ruiria “*o castello da dita villa esta arruinado por partes, e he hum dos mais antigos, que há nas Comarcas circumvesinhas*”. O arqueólogo depreende que o castelo seria muito antigo, dado que uma estrutura desta natureza não colapsa em dois ou três séculos, bem como, a descrição dos procuradores lhe atribuem ser um dos castelos mais antigos da região. Em 1860 estava quase demolido.

Em 1791 é edificada uma escola para preparar sacerdotes para o Grão-Priorado do Crato, que viria mudar o rumo da história e desenvolvimento de Cernache do Bonjardim. O Seminário das Missões é aqui construído, por ser propriedade da Ordem de S. João do Hospital, mas sobretudo por se crer ser o local de nascimento de Nuno Álvares Pereira. O património a destacar, patente no catálogo de bens da Beira Baixa, são o vasto e riquíssimo património artístico e cultural, a saber, os azulejos, a riquíssima biblioteca, os quadros do pintor régio Bento Coelho Silveira, o altar com estilo hispano-árabe e o órgão de fole do Séc. XVIII da família Machado Castro.

### **1.1.3. A cultura popular**

A Sertã é um concelho de onde emerge uma forte herança etnográfica, visível não apenas nos hábitos alimentares, mas em diversos elementos como a música, rezas, ladainhas, expressões idiomáticas, usos e costumes ou tradições. Jaime Lopes Dias fez eco da riqueza etnográfica do concelho da Sertã na sua obra seminal, “*Etnografia da Beira*”, onde são dados vários exemplos dos referidos pelo autor.

A caracterização de um povo fica perfeitamente plasmada ao olharmos para esta dimensão etnográfica, a que é preciso acrescentar, no caso da Sertã, um forte legado histórico, que Rui Lopes (2014) consubstancia em episódios importantes da História de Portugal e por aqui terem nascido alguns dos grandes heróis nacionais, como Nuno Álvares Pereira ou Lopo Barriga. A nível musical, conforme está patente na monografia do concelho, desde 1830 que existiam três bandas filarmónicas, embora apenas duas se mantenham no ativo (2013, p. 428 a 452). Na década de 60 foram criadas várias bandas pop e jazz. Em 1987 um grupo de rock e em 2008 o grupo coral. Também em 1865 foi criado um grupo de teatro e em 2011 uma companhia de teatro. As primeiras tentativas de teatro iniciaram-se em 1911 no teatro Taborda em Cernache do Bonjardim e na Sertã no Theatro União Patriota. Possuiu ainda dois clubes, um casino de 1877.

A nível do folclore e etnografia foram criados vários grupos de música e/ou de folclore, que, entretanto já não se encontram ativos: o Núcleo de Cantares Populares do Outeiro da Lagoa e dos Calvos; o Grupo Folclórico de Casal da Madalena; o Rancho Folclórico Danças e Cantares da Macieira;

o Rancho Folclórico da Sertã; o Rancho Folclórico do Marmeleiro; o Rancho Folclórico dos “Amigos de Alcobia”; Os Ranchos Folclórico Infantil da Macieira e o Rancho Folclórico do Sambado. A partir da década de 80 foram reformulados ou criados, o Rancho Folclórico de Pedrógão Pequeno, que inclui uma tocata; o Rancho Folclórico e Etnográfico da Casa do Povo de Cernache do Bonjardim, que integra o Grupo de Música Popular; e o Rancho Folclórico do Clube do Bonjardim que se mantém no ativo até hoje.

## 1.2. ESTADO DA ARTE MUSEOLÓGICA DO CONCELHO DA SERTÃ

*O homem (...) sentir-se-á mais filho da sua terra na medida em que partilhe a sua magia, a sabedoria popular dos rituais, das tradições e os valores da sua comunidade*  
(I Catálogo de Bens Culturais, 2009)

O concelho da Sertã não apresenta atualmente um museu municipal ou um museu de cariz privado.

Rui Lopes, a propósito desta questão, acrescenta ainda, ser uma discussão antiga e ultrapassada a hipotética construção de um museu municipal no concelho. Mais do que conjunto de argumentos a favor ou contra, parece que o formato sempre preconizado para esse museu municipal foi sendo ultrapassado, existindo vários exemplos pelo país de museus que não são mais do que depósitos de peças, sem qualquer interesse ou mais-valia para o visitante.

Basta estar atento às discussões que hoje ocorrem em várias latitudes para se perceber que os museus entraram numa nova fase, obedecendo a novos modelos e abarcando realidades multidimensionais. Entrar hoje num museu deixou de ser uma experiência passiva para se tornar numa aventura sensorial, onde os cinco sentidos são convocados. Mais, onde o visitante, mesmo sem ligação à região, sinta uma conectividade emocional, se sinta envolvido numa determinada história ou narrativa.

Visitar um museu na Sertã terá que ser diferente de visitar um museu em Odemira ou em Lamego. Quem visitar um museu na Sertã deverá saber, e lembrar-se mais tarde, que onde esteve e conseguir rebuscar na sua memória, meses ou anos mais tarde, a experiência e esse envolvimento que se pretende suscitar. Deixar a marca da experiência única e irrepetível é imperioso.

No que à museologia diz respeito, existem quatro pretensos museus (ver anexo 3 a 6), mas que, como se verá, atualmente não reúnem condições, para serem designados como infraestruturas museológicas.



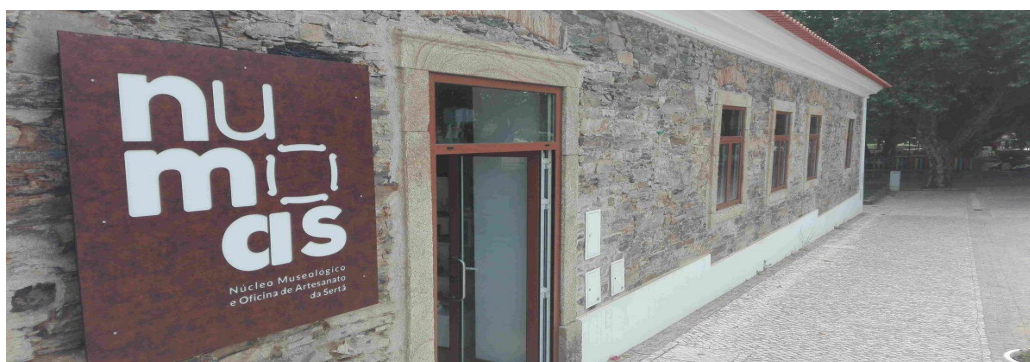
### 1.2.1. Equipamentos existentes considerados

#### 1.2.1.1. Núcleo Museológico e Oficina de Artesanato da Sertã

O NUMOAS - Núcleo Museológico e Oficina de Artesanato da Sertã (ver anexo 3). Foi aberto ao público em 2016, partilha com a Junta de Freguesia da Sertã o edifício da antiga escola primária Conde Ferreira (recuperado em 2014).

Funciona numa única sala ampla, como um local de venda e oficina de artesãos, que se revezam e asseguram a abertura do espaço. O termo Núcleo Museológico está empregue indevidamente na sua designação, uma vez que acaba por ser somente um local de venda de merchandising, que em

Ilustração 2. Fachada do NUMOAS



Fonte: 2 Fotografia própria (2020)

muitos casos nem é típico do concelho.

#### 1.2.1.2. Gabinetes de Curiosidades - Museu do Clube da Sertã

O Clube da Sertã (ver anexo 4 e seguintes) que funciona no Teatro Tasso Figueiredo, pertence e é dirigido por uma coletividade. O equipamento integra vários espaços, tais como salas diversas, teatro, bar, e o gabinete de curiosidades, o mais próximo do conceito da museologia tradicional, que

Ilustração 3. Interior do gabinete de curiosidades



Fonte: 3 Fotografia própria 2019

permanece fechado quase todo o ano. Só em raras ocasiões é aberto ao público.

### 1.2.1.3. Espaço de Memória do Troviscal

O Espaço de Memória da Freguesia do Troviscal (anexo 5 e 5.1) abriu oficialmente a 26 de janeiro de 2020, na sede da freguesia. A unidade invoca um pouco do passado etnográfico da freguesia através de objetos e utensílios utilizados pela população ao longo dos últimos séculos. São recuperadas peças e lembranças que pertencem ao imaginário coletivo, alusivas à religião, agricultura, algumas atividades administrativas, ou até mesmo relacionadas com atividades económicas, como a extração da resina, produção de carvão, artes e ofícios, desporto, entre outras. Além das temáticas enunciadas existem também algumas peças do movimento associativo e do ensino.

Ilustração 4 Interior do Espaço de Memória na Junta de Freguesia de Troviscal



Fonte: 4 Fotografia própria 2021

O acervo reunido atinge os cento e cinquenta objetos. Foi recolhido e oferecido pelos habitantes das diversas aldeias da freguesia como relata a nota de imprensa inaugural. *“Este local será um marco singular na nossa freguesia e até no concelho da Sertã. O Espaço da Memória é o resultado de um trabalho intenso de recolha e catalogação de uma série de objetos e artefactos que ajudam a contar a nossa história mais recente e também a recuperar as nossas memórias mais antigas. Entrar neste local é mergulhar na história de um povo que partilhou, durante séculos, um território, fazendo das suas conquistas e dos seus anseios o cimento com o qual se construiu esta freguesia”*, declarou o presidente de junta Manuel Figueiredo (nota de Imprensa de 2020).

Está sob a tutela da junta de freguesia, fechado a maior parte do ano, em várias salas/pisos, com fracas condições de acessibilidade física.

#### 1.2.1.4. Centro de Interpretação de Arte Rupestre (CIAR)

São vários os sítios arqueológicos já atrás mencionados na Carta Arqueológica da Sertã. Entre eles encontram-se, na freguesia de Troviscal e Figueiredo, as estações arqueológicas da Lajeira e da Fechadura respetivamente.

Ilustração 5. Sala do CIAR (Figueiredo)



Fonte: 5 Arquivo Municipal

O CIAR é então uma valência que se projetou em 2016 para permitir interpretar, valorizar e divulgar os referidos sítios arqueológicos. Na altura foi também adaptada a Escola Primária de Figueiredo para um alojamento local, onde os visitantes ou estudantes poderiam pernoitar e realizar estudos com base nas insculturas, facto que nunce se veio a concretizar até à data. Estes dois achados localizam-se na cordilheira mais alta do concelho, a 800 e 900 metros de altitude e “*foram classificados sítios de interesse público pelo estado português em 2014*” conforme refere o Turístico do concelho (2020). O CIAR integra o percurso pedestre dos Caminhos do Xisto PR5 – Rota dos Pastores e da Lajeira e foi no ano anterior classificado também com a Certificação Herity.

#### 1.2.1.5. Museu do Avô do Bigode

Em agosto de 2021, um artesão local, aposentado, que trabalha o ferro, criou o “Museu Avô do Bigode”. Conforme noticiou a Rádio Condestável, na cave da sua oficina, em Salgueiral, exhibe a sua coleção particular, por si produzida a partir de desperdícios de ferro das sucateiras. As peças ilustram figuras da história e imaginário da Sertã, bem como motivos temáticos (filarmónica, tribo indígena). Neste pretenseu museu, dedica também o seu discurso expositivo a algumas peças etnográficas de pequena dimensão.

## 1.2.2. Equipamentos, locais e informações existentes não considerados

### 1.2.2.1. Atelier Túllio Victorino

A Casa Atelier Túllio Victorino (ver anexo 6 ao anexo 6.5.), pertenceu ao pintor local, aluno e amigo de Columbano Bordalo Pinheiro e de José Malhoa, faleceu em 1969. Foi restaurada em 2009 pelo município e tentou manter-se a traça original, de acordo com o Protocolo de cedência do imóvel (2005). A cave já foi utilizada como depósito municipal. É um equipamento aproveitado

Ilustração 6. Atelier Túllio Victorino



Fonte: 6 Fotografia própria

pontualmente para exposições temporárias de pintura da autoria do pintor, para visitas guiadas, workshops, ações de formação em artes, entre outras. Todavia não tem horário nem abertura regular ou fixa, encontrando-se por vezes, largos meses fechado. Acresce o facto não haver pessoal afeto ao equipamento. O mobiliário é quase inexistente, e não exhibe pertences pessoais do artista que dá nome ao espaço. O arquivo municipal acolhe em depósito pertences pessoais do ator (ver anexo 6.2 e seguintes), que carecem de tratamento, análise e investigação.

### 1.2.2.2. Seminário das Missões

Em 1791 o Infante D. João decretou a fundação de um Seminário para a educação e instrução de sacerdotes para o Priorado do Crato. D. Manuel Joaquim da Silva seria o responsável pelas obras e pelo local, tendo escolhido a sua terra, Cernache do Bonjardim. Na sua obra, Rui Lopes (2013) adianta ainda que além de preparar padres para o Priorado, em 1794 também começaram a aceitar candidatos para as missões na China. Fechou com a extinção das ordens religiosas em 1834. Mas retoma a atividade em 1855 através de um padre que já dirigia um Seminário no Bombarral e que preparava missionários para as colónias. Desta feita, o edifício passaria a designar-se Colégio das Missões Ultramarinas. Foi ampliado o edificado. A mesma fonte indica que até 1911 o colégio formou 317 missionários, entre os quais alguns bispos. O seu raio de ação estendeu-se a Macau, Moçambique, Angola, Índia, Cabo Verde, Timor e S. Tomé e Príncipe.

Ilustração 7. Seminário das Missões



Fonte: 7 Fotografia própria

Nos anos seguintes, com a implantação da República, é decretada a sua conversão em Colégio das Artes, e a suspensão do curso de Teologia. Acaba por ser transformado em Liceu Colonial em 1915, porém é extinto meses mais tarde. Vingou como Instituto das Missões Coloniais, tendo visto partir comissões civilizadoras para Luanda.

Com a morte do diretor Abílio Marçal, natural de Cernache, deixou de ter quem defendesse a causa junto dos ministros que lhe teciam duras críticas e em 1926 é extinto. Após a criação da Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas (hoje, Sociedade Missionária Boa Nova), o Seminário volta para o clero e recupera as suas antigas funções. Entre 1933 e 1998 registaram-se 2851 alunos.

Em termos patrimoniais o edifício possui uma biblioteca com mais de 7300 exemplares, alguns edições únicas, uma sala de ciências e uma sala de aulas com objetos exóticos trazidos das colónias (ver anexo 7 e seguintes), bem como salas e dependências religiosas ricas em arte sacra. Possui ainda três relicários e um altar dedicado a São Nuno de Santa Maria (Nuno Álvares Pereira).

Presentemente, fruto de um protocolo celebrado entre o Município, a Junta de Freguesia e a Sociedade Missionária em 2021 (ver anexo 7.1.), encontra-se um técnico de conservação e restauro a preservar o espólio das salas de ciências e instrução, provenientes da casa, bem como de três extintos conventos (Xabregas, Santa Catarina e de S. Félix em Chelas). Os bens inerentes aos dois espaços mencionados consubstanciam-se em: expositores, produtos farmacêuticos e de laboratório, objetos de instrução escolar, répteis em meio líquido, genealogia (fósseis, rochas, minerais vários, aves, do final do séc. XIX até à Primeira Grande Guerra), materiais de engenharia de minas, protótipos de motores a dois tempos, telégrafos, prensas hidráulicas, muflas, herbário, medicação vária, entre outros.

### 1.2.2.3. Castelo da Sertã

No castelo tiveram lugar vários episódios marcantes da história da vila. Situa-se no centro histórico, numa elevação entre as ribeiras da Sertã e do Amioso. Do espaço público restam 840m<sup>2</sup> (ver anexo 8 e seguintes), conforme relata o projeto arquitetónico da CMS em 2014. Inclui a Igreja de S. João Batista e a Torre, que foram recuperadas das ruínas na década de 90 (anexo 8).

Ainda hoje se desconhecem em concreto as suas origens. Terá sido ocupado pelos árabes, na medida em que, as escavações arqueológicas de 1995 a 1997 evidenciaram a presença de atividade metalúrgica (forja ou fundição pequena), de estruturas habitacionais do séc. XV e XVI, de azulejos hispano-árabes, centenas de fragmentos de cerâmica (conforme o inventário anexo entregue na DRCC) do celeiro do Priorado do Crato. Em 1403 foi ali eleito o Prior do Crato.

**Ilustração 8. Vista aérea da vila com destaque para o Castelo da Sertã e zona envolvente**



**Fonte: 8 Arquivo Municipal**

No plano de trabalhos de intervenção e prevenção arqueológica de 2014 é mencionado o facto de em 1642 e 1653 ter seguido requerimento ao rei para reparar o castelo, e de em 1860 estar quase demolido, consequência da utilização das pedras das suas muralhas para a construção de casas na vila e de obras públicas, como o caso da ponte Filipina.

O projeto de arquitetura de requalificação de 2014 previa uma pequena intervenção na estrutura urbana que permitisse dignificar o espaço, criação de espaços de lazer e valorização do espaço e estruturas arqueológicas existentes. A par da sua história milenar é hoje um importante ponto de passagem e miradouro para poente (ribeira do Amioso).

O mesmo projeto revela ainda que relativamente à sua muralha, a original, o mesmo plano municipal de estudos não revela haver vestígios a olho nu, porém foram encontrados 2 troços originais (dentro de uma arrecadação à esquerda da entrada, e outro num quintal particular adjacente)

Atualmente os fragmentos escavados na década de 90 ainda se encontram ao cuidado da DGRC, desde o extinto IGESPAR, que em 2013 argumentava a falta de condições de acolhimento e preservação, e que terá impossibilitado o seu resgate, como veremos mais adiante.

#### 1.2.2.4. Registos Paroquiais

No início do séc. XVI Pedrógão Pequeno, que hoje é uma freguesia do concelho da Sertã, era um concelho autónomo. Existiam na Sertã duas paróquias distintas com dois arquivos. Em 1513 dá-se a divisão da Sertã com Cernache do Bonjardim, na medida em que é criada uma segunda paróquia de freguesia. Posteriormente, em 1555 são criadas as paróquias da Várzea dos Cavaleiros, Castelo, Nesperal, Marmeleiro e Palhais. Após 1828 são criadas as paróquias da Ermida, Troviscal, Figueiredo e Cumeada (Lopes, 2013).

Desta feita, e em conversa com a administrativa do Centro Paroquial, a Sra. Fátima Mata, o espólio documental encontra-se disseminado por estas localidades, sendo que a maioria está no arquivo da Sertã, no qual existem quase duas centenas de cadernos e conjuntos de folhas sem capas, que registam os seguintes dados:

- a) **Assentos de batismo** (ver anexo 9) - dados pessoais, identificação dos padrinhos, residência, e observações diversas;
- b) **Assentos de nascimento** - com nome, filiação, data e local de nascimento, etc.;
- c) **Assentos de casamento** - informações sobre os nubentes;
- d) **Registos de sepultamento e de óbito** - onde além da localização na igreja, ou no adro, também descreviam o dinheiro pago para celebrar missas por sua alma, assim como a causa da morte da pessoa;
- e) **Livro de visitas** - descrições do visitador do Priorado do Crato à Matriz de S. Pedro da Sertã, para averiguar e auditar as necessidades e obras a realizar nas igrejas;
- f) **Rol dos Confessados** – registo de todas as pessoas (por família) que se iam confessar;
- g) **Sentenças da Inquisição** - onde são descritas as sentenças e crimes cometidos pelas pessoas perseguidas durante a Inquisição;
- h) **Livro da Ordem Terceira** - registo e controlo contabilístico do ativo (receitas) e passivo (dívidas) da Igreja.
- i) **Testamentos vários.**

Os livros encontram-se acondicionados num corredor, numa estante de vidro, são cedidos para investigação, mediante autorização do pároco, sem qualquer tipo de controlo de manuseamento, registo de consulta ou registo de empréstimo. Alguns dos registos possuem o encadernamento em pele e evidenciam algum desgaste. Os que não possuem capa, estão envolvidos em papel pardo. É frequente nas páginas iniciais e finais faltarem partes consideráveis da página e, por conseguinte, de informação. Não se encontram catalogados, classificados ou indexados. São manuseados aleatoriamente, sem qualquer tipo de proteção.

### 1.2.2.5. Convento de Santo António da Sertã

Ilustração 9. Convento de Santo António da Sertã (Hotel)



Fonte: 9 Arquivo do Convento da Sertã Hotel

O convento existiu com o seu propósito entre 1634 e 1834, ou seja, até à extinção das ordens religiosas. A sua história deve-se à vontade da população, dos frades e da câmara municipal, que possibilitaram a sua edificação. Nos totens turísticos do município é possível ler-se que *“conheceu um total de 27 provinciais e 42 guardiães, além de um número indeterminado de religiosos, que por ali passaram”*. Foi propriedade privada de uma família brasonada da vila, foi cedido a quartel geral da Guarda Nacional Republicana entre 1928 e 1995 (ver anexo 10), tendo estado ao abandono até à primeira década do séc. XXI, altura em que foi requalificado e convertido em hotel.

### 1.2.2.6. Padre Manuel Antunes

O Padre Manuel Antunes (1918-1985) foi um mestre excepcional que marcou para toda a vida milhares de estudantes que, ao longo de mais de um quarto de século, passaram pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A sua memória continua viva e a iluminar o caminho de quantos o conheceram, ouviram e leram (ver anexo 11 e seguintes).

De entre os créditos associados à memória, contam-se o perfil de humanista, a escuta atenta dos sinais dos tempos, a disponibilidade para ouvir o outro e compreender as diferenças, a procura do essencial na floresta do efémero, o espírito de tolerância, a opção pelo que aproxima e une em vez do que pode afastar e dividir o gosto do universal cultivado no conhecimento do singular, a arte da síntese que não despreza a paciência da análise nem o enraizamento concreto, a consciência de cidadania vivida com responsabilidade e vigilância.

Nasceu a 3 de novembro de 1918 na Sertã onde termina o ensino primário. Parte para o norte e inicia a sua carreira de teólogo, pedagogo, jornalista, escritor e humanista (ver anexo 11).



Ilustração 10. Memorial ao Padre Manuel Antunes, Alameda da Carvalho



Fonte: 10 Fotografia própria

A Sertã presta-lhe homenagem no memorial na Alameda da Carvalho, dando igualmente nome à Biblioteca Municipal da Sertã. Sobre a sua pessoa, nas comemorações anuais do centenário do seu nascimento em 2018, José Eduardo Franco escreveu *“A mensagem de Repensar Portugal é uma mensagem essencialmente política, de transformação do modo de estar e de fazer política em Portugal, em que o autor dá ênfase a uma política interessada no bem do povo, o chamado Bem Comum, e à modernização do país, e não aos interesses egoístas dos atores políticos. Trata-se, assim, de uma mensagem de crítica, que pretende vergastar os vícios tradicionais da política portuguesa: a burocracia, o centralismo, o partidarismo e o clientelismo. (...) Nesse sentido podemos afirmar que Repensar Portugal faz o diagnóstico dos males da política portuguesa, de que nós ainda hoje nos queixamos, e propõe soluções para a cura destes problemas crónicos.”* (2011, p. 325).

Na mesma obra Miguel Real testemunha também *“Eu tinha dezoito anos quando fui seu aluno pela primeira vez e senti que tudo o que tinha aprendido no liceu com os professores de Filosofia, de Literatura e de História se concretizava ali, na Faculdade, com aquele homem pequenino, que andava muito devagar, que sorria abundantemente para nós e que sempre que eu entrava me cumprimentava como se eu fosse uma das pessoas mais importantes da vida dele. Esta manifestação de afeto admirava-me, pois, os restantes professores, mesmo depois do 25 de Abril, eram pessoas que mantinham um certo distanciamento e superioridade. Porém, a aproximação do Padre Manuel Antunes não era falsa ou interesseira, fazia parte da sua maneira de ser.”* (2011, p. 89 e 90).

#### 1.2.2.7. Casa Guimarães

A Casa Guimarães (ver anexo 12), situada no núcleo histórico da Sertã, pertenceu a uma das famílias mais importantes da vila, os Mascarenhas. Na altura esta zona era apelidada de judiaria, dada a presença dos judeus antes da sua perseguição ou da sua forçada conversão a cristãos novos. Na ombreira da porta estava a data de 1703 (MDCCIII).

**Ilustração 11. Casa Guimarães por volta do ano 2000**



**Fonte: 11 Arquivo do Jornal da Comarca**

Sabe-se, de acordo com um projeto turístico que consta dos arquivos municipais (s.d., p.9), que era pertença de Maria Adelaide Mascarenhas, que a terá preservado. Com a sua morte a 20 de janeiro de 1900, o seu irmão Romão de Mascarenhas doou o imóvel com todo o seu recheio a um amigo, o Dr. António Nunes Guimarães, que viria a dar nome à casa e à rua. A casa possuía um arquivo municipal, na medida em que o pai de D. Maria e Dr. Romão, era escrivão da câmara. Com a morte de António Nunes, a sua esposa, Olímpia Marinha Guimarães, oferece o arquivo à biblioteca do Grémio Sertaginense (hoje Clube da Sertã, que dista a 20 m da Casa) por forma a preservar o acervo.

Com a morte dos proprietários, e sem descendência, o edifício entra em declínio. Na década de 90 é adquirido pela câmara municipal. Por volta de 2008 terá colapsado e os escombros removidos. Porém e como descreve a proposta turística, era uma casa típica, edificada em madeira, com interesse municipal.

#### **1.2.2.8. Património Cultural Material e Imaterial**

Ao longo dos últimos anos a biblioteca municipal, nas suas interações com a população quer na sede, quer através das deslocações itinerantes, tem vindo a recolher vários testemunhos e a compilar documentos acerca da tradição oral, expressões, práticas performativas, fotografias antigas, hábitos e costumes vários (ver anexo 13) ao nível quer do património cultural imaterial (PCI), quer património cultural material (PCM).

#### **1.2.3. Sugestões científicas, pistas, testemunhos em defesa de espaços museológicos**

##### **1.2.3.1. Núcleo de Arte Sacra da região da Sertã**

No âmbito da investigação dos historiadores da arte Vítor Serrão e Ana Maria Farinha (2015, p.227), acerca do espólio religioso da Sertã, foram unânimes em concluir sobre a importância do acervo

existente, e, por conseguinte, da necessidade de divulgação, conservação, restauro, estudo e fruição enquanto objetos de sensibilização social, por um conjunto alargado de pessoas. Desta feita, os autores de Arte por terras de Nun'Álvares propuseram a criação de um Núcleo de Arte Sacra da região da Sertã e enumeraram os potenciais bens culturais a musealizar (ver anexo 14). Subentende-se a par da atribuição de valor, a necessidade de evitar a sua ruína e consequente destruição.

### 1.2.3.2. Museu Arqueológico e Etnográfico da Sertã

Proposta do arqueólogo Carlos Batata, elencado na Carta Arqueológica da Sertã, ao serviço do desenvolvimento cultural do país (1998, p.8). No prefácio da obra o então presidente da câmara, José Carreto, destacava a importância do património, de conhecer os nossos antepassados para nos podermos conhecer no presente e poder perspetivar o futuro, bem como sabermos aproveitar o legado que o trabalho de investigação de Carlos Batata.

Entre as suas propostas também estão a escavação do **Castro de Santa Maria Madalena** e a exploração do contexto da **N<sup>a</sup> Sra. de Águas Feras**, nomeadamente a escavação arqueológica, localização da necrópole medieval e tratar e expor o espólio já encontrado.

No **castelo da Sertã** devem continuar-se a tentar localizar as suas muralhas, estruturas habitacionais, áreas árabes e medievais, etc. Concluiu-se ainda a necessidade de explorar mais o espaço para perceber o porquê da sobreposição de dois templos. Sabe-se que (Batata, 1998) o próprio castelo estaria em ruínas em 1653. Encontrou-se uma calçada para a qual se desconhece a sua funcionalidade.

As escavações arqueológicas vieram trazer a descoberto um variadíssimo espólio arqueológico na Sertã, desconhecido até 1994. Carlos Batata evocou a necessidade de o preservar e proteger para as gerações vindouras. Enfatizou na sua obra a necessidade de fazer um levantamento ao nível do património artístico. Foi preciso esperar de 1998 a 2015 para que os historiadores da arte, Vítor Serrão e Ana Faria realizassem esse desígnio. Isto é, os autores fizeram o levantamento de muito acervo artístico e chamam à atenção para a sua proteção, estudo, divulgação e restauro.

### 1.2.3.3. Outros testemunhos, relatórios, discursos e vontades populares em prol de espaços museológicos

A criação de um museu municipal foi alvo de reflexão nas reuniões de câmara em 1983. Na ata (ver anexo 15) é descrita a situação da seguinte forma *“A Câmara Municipal, através da Coordenação de Educação de Adultos vai levar a efeito em todo o concelho, recolhas de objetos antigos, de valor artístico e tradicional com vista à criação de um Museu Municipal. A Câmara pede a todas as pessoas a melhor colaboração nesta iniciativa”* A recolha seria feita junto do Pároco da freguesia, do

presidente da junta de freguesia ou do professor de cada localidade. A deliberação da reunião foi a de dar maior brevidade à iniciativa. Não se sabe ao certo quantos bens foram reunidos. Sabe-se que existe atualmente algum espólio que se inscreve nesta tipologia de materiais de cariz mais etnográfico.

Na senda de deliberações camarárias e/ou monografias ou outros, em 2004, Susana Matos (p.66) enuncia que o Convento de Santo António da Sertã *“após longos anos de estudo e elaboração de projetos, está finalmente, em andamento um projeto de adaptação do velho edifício [1634] em Museu e sala de espetáculos”*. A obra não se realizou, uma vez que nele se instalou um hotel, atualmente em funcionamento e a sala de espetáculos existe na Casa da Cultura a cerca de 100m.

Após lavrada e assinada a escritura de aquisição da casa de Túllio Victorino, onde viveu e pintou a sua obra, e por solicitação dos herdeiros, foi assinado um protocolo em 2001 com o objetivo de salvaguardar a utilização do espaço. Do protocolo constavam algumas cláusulas, por exemplo: 1) a criação de um Museu/Escola de Artes; 2) o restauro do imóvel; 3) a cedência do recheio (mobiliário, livros, revistas e material diverso); 4) oferta de duas obras e cedências provisórias de outras para futuras exposições. Efetuadas as obras, em 2008, aquando do discurso inaugural, José Paulo Farinha, então presidente da Camara Municipal da Sertã - CMS, esperava que *“o esforço da câmara municipal viesse a dar frutos a curto prazo”*, e que *“os jovens do concelho pudessem tomar contacto com as artes, em especial, com a pintura”*. Nos anos seguintes foram realizadas 3 exposições temporárias de pintura de vários autores (ver anexo 6.5), realizados alguns workshops e visitas guiadas, porém o edifício encontra-se fechado e sem uma utilização permanente apropriada.

Até 2008 é internamente sugerido o projeto municipal para um percurso turístico cultural (s.d., p.2), pedonal, no interior da vila da Sertã que, propõe a propósito da Casa Guimarães, defende *“tornando-a um espaço público, que dê visibilidade, projete a cultura da nossa região, nomeadamente no que se refere à etnografia. A sua recuperação e preservação irá possibilitar a revitalização do núcleo histórico da vila da sertã, tendo como componente aglutinador deste espaço, elemento vivo da nossa identidade”*. Contudo, a casa ruiu, e até ao momento o terreno encontra-se inutilizado.

Ao longo do ano 2013 e seguintes, foram trocadas correspondências entre a Direção da Cultura da Região Centro – DCRC e a Câmara Municipal da Sertã, no sentido de listar todo o espólio existente e aí depositado (no extinto Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico - IGESPAR) e de o recuperar de volta à vila da Sertã. Para o efeito o ofício da CMS declara que *“foram recuperados alguns imóveis com elevada relevância patrimonial para o concelho (...) e adaptados espaços a museus, de forma a valorizar e divulgar as coleções de arqueologia, bens religiosos e etnográficos do concelho”*. A mesma entidade tinha previamente cedido peças/fragmentos em 2001 ao CEIPHAR – Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo – Instituto Politécnico

de Tomar, e a alunas do Arqueologia da Universidade Novas de Lisboa para estudo. No entanto a maioria encontra-se em parte incerta. As diligências tomadas foram várias, inclusive em 2015 foi proposta pela CMS, a concretização de vários espaços museológicos, a saber (ver anexo 15.1): Museu de Meteorologia (Ambiente); Museu Municipal – Ordem de Malta (de História Nacional e Local); Centro Interpretativo das Estações Arqueológicas da Fechadura e Lajeira; Observatório Astronómico das Relvas; Casa do Artesão em Marmeleiro (etnografia); Núcleo Museológico de Arqueologia na Igreja de S. João Batista (castelo); Atelier Túllio Victorino (pintura e biografia). Todavia não terão sido satisfatórias e o espólio não foi recuperado, continuando à guarda da DRCC até hoje.

A propósito do esgotamento do espaço da biblioteca municipal e da necessidade de encontrar um novo espaço para a edificar ou edifício para restaurar, a vereadora da câmara apontava à Rádio Condestável, em outubro de 2016, o antigo quartel dos Bombeiros da Sertã como o local indicado para o efeito, ao invés do GAT (Gabinete de Apoio Técnico) na medida em que, este é próximo das escolas e seria um excelente local para um museu interpretativo, não referindo a notícia da Rádio Condestável qual. A mesma fonte revela, em outubro de 2018, que, aquando da inauguração da mudança da sede do Rancho Folclórico e Recreativo Clube Bonjardim, *“no primeiro andar fica espaço para um museu e sala de direção”*.

Ao longo da última década, o hall de entrada da Casa da Cultura tem exibido diversas exposições essencialmente de base etnográfica e histórica, que podem servir de ponto de apoio para recolhas e pesquisas mais intensas e rigorosas para o futuro espaço museológico, no que às salas de exposições diz respeito, a temáticas como a metrologia, trajes típicos, folclore, linho, têxteis típicos, pão, personalidades, entre outras (ver anexo 16).

Em 2018, durante uma reunião de câmara, no período que é destinado ao público presente, João Santos tomou da palavra, e entre outras sugestões, tendo conhecimento que o antigo espaço da Casa Guimarães está assinalado para um parque de estacionamento, sugere a possibilidade de construção de um espaço museológico que abraçasse o espólio do concelho, dado que fica junto ao castelo da Sertã.

Quase seis séculos depois do nascimento de Nuno Álvares Pereira, em 2009 é finalmente canonizado e designado santo. Neste âmbito, e durante a abertura da 7ª edição da Romaria a São Nuno de Santa Maria (2019), a presidente da União de Freguesias de Cernache, Nesperal e Palhais, Filomena Bernardo inaugura a exposição temporária cedida pelo Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota e destaca o facto de a freguesia já merecer um museu ou um centro interpretativo para ajudar a promover o turismo religioso na região.

Iniciava-se 2020 e o presidente de Junta de Freguesia do Troviscal aproveitava as comemorações centenárias do dia da freguesia para dar a conhecer o novo Espaço de Memória do Troviscal.

Declarou à comunicação social que *“é um local de diálogo entre gerações, onde os mais novos poderão aprender com os mais velhos e ao mais velhos poderão explicar aos mais novos, como era o Troviscal noutros tempos”*. Acrescentou ainda *“o nosso concelho merece e precisa de um Museu Municipal (...) A Sertã já deveria ter um (...), nesta matéria estamos muito atrasados relativamente a outros concelhos”*.

Em 2020 o Maranho da Sertã é decretado, a nível nacional, pelo Gabinete da Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (Despacho nº 6106/2020), com proteção à sua denominação como Indicação Geográfica. Ou seja, o uso desta denominação fica reservado aos produtos que obedeçam às disposições do caderno de especificações.

O caderno de especificações, que em 2014 serviu de fundamento a esta candidatura, efetuou um levantamento da sua identidade gastronómica e veio a revelar que este património cultural imaterial remonta ao ano de 1858, comprovado na 6ª edição do dicionário de língua portuguesa, da autoria de António da Silva Morais da seguinte forma: *“molho de tripas de carneiro, talhadas em bocados pequenos, e atados para não se esbandalharem quando se cozem”*. De acordo com este documento, os maranhos eram servidos apenas em datas e ocasiões especiais, festas e colheitas. A receita sofreu pequenas alterações ao longo do tempo. De acordo com o documentário da RTP, em 1913, Afonso Costa, o Primeiro Ministro, foi convidado por Abílio Marçal para visitar Cernache do Bonjardim, onde experimentou esta iguaria. Em 1926, Jaime Lopes Dias, menciona os maranhos na obra Etnografia da Beira. Em 1962, Noémia Neves, ganha o segundo prémio num concurso da RTP - Receitas de Cozinha e Doçaria Portuguesa. Também na década de 60, durante o 6º centenário do nascimento de Nuno Álvares Pereira, aquando das comemorações condestabrianas, o Presidente da República, Amílcar Tomás degusta maranho no menu servido à comitiva do exército. Na década de 70 os maranhos voltam a figurar em várias publicações de cozinha. Na década de 80 são oferecidos à Câmara Municipal de Mafra numa visita ao concelho, bem como levados a participar na 4ª edição do Festival Nacional de Gastronomia em Santarém. No ano seguinte, em 1985, chegam à FIL em representação da região. Seguiram-se presenças na Feira Popular de Lisboa em 1987 e na Feira Agrícola, Florestal, Industrial e Comercial da Sertã. Figuraram em publicações nacionais diárias e roteiros ou guias de turismo vários. Já ilustraram duas emissões filatélicas dos CTT, concursos etc. Há cerca de 40 anos que integram os menus dos restaurantes da Sertã.

Desde 2011 que se realiza o Festival de Gastronomia do Maranho. Em 2014, estimaram-se a venda de 57 toneladas de maranhos durante o período do festival. Em 2016 o estudo económico, de públicos e stakeholders realizado pela Strategy 360 – Consultancy, Lda, concluiu que teve um impacto financeiro próximo dos 2 milhões de euros apenas nos 4 dias de festival. E a par da música e do certame em si, a comida foi um dos fatores de atratividade do evento, que traz à Sertã, público de várias proveniências e idades.

Recentemente, em julho de 2020, a respeito da discussão da elevação da vila da Sertã a cidade, ou não, alguns artigos de opinião elencam os requisitos necessários para a mudança do estatuto. E, entre eles, o vereador Carlos Miranda, relativamente à existência de um Museu, declarava que continuávamos a não ter um equipamento dessa natureza.

### 1.3. CONCLUSÕES

A inexistência de um museu municipal no concelho da Sertã desencadeou duas linhas de ação literária neste capítulo. Por um lado, conhecer a sua história e as propostas literárias / linha de investigação com maior expressividade. Por outro, considerar, listar e inventariar as possibilidades passíveis de patrimonialização.

Estas hipóteses não incluem todas as hipóteses. Num museu municipal conceptualizado à luz das ciências sociais - historiografia, sociologia, antropologia, história da arte, etc., identificar e estudar o património, levará gerações a explorar. Poderá incluir, por exemplo, a vertente republicana; o património da Santa Casa da Misericórdia, enquanto elite local - uma ONG de controlo social; ou o processo de escolarização no concelho; o antes e o depois das guerras; a emigração – comunidades de lusodescendentes sertaginenses pelo mundo; a escravatura no concelho ou de pessoas do concelho noutros pontos do país/mundo e a transformação da sociedade antes e depois da água canalizada, das estradas; entre outros.

Apesar da sua riqueza histórica, etnográfica e cultural, o concelho da Sertã não tem um local onde fazer jus a essa mesma riqueza, existindo apenas um “gabinete museológico” e a tentativa de recriar uma Casa Museu, pouco estruturada, sem profissionais especializados ou horário de visitaçao permanente.

Conclui-se desde já que existe espólio, potencial e património quer material, quer imaterial de qualidade para a concretização museológica. É-o defendido por especialistas de várias áreas, nomeadamente da arte e da arqueologia. Denota-se um claro atraso na preservação da memória coletiva, consolidado pelo levantamento da CCDRC. Existe património descoberto há mais de duas décadas à tutela de entidades regionais da cultura, por clara incapacidade para as acolher, preservar, estudar e exhibir no território de origem.



## 2. PANORAMAS MUSEOLÓGICOS DA REGIÃO CENTRO E SUL

*Hoje num mundo cada vez mais global,  
importa aprofundar e valorizar o sentimento de pertença que se alimenta  
no rio da sabedoria popular em que mergulham as raízes da Identidade Cultural*  
(Rede Cultural e Patrimonial da Beira Baixa, 2009, s/p)

*verificamos que o património classificado se encontra relativamente bem distribuído pelo território,  
com municípios muito dotados tanto a norte como a sul, na costa e nas zonas fronteiriças*  
(Gonçalves, Carvalho e Tavares: 2020, p.106)

Para o presente projeto e face à falta de um universo museológico identificado, estudado, classificado e divulgado, serão aflorados os sub universos patrimoniais municipais nos concelhos limítrofes à Sertã. Os selecionados integram-se essencialmente em três comunidades Intermunicipais, a do Médio Tejo, de Leiria e da Beira, com exceção feita ao município do Fundão que pertence, isoladamente, a uma outra comunidade, a da Serra da Estrela.

Dentro de semelhanças e diferenças, Leiria e Mértola são dois exemplos de apostas no património, alicerçadas entre outros pontos na museologia e que podem ser considerados casos de sucesso, com boas práticas a seguir, várias distinções e retorno ao nível do desenvolvimento económico evidente. Ambos museus municipais.

No primeiro caso, Leiria englobou no seu Museu, as várias coleções, de diferentes temáticas e eras da humanidade num só espaço, o Convento de Santo Agostinho, um caminho que a Sertã pode seguir. No segundo caso, Mértola criou um museu polinucleado, dispersos pela vila, com forte componente científica na base da sua estratégia. Este caso, poderá interessar à Sertã, por ser um concelho de baixa densidade, com envelhecimento populacional notório e que tem beneficiado da proximidade à fronteira. O que a Sertã pode aprender e importar para a gestão e estratégia de conceção do seu futuro museu com estas duas experiências?

## 2.1. A MUSEOLOGIA NAS COMUNIDADES ENVOLVENTES À SERTÃ

*“Portugal apresenta uma herança patrimonial diversificada, de significativo valor artístico, cultural e natural: entre manifestações materiais e intangíveis, o património cultural português é constituído por um universo heterogéneo e abrangente, que responde a uma longa evolução dos conceitos patrimoniais e se assume como uma força motriz da identidade e cultura nacionais e fator fundamental do desenvolvimento económico e social”* (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p. 27).

É consensual esta dificuldade de análise do panorama nacional dos museus que decorrem, desde logo, dos diferentes critérios de recolha e publicação de elementos estatísticos. Porém, de acordo com Paulo Carvalho (2012, p.311), é opinião aceite a de que *“o número de museus tem vindo a crescer e a diversificar as temáticas e os territórios de intervenção em resultado de iniciativas que envolvem tutelas e meios de financiamento muito diversos”*. A sua investigação verificou uma maior tendência para a patrimonialização das dimensões etnográficas e antropológicas nos meios rurais em Portugal.

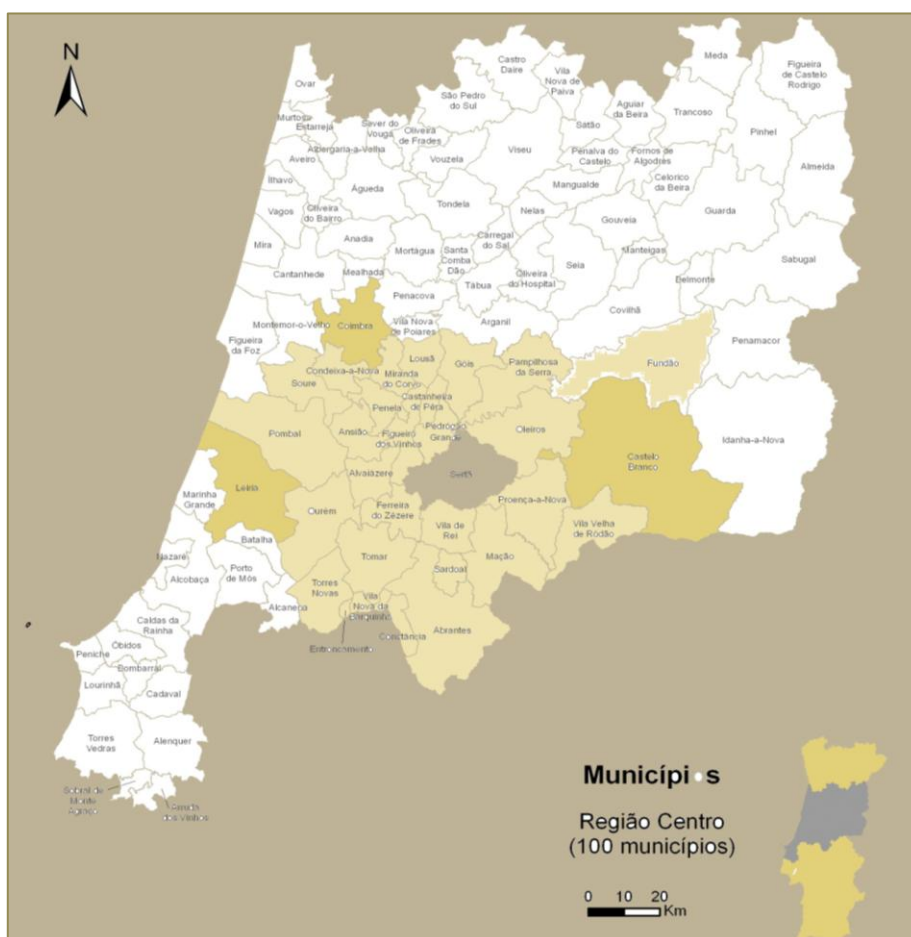
Esta diversidade de heranças e variação na forma de preservação e conservação do património em Portugal, conduziu neste projeto à adoção de uma metodologia e critérios próprios para poder avaliar o estado da arte nas formas de fazer acontecer a museologia no território ao redor da Sertã, isto é, na região centro. Desde logo, porque a própria Sertã se encontra geograficamente localizada na confluência de quatro distritos: Castelo Branco ao qual pertence, Leiria, Coimbra e Santarém. Depois, porque já pertenceu à extinta CIMPIS - Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Sul, em que alguns concelhos integram hoje a CIM da Beira Baixa e outros passaram a integrar a CIM do Médio Tejo (o caso da Sertã). Há também que considerar que integra a Rede de Aldeias do Xisto, cujo *core* é a Lousã, e que é um dos concelhos da bacia hidrográfica do Zêzere. Analisar apenas uma dessas realidades ou cenários *per se*, pareceu redutor, pelo que se optou por trinta e três concelhos ao redor da Sertã que, de certa forma, possam comungar algumas das suas características identitárias.

Utilizamos como ponto de partida a publicação editada pela CCDRC – Roteiro dos Museus e Espaços Museológicos da Região Centro (que engloba 100 municípios), divulgada em 2010, que veio corroborar um pouco as ideias chave dos investigadores mencionados anteriormente. Evidencia uma tendência geral para a valorização da cultura e do património através da criação de espaços museológicos de várias índoles, essencialmente por parte das autarquias, assim como de privados, paróquias, misericórdias ou grupos etnográficos. A publicação adianta ainda como motivações subjacentes, a vontade de preservar o património móvel e imóvel, e ressalva a urgente necessidade de proteção e valorização da arte sacra, que em alguns territórios vão sendo alvo de exposições temporárias, mas que carecem de muita atenção.

O referido roteiro, entre outros objetivos, previa dar a conhecer ao público todas as estruturas existentes, bem como dinamizá-los e criar novos espaços museológicos. Na altura, a publicação concluía que a oferta “nas NUTS do Interior é equilibrada entre si, com exceção do Pinhal Interior Sul, onde é muito baixa”. Isto é, a região da Sertã (que à data pertencia ao Pinhal Interior Sul), Proença-a-Nova, Oleiros e Vila de Rei encontrava-se abaixo da média do número de museus por concelho (CCDRC, 2010, p.5).

Pretendendo comparar os universos patrimoniais no território limítrofe à Sertã, enunciamos no mapa da ilustração nº12, os concelhos selecionados que se agrupam essencialmente em quatro comunidades Intermunicipais, a do Médio Tejo, de Leiria, de Coimbra e da Beira Baixa (ver anexo 17).

**Ilustração 12. Mapa dos concelhos a contemplar na análise museológica**



Fonte: Elaboração própria a partir de mapa em branco

Ao nível da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e de Leiria, estas têm redes de museus próprias. O Fundão, que por proximidade foi selecionado, integra nesta metodologia, isoladamente, a Comunidade das Beiras e Serra da Estrela.

Quanto à região de Coimbra e Castelo Branco assumem algumas rotas e equipamentos museais em parceria.

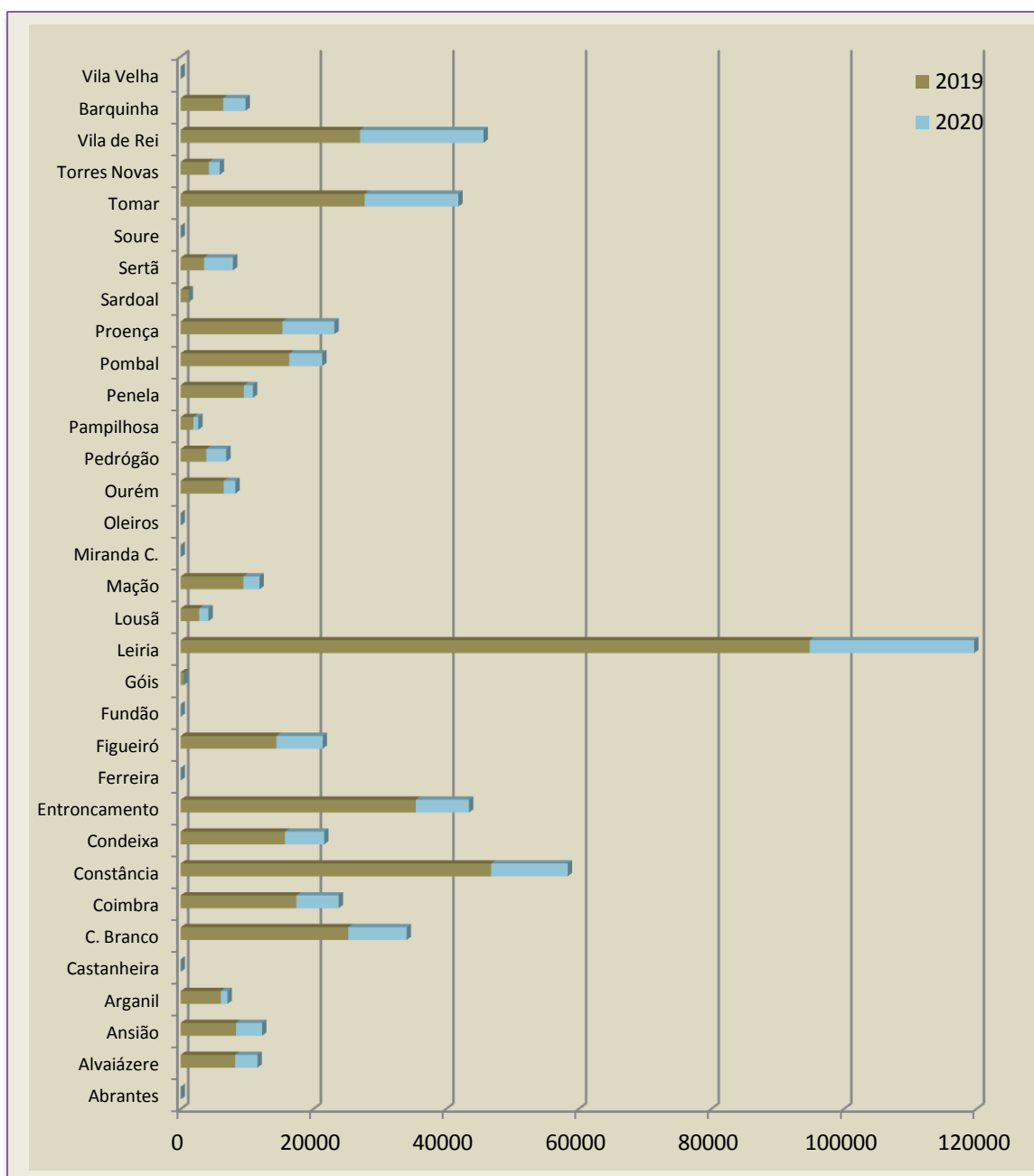
Com base no levantamento editado da CCDRC, e tendo em consideração as diversas tutelas, mediante solicitação individual (em dezembro de 2020) foram enviadas listagens com as unidades identificadas por concelho, que constam do levantamento de 2010 e solicitados o número de visitantes em 2019 e 2020, bem como a atualização dessa mesma lista face aos dias de hoje (ver anexo 18).

**Tabela 1. Unidades museológicas da região: população total em 2011 e 2021 e respetiva taxa de visitação dos museus municipais nos anos de 2019 /2020**

Concelho	População (Censos 2011)	População (Censos 2021)	RPM Rede Portuguesa de Museus	Nº unidades museológicas (municipais)	Nº Visitantes	
					2019	2020
1. Abrantes	39.325	34.351(-12%)		14		
2. Alvaiázere	7.287	6.227 (-14%)		1	8203	3379
3. Ansião	13.128	11.632 (-11%)		1	8339	3944
4. Arganil	12.145	11.067 (-9%)		7 (2)	6037	1032
5. Castanheira de Pera	3.191	2.647 (-17%)		2		
6. Castelo Branco	56.109	52.272 (-7%)	1	16 (5)	25262	8823
7. Coimbra	143.396	140.796 (-2%)	5 (4)	18 (6)	17456	6371
8. Constância	4.056	3.801 (-6%)		7 (4)	46831	11531
9. Condeixa-a-Nova	17.078	16.733 (-2%)	1	3	15704	5934
10. Entroncamento	20.206	20.140 (-0,3%)	1	1	35450	8038
11. Ferreira do Zêzere	8.619	7.803 (-9%)		2 (0)	0	0
12. Figueiró dos Vinhos	6.169	5296 (-14%)		3	14426	6998
13. Fundão	29.213	26.521 (-9%)		24		
14. Góis	4.260	3.806 (-11%)		16 (3)	500	0
15. Leiria	126.897	128.640 (+1%)	2 (1)	15 (7)	94848	24838
16. Lousã	17.604	17.012 (-3%)		4(2)	2879	1407
17. Mação	7.338	6.417 (-12%)	1	1	9456	2430
18. Miranda do Corvo	13.098	12.014 (-8%)		5		
19. Oleiros	5.721	4.900 (-14%)		0	0	0
20. Ourém	45.932	44.576 (-3%)		11(2)	6464	1777
21. Pedrógão Grande	3.915	3.392 (-13%)		5 (2)	3001	2990
22. Pampilhosa da Serra	4.481	4.067 (-9%)		5 (1)	1910	744
23. Penela	5.983	5443 (-9%)	1	1	9536	1350
24. Pombal	55.217	51.178 (7,4%)		2 (2)	16375	4978
25. Proença-a-Nova	8.314	7.147 (-14%)		4(2)	15336	7853
26. Sardoal	3.939	3.526 (-10%)		2	1200	0
27. Sertã	15.880	14.768 (-7%)	0	3(1)	3531	4339
28. Soure	19.245	17.264 (-10%)		1		
29. Tomar	40.677	36.444 (-10%)	1	10 (6)	27745	14437
30. Torres Novas	36.717	34.149 (-7%)	1	3(1)	4239	1655
31. Vila de Rei	3.452	3.276 (-5%)		6 (3)	27037	18641
32. Vila N. Barquinha	7.322	7.035 (-4%)		3(2)	6418	3356
33. Vila Velha Rodão	3.521	3.287 (-6%)		2		

Fonte: Elaboração própria, cruzada com os resultados preliminares dos Censos do INE

Gráfico 1. Nº de visitantes dos museus municipais da região (2019 e 2020)



Importa primeiramente esclarecer que o levantamento da CCDRC engloba todo o tipo de museus, independentemente de cumprir os normativos legais, de integrar ou não a Rede Portuguesa de Museus, construídos com base em diferentes níveis de conhecimento académico, ou no conhecimento popular, museus e pretensos museus conforme designam Luís Figueira e Dina Ramos (2019, p.5). “Muitos dos designados museus vão vivendo a vida segundo critérios que, por vezes nada têm que ver com o saber e rigor que o conceito académico e as práticas institucionais e normalizadas da museologia indicam” (2019, p.17).

Face ao exposto e ao contexto da pandemia, sabíamos previamente que os rácios iriam variar muito em 2020 relativamente aos anos anteriores, tendo-se solicitado também o volume de visitação de 2019 que, como se pode confirmar no gráfico 1., são superiores aos do ano seguinte. Alguns municípios não atenderam ao pedido, e conseqüentemente não dispomos desses resultados.

A par do pedido das taxas de visitação, procurámos triangular essa informação com a variação da população contabilizada nos Censos de 2011 e nos resultados preliminares deste ano. E verificámos que Leiria se apresenta como o único concelho que não perdeu população, e no concelho do Entroncamento o saldo foi quase nulo. Por oposição, o município de Castanheira de Pera foi o que perdeu mais residentes, 17%, seguido dos concelhos de Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos e Proença-a-Nova.

Leiria destaca-se no que diz respeito às taxas de visitação de equipamentos museológicos. Se se considerar o contingente populacional, é de estranhar que Coimbra apresente valores inferiores de cidades e vilas como Vila de Rei, Tomar, Castelo Branco, Constância ou mesmo Entroncamento. Será ainda mais estranho, como se verá adiante, no estudo do impacto social e económico do património cultural em Portugal divulgado em 2020, que apresenta Coimbra como um dos locais que ultrapassa o milhão de visitantes por ano. No entanto, essa situação explica-se porque estamos apenas a avaliar os museus (ou equipamentos equiparados no levantamento da CCDRC) de tutela municipal, e que em Coimbra são apenas seis, os restantes pertencem na maioria à Universidade de Coimbra, ou outro tipo de entidades. Já no caso de Leiria, a maioria é de iniciativa municipal. O Convento de Cristo em Tomar, à semelhança da Alta de Coimbra, também não é de tutela municipal e como tal as suas taxas de visitação não entraram neste estudo/gráfico.

É por estes e outros factos que se torna complexo efetuar um estudo homogéneo em Portugal. Diferem equipamentos, níveis de investimento, diferem quanto à natureza museológica, diferem quanto à sua continentalidade ou litoralização, quanto às políticas públicas, ao grau de qualificação e dos recursos, quer humanos, quer financeiros, entre muitos outros.

A Sertã, localizada na extinta CIMPIS em 2010, era identificada como uma das regiões com menor incidência em equipamentos museais. Realidade que se mantém, tendo apenas a assinalar um “pretenso” museu municipal – o Numoas. Relativamente aos dados de visitação, entre os concelhos que responderam, 11 têm maior número de residentes, mas 16 apresentam melhores resultados do ponto de vista da visitação.

Constância, por outro lado, apresenta valores expressivos, mas tal facto deve-se ao Centro de Ciência Vive e Borboletário Tropical, que em muito contribuíram para os valores apresentados.

Foi ainda questionada às 33 autarquias, sobre o pelouro e tipo de estrutura orgânica que tutelam os seus museus. A grande maioria, embora tenham respondido à taxa de visitação das unidades

museológicas que tutelam, não fez menção a este critério. Com exceção aos museus municipais de Coimbra, onde existe uma Divisão de Museologia que depende do Departamento da Cultura e Turismo. No caso da Câmara Municipal da Lousã, os museus enquadram-se na Unidade de Cultura e Turismo da Divisão de Desenvolvimento Social e Económico. Já no município de Ourém, os museus integram a Divisão de Ação Cultural. Relativamente à situação do Entroncamento, embora o Museu Ferroviário não seja tutelado diretamente pelo município, como a câmara é membro do Conselho de Administração, foram considerados os dados de visitação. No município de Tomar o Gabinete de Museologia e Património Cultural integra a Divisão de Turismo e Cultura.

Os resultados analisados se extrapolados, vão assim ao encontro dos estudos de Carvalho, Tavares e Cravo, de Figueira e Ramos, realizados em 2019, ou de Paulo Carvalho de 2012.

Como acabámos de ver, Portugal apresenta uma dupla realidade museológica nacional, que oscila entre os museus e pretensos museus, com realidades temáticas diversas, apoios diversos, pouco estudados ou conhecidos para se poder intervir. Todavia as medíocres políticas de gastos com a cultura, vão continuar a promover esta dualidade, onde os museus de comunidades preenchem vazios, e engrossam as taxas de visitação dessas regiões. Por outro lado, a certificação exigida pela Rede Portuguesa de Museus - RPM impõe requisitos em muitos casos impossíveis de satisfazer pelos pequenos museus (Figueira e Ramos, 2019, p. 5).

No entanto, os autores denotam grande importância no aumento da qualidade dos museólogos amadores (comunidade não profissionalizada composta por participação voluntária de advogados, professores, médicos, engenheiros, empresários, domésticas, padeiros, escriturários, mecânicos, jovens licenciados, aposentados, estudantes, colecionadores, etc.), *“vitalis para este sector da museologia, nomeadamente no país desertificado e pouco atrativo, onde os pequenos museus não possuem quadro de pessoal, nem orçamento anual”* (2019, p.16). Chegam inclusivamente a propor o *“rendimento mínimo museológico garantido”* numa lógica de os apoiar a conseguir a credenciação junto da RPM, fundamentando com o serviço público cívico que prestam à comunidade.

Desta feita, assumem como relevante a nova realidade do séc. XXI, a dos museus que surgem de forma espontânea pela vontade dos populares, denominadas na Nova Museologia como a museologia dos pobres (2019, p. 37).

## 2.2. O CASO DO MUSEU DE LEIRIA

*A dimensão cultural de um povo mede-se, não apenas pela sua capacidade de reinterpretar de forma disruptiva o presente em linguagem artística, mas também pela sua aptidão para preservar a memória daqueles que nos precederam*

Raul Castro, Presidente da Câmara Municipal de Leiria  
(Carvalho, Tavares e Cravo, 2019, p.9)

### 2.2.1. O Museu (1917 a 2015 e 2015 a 2021)

Inaugurado em 2015 no Convento de Santo Agostinho em Leiria (ver anexo 19), o museu municipal resulta de uma ideia que nasceu durante a monarquia liberal, no último quartel do séc. XIX. A 15 de Novembro de 1917, ganha forma por decreto e integra a política museológica da Primeira República, com a Designação de **Museu Regional de Obras de Arte, Arqueologia, Numismática de Leiria**, conforme descrito na monografia atual.

Até 2006, o museu ocupou diversos espaços culturais de Leiria. Ano em que começaram os esforços para o trazer para o convento. *“O programa museológico, que se procurou participado, enquadra para além do acervo do antigo museu, as coleções artísticas municipais e a reserva arqueológica, constituindo o fulcro da rede de museus concelhios, aberta à cidade e ao seu território”*, como se pode ler no site do museu.

A mesma fonte apresenta a disposição dos espaços e acervos. *“O Museu de Leiria organiza-se em dois espaços expositivos (...) exposição de longa duração que faz uma leitura geral da história do território, propondo um caminho (...), por entre a rica e densa floresta de objetos, acontecimentos e mitos, que definem uma identidade central do país. No segundo espaço, que lhe é complementar (...) exposições temporárias que permitem aprofundar temáticas e coleções específicas”*.

Em finais de 2015, após 98 anos de itinerância, a autarquia de Leiria noticiava a sua inauguração em nota de imprensa. O investimento rondou os três milhões de euros, 85% dos quais financiados pelo FEDER, no âmbito da Política das Cidades – Parcerias de Regeneração do Centro QREN 2007-2013. Um espaço que testemunha milhares de séculos da história leiriense. Desde início que se perspetivava uma obra vanguardista, atual para o seu tempo, tendo inclusivamente o presidente da câmara anunciado que, *“é com redobrado orgulho que podemos anunciar que o Museu de Leiria, para além de dispor de Guiões em Braille, é a partir de hoje o primeiro a nível nacional a disponibilizar aos seus visitantes um Guião em Sistema Pictográfico, o que será uma mais-valia para a comunicação*



*que pretendemos privilegiar neste espaço cultural. É uma forma de chegarmos a todos, evitando a exclusão em áreas que vão desde a iliteracia até ao espectro do autismo”.*

Ainda na cerimónia inaugural do museu, a então presidente da CCDRC, Ana Abrunhosa elogiou o projeto e acrescentou que *“é a cultura que distingue os países desenvolvidos dos menos desenvolvidos, e nesse aspeto temos um país riquíssimo”.*

Cinco anos volvidos desde a sua abertura ao público, o modelo de gestão vislumbrado, bom como o tipo de museologia participativa adotada gerou frutos e o museu tem sido amplamente agraciado e distinguido em diversas ocasiões, nomeadamente com o 1º prémio de Museografia e Melhor Museu em 2016, atribuído pela APOM (Associação Portuguesa de Museologia); no mesmo ano, recebeu a menção honrosa - Acessibilidade Física, atribuído pela Acesso Cultura; ainda em 2016 recebeu o prémio Concelho Mais Acessível, atribuído pelo INR (Instituto Nacional para a Reabilitação); em 2017 o prémio The Silletto, atribuído pelo EMYA (European Museum of the Year Award); no ano seguinte, recebeu o certificado “The Best Heritage”, atribuído pela Europa Nostra e o ICOM (International Council of Museums); ainda em 2018 a APOM voltou a atribuir-lhe o Prémio Marketing Cultural e em 2019 o Prémio Projeto Internacional; em 2019 também a SHOT (Society for History of Technology) lhe atribuiu o Dibner Award for Excellence in Museum Exhibits

### **2.2.2. O projeto museológico e museográfico**

O projeto do museu levou mais de um século a construir. Já o programa museológico, como se pode atestar na sua monografia procurou, através de um novo olhar, exibir vivências socioculturais, interagir fortemente com a comunidade local, promover Leiria, bem como garantir qualidade científica no seu projeto. Adotou-se uma política museológica de participação local, de proximidade, onde o visitante se vê envolvido em diversas ambiências, apelativas ao contacto físico, interativo e não apenas visual do objeto. Ao nível museográfico a exposição de longa duração apresenta-se flexível, no sentido de poder substituir-se à linguagem, espólios, assim como a alguns núcleos temáticos.

A segurança e conforto foram igualmente uma preocupação de fundo. Pretende ser visto como um museu amigável e acessível a TODOS. Procurou-se também que o percurso ao longo da exposição estabeleça uma relação afetiva com o público, apoiado em soluções gráficas e de multimédia pedagógicas validadas. Do ponto de vista da funcionalidade museológica o equipamento funde o conceito do museu tradicional e o centro de interpretação acessível a diversas realidades socioculturais e faixas etárias.

A estratégia museográfica foi contratada, executados projetos de arquitetura, design, infografia, iluminação cénica, software e hardware, materializando os princípios museológicos e respeitando o

acervo, isto é, a identidade de Leiria. No sentido de respeitar a carga histórica do edifício, eram critérios a considerar no desenho museológico: efetuar o mínimo de intervenção no edifício; máxima acessibilidade, quer funcional, quer sensorial; flexibilidade de conteúdos; introdução de elementos surpresa em cada núcleo temático e ser fiel aos temas chave.

Quem visita o museu tem contacto com os seguintes temas da história leiriense: a) a evolução do território; b) dos primeiros habitantes ao homem moderno; c) dos últimos caçadores-recolectores aos povoados da Pré-História recente; d) dos povoados da Idade do Ferro ao Império Romano; e) da alta Idade Média à fundação do castelo e expansão da vila medieval de Leiria; f) Leiria moderna – cidade e diocese; g) Leiria contemporânea – das invasões francesas ao 25 de Abril de 1974; h) a identidade leiriense.

O objetivo expositivo é que, do ponto de vista da perspetiva do visitante, este consiga identificar de forma autónoma uma coerência e uma linha condutora cronológica entre cada temática, mas consiga também distingui-las umas das outras.

A conceção, desenvolvimento e instalação do novo Museu de Leiria, por oposição aos formatos anteriores, e conforme evidenciado até aqui, procurou garantir a integração da diferença. Até 2015 era visitável apenas uma pequena porção do seu espólio. Assim sendo, era premente garantir a acessibilidade a todos os públicos, eliminar barreiras das esferas físicas, sociais, individuais ou etárias. E foram várias as formas de alcançar este objetivo, a saber: *” através da infografia, sinalética, braille, trilhos direcionais, acessos mecânicos, espaço cão-guia, plantas táteis, tradução trilingue, exposições bilíngues, áudio-vídeo-guias em quatro línguas, soluções multimédia, guiões para filmes sem locução (para acesso aos deficientes auditivos), guiões em sistema pictográfico comunicacional, e para a inclusão digital”* (Carvalho, Tavares e Cravo, 2019, p.26).

Estas preocupações foram pensadas não só para o interior do edifício, bem como, para os acessos exteriores, jardins, com rampas, estacionamento para mobilidade reduzida, sinalética e circuitos a partir dos transportes públicos.

Dar a conhecer o espólio em reserva, e porque o universo dos objetos remete até à pré-história, implicou [e continua a implicar] intervir peças de cerâmica, pedra, osso e marfim, madeira, âmbar, azeviche e metais. Consequentemente foram elaboradas fichas de tratamento e descritivas do processo interventivo, relacionadas com a ficha de inventário.

A linha orientadora do projeto para o museu, pelo que já foi exposto, estabeleceu-se através de parcerias a montante. Ou seja, para uma resposta rigorosa e científica ao nível museológico, museográfico, identitário e acessível, foram estabelecidos protocolos e relações de colaboração com consultores em múltiplas áreas de conhecimento e da sociedade civil relacionada com cada uma das coleções, bem como as entidades de ensino e desenvolvimento local.

Numa sociedade de crescente demanda por parte da comunidade, há que prover serviços públicos de museologia pedagógicos com qualidade e rigor. Por todas estas razões assume um papel cultural e recreativo orientado para a valorização do património e das identidades locais. Estes serviços materializam-se nas visitas guiadas, oficinas e roteiros destinados aos vários tipos de público.

Ao nível municipal, o museu integra ainda uma rede de espaços culturais. Pretende, juntamente com o Moinho de Papel, Jardim de Santo Agostinho, Centro de Interpretação Ambiental e requalificação das margens do Lis, consolidar e reforçar este polo cultural, fundamentando assim, a candidatura a Capital Europeia da Cultura em 2027.

### 2.2.3. Impacto e retorno no desenvolvimento da região

O património é encarado como *“forma de identidade de um povo, uma memória histórica do mesmo e um recurso socioeconómico que pode e deve ser rentabilizado para as atuais e futuras gerações. (...) um passado inimitável, (...) um legado artístico produzido nas mais diferentes épocas, fruto da expressão e da criatividade de uns poucos”* (Carvalho, Tavares e Cravo, 2019, p. 53). A monografia do museu defende a conservação deste património como elo de ligação entre o passado e o presente, salvaguardando o futuro.

A rentabilidade é prevista nas repercussões dos serviços de educação, na visitação, na acessibilidade, na requalificação de outras áreas adjacentes e, desde logo, noutros projetos de cariz internacional, como é o caso da aceitação e distinção de capital da cultura e o retorno que trará à cidade e à região.

A extensa rede museológica veio requalificar desde logo o património, o edificado e espaços públicos adjacentes. Antes de mais é visível o impacto na reabilitação urbana e paisagística. Se a essa estratégia se considerarem os eventos culturais inerentes (feiras, festas e festivais), verifica-se uma promoção económica, de coesão social e identitária do concelho (Plano Estratégico Cultura, 2020, pág. 24). A procura crescente de artesãos e atores culturais gera uma dinâmica económica, e estimula o tecido associativo, as artes e os ofícios. Além do valor cultural e simbólico, a cultura (que integra entre outros, o património e museus) tem criado valor e emprego.

Os subsetores do Património Cultural e Museus geram externalidades positivas (p. 33) pois promovem a fruição, criação e inovação e conseqüentemente uma mais valia económica. Atraem também inúmeras atividades de criação, produção e disseminação de valor cultural, simbólico e económico.

Mobiliza um conjunto muito diversificado de atores e dinâmicas, de investigação, documentação preservação e regulação junto das próximas gerações. Por outro lado (p.65) a aposta na cultura aumentou o número de dormidas nos alojamentos turísticos da região entre 2009 e 2018.

## 2.3. O CASO DO MUSEU DE MÉRTOLA

Mértola, território de forte cariz rural, apresenta-se como o terceiro maior concelho do país em área, com 1279km<sup>2</sup>. Zona deprimida, com a população dispersa, caracterizado morfologicamente por ser um território de *“transição entre as planícies bejenses e as colinares serras algarvias”* (Mateus, 1998, p.114). O encerramento das Minas de S. Domingos nos anos 60 e o declínio dos processos produtivos da agricultura e pastorícia levaram à queda abrupta do número da população, de 26.028 habitantes, para 11.693 e para 9731 em 1981 [6205 em 2021].

*“Em contrapartida, o seu centro histórico, praticamente intacto, conservou uma enorme riqueza patrimonial e um subsolo extraordinariamente fértil em vestígios arqueológicos”* (Martínez, Rafael e Torres, 2016, p. 58).

### 2.3.1. O projeto Mértola Vila Museu

Quem visitar Mértola (ver anexo 20) depara-se com dezena e meia de realidades musealizadas ao longo dos últimos 40 anos, nomeadamente os núcleos de/a: Alcáçova e Casa Islâmica, Arte Islâmica, Arte Sacra, Basílica Paleocristã, Casa do Mineiro, Casa de Mértola, Casa Romana, Castelo, Ermida e Necrópole de S. Sebastião, Forja do Ferreiro, Mosteiro, Igreja Matriz de Mértola, Oficina de Tecelagem e Alcaria dos Javazes.

Este museu apresenta-se na sua página oficial, por não ser somente um museu que exhibe objetos, mas sobretudo por estabelecer um elo de ligação com as pessoas e a sua memória coletiva. O arqueólogo Cláudio Torres caracterizou-o e designou-o como o projeto cultural de Mértola Vila Museu. Uma iniciativa que remonta aos anos 70 com enfoque no *“envolvimento da população, numa tentativa de lhe devolver a sua identidade e contribuir para o desenvolvimento local”*.

O trabalho minucioso e conseqüentemente moroso das equipas de arqueólogos e museólogos começaram por ser encarados com algum ceticismo. Só quando conheceu os primeiros frutos em 1989 1990 e 1998, mediante a atribuição dos prémios de conservação da natureza e do património histórico cultural, do melhor plano de salvaguarda para um núcleo histórico, e mérito cultural respetivamente, se afiguraram áreas de trabalho e do saber com valor.

### 2.3.2. Estratégias de ação para o desenvolvimento

A estratégia integrada adotada para o projeto Mértola Vila Museu, seguiu por dois caminhos: o da aposta na investigação científica e o da musealização numa linguagem acessível e pedagógica, de modo a que os locais divulgassem e atraíssem visitantes. *“Assim se constituiu Mértola como um destino de turismo cultural de importância nacional e até internacional”* (Torres, 2021, s/p). Todo

este universo é dinamizado essencialmente pelo Campo Arqueológico de Mértola, coadjuvado pelo município e Associação de Defesa do Património, escola profissional local e pelo Parque Natural do Vale do Guadiana.

Cláudio Torres crê que 50 000 visitam anualmente a vila e os seus museus, centrado nas iniciativas museológicas de recuperação social e patrimonial da vila velha, nomeadamente nas ruas, na organização dos espaços públicos, nas fachadas, nos volumes arquitetónicos, materiais e técnicas de construção. Ou seja, verifica-se uma profunda simbiose entre o projeto museológico e a requalificação habitacional e urbana. Tenta-se que o objeto arqueológico seja enquadrado no espaço museográfico adjacente ao local onde foi achado. Facto que “obriga” o visitante a circular pela vila, aumenta o tempo-visita repercutindo-se num significativo aumento da procura pela restauração e alojamento.

No fundo, o projeto museológico e museográfico é desenhado em articulação com a atividade turística, com a faixa etária dos diferentes públicos, com a sua sustentabilidade, procurando evitar a massificação.

Destacaram-se ainda as ofertas turísticas associadas a produtos turísticos culturais, resultante da necessidade de preparar técnicos profissionais em arqueologia, museografia e turismo cultural devido à ausência de mão de obra e “fuga de cérebros” com *know how* dos saberes fazer antigos.

Além da escola profissional também se apostou numa pós-graduação em turismo cultural.

Mas nem sempre é fácil, como salienta Susana Martinez, Lígia Rafael e Cláudio Torres. Requer uma gestão imaginativa e flexível de parte a parte, num delicado equilíbrio de forças entre os recursos patrimoniais e a frágil economia local (2016, p.60).

João Martins, na sua investigação sobre as estratégias de desenvolvimento local para Mértola, faz referência a Cláudio Torres, enfatizando a importância de manter a população informada sobre os passos e projetos a decorrer, que *“acima dos palácios, dos capitéis, das villas e castelos está o homem. Não o homem arqueológico e sim o homem comunidade bem real que hoje vive, trabalha e sonha por cima do seu passado, um passado que tem de compreender para olhar o futuro”* (2012, p.23).

*“Histórica e museologicamente tão importantes como os achados arqueológicos e peças artísticas que enchem os expositores, como são as ruas, as organizações dos espaços públicos e de sociabilidade a estruturação das áreas domésticas, os materiais e as técnicas de construção”* (Mateus, 1998, p.112).

O arqueólogo Rui Mateus sublinha igualmente que, fruto dos impactos económicos positivos, o valor da arqueologia começou a ser globalmente entendido e aceite como uma mais valia para as localidades que têm património designado como arqueológico.

### 2.3.3. Criação de Emprego

Do ponto de vista da criação de emprego, faremos uma análise com base nos dados do investigador João Martins datada de 2012, em que apontava no Campo Arqueológico de Mértola (CAM) 28 colaboradores diretos: 18 investigadores (bolseiros); 5 técnicos intermédios e auxiliares (bolseiros); e 5 prestadores de serviços. Responsáveis pela publicação de uma revista de arqueologia medieval, colóquios, seminários, monografias científicas entre outras (2012, p.34).

No caso da Associação de Defesa do Património (ADPM), em 2012 tinha 33 colaboradores, 5 com vínculo e os restantes em prestação de serviços.

A Escola Profissional ALSUD, criada em 2008, integra os municípios de Mértola, Alcoutim e Tavira em parceria com várias entidades. Além da atividade formativa também promovem animação em feiras e festivais, educação ambiental, participação em semanas educativas, festivais, qualificação de ativos, entre muitos outros. Entre 2008 e 2012 já tinha 12 funcionários internos e 30 colaboradores em prestação de serviços.

Ao nível cultural em 2001 foi criada a Associação em Mértola para Desenvolver e Animar (AMDA) e 11 anos depois da sua criação já contava com 11 elementos com formação nas áreas da dança, fotografia, som, vídeo e música.

Constitui ainda ator local de Mértola a Fundação Serrão Martins (FSM), constituída em 2004 pela câmara municipal e pela empresa que tem a concessão de exploração do minério de São Domingos. Uma organização sem fins lucrativos que visa a proteção, conservação, valorização e divulgação dos valores patrimoniais da Mina de S. Domingos e do seu complexo mineiro (Martins, 2012, p.38). Este organismo possuía há uma década atrás 4 colaboradores: 1 administrativo, 2 técnicos profissionais e 1 técnico superior.

Os resultados apresentados só são possíveis, porque houve envolvimento do município de Mértola, que em 2010 despendeu de 6,55% do orçamento anual em cultura e património.

A forte presença de cultura e herança islâmica no concelho de Mértola, criou dinâmicas trianguladas em torno desta temática, que vão desde o entretenimento puro, a encontros científicos internacionais, mercados de rua, concertos e workshops de dança ou de gastronomia com influências da península ibérica e das zonas do Magreb fronteiriço, festivais, visitas guiadas, exposições, feiras do livro, exibição de peças de teatro, entre outras (Martins, 2012, p.50).

A investigação científica ajudou a musealizar, desenvolveu-se o turismo cultural que estimulou a procura pelo artesanato e a restauração local. É caso de orgulho para os residentes, assim como para os naturais emigrantes. É um caso em que a esfera social e a política têm andado lado a lado.

Esta confiança e rigor acabam por alocar outras entidades de renome e outros financiamentos, como por exemplo o caso da Fundação para a Ciência e Tecnologia ou da Fundação Calouste Gulbenkian (Martínez, Rafael e Torres, 2016, p. 73). A própria formação ministrada em torno destas dinâmicas gerou parcerias com diversas universidades do país.

O museu entende-se assim como um *work in progress*, na medida que interage com a população, com os visitantes, com as necessidades culturais e com as descobertas arqueológicas. A sua configuração e conteúdos mudam com frequência, sofrendo ampliações e atualizando-se ao sabor das investigações científicas (Martínez, Rafael e Torres, 2016, p. 62).

A estratégia integrada de desenvolvimento de Mértola, conheceu alguns recuos, mas sobretudo avanços, por ter congregado *“uma particular sintonia entre a componente técnica e parte política de planeamento, permitiu tornar a salvaguarda e conservação do património arqueológico e urbano como um verdadeiro agente do processo de desenvolvimento local”* (Mateus, 1998, p.113). Ou seja, a estratégia assentou de forma estruturada na investigação científica, na implantação de vários espaços museológicos, na valorização da malha urbana e na intervenção tendo em vista a salvaguarda.

Os investigadores acreditam que a educação patrimonial, passa pela descriptação da linguagem científica de forma mais clara e atrativa por forma a que a população valorize a sua herança cultural e assim ajude na sua salvaguarda (Martínez, Rafael e Torres, 2016, p. 72).

Todas as dinâmicas geradas têm essencialmente efeitos nas verbas do turismo. Porém, os museus não são autossustentáveis de forma a financiar a sua atividade, nem as atividades científicas ou técnicas.

A par dos prémios que a vila museu foi recebendo ao longo das últimas décadas, a credibilidade do concelho foi indiretamente reforçada com a atribuição de mais uma distinção, a 22 de julho de 2021, com a atribuição do prémio Nacional “Memória e Identidade” ao Professor Doutor Cláudio Torres pela Associação Portuguesa dos Municípios com centro histórico.

## 2.4. CONCLUSÕES

*Qualquer comunidade procura guardar, proteger os seus bens mais preciosos, as provas e documentos identitários, os objetos e artefactos portadores de uma marca ou sinal de memória coletiva*

(Martínez, Rafael e Torres, 2016, p. 77)

O património cultural português é a força motriz da identidade e cultura nacionais. É igualmente um fator fundamental de desenvolvimento económico e social.

A aposta em realidades museológicas disseminou-se de forma aleatória, desvinculada, à mercê da procura excessiva nas grandes cidades ou da necessidade de construir um orgulho identitário no mundo rural. Mais ou menos especializados, de arte, ciência, arqueologia, etnografia ou outros, assistimos a uma dualidade de equipamentos museais, os reconhecidos pela RPM, e os pretensos museus, que vieram preencher vazios em sociedades ditas mais desfavorecidas, que não gozam de grandes apoios políticos para a cultura.

Em 1984, Jorge Estrela escrevia à comunicação social um artigo que caracterizava o ponto da situação museal de Leiria, da seguinte forma: *uma situação que se arrastava há muito, com uma coleção exposta nalgumas salas da câmara, em condições deficientes de leitura e conservação, sem qualquer elemento explicativo a situe e valorize* (Carvalho, Tavares e Cravo, 2019, p. 173).

A vários ritmos se constrói a museologia em Portugal. A região centro, conforme demonstram os números, não é diferente. Em alguns casos municipais, como o da Sertã, ainda está quase tudo por fazer, e afigura-se um longo caminho a percorrer, se se comparar com os concelhos mais populosos em análise.

Entre os dois casos museológicos apresentados, a estratégia de Leiria ao longo da última década, apresenta uma versão híbrida das correntes museológicas tradicionais com o paradigma neomoderno, enquanto que Mértola, uma estratégia pioneira de quatro décadas, parece ter adotado uma estratégia mais próxima da Nova Museologia, menos centrada no edifício histórico, na grandiosidade, nas instituições, mais próxima da comunidade, uma comunidade participativa. Universos díspares e dimensões incomparáveis, uma de cidade, outra no profundo Alentejo. Uma centrada na acessibilidade, no alcance de uma distinção europeia para receber a cultura, a outra no conhecimento científico e desenvolvimento sustentável integrado com vista à fixação de população e inversão do crescimento natural.



Lígia Rafael confirma que após o último terço do séc. XX, Mértola viveu novos tempos, não tão áureos como os do seu passado de cidade portuária, elo de ligação com as riquezas do mediterrâneo, mas, pelo menos, de vila conhecedora das suas raízes, pronta a construir o seu futuro. Este novo alento foi sem dúvida dado pela consciencialização da importância do seu património e envolvimento local (2010, p.14).

Apoiar o património e a cultura tem impactos no desenvolvimento, diretos e indiretos. Produz mais cultura, preserva e salvaguarda, produz riqueza económica e traz para a comunidade recursos humanos altamente especializados.

A descoberta do património pelos meios rurais traduz-se na constatação que é necessário repensar certos espaços e objetos em função de novos usos, atribuindo-lhe outras finalidades e integrando-os mesmo que tenham sido marginalizados durante muito tempo, nas dinâmicas do novo desenvolvimento local (Peixoto, 2002, p. 13-14).

*“A coleção pode ser definida como um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefactos, mentefactos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.)”* reunidos, classificados, selecionados e conservados, e que formem um conjunto coerente e significativo. Ora, nesta linha de pensamento avançada pela monografia dos conceitos chave de museologia de 2013, p.32, a Sertã inscreve-se nos seus vários cenários e patrimónios.



### 3. MUSEOLOGIA: DAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS CULTURAIS AO DESENVOLVIMENTO - tendências e desafios

*O Património Cultural constitui um elemento essencial para a construção de uma identidade coletiva, sendo, simultaneamente, o representante dessa mesma identidade, o documento histórico onde se pode ler grande parte da nossa ancestralidade comum, nas suas várias dimensões: cultural, social, artística, económica, científica, espiritual.... É uma herança do passado de enorme valor, tanto material como simbólico, que, em prol da cultura e do desenvolvimento, temos a responsabilidade e o dever de transmitir às gerações futuras. É por isso, essencial garantir a sua salvaguarda e preservação*

(Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p. 13)

*O património (natural, cultural e paisagístico) configura um importante recurso (com carácter diferenciador) no contexto dos processos de desenvolvimento dos territórios e das populações*

(Carvalho, 2012, p.310)

*É do interesse nacional preservar o património com valor histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, social, industrial ou técnico que reflitam valores de memória, antiguidade, autenticidades, originalidade, raridades, singularidade ou exemplaridade*

(Lei nº 107/2001, 8 de setembro)

*O património cultural e património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através de fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes*

(Conferência Geral da UNESCO, 16 de Novembro de 1972)

### 3.1. PATRIMÓNIO E POLÍTICAS PATRIMONIAIS

*Monumento e cidade histórica, património cultural e urbano: noções e figuras sucessivas que fornecem um esclarecimento privilegiado sobre o modo como as sociedades ocidentais assumiram a sua relação com a temporalidade e construíram a sua identidade*

(Choay, 1999, p.181).

Desde o final da segunda grande guerra, mas sobretudo desde 1972, que a proteção do património de excepcional valor passou a integrar a missão da UNESCO – United Nations for Educational, Scientific and Cultural Organization, (CAPELA, 2018, p.11). Foram criados comités e fundos nos anos seguintes e, por conseguinte, listados inúmeros bens pelo mundo fora. A par da construção e extrema importância da identidade de um povo/região, esta ideia deve estar inexoravelmente associada à educação e sensibilização de um “sítio”. Daí que, a educação patrimonial seja, na opinião do presidente da ICOM – International Council of Museums, em 2018, José Alberto Ribeiro (em entrevista ao Diário de Notícias da Madeira (...), “um trabalho que não tem fim”.

O caso do Património Cultural (PC) é, na abordagem de Folarin Shyllon (Logan, 2016: 55) um legado de artefactos físicos e atributos intangíveis, de um grupo ou de uma sociedade. São herdados por gerações passadas e mantidos no presente para o benefício das gerações futuras.

O património é percecionado por Steven Hoelscher como “*a faith, and like all faiths it originates in the deeply rooted human need to give meaning to temporary chaos, to secure group boundaries, and to provide a symbolic sense of continuity and certainty that is often lacking in everyday life. As a way of apprehending, ordering, and displaying the past, heritage’s future looks bright*” (MacDonald, 2006, p.216).

“*Os momentos de grande destruição na história da Europa foram, paradoxalmente, também os momentos de charneira na defesa do seu património cultural: os excessos resultaram em perdas que motivaram a sua proteção*” (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p.29). E desde então o conceito de património cultural foi sofrendo influências, aumentou o seu grau de complexidade, múltiplas interpretações e classificações, sobretudo no que se refere ao património que foi criado pelo homem, o que resulta da natureza ou a simbiose entre ambos.

O património é um capital herdado que carece não só de conservação física mas fundamentalmente de uma utilidade, de um reconhecimento por parte da comunidade.

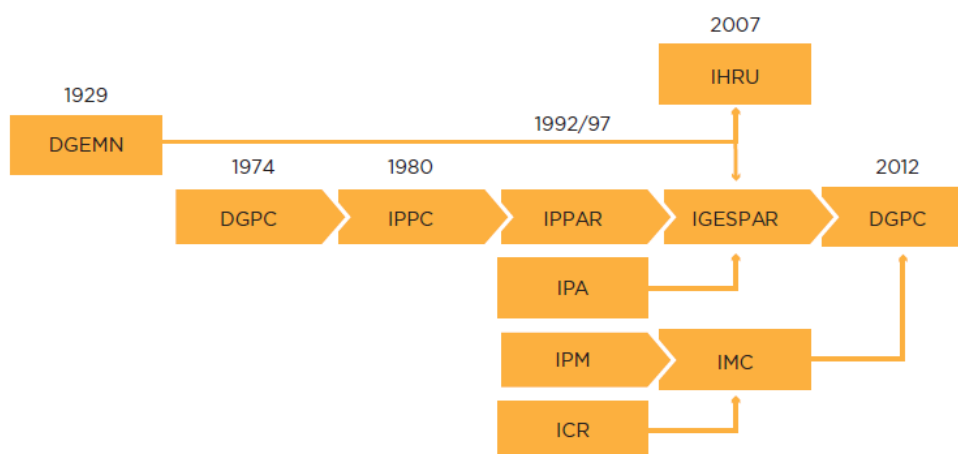
### 3.1.1. Entidades do Património em Portugal

#### 3.1.1.1. Entidades Públicas

A primeira preocupação com a proteção do património português remonta ao notável alvará do reinado de D. João V, aquando da criação da Academia Real de História Portuguesa, em 1721 (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p.28). Sucederam-se contudo alguns acontecimentos marcantes na mudança do paradigma patrimonial nacional, tais como: o terramoto de 1755; as invasões napoleónicas; a fuga da família real para o Brasil; a subida de D. Miguel ao trono e as guerras liberais subsequentes e as expropriações conventuais na sequência da extinção das ordens religiosas. À semelhança de outros países europeus, os primeiros defensores do património foram a Associação dos Arquitetos Civis em 1863 e a Criação da Comissão de Monumentos Nacionais em 1882. Com a Implantação da República, através da Lei da Separação do Estado e das Igrejas vários sectores do estado vão ocupar imóveis abandonados que careciam de fortes medidas de conservação e manutenção (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p.36), que ficariam a cargo da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (AGEMN) em 1920.

Desde então e essencialmente depois da chegada da democracia o conceito de património foi-se expandido e sendo tutelado por diversos organismos, nomeadamente as obras públicas, depois para a educação e por fim à cultura na década de 80, da seguinte forma (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p. 41 a 44):

Ilustração 13. Organização institucional do sector patrimonial em Portugal (1929 - 2021)



Fonte: 12 . Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p. 41

- 1929 a 1974 - Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN);
- 1980 a 1992 Instituto Português do Património Cultural (IPPC);
- 1992 a 2006 Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR);
- 1997 a 2006 Instituto Português de Arqueologia (IPA);
- 2006 a 2011 Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, (IGESPAR);

- 2006 a 2011 Instituto dos Museus e da Conservação (IMC);
- 2012 a 2021 Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

Atualmente a estrutura nuclear do património em Portugal encontra-se tutelada pela Direção Geral do Património e da Cultura, que é regulamentada pela Portaria 223/2012 de 24 de julho. Existem unidades flexíveis da DGPC que têm como missão *“assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional”*.

Porém, o enquadramento geral assenta na Lei de Bases da Política do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural - Lei 107/2001, de 8 de setembro. Pode ler-se no ponto 1 do artigo 2º que *“integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilizações ou de cultura e portadores de interesse cultural relevante, devem ser objeto de especial proteção e valorização”*.

Esta lei é, por sua vez, complementada pelo: a) Procedimento de Classificação dos Bens Imóveis de Interesse Cultural; b) Regime Jurídico das Zonas de Proteção e do Plano Pormenor de Salvaguarda, no Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro; c) Regime Jurídico dos Estudos, Projetos, Relatórios, Obras ou Intervenções sobre Bens Culturais Móveis e Imóveis Classificados ou em vias de Classificação de Interesse Nacional, de Interesse Público ou de Interesse Municipal – Decreto-Lei 140/2009 de 15 de junho.

Ao longo das últimas décadas as atenções desdobraram-se com o crescimento da importância do património intangível, isto é, do Património Cultural Imaterial (PCI) que na perspetiva de Ana Carvalho (2017) compreende um conjunto diverso de expressões e tradições que as comunidades e os grupos vão transmitindo de geração em geração, recriando-as ao sabor dos tempos.

**Tabela 2. Universos do conceito de Património Cultural**



Fonte: 13 (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p.29)

Trata-se de um património vivo que se vai expressando através da música, da dança, da oralidade, do teatro e dos objetos, fazendo parte de uma complexa teia de valores, sistemas do conhecimento e saberes que estão associados à vida humana.

O processo de musealização consiste na metamorfose de objetos que, não deixando de ter valor social e cultural, adquirem outros, mais especiais, com nova recontextualização. Trata-se de um caminho que consiste em transformar objetos materiais e imateriais, aparentemente vulgares, em legados históricos ou testemunhos de desenvolvimento (...) e de representação da comunidade. Gonçalves, Carvalho e Tavares depararam-se com uma lista extensa de 33440 bens inventariados (Património quer cultural, quer natural) em Portugal, dos quais 4575 estão classificados por Portugal e 17 distinguidos pela UNESCO como Património Mundial (2020, p. 33 e 34).

### 3.1.1.2. Outras Entidades Nacionais

Analisada a esfera pública, importa referir outros agentes do PC, que motivados por diversos interesses, participam ativamente na salvaguarda e valorização deste recurso.

**Associações de Defesa do Património** - São compostas por pessoas, associações sem fins lucrativos, criadas de forma amadora com o intuito de preservar, recriar e vivenciar o património. Mértola afigura-se como um caso de grande sucesso, dinâmica e participação cívica em prol do património. Uma vila viva com espaços museográficos de elevada qualidade, desde os anos 80.

O mesmo estudo, aponta ainda as **Associações de Municípios** com atuação fora do âmbito central, que surgiram na década de 90 denominados por “projetos de desenvolvimento local de base patrimonial” e que hoje se centram mais ao nível turístico em projetos de âmbito transmunicipal sob a designação de Rotas. São disso exemplo: a Rota do Românico, Vale do Sousa e Tâmega, que integram 12 municípios e 58 monumentos; a Rota do Fresco, um projeto de autossustentabilidade em territórios classificados como “deprimidos” no Alentejo, que integra 15 municípios e mais de 60 edifícios listados.

Em finais da década de 90 surgem **Empresas de Animação Turística (EAT)**. A sua ação é essencialmente o património, nomeadamente os recursos endógenos de cada território, criando novas formas de experimentar e usufruir os modos de vida local. São empreendedoras e pró-ativas e beneficiaram amplamente com o “boom” do Turismo em Portugal nos últimos anos (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p. 76).

Na senda da defesa do património e de um desenvolvimento sustentável, no séc. XXI fazem-se notar as **Associações de Direito Privado sem fins lucrativos**, apoiadas igualmente na associação de

municípios múltiplos e com recurso a fundos comunitários, como o caso PROVERE (ex. Aldeias do Xisto, Aldeias Históricas de Portugal, Entre a Serra e o Mar, na costa vicentina, e os Geoparques).

Ao nível nacional existem ainda as entidades **Estado Empresarial** (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p. 85), como é o caso da Parques de Sintra – Monte da Lua. Uma sociedade anónima com capitais exclusivamente públicos, que procura dar resposta às exigências da UNESCO, na medida em que gere, recupera e explora património público. Porém não sobrevive apenas da bilheteira do público nacional, nem a distribui pelos outros patrimónios culturais além do território que gere. São ainda exemplo desta tipologia de defensores do Património a EGEAC ou a Fundação Côa parque.

### 3.1.2. Entidades do Património Internacional

Ao nível internacional a defesa e conservação do património é emanada sob a forma de diretrizes do ICOM – Conselho Internacional dos Museus, do Conselho da Europa e da UNESCO através de Carta, Convenções ou Recomendações internacionais.

No entanto, estas não constituem lei, a não ser em casos pontuais ratificados para a legislação nacional, como foram exemplo as leis relativas aos Jardins Históricos em 1981, as Cidades Históricas seis anos mais tarde, a Reabilitação Urbana Integrada em 1995 e a Convenção de Faro em 2005. (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p.30).

Existem um pouco por todo o mundo formas de gestão patrimonial.

Os investigadores apontam as dinâmicas francesas de âmbito territorial - **Pôles d'Économie du Patrimoine**, e em Inglaterra aquele que elegem como o melhor exemplo europeu, o **National Trust**, porém incompatível com a realidade portuguesa. Esta é a maior entidade de beneficência (membros, mecenas, voluntários, fundos vários e receitas próprias) do Reino Unido, com raízes no período pós-revolução industrial, sob a premissa de salvaguardar o PC *“for everyone, forever”*. O seu campo de ação é extensível a 250 mil hectares rurais e mais de 500 propriedades históricas, que só em 2019 receberam 28 milhões de visitantes, que se monitoriza, avalia e gere como uma empresa privada.

Acaba por ser um modelo à semelhança do que acontece nos exemplos enunciados no estudo relativo a Lisboa, Santa Maria da Feira ou Mértola.

### 3.1.3. Políticas e práticas culturais portuguesas

Ao nível das políticas culturais portuguesas, no quadro legislativo a política mais recente e significativa na área do património cultural é a Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e



Valorização do Património Cultural – Lei 107/2001, de 8 de setembro. Ela é complementada pelo Procedimento de Classificação de Bens Imóveis de Interesse Cultural, pelo Regime Jurídico das Zonas de Proteção de Proteção e do Pormenor de Salvaguarda – Decreto Lei 309/2009, de 23 de outubro, e pelo Regime Jurídico dos Estudos, Projetos, Relatórios, Obras ou Intervenções sobre Bens Culturais Móveis e Imóveis Classificados ou em vias de Classificação de Interesse Nacional, de Interesse Público ou de Interesse Municipal – Decreto Lei 140/2009 de 15 de junho.

A par destas, existem documentos e orientações internacionais que norteiam e consolidam as políticas de património. E por último, é de considerar ainda o Estatuto do Mecenato – Decreto Lei 74/1999 de 16 de março.

Indiretamente o Estado tentou promover o investimento no património através: a) da concessão de vistos de residência a estrangeiros que reabilitassem imóveis urbanos nas zonas históricas – Lei 23/2007 de 4 de Julho; b) ou vistos *gold* para o apoio à produção artística, recuperação ou manutenção do património cultural nacional; e através da consignação dos 0,5% do IRS para as Artes Visuais e Performativas – Decreto-Lei nº 103/2017 de 24 de agosto, com 307 entidades beneficiárias em abril de 2019 (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p.31).

O ICOM em Portugal, em articulação com a Rede Portuguesa de Museus, tem vindo a aprofundar as recomendações dos Museus para o futuro, onde as redes e parcerias, foram identificadas como prementes.

### 3.2. DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE

Museu de Comunidade ou de Território. Que designação empregar?

Os Museus de Comunidade são aqueles que surgem da iniciativa popular, de base voluntária, marcadas pela sua autoestima e orgulho ancestral (Figueira e Ramos, 2019, p. 13 e 14). Aceitando desde logo esta premissa, podemos afirmar que a sua exequibilidade se cinge mais ao nível micro e o territorial congrega uma região, geograficamente maior.

*“nos projetos patrimoniais de base territorial, evidenciou-se a importância da escala do tema federador: quanto maior o número de parceiros, maior a notoriedade e a capacidade de gerar atratividade; quanto mais diversa a oferta (...) maior a adesão; a diversidade e a dimensão do território tendo igualmente influência na sustentabilidade do projeto, favorecendo o regresso do visitante nacional inscrito numa dinâmica de turismo-cultural”* (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p.99). Neste sentido, podemos aplicar o termo em projetos de caráter intermunicipal, que agregam vários municípios ou regiões (do Douro, do Xisto, etc.), um *“espaço territorial possuidor de características tais que a diferenciem das restantes”* (Ribeiro, 2002, p.16).

No âmbito desta problemática, Agostinho Ribeiro entende a comunidade como um *“conjunto de pessoas que habitam num espaço comum, (...) que comungam do mesmo tipo de práticas, usos e costumes”* (2002, p.19).

#### 3.2.1. Consciencialização da importância dos bens culturais e seus impactos

Quando se pensa no processo de integração do património do ponto de vista do desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios e das populações, implica considerar uma ampla e complexa estratégia integrada, ao nível: do turismo cultural e ecológico (lugares, rotas e redes), dos museus e parques temáticos, dos eventos culturais, dos estatutos de proteção e classificação de lugares, da requalificação urbanística e ambiental (Carvalho, 2012, p.4)

Tem-se assistido ao aumento das preocupações e ao aumento da atribuição de valor do património nos meios rurais. Para este estado de consciencialização e transformação contribuíram três pressupostos: a produção, criação do património como forma de contributo para o autossustento do meio envolvente; atribuição de uma função utilitária do património em si e por fim o entendimento do seu valor, da sua identidade e do seu estatuto coletivo (Peixoto, 2002, p. 2). É deste modo que emerge e se cristaliza a ideia patrimonial. Circunstâncias que advêm na perspetiva do investigador derivado à metamorfose do mundo rural, a alguma histeria patrimonial, bem como à procura pelo

espírito do um lugar. É mediante este ciclo que os objetos acabam por receber uma *“nova vida, com novo sentido e funcionalidade”*.

Os bens culturais são assim veículos educacionais, símbolos da história, do génio artístico e dos costumes de um povo e, por conseguinte, um recurso importantíssimo de cada território. Já do ponto de vista económico não lhe é aplicável a atribuição de um valor de mercado (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p.27).

É, no entanto consensual, por exemplo ao nível do Parque Sintra Monte da Lua que há benefícios. As dinâmicas mais recentes conferem maior visibilidade, *good will* por parte da população, satisfação da experiência dos visitantes e maior probabilidade de prolongamento da estadia média (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p. 94).

Os bens patrimoniais são: elementos distintivos locais ou regionais e um importante fator de atratividade dos territórios e importantes recursos endógenos do país.

Embora ao longo das últimas décadas a cultura não tenha lugar num ministério próprio, nem lhe seja atribuída mais de 1% do orçamento anual do estado, vários estudos internacionais indicam que face ao seu PIB, Portugal é dos países que mais investe no sector patrimonial ao nível europeu (2020, p. 46). Porém os estudos incluem o património arquitetónico, arqueológico, paisagístico, arquivístico, museológico e biblioteconómico, incluindo também os fundos comunitários.

Em 2019 o orçamento para a Cultura atingiu os 500 milhões de €, dos quais 50% são afetos à RTP, 50 milhões às DGPC e 30 milhões às Direções Regionais (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p. 48).

Após 2015, num esforço conjunto entre o INE e o Ministério da Cultura, numa iniciativa sem precedentes, foi criada a Conta Satélite da Cultura (CSC) que passou a disponibilizar informação estatística acerca do sector cultural, estimulando investigação nesta área. O Património Cultural (museus, locais históricos, áreas arqueológicas e património imaterial) é um dos dez domínios analisados. Os autores do estudo do valor social e económico do Património Cultural em Portugal concluem que *“tem assumido uma crescente influência, uma vez que o sector se tem reinventado, procurando novas formas de articular as apelativas tendências tecnológicas e tirar partido do favorável contexto turístico”* (2020, p. 52).

A mesma fonte revela ainda que, de acordo com o Observatório do Património, em 2018 as 200 atrações patrimoniais portuguesas mais atrativas representaram cerca de 26 milhões de visitas ao nosso país.

### 3.2.2. O incremento da visitação no património como um ativo de desenvolvimento

O património é um ativo criador de riqueza e emprego. Há mais património por habitante em municípios pouco povoados, longe das aglomerações populacionais significativas (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p.107 e 120). Por forma a potencializar os territórios é, contudo, necessário criar escala e políticas pró-ativas em rede, entre os municípios próximos, concentradas nas suas várias dimensões para escoamento de tráfegos turísticos relativamente distantes.

No mesmo estudo os investigadores avaliaram que *“por cada milhão de euros de aumento de despesas em cultura num município, estimamos que os visitantes do património classificado aumentem 10,8%”* (2020, p.164).

Os territórios do litoral ou da fronteira atraem mais visitantes, aumenta também a sua atratividade em função do acesso à autoestrada (p. 180). Coimbra por exemplo, está entre os cinco municípios nacionais cuja taxa de visitação é superior a 1 milhão por ano.

É ainda sugerida a partilha de mecanismos de acessibilidade e estratégias de fomento dos visitantes a nível municipal e intermunicipal. Essas estratégias devem ser diferenciadas para os diferentes níveis etários da população. A educação patrimonial pode desempenhar um papel determinante.

Ao nível dos equipamentos museológicos, há que levar a cabo um trabalho de integração e qualificação da visita ao bem patrimonial. *“As pessoas são mais sensíveis a dinâmicas diretamente dirigidas à fruição do que à mera conservação física do bem em si mesmo”* (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p.187). Em média, cada 25 000 visitantes por ano gera um emprego a tempo inteiro no património, aumenta 3% os empregos em hotelaria por município e aumenta 3,4% as dormidas.

Os resultados advindos das atividades culturais variam em função das formas de investimento, da realidade territorial, da formação, ideologia política, autonomia financeira, etc. Este aspeto conduz-nos diretamente ao pensamento de João Martins, que cita Pedro Costa (1999), que identifica os efeitos diretos e indiretos das atividades culturais. Ou seja, ao nível direto existe o indicador audiência/público/visitantes alcançados, e ao nível indireto a economia local (com implicações no mercado de trabalho, comércio local, turismo, atração de investimento externo, requalificação urbanística, integração social de minorias, etc.).

Acerca do valor económico e social do património cultural em Portugal, estima-se que cada estrangeiro que visita o nosso país, fá-lo por razões culturais. Portugal tem inventariadas cerca de 38 mil razões (Gonçalves, Carvalho e Tavares: 2020, p. 17). Lisboa, Sintra e Porto são as regiões mais apetecíveis. Contudo, em termos europeus, apresentamos uma das mais baixas taxas de visitação a monumentos, museus e afins.

Assistimos, segundo ao mesmo estudo, à crescente importância e potencial do papel insubstituível do património cultural, enquanto instrumento de afirmação da identidade e da cultura. Na realidade,

a maior parte da fatia do orçamento da cultura portuguesa atribuiu-se à defesa e salvaguarda física do património. Porém, tornou-se um fardo inoportuno e o mecenato continua a assumir um papel tímido e pontual no que concerne à participação cívica na cultura.

Este aspeto conduz-nos diretamente à constatação de que somos mais atrativos para os cidadãos estrangeiros, que representam 70% da taxa de visitação, do que para os nacionais. Este estudo aponta ainda para a evidente necessidade de educar para a cultura, para as artes, bem como a importância de conhecer os impactos económicos, caso houvesse consciência da quantidade de monumentos existentes, da sua qualidade das receitas que obteriam se estivessem de facto acessíveis.

À medida que o património se afirma no cenário de visitação, proporciona a abertura e surgimento de novas linhas de financiamento, nomeadamente pela: DGPC, Turismo de Portugal, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Comissão Europeia, Europa Criativa, EEA Grants, entre outros apoios a projetos culturais (Fundo de Fomento Cultural e do Fundo de Salvaguarda do PC (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p. 53).

Existem, no entanto, outros apoios privados como a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Millennium BCP, ou outros no âmbito da Responsabilidade Social ou Ambiental, ou casos de criação de projetos próprios como a Fundação EDP.

Além dos apoios diretos do mecenato, os investigadores denotam existir também um patrocínio indireto de valorização ao PC, nomeadamente aliado a feiras e eventos especializados (veja-se o caso de Leiria no capítulo 2), como são o caso de: Jornadas Europeias do Património (DGPC, 1991); Jornadas da primavera ICOM (2003); Feira do património /Bienal Ibérica do PC (Spira/JCyL, 2013); Feira do Livro dos Museus, Monumentos e Palácios (DGPC, 2015); Jornadas para a Salvaguarda do PCI; Festival Aproxima-te! (Spira, 2016) e a Festa do Património (DGPC, 2017).

A par destes, existem também variadíssimas atividades da mesma natureza à escala internacional, bem como prémios nacionais, a saber: Prémios APOM, Prémio Nuno Teotónio Pereira, Prémio Vasco Vivalva, Prémio João de Almada; Prémios SOS Azulejo, Prémio Internacionalização do Património, Prémios Acesso Cultura e Prémio Nacional das Indústrias Criativas (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, pág. 54). Ou veja-se o caso de Mértola, com os prémios de Conservação da Natureza e do Património Histórico e Cultural (1989), Melhor Plano de Salvaguarda para um Núcleo Histórico (1990), Mérito Cultural (1998) e em 2021 o trabalho do Professor e Investigador Cláudio Torres foi premiado com prémio nacional “Memória e Identidade”.

É evidente para Davallon, et al. citados por Paulo Peixoto, que a patrimonialização acaba por não ser somente um seguro contra o esquecimento, mas também uma ferramenta de afirmação e de legitimação, e uma captação de recursos e de transformação identitária que procuram a

competitividade (Peixoto, 2002, p.8). Ou seja, a preservação do bem, prevê em si o retorno económico.

Em última análise constatamos que o desenvolvimento local está diretamente relacionado com a valorização do património e quase sempre com o turismo. No entanto, projeto museológicos inadequados e desalinhados com a identidade e autenticidade local acabam por não atrair visitantes (Rafael, 2010 p. 28).

Daí que seja fundamental não esquecer que, aos benefícios da preservação do património, e à sua “exploração como motor de desenvolvimento local do turismo e da economia, estão também associados riscos. O ponto 11 do diploma de Cracóvia (2000) alerta para os benefícios e riscos do turismo cultural, ou seja, que *“A conservação do património cultural deve constituir uma parte integrante dos processos de planeamento económico e gestão das comunidades, pois pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social dessas comunidades”*. Assim o defende Cláudio Torres e outros investigadores para o caso de Mértola no capítulo 2 deste projeto.

### 3.2.3. A sustentabilidade como imperativo de desenvolvimento

*“O património emerge como temática de grande visibilidade e relevância estratégica no âmbito do desenvolvimento dos territórios e das populações, em ambientes geográficos e de geometria variável, e sob diferentes pretextos: requalificação e revitalização territorial, melhoria das condições e qualidade de vida das populações, reconstrução de memórias e identidades, processos de mediação educativa (educação patrimonial), e integração dos lugares na esfera dos lazeres turísticos, entre os mais significativos”* (Carvalho, 2012, p. 294).

*“Torna-se imprescindível apostar na valorização do território, enveredando efetivamente por novas estratégias de desenvolvimento sustentável de médio e longo prazo. Esta estratégia global passa necessariamente pelo potenciar das valências mais ricas e genuínas destes territórios. (...) Estas valências constituem recursos únicos e singulares, que distinguem cada uma destas regiões(...) que podem projetá-las para o exterior, podendo objetivamente contribuir para a construção do seu próprio futuro”* (Carvalho, 2014, p.7).

*“Urge oferecer aos jovens alternativas de formação assentes nos recursos endógenos do seu território, bem como vias profissionais gratificantes no sector da cultura”* (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p. 192 e 193). Neste seguimento é sugerida ainda a ação concertada entre o turismo e a cultura em que os recursos patrimoniais (materiais ou imateriais) sejam potencializados e permitam gerar valor para o seu território.

À sustentabilidade é inerente ao património, à comunidade e ao ambiente. É inerente utilizar estratégias baseadas nos próprios recursos do território, apostar na educação patrimonial,

destinadas não só aos mais novos, mas também aos adultos e diversos grupos, bem como na criação de redes (Rafael, 2010, pág. 29). É também defendida uma linha de ação museal que considere sempre o território e a comunidade onde este se encontra afeto. É em si, um desafio e uma responsabilidade coletiva, por forma a garantir um desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento local baseado na valorização patrimonial deve, na opinião da investigadora, *“ter sempre subjacente dois objetivos principais: (...) promover ações que sensibilizem e consciencializem a população para o valor do seu património, (...) torná-los conhecedores e orgulhosos do seu passado e dos seus testemunhos materiais e imateriais”*, a encarar esta herança *“é geradora de riqueza; e passar a ideia ao visitante que está a levar um pouco das memórias e experiências comunitárias”* (2010, p.49). Em última instância o modelo de desenvolvimento é sustentado tanto quanto valorizar os recursos locais e melhorar as condições e a qualidade de vida da população local.

Estas opções metodológicas preveem o privilégio dos sentimentos de pertença e identidade local e comunitária; a valorização da participação da comunidade local; integração de vários grupos e setores multidisciplinares; valorização de atividade artesanais por vezes aliadas a soluções inovadoras; requalificação e valorização do património e a promoção do turismo cultural (2010, p.50).

A respeito da estratégia do Projeto “Mértola Vila Museu”, Susana Gomez Martínez descreveu-a como uma *“estrategia de desarrollo sostenible basada en los recursos endógenos, (...) es una de las pocas que está teniendo éxito en el desarrollo de territorios de baja densidad (...). El refuerzo de la identidad local estimula el orgullo por sus orígenes en los más jóvenes, incentivándolos a mantenerse en un medio rural denostado por los medios de comunicación de masas e ignorado por los programas educativos. Por otro lado, el estímulo del turismo cultural genera nuevas formas de desarrollo económico que pueden frenar el proceso de inmigración”* (Martínez, 2016, p. 272-273). É um projeto essencialmente de soluções museográficas, onde a vila é o museu e que está continuamente em evolução e crescimento. Quarenta anos depois de um trabalho constante, o valor do património transformou esta pequena localidade do interior alentejano num caso de referência internacional e um exemplo de boas práticas relativamente à museografia. Possui uma equipa multidisciplinar especializada com residência fixa no concelho de Mértola, que acaba por desenvolver as atividades de investigação e formação profissional (2016, p. 284). A sustentabilidade do projeto é visível por exemplo, no facto de, em 1992 a capacidade hoteleira ser de três quartos e de em 2016 ultrapassarem as três centenas. Todavia a autora refere que os melhores indicadores de sustentabilidade, além dos financeiros, são o reforço da identidade e do orgulho local, bem como o crescimento intelectual da comunidade confrontada com diversos estímulos.

Constituem contudo desafios, a dependência exclusiva do turismo, não se tendo desenvolvido outros sectores da economia, o desalinhar de vontades políticas com as instituições ou o facto da população ter continuado a diminuir.

Um outro exemplo nacional de consagração da sustentabilidade é o projeto das Aldeias do Xisto, cujos princípios assentam: no conceito de turismo sustentável, na região centro de Portugal, na Defesa do comércio justo e solidário fomento da microiniciativa e da economia local; no contacto próximo e baseado numa relação pessoal de confiança; funcionamento em rede dos produtores e artesãos através do apoio e cooperação mútuos; relações comerciais baseadas no diálogo, transparência e respeito entre produtores e artesãos; redistribuição justa dos lucros entre produtor e vendedor; fixação de preços reais e justos; aposta na diferenciação através de uma qualidade genuína (site).

Outro exemplo de sustentabilidade, desta feita internacional, são os Pôle d'Économie du Patrimoine, criados na década de 90 em França. Trata-se de uma metodologia de desenvolvimento territorial que contempla as competências das entidades científicas e tecnológicas do território. Limoges criou a Rota Europeia de Cerâmica "Porcelaine et Arts du Feu Limoges". São as entidades locais quem gere estas iniciativas, assentes numa lógica de agregação do território e dos seus atores (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p. 92-93). Ou seja, estes autores consideram que a verdadeira sustentabilidade do ecossistema patrimonial reside num modelo de gestão que não seja exclusivamente público.

A excessiva massificação do turismo, uma atividade indispensável ao desenvolvimento de qualquer região, levou a uma nova postura por parte desta atividade, à descoberta de espaços marginais, das micro-culturas. Consequentemente devemos contribuir para a salvaguarda das suas identidades, por forma a poder mantê-las longe dos *booms* turísticos. *A procura dos visitantes direciona-se também "de mochila às costas, à procura do insólito, (...) para lá do asfalto, num caminho abandonado ou numa aldeia esquecida* (Torres, 2009 p. 63).



### 3.3. O MUSEU: CONCEITOS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

*Toda a sociedade, qualquer comunidade, procura guardar, proteger os seus bens mais preciosos, as provas e documentos identitários, os objetos e artefactos portadores de uma marca ou sinal de memória coletiva. Este local pode e deve ser o museu.*

(Torres, 2009, p.62)

*O Museu é aquele que sabe responder: quem somos, que causa representamos, e o que defendemos coletivamente*

(Garcia, 2021, s/p)\*

*A museologia passa a ser entendida como disciplina e área do saber que estuda a génese e desenvolvimento do museu e, naturalmente, estabelece os princípios ordenadores deste tipo de instituição cultural, na sua relação com a sociedade, e no que diz respeito à sua organização, orientada à sua função social*

(Figueira e Ramos, 2019, p. 14)

#### 3.3.1. Operacionalização do conceito Museu

Do antigo regime herdamos um “*elevado grau de desintegração cultural (...) e em quase todos os países foi necessário consolidar (ou mesmo inventar) e propagar ou impor uma história, uma memória e uma identidade cultural nacionais*”. Para o efeito socorreram-se do ensino da história, dos monumentos, museus, comemorações patriotistas, entre outras manifestações (Nunes, 2016, p.32).

Desse passado, por vezes não muito distante, os museus eram concebidos por curiosos, amantes de velharias e amadores que exibiam de forma amontoada a preservação de um território e /ou comunidade. A museografia e o estudo da coleção ou a divulgação e educação não eram uma preocupação para estes protetores e guardadores de memórias (Rafael, 2010, p.12). Não os podemos considerar verdadeiros museus, tal como os definimos na atualidade, contudo continuam a existir, conforme vimos no capítulo anterior com a análise do roteiro da CCDRC.

O museu tem sido, segundo a tradição grega (...) o lugar, o edifício, o espaço dedicado ao estudo das humanidades, à especulação sobre o passado e ao devir, espaço para fluir a tecnologia e as

humanidades, lugar de compreensível exaltação das artes, de todas as artes. (Figueira e Ramos, 2019, p.6).

De acordo com a definição do ICOM de 2007, *“o Museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite”*. Nesta noção cabem parte dos atributos de um Centro de Interpretação, com a exceção da conservação, que por vezes também pode ocorrer.

A Lei 47/2004 - Lei Quadro dos Museus, no seu artigo 3 apresenta o Museu como *“ uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos; b) facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade. Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respetivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico”*.

O Museu, na perspetiva de Desvallées e Mairesse (2013, p.64) *“tanto pode designar a instituição quanto o estabelecimento, ou o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais do Homem e do seu meio. Sua forma e funções variam sensivelmente ao longo dos séculos”*. As novas abordagens museológicas, nomeadamente a Nova Museologia veiculada por Hugues de Varine na década de 70, vão além desta perspetiva mais clássica e defendem *“a abertura do espaço museológico à comunidade, capaz de incorporar as suas experiências, conhecimentos e tradições, ao mesmo tempo que confere aos atores sociais locais um papel ativo de efetiva intervenção e participação no processo de construção do Museu, contribuindo deste modo para a apropriação do museu pela comunidade”* (Babo, Guerra e Quintela, s.d.). A proposta metodológica desta corrente assenta nos habitantes locais que são, simultaneamente, o seu principal público e dinamizador.

### 3.3.2. Correntes Museológicas

Etimologicamente a museologia representa o estudo do museu. É agente de intervenção sociocultural, com papel na construção das identidades contemporâneas onde o museu tem como missão a reconstrução da sociedade humana.

Entre a era do vazio, a época dos tesouros e os gabinetes de curiosidades não podemos identificar verdadeiramente uma corrente museológica. À época, as comunidades ainda não tinham desenvolvido a capacidade de se relacionar com elementos materiais e/ou imateriais oriundos de outras culturas (Nunes, 2016, p. 30).

Até à segunda grande guerra identificamos a **Museologia Tradicional**, enquadrada no paradigma moderno - afirmação do conhecimento científico e tecnológico (desde Descartes, Hegel, liberalismo, positivismo, Marx fascismo etc.), perante outros saberes (Nunes, 2016, p. 33). A primeira corrente da museologia que versa sobre um “património cultural tradicional” contextualizada numa época em que os museus estavam virados para o ensino científico, para as vitrines, mera exposição congelada no tempo, com discursos expositivos únicos muito exaustivos, orientados para o Estado Nação, e para a monumentalidade. Com vista à superioridade dos indivíduos elaboraram narrativas historiográficas geniais de produção cultural erudita (2016, p. 34). Chegam até aos nossos dias exemplos cristalizados no tempo, como sejam o Museu Nacional de Arte Antiga, Conimbriga, Museu Militar ou o Louvre no panorama internacional. Nestes casos, como a taxa de visitação é elevada, mantêm-se as práticas desadequadas, pois não precisam mudar de paradigma.

Como forma de crítica aos pressupostos do paradigma moderno, desencadearam-se nos anos 30 a **Museologia Pós-Moderna** (paradigma pós-moderno), cuja maturidade do paradigma seria alcançada com o fim da segunda guerra mundial (2016, p. 35). Abordagem livre, desconstruída e desconectada da interpretação do património e do seu passado. Não possuem coleções, desconsideram o conhecimento científico, e são contra as ciências sociais por não serem objetivas. São exemplo desta corrente, o MAAT, o Museu do Pão ou o Museu de História da Catalunha.

No pós-segunda guerra mundial, entre o seminário regional da UNESCO sobre o papel pedagógico dos Museus em 1958 e a Declaração de Santiago do Chile em 1972, no âmbito das transformações sociais e humanas vigentes, decorrentes do fim das ditaduras, emerge uma nova forma de olhar e interpretar o património cultural, a **Nova Museologia**. Através desta Museologia Social, de um novo [olhar] sobre o património cultural (paradigma neomoderno), procurava-se o desenvolvimento sustentável e a democratização do espaço do museu. Este modelo assenta no estudo e investigação, na proximidade e participação da comunidade, em exposições temporárias com discursos expositivos sob leituras múltiplas, com a diversidade de entendimentos e minorias (Nunes, 2016, p. 36). Ou seja, questiona tudo, pondo em causa certezas absolutas. É um projeto coletivo de carácter sociológico, daí que esta corrente também seja conhecida como Sociomuseologia. As atuais diretrizes da UNESCO, ICOM e das próprias orientações nacionais do património cultural continuam a defender esta abordagem museológica. São dela exemplo o Museu Nacional de Etnologia, o Eco Museu do Seixal, S. Brás de Alportel ou o Museu de Mértola.

Recuemos ao estudo do impacto do património cultural em Portugal, que coloca os estrangeiros como os principais “consumidores” dos nossos museus. E os portugueses? Muitos há que ainda não conhecem a realidade dos museus, que não entendem para que servem, ou porque se gasta dinheiro em peças velhas, que já não têm uso. Mas são essas peças que contam a história de um povo, território ou nação, que testemunham e comprovam a sua identidade. Se elas desaparecerem, a história pode ser recontada à mercê da vontade alheia, ideologista ou extremista. As primeiras duas correntes são *“compagináveis com elevados níveis de instrumentalização político-ideológica (...) a nova museologia tem exigências deontológicas e teórico-metodológicas só aceitáveis por sistemas políticos abertos”* (Nunes, 2016, p. 38).

A Museologia serve para fazer pensar o mundo, em que *“o património cultural depende de opções – inclusões, exclusões e prioridades – que devem ser fundamentadas”* (Nunes, 2016, p. 39) e maravilhar os seus visitantes.

*“Ainda que as vontades de memória, de património e de museu não sejam exclusividades da contemporaneidade, na atualidade, elas ganham uma dimensão especial, em virtude de seu vínculo com o campo da comunicação e da política”*. Percebemos assim *“o quanto há de tensão e de disputa no exercício do direito à memória, ao património e ao Museu”* (Chagas, 2010).

Em muitos casos o museu é uma ferramenta ideológica. Contrariamente, o seu papel deve levar os visitantes a repensar e tenta melhorar o mundo, aprendendo com o saber acumulado do passado. Promover *“o desenvolvimento integrado e sustentável constitui um horizonte de significativa complexidade e exigência, mas ao mesmo tempo de grande empenhamento, por um lado na redução das desigualdades socioeconómicas, socioculturais e regionais; por outro, na manutenção de equilíbrios e na não anulação de potencialidades necessários à consolidação ou reprodução futuras de elevados níveis de vida”* (Nunes, 2016, p. 42).

### 3.3.3. Museus: Desafios da atualidade e futuro?

Os museus de hoje são, cada vez mais, espaços para partilhar e debater ideias e cada vez menos espaços para objetos. Propõem reflexões amplas sobre o ser humano, o seu meio ambiente e as suas atividades.

Independente da linha museológica adotada, a estrutura museológica vê-se gradualmente confrontada com novos desafios. As esferas da sociedade, do civismo, da educação e da sustentabilidade assumem cada vez mais um papel preponderante e obrigam à revisão da missão e dos propósitos programáticos, anteriormente centrados na preservação, interpretação e conservação dos acervos. Os investigadores, parafraseando Monfort e Varine (Rafael, 2010, p.5), descrevem que cabe ao museu o trabalho de mediador entre a cultura local, a história, as tradições,

modos de vida, paisagens e ecossistemas e, por conseguinte, as dinâmicas museológicas alteram-se também.

Se as dinâmicas intrínsecas se têm alterado, não é menos verdade que a envolvente externa também se altera a cada dia. Desde logo, e mediante a especialização das unidades museológicas, os apoios estatais e comunitários têm diminuído, o que aumenta a competitividade entre museus no acesso ao financiamento, na fidelização de públicos, na procura de novas ferramentas de gestão cultural. Ou seja, é crucial que cada equipamento museológico conheça o seu público e a partir daí assuma estratégias de comunicação e marketing diferenciadas.

### Atratividade

*Os museus devem ir à procura das afinidades das pessoas*

(Barriga, 2021a, s/p)\*

Para Piñol, a interatividade é foco central dos recursos museográficos de um Centro de Interpretação (2013, p.53). O público sente-se atraído por elementos sensitivos (sonoros, visuais, gustativos e olfativos) e passíveis de manipulação. Todavia, poderão existir outras dimensões a considerar. Entre 1990 e 2014 Andrew Pekarik e outros investigadores realizaram um estudo no Smithsonian Institution – Museu de Washington, intitulado “IPOP: Theory experience preference”, no qual procuram entender a forma de promover e melhor servir os visitantes dos museus, promover experiências especiais, acima da média, com significado de os surpreender e deleitar. Catorze anos depois, concluíram e identificaram quatro dimensões de atratividade do ser humano, relativamente ao discurso expositivo, a que designaram as dimensões IPOP: **Ideas** – aquelas pelas quais o público se sente atraído, as ideias, os conceitos, os factos e razões; **People** - a exposição cria ligações, relações, conexões, experiências afetivas e interação social com os seus visitantes; **Objets** - são os objetos, a sua estética, a escala, o design, a sua linguagem motora ou mesmo virtual que atrai o visitante; **Physical** - são as implicações físicas do ser humano que o discurso expositivo gera, isto é, a sua capacidade de atrair sensações, movimentos, toques, sons, sabores, luzes e cheiros que predominam na preferência dos visitantes.

*O museu só é relevante quando alguém chorar por ele e sentir a sua falta*

(Barriga, 2021b, s/p)\*

Não obstante da sua dependência financeira e das novas valências de capitalização de recursos financeiros (restaurantes, bares, lojas de merchandising) e “em linha com as principais mudanças sociais da pós-modernidade, os museus têm de encontrar novas formas de ser relacionar com o

*público, captar mercados, comunicar, apresentar o espólio e definir as temáticas de maior interesse”* (Anico, 2008, citado por Carvalho, 2012, p.311).

Apesar da maior densidade de património classificado per capita se encontrar nos municípios com menor densidade populacional, é também nestes locais que se verifica a menor volume de massa salarial, ou seja, com salário médio mais baixo. Consequentemente verifica-se maior dificuldade em valorizar o seu património e em atrair visitantes (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p. 126). Os autores defendem as estratégias de coesão territorial intermunicipais como a forma mais adequada de fazer face a estes constrangimentos de interioridade.

### Futuro

A 18 de fevereiro de 2019 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 35/2019, que, face ao papel central dos museus na preservação e transmissão do património cultural nacional, determinou a criação de um Grupo de Projeto destinado a avaliar os “Museus no Futuro”.

O diploma fundamenta a criação deste grupo de trabalho na necessidade [expressa pela DGPC e outras entidades, assim como pelos profissionais dos museus, monumentos e palácios portugueses] em *“promover modelos inovadores de governação participativa e de gestão do património cultural, que envolvam as entidades públicas com responsabilidade nestas áreas, mas também os intervenientes privados e as organizações da sociedade civil, procurando soluções que tornem o património cultural acessível a todos”*.

Considerando os museus como um *“agente de mudança de atitude, entidade com responsabilidade no desenvolvimento sustentável recomendado pela UNESCO, promotor de inclusão, formador e construtor de comunidades culturais ativas, resilientes e relevantes, agente de governação participativa”*, cuja missão é *“identificar conceber e propor medidas de contributo à sustentabilidade, acessibilidade, inovação e relevância dos museus”*.

Ao grupo compete: conceber e propor instrumentos e modelos de gestão para o futuro; propor medidas de estimulação em rede, de colaboração com entidades públicas e privadas; promoção da circulação de acervos e exposições temporárias; atividades de índole comercial; mapear necessidades de recursos humanos; promoção de incentivos e de mecenato e captação de financiamento; propor ações dirigidas ao público infanto-juvenil, etc.

### Pandemia

A pandemia Covid-19, de acordo com o relatório mundial da UNESCO 2020, de um universo de 9 800 museus, 90% fechou as portas em todo o mundo. 10% não vai voltar a abrir e apenas 5% se

conseguiu capacitar de forma capaz para receber e fruir a cultura por meios alternativos (Remelgado: 2021, s/p)\*.

Consequentemente, a impossibilidade de contacto entre a comunidade de profissionais dos museus e a comunidade académica, a par do teletrabalho, veio estimular a realização de conferências e ações de sensibilização *on line*, comumente designadas por webinar's. Esta "nova" forma de comunicar e discutir a realidade museal tem tido especial incidência desde o início do ano 2021 que aproveitando a facilidade de participação de parceiros europeus ou à escala mundial, desenvolveu várias conferências (ver anexo 21).

Das conclusões do referido relatório é ainda de salientar que os museus tiveram de: adaptar as suas práticas em formato digital; e utilizar os recursos já existentes; aumentar a sua atividade nas redes sociais e desenvolver atividades específicas.

Em consonância com essas conclusões também o Observatório para as Atividades Culturais (OPAC) português verificou que, entre abril e junho de 2020, os monumentos nacionais apostavam fortemente nos serviços *on line* com comunicações dirigidas aos seus públicos, em conteúdos digitais de diferentes tipos e aposta em serviços e atividades offline, sobretudo manutenção de espaços, acervos e realização de inventário.

### Responsabilidade Social

*Os museus devem reinventar-se, trazer emoção para o seu interior, trazer controvérsia, intervir no debate público com vista à sensibilização dos públicos. Deve responder a questões sociais, justiça social. Deve centrar-se no visitante e não nos objetos*

*Temos muito a alcançar quando alcançamos públicos minoritários. O mundo é para todos*

(Garcia, 2021, s/p.)\*

Não é uma problemática nova mas vigora na agenda dos teóricos e profissionais de Museologia da atualidade. Em março de 2021 foi o tema da conferência digital internacional, que Portugal promoveu no âmbito da sua presidência do Conselho da Europa. Entre os seus objetivos estavam a sensibilização para a importância da responsabilidade social dos museus; a promoção de abordagens centradas na participação e mobilização dos museus; realçar os contributos dos museus para a transformação social e contribuir para o debate de metodologias diversificadas de avaliação do impacto social dos museus.

Johannes Vogel (2021: s/p)\* é Diretor do Museu de História Natural de Berlim. Foi um dos palestrantes convidados a dar o seu contributo sob o tema - Inovação e participação através de uma

investigação integrada, em que recordou como o (seu) museu perdeu uma das alas, aquando do bombardeamento da grande guerra de 1945 e com ele as coleções das colónias datadas de 1810. Face à sua localização a o museu ficou paralisado no lado soviético até 1989, aquando da queda do Muro de Berlim. E durante quase 45 anos nada aconteceu do ponto de vista museológico.

Para servir o propósito do museu e para as pessoas voltarem a querer visitar a história natural, estruturaram exposições com a participação dos visitantes, com áudio-guias em onze línguas, direcionado para os jovens adultos. O museu deu início à realização de dez meetings por dia, sobre o colonialismo, alterações climáticas, desigualdades sociais e, entre 2004 e 2016, passou do menos visitado para museu mais visitado em Berlim.

Não foram necessárias obras, apenas dar ao público aquilo que ele queria, ou seja, uma cultura de *empowerment*. Foi também por esse facto que receberam do governo alemão 700 milhões€, por ser um verdadeiro museu do futuro, com paredes da guerra fria. Vogel concluiu a sua comunicação afirmando que *“Se não mudamos (o Museu), tornamo-nos artefactos, ou podemos optar por ser o coração da sociedade”*.

Após dois dias de discussão e testemunhos de profissionais e de instituições do mundo dos museus, concluiu-se que é necessário entender como é que as pessoas pensam fora do museu; avaliar o seu impacto cultural; saber se conseguirão construir redes que permitam uma avaliação global; responsabilizar-se para com a sociedade; renovar a sua cultura, na medida em que não são os edifícios em si, que carecem de renovação.

*Devemos aprender sobre o outro, para pôr o Museu ao seu serviço*

(Lúcio, 2021, s/p.)\*

Esta determinação dos museus socialmente responsáveis, tem também sido alvo de reflexão do ICOM Portugal e nos *webinars* da Rede Cultura 2027. Esta última, uma rede de museus criada recentemente por Leiria, onde Encarna Gonzalez apresentou a sua experiência subordinada ao tema - Solidariedade e Cooperação, Redes e Conexões entre instituições. Para a investigadora *“Os Museus do presente têm que melhorar a vida das pessoas. Promover ações de preservação conjunta, colocar as pessoas no centro”*, já que eles mesmos são *“compostos por pessoas, afetos, ecossistemas, conhecimento, liberdade, palavra, união, diversidade, inclusão etc.”*. Esta partilha fica completa, se aliada *“aos centros de investigação científica, mas também ao saber profano. Ele encerra em si mesmo uma forma de sustentabilidade e acessibilidade”* (Gonzalez, 2021, s/p)\*.



### 3.4. CONCLUSÕES

*Os momentos de grande destruição na história da Europa foram, paradoxalmente, também os momentos de charneira na defesa do seu património cultural: os excessos resultaram em perdas que motivaram a sua proteção*

(Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p. 29)

Assistiu-se a uma evolução, no que às políticas patrimoniais nacionais dos últimos 45 anos diz respeito. Criaram-se várias tutelas (museu, monumentos e arqueologia), assistiu-se à descentralização, mas o financiamento deste sector continua a ser um dos principais desafios da atualidade. As autarquias têm aumentado o orçamento dedicado à cultura, mas o mecenato assume-se de forma discreta. O PC ganhou uma maior notoriedade, fruto da visibilidade social, dos eventos associados e da atribuição periódica de prémios.

O universo dos museus tem-se alterado, as suas principais funções e missão extrapolaram as fronteiras do mundo focado na preservação, conservação e estudo das coleções. As correntes da Nova Museologia foram-se introduzindo no meio e as estruturas museológicas passaram a estudar a comunidade, a preocupar-se com temáticas sociais, ecológicas, com o processo de participação, com a fidelização dos públicos e do seu bem-estar, bem como a procura de novas fontes de financiamento que, indubitavelmente, vieram alterar as suas dinâmicas e colocar desafios aos programadores culturais.

Para que serve afinal o património cultural? Acima de tudo para construir a história, conservando o contexto, como prova do passado, para dar forma às raízes, para sentir e gerar orgulho e em última instância para atrair visitantes. Ou seja, gere consciência e valorização cultural, emprego e desenvolvimento sustentável.

*“A museum its not only a building with collections, exhibitions, archives and staff... this is just to shell (...). A museum its something else, something much more important. A museum has been described as a way of looking and a way of thinking, a place of stories and ideas”*

(Anderson, 2021, s/p)\*



#### 4. O PROJETO

*Numa época em que o abandono da terra é sinal de que há uma forte contradição social no tocante à defesa das culturas locais, nomeadamente aquelas que são oriundas da relação do homem com o seu património natural e cultural, há responsabilidades de todos nós em tentarmos salvar, com sentido estratégico de futuro, os patrimónios que nos foram legados*

(Figueira e Ramos, 2019, p.18)

*(...) terras da Beira profunda, [Sertã] onde a presença de património histórico-artístico relevante quase deixou de fazer sentido nos nossos dias, o que não significa que ele não exista: abundam, pelo contrário peças de inegável qualidade*

(Serrão e Farinha, 2015, p. 13)

*O interior rural [de Portugal], apesar do abandono, pode ainda beneficiar atualmente das suas referências culturais, onde naturalmente se destaca o património ambiental, edificado e arqueológico.*

(Torres, 2009, p. 64)

*O concelho da Sertã pode orgulhar-se de possuir um passado longínquo e de ser um dos que [face aos concelhos vizinhos] mais vestígios tem e mais o representam.*

(Batata, 1998, p.93)

O número de espaços museológicos tem vindo a aumentar na região Centro. Em 2010 a CCDRC verifica que a zona que mais concentra equipamentos desta natureza é no litoral junto ao Baixo Mondego e Baixo Vouga. Por oposição o Pinhal Interior Sul [à qual a Sertã pertencia], é a região com menor número de infraestruturas. A comissão ressalva que o património com maior urgência de salvaguarda é o da Arte Sacra.

A monografia “Arte por Terras de Nun’Álvares” deixa uma proposta e enaltece a necessidade muito concreta da criação de um Núcleo Museológico de Arte Sacra para a Sertã.

Carlos Batata sugere a criação de um Museu de Arqueologia e Etnografia. Enfatiza ainda uma multiplicidade de ações, continuação das escavações e investigações que devem ser continuadas em: 1) Castro de Santa Maria Madalena; 2) Águas Feras – procura pela necrópole medieval; 3) escavação do castro de Nossa Senhora da Confiança; 4) localizar muralhas e estruturas do castelo (árabes,

medievais...); 5) localizar os vestígios das antas do Montinho e do Castro Velho; 6) estabelecer ligações entre as vias romanas; 7) exploração das grutas, minas e conheiras associadas à mineração.

São inúmeros os espólios passíveis de musealizar no concelho da Sertã, quer de âmbito do património material, quer de âmbito imaterial.

Considerando que as autarquias estabelecem um contacto direto com a população e com o património dos territórios que administram, estão em posição de assumir um papel privilegiado na preservação e valorização do seu património.

#### 4.1. METODOLOGIA

Para o presente projeto foram método de recolha de dados, a informação documental obtida durante a exploração das temáticas abordadas nos capítulos anteriores. Essa investigação viria a revelar-se bastante rica e sugestiva para o corpo teórico do projeto. Como ponto de apoio, a criação de uma matriz SWOT é também um importante meio de obtenção de informações a considerar.

E porque, a incorporação de acervo para o futuro museu municipal requer, para além da investigação rigorosa e especializada, fazer entendimento da predisposição dos “proprietários” do património cultural para ceder o acervo à comunidade e à museologia, foram auscultados vários intervenientes com visitas aos locais ou efetuadas solicitações semiestruturadas (quando os constrangimentos do covid não o permitiram), nomeadamente ao AHMS, DRCC e Paróquias.

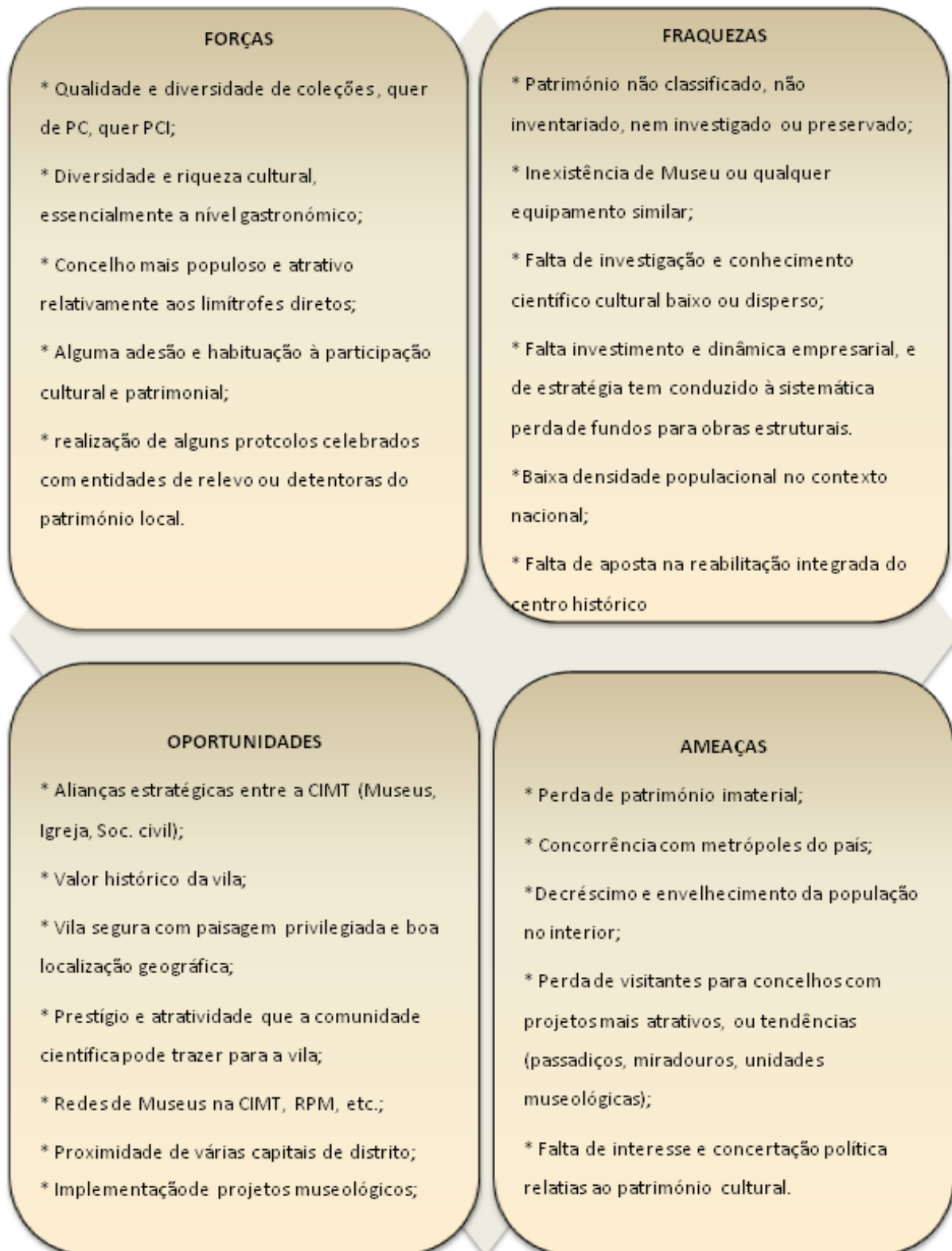
O método empregue foi essencialmente qualitativo e as técnicas de entrevista adaptadas ao contexto de confinamento, ou seja, convertidas em duas ou três perguntas abertas.

Com o intuito de poder iniciar o diagnóstico para aquele que seria o museu para a Sertã, foram aplicados dois inquéritos. Um aos 32 municípios envolventes à Sertã sobre os rácios de visitação dos equipamentos museológicos municipais, o valor de investimento no orçamento autárquico e a estruturação orgânica museológica, analisados no capítulo 2. O outro foi realizado nos primeiros dias de junho de 2019, no âmbito da unidade curricular de História e Missão dos Museus, numa breve análise exploratória, tentou aflorar-se a perceção que a comunidade tem sobre o assunto da museologia na Sertã. Este aspeto conduziu à aplicação de um breve inquérito por questionário (ver anexo 22). O público-alvo selecionado foram os utilizadores da Biblioteca Municipal Padre Manuel Antunes, o único equipamento cultural com uma mailing lista consolidada, passível de ser utilizada. O universo de utilizadores com endereço de endereço eletrónico foi de aproximadamente 1200 utilizadores. A amostra (resultante da taxa de resposta) foi de 32 inquiridos. Pretendeu-se que o inquérito fosse curto, direto e que focasse essencialmente a comunidade. Apresentava a seguinte estrutura: duas questões biográficas e quatro questões abertas (sendo a última um campo para observações). 31% das pessoas auscultadas nasceram na década de 40, 22% na década de 50 e as décadas de 60, 70 e 80 estão igualmente representadas com 15,6%. Ou seja, apenas responderam inquiridos adultos, com idade superior a 30 anos.

Deste modo, e relativamente ao tipo de museu, coleção ou conteúdos a explorar num possível museu (ver anexo 22.2), as respostas foram bastante diversas, como exemplifica o gráfico do referido anexo. A Arte Sacra parece ser a resposta mais expressiva. Também as tradições, o artesanato, Nuno Álvares Pereira “filho da terra”, a floresta, etnografia e a história do concelho reúnem algum consenso em temáticas a abordar no futuro museu. No que concerne ao local e infraestrutura que poderia receber um equipamento museológico, também existem algumas observações que se podem destacar no gráfico 2.

## 4.2. Análise SWOT

Ilustração 14. Análise SWOT do património cultural da Sertã



Fonte: 14 Elaboração própria

### 4.3. PROPOSTA MUSEOLÓGICA MUNICIPAL PARA A SERTÃ

Na reflexão acerca do património e museus em contexto rural, Paulo Carvalho é perentório ao afirmar que os projetos museológicos constituem ferramentas imprescindíveis relativas “ao alargamento da noção de património e aos instrumentos para servir a diversificação, revitalização e requalificação rural. Configuram elementos matriciais de importantes iniciativas de salvaguarda e valorização do património rural (ou em contexto rural) com a crescente vinculação ao lazer e turismo” (2012, p.293).

A Sertã é um concelho de onde emerge uma forte herança etnográfica, como vimos anteriormente. Todavia, não possui um museu que faça jus a essa mesma riqueza, existindo apenas alguns núcleos museológicos, pretensos museus, fechados, onde se exhibe uma visão parcelar e incompleta, além de pouco fundamentada, acerca deste concelho.

Um museu municipal será um museu local, polinucleado, pluridisciplinar, implementado em edifícios e/ou monumentos distintos com coleções e objetivos próprios.

Os museus deverão estar relacionados estrategicamente em torno de um conceito, bem definido e serem construídos/requalificados em torno desse mesmo conceito, que deve depois ser capaz de fomentar dinâmicas ora com o visitante, seja ele quem for, ora com outros espaços/núcleos museológicos integrados. Cada núcleo contará a sua narrativa, que se correlaciona com as narrativas dos outros espaços polinucleados.

É preciso que o projeto museológico envolva o visitante, nas suas várias narrativas. No seu conjunto, visitar o Museu Municipal da Sertã terá que ser diferente de visitar um museu em Faro ou em Santa Maria da Feira. Quem aqui visitar um museu terá de saber que está na Sertã e sentir este concelho e as suas particularidades identitárias.

#### Missão e objetivos

O museu municipal procura valorizar, preservar e divulgar o património, a memória e identidade dos seus antepassados, que construíram e fruíram a cultura sertaginense.

O museu municipal procurará recuperar e incorporar o acervo disperso, que sabemos contemplar diferentes tipologias, estudá-lo e construir uma rede de memórias comunitárias.

Estimular a investigação e desenvolvimento do património existente e evitar a perda total e extinção de vestígios e pistas que podem conduzir ao melhor conhecimento do concelho.

Envolver a comunidade popular e científica na construção dessa memória coletiva.

Aproveitamento das oportunidades identificadas na matriz SWOT, bem como contrariar a tendência de inexistência de equipamentos de cariz museológico de qualidade na Sertã.

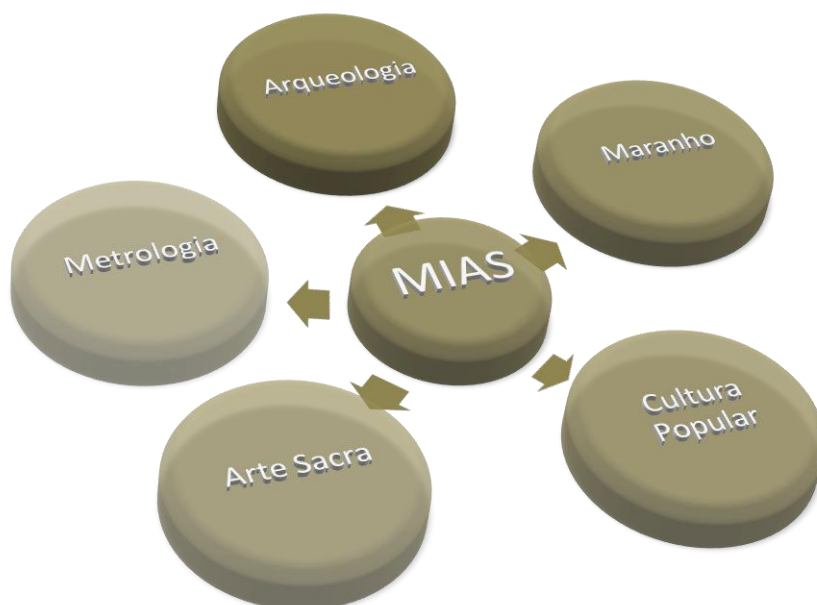
Reescrever as estatísticas do levantamento da CCDRC.

#### 4.3.1. MIAS: MUSEU DA IDENTIDADE E ANCESTRALIDADES DA SERTÃ

MIAS, assim se propõe a designação do futuro museu municipal. Além da interessante questão fonética que lhe está subjacente, permite uma grafia e pronúncia fácil e identificável, por exemplo, para os turistas estrangeiros, que sabemos ser os mais representativos no contexto de visitação em Portugal.

A presente proposta prev e a cria o de cinco unidades museológicas interligadas (física e museologicamente) entre si, num espaço comum, um g nero de bairro museológico na vila da Sertã. Cada núcleo com a sua cole o e património (material ou imaterial). As cinco unidades serão edificadas individualmente em torno do núcleo central - o MIAS, que concentrar  o atendimento e rece o, a sala de exposi oes temporárias, a galeria municipal, o auditório, os gabinetes técnicos, a sala de reuniões e a loja. Serviços de cafetaria ou de restaura o não são contemplados, porque existem diversos nas imedia oes do local que será proposto para a implementa o do mesmo.

Ilustra o 15 - Esquema da disposi o orgânica do bairro museológico - MIAS



Fonte: 15 Elabora o própria

As unidades serão edificadas ao seu redor, e contemplarão dois pisos - o de base, onde se concentrarão as salas de depósito, laboratórios, salas de estudo e desenvolvimento, preserva o e a arrecada o. Aqui poderão ser incorporados os espólios do Arquivo Histórico Municipal da Sertã, numa lógica de gestão otimizada dos recursos. Arquivo este que luta há anos com falta de espaço e de condi oes de acondicionamento. No piso principal (de acesso aos visitantes) ficam as exposi oes,



a permanente e as temporárias inerentes à temática do edifício. Esta lógica será aplicável a cada um dos 5 edifícios e permitirá a incorporação de coleções advindas das investigações realizadas *à posteriori*. Uma das unidades deverá incluir ainda a possibilidade de integrar dormitórios individuais/coletivos, por forma a albergar, a comunidade científica (mestrandos, doutorandos e estagiários) e residências artísticas, interessados no património da Sertã, que venha a prestar apoio na investigação e divulgação das suas coleções.

Poderá ser aplicada bilheteira individual para cada núcleo deste “bairro museológico”, ou global, que permita a visita a todas as coleções. Permitindo assim a entrada e saída individual de cada edifício ou a circulação continuada entre ambos.

A localização do museu deverá ser central e acessível às várias formas de locomoção dos seus visitantes. Sugere-se um local plano, o que do ponto de vista das acessibilidades e inclusão encerra *per se* uma vantagem. A Cerrada da Alcaidaria (ver ilustração nº16) será um dos espaços a equacionar, pois além de ser propriedade municipal, além da sua centralidade, dispõe do espaço para poder implementar todas as estruturas que serão apresentadas em seguida (contrariando as sugestões dos inquiridos no Gráfico 2. do anexo 21.3).

Ilustração 16 Vista aérea da vila - terreno de implementação do MIAS



Fonte: 16 Página de Facebook Yourdrone ,2021, adaptada para ilustração

Este espaço com cerca de 33 000 m<sup>2</sup>, é delimitado pelas margens da ribeira do Amioso, inclui excelentes acessos e zonas de estacionamento nas suas redondezas. Está ainda localizado a poucos metros do centro histórico da Sertã e de uma das principais zonas de fruição turística, a Alameda da Carvalha. Está também próximo da Biblioteca e da Casa da Cultura. Permite ainda, criando essas condições, a circulação rodoviária de viaturas de maior dimensão, contrariamente ao centro da vila.

No que concerne ao espaço exterior do referido bairro, este deverá contemplar as seguintes valências: a) local de cargas e descargas; b) estacionamento para três autocarros e três ou quatro

dezenas de estacionamento para viaturas ligeiras; c) amplos espaços ajardinados com flora autóctone (excluir plantas associadas a alergias, como acontece na Carvalha e Praia Fluvial), vistas e passeios ao longo da ribeira do Amioso, com sinalética e totens de orientação para os mais importantes pontos turísticos, arqueológicos e gastronómicos, e demais equipamentos culturais do concelho; d) espaço de merendas resguardado para acomodar os grupos de visitantes; e) cultura/canteiro da hortelã, como será explicado mais adiante no CI do Maranhão; f) possibilidade de realização de atividades performativas e do espetáculo de exterior no parque museológico, por exemplo um anfiteatro natural para atuações, comemorações, apresentações várias; g) criação de espaços identificados/demarcados de exposição ao ar livre, por exemplo de esculturas contemporâneas de figuras da história do território da Sertã, já mencionados, ou até mesmo de uma Celinda que dá corpo à lenda associada à origem toponímica da Sertã; entre outros.

Para a efetivação do museu neste local teria de ser construído um complexo integrado de edifícios de raiz, o que apresenta alguns benefícios, como a ausência de limitações de expansão espacial ou a possibilidade de o museu apresentar um programa arquitetónico que se coadune com o fim a que se destina. Ainda assim, e por questões de ordem económico-financeira, poderão ser equacionados outros locais para os vários núcleos.

Aceitando todos os pressupostos enunciados até aqui, propõe-se ainda que este museu polinucleado se funda com o espaço envolvente – o parque museológico, à semelhança do que acontece visualmente com a casa museu Hans Christian Anderson, inaugurada este verão.

Ilustração 17 vista aérea e térrea da Casa Museu Hans Christian Anderson



Fonte: 17 VisitDenmark

Pretende-se que o novo edificado do bairro museológico requalifique um espaço baldio, realçando a natureza, a sua fauna e flora, uma vez que, por exemplo, não é incomum avistar lontras na ribeira, em detrimento da construção urbana pura e dura, e do “betão”. Também a madeira, um recurso fulcral da economia da Sertã poderá ser realçada. O objetivo não é recriar histórias e contos de fadas, como no caso do escritor, mas investir na sustentabilidade, uma das variáveis referidas no capítulo 3.3., e conseqüentemente ir ao encontro dos eixos prioritários dos programas futuros de financiamento europeu.

Retomando as coleções/temáticas dos núcleos do museu, as evidências e o capítulo 1 determinam indubitavelmente que a arte sacra e a arqueologia sejam contempladas. A existência de acervo patrimonial à guarda do arquivo municipal é, por si, razão de atribuição de um outro núcleo à metrologia e secretariado, cujo acervo se encontra em estado aceitável, bem como de um outro dedicado à cultura popular, dado que a etnografia que é defendida pelos teóricos do património cultural rural, como sendo o ponto forte destas comunidades. Efetivamente, convém lembrar que foi a única coleção recolhida até hoje para ser musealizada (em 1983).

Correndo o risco de deixar intrometer a equação pessoal do investigador, deveremos considerar o quarto lugar das preferências dos inquiridos (ver anexo 22.3) acerca da temática do futuro museu da Sertã - a gastronomia. A gastronomia é, na realidade, o principal cartão-de-visita da Sertã atualmente, só depois complementado pelo património natural e edificado. No caderno de especificações do Maranhão, a Associação de Produtores da Sertã (APROSER, 2014) defende que a gastronomia assume a liderança, que ela é uma forma de evidenciar os hábitos, modos de vida, da economia de subsistência da população. Já o relatório do Festival de Gastronomia do Maranhão de 2016 defende que *“Um Museu que retrate a identidade da Sertã, terá também de falar de Maranhão”*, um ensacado da bandouga da cabra com arroz, hortelã, carne caprina/ovina, presunto, toucinho, vinho branco e sal. Neste sentido pode ser outro dos núcleos deste museu municipal.

Pretende-se que o MIAS preste um trabalho isento, educativo, crítico, que torne os cidadãos melhores pessoa, e lhes proporcione experiências enriquecedoras. *“instrumento de intervenção capaz de mobilizar vontades e esforços para a resolução de problemas comuns, no seio das comunidades humanas onde se encontra. Os espaços e as coleções passam a plano “secundário” e a “pessoa”, singular e/ou coletiva, assume o papel primordial no processo museológico”* (Ribeiro, 1993, p.17)

Numa das alas do museu, provavelmente na etnografia ou arte sacra e religiosa, propõe-se ainda desenvolver um projeto de cariz genealógico, batizado de *“Árvore da Memória”*, onde se pretende – através do recurso a meios digitais – construir uma base de dados virtual com as histórias e dados biográficos dos homens e mulheres que viveram no concelho da Sertã, suportado inicialmente pelos registos paroquiais nos últimos 500 anos. Neste local, os visitantes locais (e não só) poderão ficar a conhecer melhor as suas raízes e tornar visíveis as histórias dos seus antepassados. Além disso, este espaço estaria aberto às contribuições desses mesmos visitantes, pois estes poderão fornecer dados e outras informações passíveis de enriquecer a *“Árvore da Memória”*.

Neste museu não se homenageia apenas o Maranhão, a arqueologia ou a arte, mas também todos aqueles que ajudaram a construir o concelho, desde os mais anónimos até aos mais conhecidos.

Além de áreas expositivas e de zonas de experimentação, o MIAS compreenderá uma importante área para exposições temporárias, além de serviços de apoio, com autonomia para desenvolverem atividades destinadas aos demais diferentes tipos de público.

*Mais significativo se torna o museu local, quando este se fraciona em vários núcleos temáticos e quando estes, gradativamente, vão incluindo áreas de proteção, vias de acesso, portas e poiais, toda uma população interessada, conivente e solidária*

(Torres, 2009, p. 62)

#### **4.3.1.1. MIAS: Coleção de Arqueologia**

*Meia dúzia de cacos não valem nada, meia dúzia de cacos colados, contextualizados e com significado atribuído podem ter um valor excepcional*

(Torres, 2021, s/p)\*

*A descoberta acidental de um artefacto, a curiosidade despertada pela simples valorização de uma ruína, a decapagem de uma pintura mural, pode despoletar um movimento de identificação coletiva.*

*(...) Com uma pequena investigação, com um levantamento arqueológico, com a integração num circuito, começam, por vezes, e quanto menos se espera, a ser criadas algumas expectativas de enraizamento para a nova geração*

(Torres, 2009, p.64)

Uma intervenção arqueológica num dos locais mais emblemáticos da vila – o castelo - favorecerá uma identidade coletiva, bem como a relação entre o património e a comunidade local. Entender e ler os achados, confirmar ou não a existência dos islâmicos, ou de túneis de ligação a outros locais de culto da vila, cria interesse e envolvimento. Acompanhar a comunidade de arqueólogos pode ser outra forma de envolvimento pessoal e marketing comunitário. Poderá eventualmente servir de catapulta para estudantes do ensino básico e secundário se sentirem atraídos para estas áreas de formação académica superior.

À partida, poder-se-á pensar (e haverá quem o defenda), que o lugar da coleção de arqueologia do museu municipal deveria estar no próprio castelo. Porém, a carta arqueológica contempla muitos outros acervos e sítios arqueológicos. E, já que o espaço do castelo da Sertã requer novo estudo (as escavações de 1995 a 1997 representaram apenas uma sondagem), aprofundado e estruturado, conforme propôs o arqueólogo Carlos Batata, será adequada esta assunção.

O sensato será, para o núcleo de arqueologia do bairro museológico, recuperar a coleção à guarda da DRCC (inventariada no anexo 8.1), assim como algum espólio do AHMS, e os fragmentos resultantes, quer de incorporação junto de entidade públicas e privadas, quer das futuras escavações, para um espaço que possibilite primeiramente o seu estudo e depois a conservação, preservação, interpretação e exibição, sem colocar em causa as novas escavações. O local do castelo, no coração da vila poderá ser transformado num Centro de Interpretação da Sertã Medieval, que permita o seu estudo e faça a ponte com a coleção no MIAS.

Uma rota arqueológica selecionada pelos pontos de interesse arqueológicos dispersos pelo concelho será outro dos pontos a explorar, quer pelos visitantes, quer pela comunidade de arqueólogos.

Presume-se de antemão que o depósito e as salas de estudo (piso -1), serão durante os primeiros anos, o coração do edifício da arqueologia. O piso da exposição em si, ficará a aguardar pelo estudo das incorporações/ achados, *“a work in progress”*, resultantes do trabalho da comunidade de estagiários, antropólogos e conservadores, numa tentativa de procurar reproduzir um pouco do modelo arqueológico desenvolvido em Mértola. As palestras poderão vir a ser a centralidade desta secção do MIAS no curto/médio prazo. Ou seja, no contexto dos cinco núcleos, o de arqueologia, será provavelmente aquele que demorará mais tempo até receber a primeira exposição, na medida em que os outros núcleos já possuem peças ou conteúdos. Neste caso específico, há que escavar, estudar e depois começar a criar o seu discurso e narrativas expositivas ou museográficas arqueológicas.

Há que esclarecer que os processos de recuperação dos materiais à guarda da DGRCC, na delegação do Fundão, estão envoltos num processo de desaparecimento da coleção islâmica. Pouco depois de serem entregues e levados para o Fundão (à guarda do extinto IGESPAR, ver anexo 8.2), em 2000, algumas alunas de História, variante de Arqueologia, da Universidade Nova de Lisboa solicitaram a transferência de parte dos fragmentos para o CEIPHAR – Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, pois reunia condições para os acolher. Durante esse processo os bens foram cedidos, e presumivelmente não foram devolvidos. Tendo a técnica da instituição já falecido perdeu-se o rasto aos achados. Em 2013 a câmara da Sertã tentou recuperar o espólio, mas foi recusado, motivado pela falta de um espaço museológico apropriado. Neste momento e de acordo com o investigador Carlos Banha - o Técnico do IGESPAR (hoje DRCC), a coleção pode ser recuperada, mas está incompleta, já que faltam os fragmentos islâmicos, que em sua opinião eram as peças de maior importância e dimensão. Presentemente, procura um entendimento entre a DRCC, câmara da Sertã e o Instituto Politécnico de Tomar que tutela o CEIPHAR, no sentido de devolver todos os fragmentos à Sertã.

#### 4.3.1.2. MIAS: Coleção de Arte Sacra e Cultura Religiosa

Este núcleo é consensual entre a comunidade de historiadores, a comunidade local e a própria CCDRC, quanto à razão da sua existência. É, como se pôde confirmar anteriormente, uma forte recomendação da CCDRC (2010) no seu roteiro, que seja valorizada a Arte Sacra, que são (seriam) as coleções com menor índice de preservação na região Centro.

Tendo a Sertã forte ligação à Ordem do Hospital e de Malta (a cruz está patente no brasão municipal), e o facto de um dos priores do Hospital se encontrar sepultado na Igreja Matriz de S. Pedro da Sertã, poderá explicar a resposta do inquérito relativo à tipologia de museu a considerar para a Sertã no anexo 22.2. Segundo o autor das monografias do concelho, Rui Lopes (2014:37) *“A Sertã era no século XIII uma das comendas mais antigas e importantes dos Hospitalários”*. Por outro lado, a arte sacra também se pode justificar pela herança que chegou até aos nossos dias.

Vítor Serrão e Ana Farinha (2015, p.228) historiadores de arte, publicaram uma obra sobre a pintura nas “terras” de Nuno Álvares Pereira e deixam no último capítulo a proposta de dinamização museológica para o acervo de arte sacra na Sertã, no sentido de “travar a ruína e o abandono artístico” de diversas peças (ver anexo 14).

Que espólio se pode esperar para este núcleo?

São objetos da propriedade de Igreja e a sua política de incorporação/cedência/empréstimo será uma questão complexa. Algumas peças encontram-se confiadas a entidades como as paróquias ou à Fundação Calouste Gulbenkian que, há décadas, asseguram a integridade de peças raras do universo religioso da Sertã. Por outro lado, talvez faça mais sentido serem alocadas ao castelo, por forma a dar uso à Capela de S. João Baptista e deste modo promover a sua recuperação.

O projeto do MIAS não começa, à semelhança das práticas da museologia tradicional, a partir da sua coleção para a criação de um edifício. A ideia, o conceito, as memórias históricas é que legitimarão e fundamentarão a sua criação.

Sob o pretexto da criação deste núcleo museológico, houve um primeiro contacto com os quatro presidentes de paróquia que englobam as freguesias da Sertã (incluindo mais duas no vizinho concelho de Oleiros) e com a Santa Casa da Misericórdia (ver anexo 25), no sentido de indagar sobre a abertura a este possível processo de incorporação ou cedência de esculturas, pinturas, imagéticas, documentos, paramentos e alfaias litúrgicas ou outros objetos que pudessem vir a integrar a coleção do museu ou as suas exposições temporárias. Será, por ventura, um processo que ficará sobre a tutela da Comissão dos Bens Culturais da Diocese de Portalegre-Castelo Branco, que envolverá alguma complexidade e melhoramento das relações com o poder político vigente nessa altura. Por outro lado, a resposta da Santa Casa da Misericórdia da Sertã vislumbra desde já um cenário favorável e de abertura ao diálogo sobre esta temática.

Não obstante e como forma de conhecer a cultura religiosa dos antepassados do concelho, podem inicialmente ser desenvolvidas exposições temporárias centradas nas romarias com maior expressividade no concelho, nomeadamente: Sra da Confiança (7, 8 e 9 de setembro); Sra dos Remédios (15 de agosto); S. Macário (primeiro fim de semana de Maio); S. Nuno de Santa Maria (último fim de semana de abril); ou outros temas, como o simbolismo da sagrada família nas casas dos particulares, etc.

Neste âmbito haveria maior acessibilidade, pois requererá a recolha de informação sagrada e profana, de fotos, testemunhos pessoais e familiares, a preparação espiritual e gastronómica, as promessas da população ao Santo, a caracterização dos vários momentos, os trajes das procissões, os festejos religiosos, situações atípicas, presença de membros do clero ou da sociedade civil de relevo, etc.

Também neste âmbito deverão ser desenvolvidos esforços que permitam interpretar os cinco séculos de registos paroquiais, referidos no projeto da “Árvore da Memória”. Ou seja, seria muito útil para conhecer os antepassados do concelho, contratar os serviços de profissionais de paleografia a

fim de “traduzir” e interpretar todos os documentos dos registos paroquiais e posteriormente publicá-los numa coletânea. São documentos riquíssimos em informação religiosa e genealógica, mas também dos usos e costumes de toda uma população, dos séculos XVI em diante.

#### 4.3.1.3. MIAS: Coleção de Etnografia/Cultura Popular

Este núcleo do museu tem uma coleção recolhida intencionalmente para este fim desde 1983 (ver anexo 15), encontra-se inventariada mas dispersa pelos vários espaços e sectores do município. Presume-se como a coleção mais fácil de aumentar, com nova campanha de recolha junto da comunidade local. Há a considerar que em 1983 os objetos eram pertença do quotidiano, da lavoura, do dia a dia. E passados quase quarenta anos já não se encontram a uso, mas há maior sentimento da necessidade de preservação, sobretudo da população mais velha.

A par da recolha dos bens patrimoniais em si, também os testemunhos, quer vídeos de reprodução do uso dos utensílios e do vestuário, quer também a recolha de estórias pessoais relacionada com a cestaria, olaria, extração de resina, trabalho no campo, será importante retratar.

Os ranchos serão também um importante apoio relativamente e esta problemática, desde logo pelo cancionero, vestuário, intercâmbios e importação de outros elementos culturais externos ao território da Sertã. Entre as exposições temporárias, será igualmente relevante explorar a temática dos trajes típicos e modos de vida da população que vivia da exploração dos solos - os ratinhos e os carvoeiros.

Em outubro de 2021, foi identificado mais um acervo de propriedade privada, da freguesia da Várzea dos Cavaleiros, relacionado com profissões rurais em extinção, cuja intenção será a doação para incorporação numa unidade museal de cariz etnográfico (ver anexo 15.2).

*“Os museus de arqueologia e etnografia são os que mais se podem ligar às comunidades locais, já que contribuem para a consciencialização da sua dimensão cultural do seu território e que reforçam a sua identidade, em oposição à globalização” (Rafael, 2010, p. 27).*

#### 4.3.1.4. MIAS: Coleção de Metrologia e Secretariado

A par da coleção da cultura popular/etnografia, estas são à partida as únicas que o município dispõe que se encontram relativamente conservadas, embora não disponham de espaço de visitaçao próprio, ou estudado.

Em 2017, realizou-se uma exposição dedicada a este património. Intitulada “(Re)Descobrir um século de Metrologia”, esteve patente na Casa da Cultura durante o mês de dezembro, estando a cargo do atual aferidor municipal, que tem mantido o acervo e incorporado novas peças de privados (ver anexo 16).

Ilustração 17 - Exposição de Metrologia, dez. 2017



Fonte: 17 Fotografia própria

Retiramos um resumo introdutório do catálogo da referida exposição.

*“A necessidade de medir as coisas é muito antiga e remete à origem das primeiras civilizações. Por um longo período de tempo, cada povo teve o seu próprio sistema de medidas, que era estabelecido a partir de unidades arbitrárias e imprecisas como, por exemplo, as baseadas no corpo humano (palmo, pé, polegada, braça, etc.).*

*É preciso recuar até ao reinado de D. João III (1521-1557) para encontrar a primeira referência histórica sobre os pesos e medidas em uso no concelho da Sertã. Segundo as ordens reais, cabia aos concelhos a nomeação de um responsável por aferir estes pesos e medidas, apesar de a definição dos mesmos pertencer à Coroa. O rei D. João III enviou uma carta à Câmara da Sertã, no século XVI, onde se determinava os pesos que deveriam ser usados pelos tecelões locais.*

*O **almotacé** era quem dentro das câmaras tinha a responsabilidade de aferir os pesos e medidas usados no comércio, bem como fiscalizar todas as atividades comerciais, assegurando o abastecimento e velando os mercados. Na Câmara da Sertã, eram eleitos dois almotacés a cada trimestre, um para a vila da Sertã e outro para o seu termo (restantes freguesias).”*

No que concerne ao acervo de secretariado (ver cartaz no anexo 16), também foi exposto em abril de 2018 na Casa da Cultura, sob o título “Secretariado municipal do séc. XX”.

Até ao último quartel do século XX, ainda funcionaram no edifício dos Paços do Concelho, serviços como: Secretaria do Tribunal Judicial; (sala da testemunhas, e de exames médicos forenses); Gabinete do Chefe de Secção do Tribunal Judicial; Ministério Público; Comissariado de Desemprego; Notário; Cartório Notarial; Registo Predial; Centro de Saúde; Conservatória do Registo Civil; Tesouraria do Estado (taxas e licenças); Serviços de Aferição; Repartição de Finanças; e Tesouraria da Câmara Municipal. A exposição incorporava os equipamentos utilizados no desempenho destas funções.



Ilustração 18 Exposição de Secretariado, abril 2018



Fonte: 18 Fotografia própria

Neste caso foram recolhidos testemunhos escritos e em vídeo, de dez antigos funcionários destes serviços, dois dos quais entretanto já faleceram.

O espólio deste núcleo do MIAS será, em princípio, o que possui mais objetos já identificados e que deverá incorporar menor número de fichas de inventário. Nessa medida, e como veremos no ponto 4.4.5., o depósito disporá de maior capacidade para albergar acervo do arquivo histórico municipal de cariz patrimonial e a documentação administrativa do séc. passado, acolhendo dignamente e atenuando os problemas de falta de condições e de espaço do atual serviço de arquivo.

#### 4.3.1.5. MIAS: Centro de Interpretação do Maranhão

A interpretação deve ser sensível ao seu público-alvo, utilizar uma linguagem universal e outros meios para se fazer relevante. O guia que faz a interpretação deve apresentar uma ligação entre o tema e os visitantes. Pressupõe um esforço recreativo pela investigação social. A missão não se resume somente a produzir significados na mente dos visitantes. Na opinião de Morales (2008), deve dar sentido ao local que se vista, deve conectar emocionalmente o público com os significados profundos desse património, tornando a experiência mais enriquecedora e gratificante. Ou seja, os visitantes não podem apenas perceber o significado do que estão a observar, têm de se interessar pessoalmente, por forma a que se esqueçam do mundo que os rodeia. No processo de interpretação o visitante não se sente obrigado. A comunicação ocorre num contexto recreativo. Não basta que os visitantes compreendam a mensagem, tem de os interessar para captar a sua atenção. E isso não se consegue com plágios ou textos extensos. O público deve receber no entanto ajuda para desenvolver certas atitudes. As mensagens devem ser significativas e impactantes. A interpretação não está nos painéis informativos, sistemas de áudio ou nos guias, está na cabeça dos visitantes. A mensagem ABCD defende que as ideias transmitidas devem ser atrativas, breves, claras e diretas. É preciso descobrir a forma da interpretação que provoque atitude e atenção dos visitantes. No fundo tudo

depende do grau de conhecimento dos recursos, do conhecimento dos destinatários, das técnicas apropriadas e das oportunidades para as interpretar.

O centro deve promover ideias, ensinar e fornecer informações para reconhecimento de um território. Mas não deve ser confundido com um posto de turismo, com uma escola ou um museu. São uma solução que serve para compreender e comunicar o património. Não se focam na incorporação ou conservação dos objetos, preocupam-se em comunicar e importância e o significado do património. A interpretação é um instrumento muito útil para o património, sendo atribuída a designação de didática do património. Requer, no entanto, muito tempo, trabalho, planeamento e investimento financeiro anteriores à sua inauguração, uma vez que a sua exposição é permanente. Ao passo que os museus vão continuando a promover a investigação do seu espólio e a exibí-lo nas exposições temporárias.

Um bom CI será aquele que assenta em questões locais ou regionais. Quando se entrar no do Maranho do MIAS, o visitante deverá ser “transportado” numa viagem pelo mundo do Maranho, desde o momento anterior à sua confeção (a escolha dos ingredientes e a forma como se estes desenvolvem no território) até àquele em que são consumidos. Seria possível sentir os cheiros e os sons do campo onde as cabras pastam, perceber como evoluiu historicamente a receita do Maranho ou tão-somente provar esta iguaria.

Esta secção do Museu não se esgotaria apenas nesta única realidade. Contribuirá para dar a conhecer aos visitantes outros aspetos da gastronomia sertaginense (história e evolução), bem como elementos etnográficos e históricos que contribuíssem para conhecer melhor este concelho e toda a sua população, ao longo dos tempos, complementando as outras secções/coleções.

A alimentação é um dos elementos vitais da existência humana tendo-se transformado, ao longo dos séculos, num ato de sociabilização e de cultura. Falamos de um fenómeno que, como muitos historiadores assinalaram, “envolve, em todas as épocas e geografias, falar de práticas, hábitos, gostos e condutas alimentares, na sua ampla abrangência económica, social, cultural, artística, política e simbólica” (Universidade de Lisboa, 2020). É uma matéria de estudo que tem ganho relevância nas últimas décadas, sobretudo a partir dos trabalhos fundadores de Lévi-Strauss, que entendia a alimentação como um sistema cultural. A codificação desta realidade que, atualmente, ganha novos contornos com a assunção da gastronomia a património imaterial da humanidade, convoca novas disciplinas de saber e obriga a olhar a alimentação muito para lá da esfera da vida quotidiana e privada onde habitualmente tem estado confinada.

A história e memória de um povo têm na alimentação uma importante dimensão de análise. A gastronomia reflete na perfeição a alma e o viver de um povo. Através do estudo dos hábitos alimentares torna-se possível conhecer melhor o passado, compreender o presente e perspetivar o futuro. Não se pretende aqui traçar um retrato exaustivo sobre o estudo da alimentação, mas antes sublinhar a sua importância e enquadrá-la como realidade válida para alcandorar a memória, identidade e alma de uma comunidade.

No caso do concelho da Sertã, e à semelhança do que sucedeu noutras regiões portuguesas, a gastronomia é um aspeto fundamental da vida das populações. Ainda que, em séculos recuados, a alimentação dos habitantes do concelho fosse pobre, se comparada com os padrões modernos, e as técnicas culinárias se encontrassem ainda numa fase rudimentar, a sua importância era já vital. Cada povo e cada região foram desenvolvendo os seus pratos gastronómicos, apurando as suas receitas ou tomando de empréstimos alguns conhecimentos culinários de zonas vizinhas para construir a base da sua cozinha.

Na Sertã há um prato que se destaca dos demais, o Maranho. A abundância de gado caprino e de algumas ervas aromáticas, como atesta o caderno de especificações (2014), terá com certeza impellido os sertaginenses e outras comunidades vizinhas a confeccionarem pratos que tinham por base a carne de cabra à qual se adicionava depois arroz, hortelã e alguma carne de porco gorda - havia também quem adicionasse carne de frango ou galinha.

### O espaço museológico: a exposição permanente

O espaço museológico deste núcleo do MIAS será fragmentado por várias salas/espacos sequenciadas. Em cada espaço é suposto fazer o visitante sentir uma realidade espacial e temporal representativa da alma e dos costumes e paisagens do concelho. Esse “teletransporte” é conseguido através das imagens, sons e, quando possível, aromas, bem como um suporte áudio e de imagem em várias línguas. Cada sala é confinada com as seguintes, mas a passagem só é permitida quando a seguinte estiver livre para entrar.

Assim, a primeira sala será a da **Fauna e Flora**, e deverá ilustrar e retratar as paisagens serranas e rurais do concelho, com incidência nas plantas autóctones (medronho, castanheiros, carvalhos, oliveiras, azereiros, urze, etc.) e vistas dos melhores miradouros (Picoto Rainho, Fojo da Serra, clareira de Pedrógão, Foz da Sertã, etc.)

A sala que se segue será a sala **caprina**. Retratar o som e a brisa das hortas onde as cabras e ou ovelhas andavam a pastar nos campos floridos do Figueiredo ou das quintas da freguesia do Castelo ou nas encostas do Fojo da Serra ou até mesmo na herdade do Seminário das Missões em Cernache do Bonjardim. Ali também se ilustrará a ordenha e o fabrico do queijo fresco artesanal. E exemplificará a vida caseira, em que cada família tinha um quintal com galinhas e o porco à solta, nas imediações da casa.

A par desta, segue-se a sala da **gastronomia sertaginense**. Aqui dever-se-á retratar e ilustrar os produtos endógenos das mesas típicas de um sertaginense.... cabrito estonado, chanfana, vários tipos de pão caseiro, bucho, maranho, rancho, fumeiro e enchidos, vinho de adega, aguardente de medronho, etc.

Uma vez representada a gastronomia do concelho, será centralizada a atenção no PCI que dá nome ao Centro de Interpretação (CI) do Maranho. Para o efeito será contextualizado na história do concelho. A sala dedicada à historiografia do Maranho, com realce para as diferentes dimensões e

épocas que lhe estão associadas: Descobrimientos, Inquisição, Invasões Francesas, Implantação da República, entre outros. Nesta sala é importante dar a conhecer também a história do Maranhão. Contígua a esta sala segue-se a interpretação das invasões francesas e as suas implicações, ...vestígios, percursos, estórias e história dos soldados de Napoleão no concelho. Os esconderijos dos bens, mantimentos e invocações religiosas (enterro do maranho), o comportamento dos locais antes, durante e depois (documentário) das invasões. O reinventar da cozinha em tempos de miséria e escassez de alimentos/produtos.

O espaço seguinte irá aproveitar os recursos já existentes, nomeadamente as fotos dos ingredientes e das fases de confeção do Maranhão, de Jorge Firmino, já várias vezes editadas e utilizadas em pequenas exposições na Casa da Cultura e em postais. Também será importante visionar os documentários (aproveitar os existentes de 2017, bem como o vídeo promocional com o filme do festival de gastronomia de 2016) com testemunhos dos consumidores.

Maranhos são um prato típico das Beiras, o grande elemento diferenciador da Sertã é o uso da hortelã, considera-se importante exaltar a sua genuinidade e diferenciação através da sala a ela dedicada, **a Hortelã**. Pretende-se informar sobre as formas de cultura da hortelã, o crescimento espontâneo junto a locais húmidos, no quintal de cada sertaginense, a sua composição, bem como os usos na gastronomia local e mundial. Pressupõe o enaltecer do seu aroma na sala, através da exibição de hortelã cultivada no jardim exterior do Museu.

Após o enaltecer dos aromas, isto é, do olfato do visitante será marcante se, em seguida, houver a possibilidade de degustação e de realizar experiências, por exemplo workshops de confeção de Maranhão para comunidades educativas ou gastronómicas etc.. Nesta sala, a última do CI, poderão ser degustados outras iguarias gastronómicas da Sertã: o Maranhão, Bucho, aguardente de Medronho, Bonecas de Palhais, Cartuchinhos, Merendas Doces, etc. A sala poderá incluir uma Box interativa – (fotografia e livro de honra eletrónico). Pretende-se que a experiência se torne refém da memória de longo prazo dos visitantes.

Será importante estabelecer protocolos com fornecedores de Maranhão, que providenciem os produtos frescos mediante a procura dos visitantes do Museu. Assim como, disponibilizar brochura/folheto com fornecedores legalizados do concelho, respetivos locais de venda, contactos, entre outros.

Contígua, mas externa à exposição permanente, o projeto arquitetónico deverá contemplar uma cozinha, preparada para receber crianças em ateliers de bucho, maranho ou outros, com um forno a lenha e uma bancada com forno e placa amovível, para ser adaptada a ações de showcooking em salas multiusos ou no jardim ao ar livre.

Para o programa museológico do CI, pode ser comemorado um dia da **Gastronomia Intergeracional Sertaginense**, que poderá consistir em convidar as famílias, por ex. das crianças, a cozinhar para os pais, ou dos avós para os netos. Esta festividade, muito à luz das teorias defendidas pela Nova Museologia (comunidade participativa), prevê numa celebração à gastronomia para todos. A cozinha será o laboratório de experiências durante a manhã, e a sala multiusos ou no parque/jardim de

Merendas do Museu será a festa de celebração de paladares. Este núcleo dedicado ao maranho prestará também uma homenagem ao património gastronómico de um concelho que alberga uma confraria gastronómica inativa e que reclama para si o título de melhor concelho para comer maranho. Uma “oficina de sabores” que trabalha a conjugação de pratos tradicionais com uma cozinha contemporânea, aliado a uma decoração sóbria, com fotos e trajes associados.

No bairro museológico do MIAS, isto é, na Cerrada da Alcaidaria serão agregadas as várias coleções deste museu municipal. Seguidamente apresentamos um modelo de estruturação com as valências de cada núcleo/edifício.

Tabela 3. Modelo de estruturação do edificado do MIAS

		Jardim exterior	Concertos	Exposições outdoor		
		Núcleo	R/C Exposições permanentes e temporárias	Piso -1		
Anfiteatro natural		<b>ARQUEOLOGIA</b>	Coleção de arqueologia	Laboratório Reservas Depósito	Ribeira do Amioso	
		<b>ARTE SACRA e CULTURA RELIGIOSA</b>	Coleção de arte Sacra Sala da Árvore da Memória	Laboratório Reservas Depósito		
		<b>MIAS</b> Edifício principal	GALEIA MUNICIPAL Bilheteira e loja Sala de Reuniões Gabinetes de trabalho (central)	Auditório Arrumos para apoio às exposições da Galeria		
Parque de plantas autóctones		<b>METROLOGIA</b> <b>SECRETARIADO</b>	Coleção de Metrologia e Secretariado	Laboratório Reservas Depósito Arquivo M. Documental	Cultivo da hortelã;	
		<b>CI MARANHO</b>	Salas de interpretação do Maranho Oficinas	Alojamento p/ investigadores e residências artísticas Arrumos		
		<b>CULTURA POPULAR / ETNOGRAFIA</b>	Coleções de etnografia (município e particular)	Laboratório Reservas Depósito Arquivo M. Patrimonial		
		Sinalética de orientação p/ espaços culturais		Cargas e descargas		

Fonte: 19 Elaboração própria

#### 4.3.2. CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO CASTELO DA SERTÃ

Esta proposta deriva da confirmação do núcleo de arqueologia no bairro museológico do MIAS. Centrará-se na renovação do estudo do terreno que ainda se encontra no espaço público.

Marco Liberato, no âmbito da sua dissertação de doutoramento em Arqueologia, que será apresentada em finais de 2021 à Universidade do Algarve, com o título “Entre Tejo e Mondego, nos séculos VI-XIV: povoamento e cultura material num espaço disputado”, tem investigado a presença muçulmana em cinco castelos do Tejo Mondego, entre eles o da Sertã.

Interpelado sobre o futuro do castelo da Sertã e o tipo de intervenção de patrimonialização mais apropriada, defende que:

Ilustração 19 - Fragmentos das escavações do castelo da sertã, à guarda da DRCC



Fonte: 20 Foto de Marco Liberato de 2020

*Ao contrário do que convencionalmente se afirma, são raras as fortificações fundadas no território atualmente português, durante o período muçulmano. Daí a grande relevância dos materiais recuperados durante as escavações realizadas no século passado no castelo da Sertã. Sem comprometer excessivamente o atual arranjo paisagístico, seria de facto interessante levar a cabo novas intervenções, a partir de uma abordagem metodológica mais sólida, com o objetivo expresso de comprovar essa ancestralidade.*

*Caso se viessem a identificar estruturas arqueológicas anteriores ao século XII, estaríamos perante um caso extraordinário a Norte do Rio Tejo, o que se poderia converter num ativo patrimonial e turístico para o concelho. Pelo que consideramos que seria altamente vantajoso, até numa perspetiva de estímulo às atividades económicas locais que um projeto desse tipo equacionasse, desde a sua génese, a possibilidade de musealização das realidades medievais. Bem como um pequeno centro interpretativo da evolução urbana da vila e da exploração do seu território, que se converteriam certamente numa atração para os visitantes, mas também como espaço de fruição cultural e educativo para os residentes.*

### 4.3.3. CENTRO DE INTERPRETAÇÃO NUNO ÁLVARES PEREIRA

A par do Castelo da Sertã, este será talvez o espaço mais difícil de encontrar objetos autênticos para a sua coleção, daí o CI ser a forma mais adequada de investimento neste tipo de património, mais imaterial. Se no Castelo da Sertã encontramos vestígios arqueológicos passíveis de ser investigados, no caso de Nuno Álvares Pereira, apresenta-se um forte culto e arte sacra que o eternizam e dão força às teorias de que terá nascido em Cernache do Bonjardim.

Deste modo, o CI terá como desafio a confirmação ou infirmação desse facto e como missão a de divulgar a criança, o homem, o guerreiro, o senhor feudal e o santo, a sua educação religiosa, a devoção a ele existente no concelho, a sua educação nos Passos do Bonjardim e por conseguinte, sugerem-se para o discurso expositivo várias salas relacionadas com a sua vida.

O local ideal para implementar o projeto será em Cernache do Bonjardim, mais concretamente na herdade do Seminário das Missões, junto ao local onde se pensa que terão sido edificados os Paços do Bonjardim, nomeadamente a casa senhorial de seu pai. Uma ação de escavações arqueológicas seria pertinente e plausível neste contexto.

Paralelamente às sondagens, o CI poderá ser desenvolvido em torno de diversas salas de exposição, nomeadamente: sala das teorias emergentes sobre a vida do homem Nuno Álvares Pereira, bem como dos teóricos que versam sobre a literatura medieval, ou de santidade, que inclusivamente lançaram as suas monografias em Cernache do Bonjardim, nomeadamente o professor Doutor Aires Nascimento, o professor Doutor João Gouveia Monteiro (FLUC), Professor Joaquim Candeias, entre outros. Podem ser apresentados os documentários realizados pela RTP e os seus testemunhos. Deverão ser reproduzidas as passagens e tomadas de decisão na Crónica do Condestável, da presença nas Cortes de Coimbra, aquando da definição do novo Rei de Portugal na crise de 1380, bem como os “registos prediais” e doações de seu pai, Gonçalo Álvares Pereira no termo da Sertã e Ferreira do Zêzere. Adstrita a esta, poderão ainda exibir-se as comemorações dos 600 anos do seu nascimento – Comemorações Condestabrianas em 1960, em que um dos palcos de festa se realizou em Cernache do Bonjardim. Aqui interessará recuperar o programa dos festejos, as personalidades, as ementas, indumentárias, discursos, etc.

Poderá igualmente ser elaborada uma exposição que reúna todas as evidências de culto e de homenagem existentes no concelho (numismática, toponímia, arte sacra, lendas, etc.)

Não menos importante será a sala que procurará reconstituir a sua vida enquanto Condestável, no exército, os títulos, brasões, os condados e castelos que recebeu do Rei D. João I de Portugal. Testemunhos dos profissionais e património desses locais, como a Fundação Batalha de Aljubarrota (ver anexo 26) ou, por exemplo, do Convento do Carmo e Lisboa ou dos Paços dos Duques de Bragança em Guimarães, são sempre contributos a acrescentar ao que possamos conhecer sobre ele, sobre o seu património feudalista, bem como dos seus descendentes. Este pressuposto alicerça-se num dos objetivos do Grupo de Museus no Futuro, ou seja, no da partilha de acervo e exposições itinerantes entre instituições museológicas.

Outra sala do CI, deverá incidir sobre a esfera religiosa, ilustração dos templos que Nuno Álvares Pereira mandou erigir após a morte da esposa e onde se viria a refugiar após abandonar a vida de guerreiro, no Convento do Carmo.

Importará ainda “museografar” os avanços e recuos do processo de beatificação (1918), precedida pela proibição do culto durante o domínio filipino, bem como o processo de canonização em 2009, os milagres legitimados pelo vaticano, bem como os não reconhecidos/submetidos.

#### 4.3.4. CASAS MUSEU: TÚLLIO VICTORINO E/OU PADRE MANUEL ANTUNES

O edifício do Atelier Túllio Victorino foi mandado construir por seu pai no início do séc. XX, com o fim de ser o atelier de trabalho do pintor. Quis o destino que viesse a residir inclusivamente no espaço. Apresenta uma traça pouco comum, com elementos revivalistas, azulejos mobiliário, pintura, escultura, pratas, faianças, tapeçaria, documentação, réplicas das obras, objetos decorativos e pessoais, coleção de manuscritos, apontamentos originais, provas tipográficas, livros publicados, e um conjunto de documentos e objetos pessoais do escritor.

Poderão aqui realizar-se atividades várias como as já anteriormente descritas: exposições, palestras, recitais, workshops, atividades lúdicas para jovens, visitas guiadas, etc.

Este projeto poderá beneficiar desde logo da publicação biográfica do pintor, tendo em consideração o espólio existente no AHMS (ver anexo 6 e seguintes), bem como em articulação com os Museus portugueses que exibem as suas obras (Abade Baçal, Machado de Castro, Santos da Rocha, entre outros). Será igualmente oportuna a recolha de testemunhos junto da população viva que o conheceu.

No caso do **Padre Manuel Antunes**, a sua casa já não existe e faltam os objetos pessoais. Neste caso específico, a **Casa Guimarães** poderia ser reconstruída e assumir-se como um espaço expositivo dedicado ao património imaterial do mesmo.



#### 4.4. DAS FUNÇÕES AO PROGRAMA MUSEOLÓGICO

Em qualquer organização a programação pressupõe uma reflexão lógica para executar o seu projeto. Ora, no caso de um Museu, *“este deve ser um projeto em constante desenvolvimento e em permanente atualização museológica e museográfica, admitindo assim uma constante reflexão em torno dos seus princípios programáticos”* (Ribeiro, 2002, p. 103).

Independentemente da concretização total ou parcial das possibilidades apresentadas, a vocação do museu para a Sertã será estudar, documentar, incorporar, conservar, e divulgar as suas coleções, bem como apoiar na salvaguarda, estudo e divulgação do património do concelho. É, por conseguinte, imprescindível a elaboração de um regulamento interno.

O programa do museu, estender-se-á além da visita às suas exposições, pretenderá incluir-se visitas guiadas pelas diversas salas, quer com guia, quer com áudio-guias, atividades educativas variadas, ateliers e oficinas temáticas (por exemplo de arqueologia), jogos pedagógicos e ações de sensibilização, formação, tertúlias, conferências, entre outros.

##### 4.4.1. Interpretação

Na investigação e estudo dos objetos e dos espólios museológicos, existem vários modelos de análise, alguns mais redutores ou adequados que outros. A escolha deve ter por base obter o máximo de informação possível, e nunca esquecer que o espaço expositivo, a linguagem, a informação e educação transmitida são, na opinião de Susan Pearce, uma excelente oportunidade para modelar e consolidar a perceção da cultura por parte da comunidade em que o museu (por ex.) está inserido (Hooper-Greenhill, 1999, p. vii).

Estas “storhouses of knowledge” devem armazenar informação e interpretar os objetos em todas as suas dimensões, sendo o mais esclarecedor, didático e ajustado possível ao público a quem se destina. Esta investigação permite a criação de múltiplas abordagens ao mesmo objeto.

Nesta linha de pensamento, o modelo de análise proposto por Eileen Hooper-Greenhill (1999, p.110) é bastante completo, pois prevê analisar os objetos ao nível do seu uso, design, materiais, produção, significado, associações e outros dados que possam ser relevantes (ver anexo 27). Em busca do conhecimento consolidado o modelo Hooper-Greenhill deverá ser cruzado com as fichas de inventário normalizadas para cada uma das coleções. No anexo 28, apresentamos o modelo adotado para coleções da ciência e da técnica, que seria indicado para a coleção de metrologia. Contudo, para o MIAS, será aconselhável também o recurso ao guia de arqueologia, de etnografia e de arte, passíveis de consultar no site da DGPC em “Normas de Inventário”, publicados pela DGPC, no âmbito das suas competências em matéria da elaboração de normativos e recomendações na área do inventário e da digitalização de Património Cultural Móvel, em [www.matriznet.dgpc.pt/](http://www.matriznet.dgpc.pt/).

#### 4.4.2. Tratamento Museográfico e Discurso Expositivo

Na ótica de Desvallées & Mairesse (2013, p. 35) a comunicação dos museus *“aparece simultaneamente com a apresentação dos resultados da pesquisa efetuada sobre as coleções (catálogos, artigos, conferências, exposições) e com acesso ao objeto”*. A sua expressão mais geral é conseguida através de uma das principais funções do Museu – expor.

O discurso não deve ser unilateral. Cada visitante, independente da idade, da formação e da origem social, deve ser passível de interpretar os conteúdos à sua imagem e semelhança. É, por conseguinte, importante alcançar as múltiplas leituras defendidas pela nova museologia.

O discurso e disposição espacial da exposição focaliza-se nos objetos, autênticos, réplicas, cópias, fotos, em textos, filmes etc. bem como no material expográfico acessório, ou seja: suportes, vitrines ou divisórias de espaços.

Ao nível da museografia, propõe-se a construção da narrativa, utilizando cenografias de gestão coerente com os acervos, articulada com o tipo de público previsto, bem como das suas apreensões intelectuais. Consequentemente algumas das propostas apresentadas neste projeto conseguem ser mais discriminadas e exemplificativas, ao passo que outras carecem de aprofundamento de conteúdos, que permitam um discurso museológico e museográfico adequado e coerente, de modo a poder ser chamado de coleção. Isto é, que sejam dotadas de coerências, como defendem Desvallées e Mairesse.

Lembramos a experiência IPOP (Pekarik, 2014) como referencial para apelar às emoções, à atratividade física, à identificação com as ideias apresentadas. Expor requer um exercício de imaginação, fugir das rotinas, dar um novo olhar às peças ignoradas e, acima de tudo, criar no público o hábito de voltar.

É um trabalho de equipa, multidisciplinar que inclui desde o museólogo, ao investigador, pedagogo, arquiteto de interiores, técnico de restauro, designer, carpinteiro, electricista e comunidade envolvida na temática. Será igualmente importante ouvir o conselho consultivo proposto.

#### 4.4.3. Programação Museológica

São variados e de várias ordens os objetivos dos programas museológicos (BABO, s.d.) : Identidade e Território - reforçar e valorizar a identidade do território face à comunidade; Imagem e Divulgação Exterior - estabelecer e promover a imagem do território, do seu espaço natural, do seu património e da sua cultura viva; Abertura ao Exterior - abrir a população face ao exterior: regiões vizinhas; Participação e Mobilização – criar condições de uma participação ativa no desenvolvimento e no mobilizar as forças vivas da população; Recursos e Desenvolvimento – inventariar os recursos patrimoniais e colocá-los ao serviço do desenvolvimento; Herança Histórica e Mudança Social - contribuir para a educação das gerações mais jovens, acerca da sua herança cultural e natural,

promovendo a mudança social e iniciativa coletiva; Respeito pelo ambiente, fruição e turismo\_— assegurar o incremento do turismo respeitando os modos de vida existentes e o meio ambiente.

A programação e criação cultural dependerão diretamente do acervo, do seu estudo, conservação e capacidade de construção de uma narrativa. Alinhadas com algumas considerações de apresentação do MIAS, a capacidade de expor e educar para o património identitário e ancestral da Sertã estará associada às exposições permanentes e temporárias. E contempla diretamente a visitação, aprendizagem e estudo.

#### 4.4.4. Serviços Educativos / Educação Patrimonial

Somos em concordar que os serviços educativos são imprescindíveis ao quotidiano e à vitalidade de uma unidade museológica do nosso século. Ela deve promover a fruição, o lazer, a interpretação, a aprendizagem e a identificação da comunidade. E tal como Mértola, o museu deve crescer em unísono com os seus locais. Deve fazer sentido, devem sentir-se parte integrante da mensagem que está a ser transmitida e, por conseguinte, divulgada pelo seu território e suas gentes.

A educação patrimonial deverá ser efetuada a vários níveis. A população do território da Sertã deverá sentir-se uma continuidade dos seus antepassados e ter algo a acrescentar, a contar à narrativa. Assim se conseguem, de entre outras formas, alcançar os diálogos e perspetivas múltiplas do discurso expositivo.

Envolver o público infantil nos conteúdos programáticos dos currículos escolares e sociais. Trazê-los desde cedo ao museu para a conhecer a origem e o porquê das suas tradições e dos hábitos dos seus antepassados.

A comunidade científica deverá ser convidada a estar sempre presente, a aprofundar e desenvolver teorias que gerarão controvérsias, teorias opostas, atraindo assim a Sertã para a agenda do património e da cultura académica. Foi desta forma que Mértola se conseguiu afirmar como destino de turismo cultural.

Os serviços educativos poderão contemplar uma biblioteca com os catálogos das exposições que os vários núcleos forem criando com as suas exposições temporárias, bem como a documentação de apoio à conceção dos mesmos. O trabalho de *clipping* será importante para evidenciar os feitos do museu. Inicialmente, enquanto não acontecem, deverá socorrer-se das reportagens já realizadas no concelho até ao momento, sempre que estas se relacionem com as coleções e exposições do MIAS.

#### 4.4.5. Reservas, Serviços de Arquivo e de Depósito

A identidade e memória à guarda da Câmara Municipal da Sertã sofreram uma perda incalculável aquando do incêndio dos Paços do Concelho em 1917. Pese embora o arquivo guarde a informação documental e material com pouco mais de um século de existência, encontra-se atualmente com dificuldades de espaço de armazenamento, nomeadamente desde as obras de beneficiação do edifício sede, em 2016. A requalificação requereu mudanças temporárias de espaço “*estando*

*presentemente comprometida a segurança e integridade*” de 1116 metros lineares de documentação e acervos vários (ver anexo 24), dispersos desde então, na cave das piscinas cobertas e do antigo GAT- Gabinete de Apoio Técnico.

Além deste problema de conservação física, urge igualmente elaborar um plano de preservação digital para a documentação eletrónica, já que corre o risco de perder legibilidade e acessibilidade.

Sendo que apenas 684, de um total de 1800 metros lineares se encontram salvaguardados, considerou-se a necessidade de criar ou requalificar uma infraestrutura exclusiva, com cerca de 500m<sup>2</sup>, para esse fim e para vir a receber novas incorporações. Neste universo encontram-se objetos musealizáveis, sendo que o técnico reconhece os benefícios deste espólio vir a ser integrado num museu municipal.

Face ao exposto e à proposta museológica apresentada neste projeto, em que cada um dos núcleos do MIAS terá uma cave destinada ao depósito das reservas (com exceção do edifício central que albergará o auditório), faria sentido que o arquivo municipal, numa lógica de gestão integrada e de otimização dos recursos municipais fosse albergado pelo MIAS, sobretudo no que diz respeito ao espólio patrimonial, dispensando assim o investimento para a construção da referida infraestrutura.

#### 4.4.6. Gestão integrada do museu polinucleado

A gestão do museu, seja qual for o cenário adotado, traduzir-se-á sempre na responsabilidade da preservação da memória coletiva. Esta repousa na investigação cuidada, exposição criteriosa dos testemunhos da sua história (artefactos, escritos, ou orais por exemplo) e da sua identidade cultural.

A existir uma **carta cultural** de apoio à decisão política, a gestão do museu deve ser coerente com a mesma, bem como com os caminhos pelos quais a incorporação e investigações conduzirem o museu.

Conduzir todos os núcleos em áreas tão diversas numa cultura organizacional una será um desafio a par de todos os outros. Para a criação de uma filosofia de trabalho e clima institucional requer-se: reuniões mensais com equipas de cada núcleo; estabelecimento de metas para reuniões seguintes. Análise do ponto da situação e avaliação do cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, bem como das necessidades de melhoria e desenvolvimento.

Será relevante relembrar regularmente aos colaboradores do museu, da carta de princípios (ver conclusões deste capítulo), para se evitar desvios dos valores, compromissos, objetivos, deontologias e da missão do próprio museu.

É aconselhável e socialmente responsável a existência de um **conselho consultivo externo** e um **corpo de investigadores** permanentes e temporários.

Convém não esquecer que todas as orientações para o capítulo 4, a realizarem-se, conhecerão diversos desafios e entraves característicos do poder local. Citando Hughes de Varine, a museóloga Lúcia Rafael (2010, p.28) adverte para as dificuldades de um museu local que enfrenta no seu

quotidiano “*constante mutação, reestruturação de estratégias políticas, atitudes eleitoralistas e megalómanas*” que não se coadunam com a sustentabilidade. A autora acresce ainda à gestão do equipamento museológico local, outros problemas, tais como: os fracos recursos financeiros, a carência de recursos humanos qualificados (2010, p.29).

#### 4.4.7. Mapa de pessoal e estrutura orgânica municipal para o museu

Ao nível dos recursos humanos importa referir que a autarquia da Sertã já empregou um arqueólogo, o autor da Carta Arqueológica, em finais do século passado. Por volta de 2014 tinha um estagiário em arqueologia pelo período de um ano e contratou, por tempo indeterminado, um técnico de conservação e restauro que mantém funções atualmente. Funções essas que se têm centrado na manutenção, conservação e restauro do arquivo patrimonial do município e do património religioso do Seminário das Missões. Existe ainda outro colaborador da área do restauro, mas que exerce outro tipo de funções que não as relacionadas à proteção património. Contudo os materiais do arquivo municipal encontram-se dispersos em alguns dos serviços, mas essencialmente em depósito sem condições apropriadas (conforme constatamos anteriormente). Consequentemente não é estudado, desenvolvido ou exposto.

Para esta proposta museológica, serão alocados os colaboradores inerentes ao funcionamento diário do museu. Prevê-se deste modo, um mapa de pessoal que inclua: um diretor (museólogo); técnico de museografia; técnico de fotografia, radiografia e microfilmagem, multimédia e audiovisual; cinco técnicos superiores especializados, por coleção/ núcleo; um conservador restaurador (que já existe); um paleógrafo para a descodificação dos registos paroquiais, até à publicação do mesmo; dois assistentes técnicos e um assistente operacional, com formação multilíngue, em atendimento inclusivo e software, em gestão de bilheteira e venda de produtos de merchadising; um designer, para efetuar a maquetização dos cartazes das exposições e demais atividades da programação; um tradutor português – inglês, permanente; um técnico de comunicação para elaboração das notas de imprensa, sinopses em articulação com os técnicos especializados, revisão dos catálogos e divulgação nas redes e demais órgãos de comunicação. Os serviços de limpeza e higiene do município ficarão também afetos ao MIAS, como já acontece nos outros serviços.

Tendo em consideração o organograma atual da Câmara Municipal da Sertã (ver anexo 23), a integração deste projeto, quer seja na integra ou parcialmente na estrutura hierárquica da autarquia, requererá a atualização da **Divisão de Cultura, Desporto e Turismo** ou criando um novo setor de Museologia e Património ou renomeando o Setor da Cultura, para **Setor de Cultura e Património**.

#### 4.4.8. Comunicação

Do plano de comunicação do museu farão parte integrante o site próprio, as redes sociais municipais e da própria infraestrutura. Será premente a realização de um vídeo promocional geral e um para

cada coleção, que requererá ajustes à medida que se for fazendo obra, descobertas e surgindo os artigos de opinião, reportagens, notas de imprensa e estudos ou artigos científicos.

Será conveniente criar uma plataforma de consulta de todas as publicações, estudos e atividades promovidas pelo museu, bem como de uma solução digital que permita divulgar e extrair os comentários de maior relevo.

#### 4.4.9. Propostas de (auto) avaliação e desenvolvimento

A par dos inquéritos/observação aplicados aos visitantes, é altamente recomendável a criação de conselho consultivo, representativo de vários sectores da sociedade, de potenciais interessados que contribua de forma multidisciplinar. Ou seja, ao ouvir a sociedade civil evitam-se narrativas unilaterais e o papel do museu está constantemente em avaliação. As exposições/discursos expositivos dos museus são o significado e entendimento que lhe atribuímos, daí valer-nos de uma perspectiva coletiva e representativa evitando, por exemplo, sentimentos de exclusão.

As recomendações da UNESCO sobre a proteção de promoção dos museus e das coleções, da sua diversidade e papel na sociedade, de 20 de novembro de 2015, enfatiza a necessidade de promover a diversidade cultural, fortalecer os direitos humanos, promover o bem-estar material e espiritual dos cidadãos, bem como ser ator económico com aplicação na qualidade de vida da população, incluir populações vulneráveis, etc. Procurando desempenhar esta função de agente integrador e da coesão social, o museu deve fazer um exercício na sua avaliação e tentar saber se está, e se não está, como vai conseguir agir de acordo com estes pressupostos!

Um dos princípios da Nova Museologia e das preocupações atuais dos museus que se querem socialmente responsáveis, e que procuram o desenvolvimento sustentável, é o da promoção do bem-estar à comunidade local. Neste sentido, procuramos orientação nos indicadores da comunicação de Aleksandra Uzelac, Sanja Tisma, e Suncana Franic<sup>1</sup>, sob o tema “Medir o Impacto das Intervenções no Património Cultural: um modelo holístico de avaliação de impacto”, a saber: grau de participação cultural e nas atividades; sentimento de pertença ao lugar [Sertã]; sentimento de togetherness; aprendizagens informais e competências pessoais; participação de todas as camadas da população com vista à diminuição da apropriação do património cultural.

Também será importante integrar modelos de autoavaliação que, permitam o cruzamento estatístico, quer de dados nacionais, quer internacionais. Este é um ponto que os investigadores se debatem presentemente, enunciados no capítulo 2. Deste modo podem servir de guião os indicadores do Observatório Português das Atividades Culturais, bem como o Projeto MOI – Museums of Impact. Este último é um projeto cofinanciado até novembro de 2022, que inclui onze parceiros de oito países e cuja entidade promotora é a Agência Finlandesa do Património. O princípio basilar do projeto é “*From doing right, to do the right things*”, e procura responder a questões como: what effects do the changes in the operational environment have on your museum?; why and from

---

<sup>1</sup> Conferência Digital “Museus e Responsabilidade Social - Participação, Redes e Parcerias”, promovido no âmbito da Presidência do Conselho da U.E., 23 e 24 de março de 2021.

whom does your museum exist?; what is your museum specific profile which sets in apart from other museums?. Quando o projeto terminar será divulgada uma matriz de autoavaliação, que poderá auxiliar o MIAS na sua autoanálise.

#### 4.4.10. Vantagens, pontos a melhorar e considerações finais do projeto

Podemos identificar diversas vantagens neste projeto, tais como: constituir uma solução integrada para a cultura; a promoção do prolongamento da estadia turística na vila; a divulgação e estímulo à visita dos pontos arqueológicos; o reforçar da identidade coletiva; a promoção da economia local (restauração, hotelaria, artesanato, produtos endógenos); a consolidação da marca maranho, do seu festival e da certificação IG; o colmatar a falta de museus e galerias; o aumento da atratividade para a comunidade académica e científica; o estabelecimento e promoção de alianças e protocolos com sectores da sociedade que podem andar de “costas voltadas” ao município e o respeito pela sustentabilidade da região.

Existem pontos a melhorar e pontos fracos neste complexo de museus, desde logo o orçamento, que será acima da média, sobretudo se se pensar que não se tem investido mais de 0,1% em Património Cultural no concelho da Sertã, como veremos já no próximo ponto de análise; um dos grandes desafios e ponto de partida são os acervos existentes pouco estudados e conhecidos;

Relativamente à futura galeria municipal deverá assim ficar atribuída a todas as exposições que se vieram a revelar oportunas no sentido de cumprir a missão do museu, bem como a uma vertente mais contemporânea, propensa à receção de itinerâncias.

Pressupõe-se inicialmente que cada exposição própria da Sertã seja estudada, investigada e desenhada com período alargado de antecedência, com base em trabalhos realizados por uma equipa de profissionais e da comunidade académica, mas também pela própria comunidade local, que será ela também “feitora” e participativa em simultâneo. Pretende-se a democratização e participação da mesma nos processos de decisão, no conselho consultivo, mas acima de tudo que se sinta representada, invocada a visitar o espaço do museu com regularidade, tenha orgulho e deseje continuar a contribuir para a sua evolução.

Idealmente o MIAS enquadrar-se-á mais nos pressupostos da Nova Museologia. Todavia, a Museologia Tradicional, tem consigo todo o “know how” de dezenas de décadas que ensina a promover a educação, a preservação, a valorização do nosso património como um tesouro que deve ser protegido, que deve ser aproveitado como uma mais valia. Nesta medida, o MIAS reunirá as práticas de ambas as correntes museológicas que mais se adaptarem ao caminho a percorrer.

É, todavia necessário, não esquecer da verdadeira responsabilidade do museu e não adotar uma dinâmica museológica (que surgiu depois do aparecimento do MINOM - Movimento Internacional da Nova Museologia) assente em atividades de entretenimento, jantares, receções oficiais, desfiles, em que a maioria do público acaba por não ter sequer contato com o património preservado ou exposto no museu (Rechena e Mendes 2012, p.2).

Pretende-se conseguir fazer crescer o número de peças e informações possíveis para “inventário” e ter um corpo de investigadores permanentes. Aspira-se que o museu seja uma luta contra a standardização museológica, que tenha identidade própria e que os utilizadores se lembrem da experiência anos mais tarde e da história de vida das gentes da Sertã nos últimos séculos!



#### 4.5. FONTES DE FINANCIAMENTO, REDES E PARCERIAS

Antes de apresentar algumas das possibilidades de financiamento das várias unidades museológicas sugeridas no ponto 4.3., importa conhecer o valor da despesa com a cultura na CMS, nos anos de 2019 e 2020. Esta foi uma das solicitações do inquérito aos 33 concelhos analisado no ponto 2.1. deste projeto. À falta de resposta avaliar-se-á o contexto atual exclusivo da Sertã.

Tabela 4. Percentagem de financiamento das atividades culturais na CMS em 2019 e 2020

Atividades Culturais e Criativas do Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais (IFAC ) e SAC	2019	2020
	Despesa (de 15.137.995€)	Despesa (de 15.021.418€)
1.Património Cultural	15.796 (0,1%)	11.029 (0,07%)
2.Bibliotecas e Arquivos	348.056	279.314
3.Livros e Publicações	15.378	13.204
4.Artes Visuais	0	0
5.Artes do espetáculo	378.045	251.461
6.Audiovisual e multimédia	13.200	28.675
7.Arquitetura	0	0
8.Publicidade	0	0
9.Artesanato	0	0
10.Atividades interdisciplinares (Associações Culturais)	153.244	134.422
<b>TOTAL em €:</b>	<b>923.769€</b>	<b>718.105€</b>
<b>Percentagem face à despesa total anual:</b>	<b>(6,1%)</b>	<b>(4,7%)</b>

Fonte: 21 IFAC e Relatório de despesa anual da CMS

Neste inquérito realizado anualmente pelo INE, não estão incluídas despesas com o turismo e educação. De uma forma geral, as atividades culturais despenderam de 6% da despesa anual do município em 2019 e 4,7% em 2020. A diminuição deve-se ao encerramento e suspensão de atividade durante os períodos de confinamento relativo ao COVID. A maior parte do investimento centra-se nas artes do espetáculo – concertos e nos serviços da biblioteca e arquivo. Em suma, em 2019 foram investidos cerca de 900 mil€ na cultura e 700 mil€ no ano seguinte.

Interessa para o presente projeto avaliar, em específico, o item 1 do inquérito, o Património Cultural. Neste ponto o INE considera museus, monumentos, centros históricos, sítios protegidos, sítios arqueológicos, Património Imaterial e outros. No caso da Sertã, o valor investido foi de 16 mil€ em 2019 e de 11 mil€ em 2020, nomeadamente numa obra no castelo e no funcionário parcialmente afeto ao NUMOAS, a oficina/espço de venda dos Artesãos da Sertã, da classe dos “pretensos” museus.

Ou seja, o município investe anualmente menos de 0,01% do seu orçamento com o Património Cultural, confirmando a inexistência de um equipamento museológico credenciado.

#### 4.5.1. Financiamento

O presente projeto não contempla orçamentos para as propostas anteriormente mencionadas. Contudo, para se poder avaliar alguns valores de custo da obra e da montagem do projeto museográfico para o MIAS, consultou-se o professor Luís Ferreira do ID + Research Institute for Design, Media and Culture, da Universidade de Aveiro, membro da equipa projetista e de assistência técnica do Museu de Leiria, de Belmonte e de Vila do Conde, entre outros.

Na sua experiência, e seguindo uma *“lógica baixo padrão / alto padrão: para a construção de estruturas museológicas de raiz, podemos considerar um valor entre os 1500/2500 euros/m2. Este valor de construção inclui os projetos de especialidades e licenciamento”*.

*“Para os projetos museográficos, com inclusão dos valores de projeto, produção e montagem, pode considerar um valor entre os 1000/2000 euros m2. É possível fazer com menos, mas baixará muito a qualidade construtiva e projetual, sendo que também é muito fácil ir acima desses valores”*.

Ou seja, imaginando um dos núcleos do MIAS, com uma fachada de 20x20m, numa lógica de alto padrão, custaria 1 milhão€, e numa lógica de baixo padrão custaria 600 mil€. Para o projeto museográfico, assumindo 350m2 de área expositiva, o custo varia entre os 350 e os 700 mil€.

As linhas de financiamento nos últimos anos têm-se diversificado, está a terminar-se um ciclo e a iniciar outro QREN. Porém, também se foi abandonando o financiamento para a aquisição de terrenos e a construção de edifícios. Assim sendo, apresentamos os programas de financiamento de carácter regular que, embora se encontrem fechados neste momento, voltarão a abrir no próximo ano.

Tabela 5. Linhas de financiamento ao projeto

Linhas de Financiamento	Entidade Gestora	Montante máximo	Prazo	Enquadramento neste projeto
<b>Valorização do património identitário dos territórios no âmbito do desenvolvimento local de base comunitário</b>	CCDRC	70.000€	Até 12 Março 2021	Sim
<b>Rede Portuguesa de Museus - PROMUSEUS</b>				
- Parcerias		70.000€		
- Transformação digital,	DGPC	50.000€	De 22.03. a 22.10. 2021	
- Estudo, investigação e exposições		50.000€		sim
- Divulgação		50.000€		
- Mediação e Educação		50.000€		
Outras linhas (sem financiamento fixo/atribuído de momento):				
<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Mecenas vários (locais / nacionais)</li> <li>○ Programa Resiliência C4. Valorização do património cultural enquanto fator de identidade, coesão social, conhecimento, desenvolvimento, educação, turismo e economia. Em <a href="https://recuperarportugal.gov.pt/c4-cultura/">https://recuperarportugal.gov.pt/c4-cultura/</a></li> </ul>				

Fonte: 22 Elaboração própria

À medida que o património se afirma no cenário de visitação, proporciona a abertura e surgimento de novas linhas de financiamento, nomeadamente pela: DGPC, Turismo de Portugal, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Funda o para a Ciência e Tecnologia, Comissão Europeia, Europa Criativa, EEA Grants entre outros de apoio a projetos culturais (Fundo de Fomento Cultural e do Fundo de Salvaguarda do PC (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020, p. 53). Existem, no entanto, outros apoios privados como a Funda o Calouste Gulbenkian e a Funda o Millennium BCP, ou outras no âmbito da Responsabilidade Social ou Ambiental. Há também casos de cria o de projetos próprios como a Funda o EDP.

Existem ainda, no Plano Nacional o PODECT, a Dire o Geral das Artes o Fundo Fomento Cultural, e as candidaturas anuais aos fundos da RPM.

Ao nível do Financiamento Público da União Europeia, estamos no início do novo Quadro Comunitário 2020-2027 e, pela primeira vez, haverá um cluster dedicado   cultura.

Existem ainda outros financiamentos públicos Internacionais ao nível da CPLP, ONU, UNESCO como por exemplo, o Fundo Internacional para a Promo o da Cultura, ou o Fundo Internacional para a Diversidade Cultural; os Programas IberoAmericanos – OEI; o Programa IberMuseus (convoc rias

de maio a jul); os EEA Grants; Representações Culturais em Portugal: Inst. Francês / Instituto Cervantes / British Council.

No que concerne ao fundo privado ou misto internacional existem: World Monument Fund; Fundação Cultura; Centro Nacional Cultura – Prémio Helena Vaz Silva (Património Cultural).

Relativamente ao financiamento privado (patrocínios ou mecenato) existem os: Fundraising ou crowdfunding; o patrocínio de possíveis filantropos de Cidadania, Responsabilidade Social como os CTT, NOVO BANCO, EDP Social; Gulbenkian, BPI, Fundação Santander/Delta.

#### 4.5.2. Redes e Parcerias

O Grupo de Projeto Museus no Futuro (GPMF), criado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 35/2019, de 18/02, e nomeado por Despacho da Ministra da Cultura, de 3/05/2019, desenvolveu, ao longo de um ano, um trabalho de análise, diagnóstico e elaboração de propostas para os museus e monumentos nacionais no futuro que resultou num relatório final, tornado público em novembro de 2020. As redes e parcerias são um dos pilares desse projeto.

À medida que se foi descrevendo a possibilidades de desenvolvimento de cada proposta foram sendo elencados algumas parcerias. Por exemplo para o CI de Nuno Álvares Pereira, o CIBA – Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, que já assinou um pequeno protocolo de colaboração em setembro de 2021 com a câmara municipal (ver anexo 26), o Convento do Carmo, os arquivos do Crato e flor da Rosa, ou os Paços dos Duques de Bragança.

A etnografia será constituída de parcerias de cariz mais popular e privado, mas também com os ranchos folclóricos e outros museus desta natureza.

Relativamente à Arqueologia, a comunidade científica ditará muitas das parcerias. Ao nível da Arte Sacra, a Diocese, Paróquias, Santa Casa, Confrarias, etc.

Será uma mais valia aproveitar as redes já existentes, como a RPM, ou as das Comunidade Intermunicipais, o Grupo de Trabalho da Rede Cultura 2027, a Rede de Museus Ibero-Americana ou a Rede Europeia NEMO, entre outras.

#### 4.6. CONCLUSÕES

A realidade museológica é infinita, basta reinventar e pensar os objetos com um novo olhar.

A par da importância da conservação da coleção, com o passar do tempo os objetos perdem brilho, importância, atualidade e comunicabilidade. Há que lhes dar um novo olhar para gerar dinâmicas de otimização do conhecimento e da educação. Para atrair o cidadão/visitante novamente ao museu (física ou digitalmente falando), há que explorar e falar com o objeto, analisá-lo em todas as suas dimensões, prisms e abordá-lo à luz dos pressupostos científicos, como se fosse a primeira vez. Eilen Hooper - Greenhill desenvolveu na sua obra um diagrama interpretativo bastante completo e eficaz nesse sentido.

Do ponto de vista da viabilidade económica não será possível avançar com todas as propostas no imediato. Até porque se projetou o MIAS – Museu da Identidade e Ancestralidades / Antepassados por núcleos, permitindo avançar com cada um individualmente.

A obra pode ser efetuada por secções, a bilheteira também. Ao longo da análise do roteiro de espaços museológicos da CCDRC verificou-se a existência de várias corporações de bombeiros, com uma seção museológica. Desta feita, e uma vez que, caso o equipamento cultural (MIAS) seja implementado na Cerrada, junto do antigo edifício dos Bombeiros Voluntários da Sertã, poderia beneficiar da proximidade, do know how e ser também adaptado para unidade museológica, até porque ao longo dos seus mais de 100 anos de existência possui documentação, equipamentos, documentação, arquivo (que continua a funcionar lá) e objetos que poderão ser recuperados e exibidos ao público.

O projeto pressupõe a criação de um Sector de Museologia no Departamento de Cultura, a par da Biblioteca, Turismo e Desporto.

Ao colocar em perspectiva, uma possível abordagem para um museu (polinucleado) municipal da Sertã, vêmo-lo como elo de ligação comunitária, dado que, a história local alberga uma preciosa herança, a do legado dos nossos antepassados.

Pese embora este projeto se proponha inventariar e deixar pistas de ação para o património e cultura sertaginenses, poderia ser um ponto de apoio para a criação de uma Carta Cultural do Município, na qual assentariam decisões do executivo, tal como é prática na área da economia, do saneamento básico, urbanismo, entre outros.

Os múltiplos desafios de um museu recomendam a consulta periódica da CARTA DE PRINCÍPIOS. Elencamos alguns dos que importa não esquecer:

- Preservação do património cultural (material e imaterial);
- Envolver a população regularmente, dando a conhecer os projetos em curso e objetivos. Fazê-los sentir parte integrante;
- Explorar o potencial do património desconhecido na posse dos privados;
- Valorizar e tirar partido do trabalho em rede (entidades museológicas, culturais, comunidade académica e científica, ONG's, CIM's, ADXTUR, NATURTEJO, concelhos vizinhos, associações locais, professores do Agrupamento de Escolas da Sertã, IPSS, misericórdias, Diocese, Soc. Missionária, unidades hoteleiras e de turismo, etc.).
- As exposições pedagógicas querem-se previamente testadas fora da área de conforto do museólogo, nas múltiplas perspetivas e interpretações que podem ter perante público com diversos backgrounds;
- Procurar a autenticidade, originalidade e identidade do território, evitando a monocultura do turismo;
- A disposição das coleções e dos futuros achados e incorporações ou investigações, procuram de uma forma integrada a circulação pelo concelho, e disseminação da oferta cultural, dos visitantes e das mais valias que daí resultam.
- O museu deverá seguir princípios de preservação patrimonial, bem como, culturais, sociais, educativos, científicos e económicos, mas sempre em harmonia com a tradição do território onde será implementado.
- Avaliação periódica (por ex. anual) do feedback da comunidade. Um projeto desta envergadura demorará anos a consolidar-se e será necessário ir avaliando as expectativas da população do ponto de vista da sua participação, do seu bem-estar social, da forma como encaram este investimento ou da forma como julgam que possa ser beneficiado.

Serão expectativas do museu municipal: a concertação e coordenação de políticas culturais e patrimoniais de todas as entidades locais e regionais possíveis quer públicas, quer privadas; a sensibilização e consciencialização da população cultural: a recolha de património imaterial; a inventariação do património privado e a criação de uma estratégia de marketing para Sertã.

Ao longo das últimas décadas o mundo dos museus transformou-se. A readaptação e reinvenção dos seus princípios foi-se impondo, tendo sido levado ao extremo por uma pandemia também ela transformadora de toda a sociedade e humanidade. Preservar o passado para salvaguardar o futuro de forma democrática e inclusiva, encerra *per se*, um desafio constante.

São ainda expectáveis: a criação de novos públicos culturais (sertaginense), não tem concorrência interna; a consolidação de turismo, prolongamento da permanência no concelho e conseqüente retorno financeiro (hoteleiro, restauração, artesanato e procura de produtos gastronómicos); o reforço de parcerias entre municípios em projetos intermunicipais, museus, privados, universidades e confrarias; o fomento da curiosidade dos naturais na visitaçã, participaçã, pertença e colaboraçã na construçã do discurso expositivo e promoçã do espaço. Fortalecendo e unificando o sentimento de afeiçã ao equipamento cultural e contributo prestado; aproximar a populaçã em geral ao museu; a promoçã da educaçã patrimonial, conhecimento da história de forma mais aprofundada e entendimento do papel e missã dos museus; atrair a atençã científica e civil para a vila (através dos convidados a expor); estreitar laços de parceria entre a igreja e a ciência (da cultura); a existêcia de uma longa lista de espera de temas e interessados em participar nas exposições, no conselho consultivo, na arte, etc. e a curiosidade em visitar o MIAS, por ser novidade, por ser inovador, por ser arquitetonicamente diferente e pela qualidade dos serviços prestados à comunidade, na promoçã a identidade sertaginense.

## CONCLUSÕES GERAIS

A aposta em realidades museológicas disseminou-se de forma aleatória, desvinculada, à mercê da procura excessiva nas grandes cidades ou da necessidade de construir um orgulho identitário no mundo rural. Mais ou menos especializados, de arte, ciência, arqueologia, etnografia ou outros, assistimos a uma dualidade de equipamentos museais, os reconhecidos pela RPM, e os pretensos museus, que vieram preencher vazios em sociedades ditas mais desfavorecidas, que não gozam de grandes apoios políticos para a cultura.

Em conclusão podemos afirmar que: a Sertã tem património válido com qualidade e potencial, que o património cultural tem retorno económico e impacto na criação de emprego e soluções formativas e conseqüentemente será um erro se a comunidade política não tentar privilegiar e proteger o seu legado e a sua história.

*A Sertã é uma “terra de sedutora beleza paisagística, o património artístico constitui (...) um campo de mais-valias que urge ser descoberto e devidamente potencializado” (Serrão & Farinha, 2015).*

É urgente e indispensável que a Sertã, da década de 20, deste séc. XXI se valorize a si própria e reforce a sua identidade, que utilize o seu património como fator diferenciador no sentido da sustentabilidade e da melhoria da qualidade de vida da população.

A preservação da memória e a construção de um discurso de pertença faz mais sentido do que nunca. Na verdade, os museus assumem-se atualmente como verdadeiros instrumentos de transformação da forma como vemos a comunidade e nos ligamos a ela. A museologia é, por conseguinte, uma tecnologia útil a uma cidadania esclarecida, é uma manifestação de cultura que deveria ser o mais isenta possível de ideologias.

O universo patrimonial de cada região é um elemento distintivo e um importante fator de atratividade dos territórios. É indubitável que Património Cultural é um fator fundamental do desenvolvimento económico e social. Nesta medida, investir numa unidade museológica para a Sertã não se trata de uma vaidade ou de uma necessidade do concelho vir demonstrar à CCDRC que já contribuiu para diminuir as assimetrias identificadas em 2010. Trata-se de colocar a sua cultura e a sua identidade ao dispor dos públicos culturais. Trata-se de apostar no seu desenvolvimento económico e social e de se assumir como mais um território a fortalecer o interior. Trata-se de



aumentar a atratividade do centro, em detrimento da procura das grandes metrópoles e em última instância ajudá-las a oferecer produtos menos massificados.

O património tem repercussões e impactos. Ao nível direto, nomeadamente medido pelo indicador audiência/público/visitantes alcançados, e ao nível indireto a economia local, com implicações no mercado de trabalho, comércio local, turismo, atração de investimento externo, requalificação urbanística, integração social de minorias, etc.). Apoiar o património tem impacto. Produz mais cultura, preserva e salvaguarda, produz riqueza e traz para a comunidade recursos altamente especializados.

Assumindo os resultados do estudo de impacto económico do património cultural, por cada milhão de euros gasto num município, o retorno é de 10,8% de aumento dos visitantes. E por cada 25.000 mil visitantes gera 3 empregos na hotelaria e 3,4% em dormidas.

As regiões do litoral da fronteira são as que mais beneficiam das autoestradas e do público internacional, pelo que seria benéfico poder por um lado melhorar as vias de ligação às principais IP's e por outro criar mecanismos de atração dos visitantes de Coimbra, Tomar e de Castelo Branco ao património da Sertã. No âmbito desta questão convém reter ainda que, a nível nacional, também será importante divulgar o museu aos portugueses e estrangeiros, uma vez que 70% dos visitantes das realidades museais são de origem externa.

A arte de musealizar é uma ferramenta que é de todos, verificamos que efetivamente na Sertã existem algumas ações não concertadas em prol do património, existindo, por conseguinte, um longo caminho a percorrer. Indubitavelmente já se corre contra o tempo, pois a tradição e os conhecedores do saber fazer milenar morrem a cada dia, com a perda da população sénior e com o conhecimento que levam consigo. Está, de certa forma nas mãos da vontade política local poder contrariar-se essa tendência, recuperar o que ainda é possível de recolher, de registar e investir na investigação para poder construir a narrativa que se encontra perdida e incompleta nas várias tipologias de património material e imaterial. Esse fardo/responsabilidade que é gerir a coisa pública, pode e deve ser aliviado e complementado com a participação e envolvimento da comunidade, que deve ter um papel ativo na preservação, no fazer viver o património e na sua correta divulgação aos visitantes, aos consumidores da cultura e do património. É fundamental, colocar os sertaginenses a falar e a defender o seu património no seu quotidiano. Esse exercício melhora o *branding* Sertã e o orgulho coletivo.

O MIAS apresenta-se como um projeto ambicioso e oneroso. É uma solução customizada para a realidade da Sertã. Será um dos possíveis caminhos a seguir para a salvaguarda deste património municipal, que pode aplicar-se faseadamente e de forma seccionada. Além do financiamento

público, poderá alicerçar-se nos organismos a que o município pertence, assim como nas diversas linhas dos agentes do património nacionais e internacionais. Os próximos programas comunitários afiguram-se promissores no sector cultural. Embora nem todos os encargos de um museu municipal polinucleado sejam passíveis de cofinanciamento, muitos serão as oportunidades a aproveitar para a construção gradual das várias narrativas patrimoniais apresentadas.

*A educação patrimonial é um trabalho que não tem fim, é uma tarefa dantesca, que demorará gerações a conseguir, mas que é exequível e geradora de mais valias. Veja-se o caso de Mértola, no Baixo Alentejo, um território muito mais afastado do litoral e dos centros urbanos que a Sertã, com uma densidade populacional menor.*

Uma das conclusões do estudo do valor económico e social do Património Cultural em Portugal realizado no ano passado é a de que, o património é um ativo criador de riqueza e emprego. A cultura “per se” além de ser uma mais valia para qualquer território, é um agente de desenvolvimento local com efeitos comprovados na economia, no turismo, na educação, na restauração, alojamento, na criação de áreas de formação técnica, artística e profissional dos saberes fazer locais em extinção, e conseqüentemente na abertura do mercado de trabalho identitário. Porém a cultura e o património não devem ser entendidos apenas como um meio para atingir outros fins, caso contrário correm o real risco de desaparecer, e com eles a identidade de um povo ou território.

A identidade ancora-se na noção de património e é nele que a Município da Sertã deve assentar a sua ação cultural, na sua herança (in)tangível! E se, até os pequenos/ “pretensos” museus preenchem vazios, um verdadeiro museu preencherá muito mais.

Os Poles d’Économie du Patrimoine em França e o National Trust em Inglaterra são os melhores exemplos de realidades patrimoniais territoriais europeias “a não perder de vista”...

Leiria esperou perto de um século para chegar onde está hoje...

Mértola continua a construir-se ao longo dos últimos 50 anos...

O Museu de História de Natural de Berlim experienciou a guerra e a opressão por 45 anos e renasceu...

Sertã, esperamos e acreditamos em ti!

## CONSTRANGIMENTOS E MOTIVAÇÕES

A concretização do presente projeto envolveu o período compreendido entre outubro de 2019 e outubro de 2021. Pelo meio, vários momentos criativos e produtivos e outros de estagnação, nomeadamente uma baixa de gravidez, uma licença de maternidade, adaptação e ajuste às necessidades da maternidade, e ainda uma pandemia mundial que veio transformar o mundo e a forma como operamos nele.

Acabou por ser limitador o acesso e contacto pessoal com os inúmeros interlocutores das realidades patrimoniais, algumas desconhecidas fora da esfera do concelho. A visita aos achados arqueológicos do castelo da Sertã, agora à guarda da DRCC, foi adiada diversas vezes. O contacto direto com os descendentes do Pe. Manuel Antunes, do Túllio Victorino ou com o arqueólogo, ou com os presidentes de paróquia acabou por não se proporcionar conforme tinha sido equacionado.

Momentos houve, porém, de muita reflexão e produção literária e investigativa. O deparar com algumas fontes de financiamento que permitiam a musealização de património na aldeia natal da autora, promoveu a elaboração de um outro projeto (fora do Mestrado em PCM) e proposto ao Município de Mação, para a localidade de Queixoperra, foram agendadas reuniões, mas que por falta de maturidade na altura não arrancaram no imediato. Foi-lhe no entanto dada continuidade, através de uma investigação exploratória por parte de alguns alunos do Mestrado PT-MTA/DYCLAM + de Paisagens Culturais, apresentado a 14 de julho de 2021 (ver anexo 29).

As adversidades Covid-19 geraram um rácio acima da média de tertúlias, seminários, formações, webinars on-line, promovidos por entidades credíveis, aos quais foi possível assistir mesmo em período de isolamento e confinamento, quer em direto, quer em diferido e que muito enriqueceram e diversificaram as perspectivas e projeções de um possível museu de território para a Sertã.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Fonte impressa e manuscrita**

APROSER - Associação de Produtores da Sertã (2014). Caderno de Especificações do Maranho da Sertã. Documentação de candidatura à qualificação de Denominação Protegida Sertã.

Arquivo Histórico Municipal da Sertã.

Ata de reunião de Câmara [Sertã] de 07 de Maio de 2018.

Ata de Reunião de Câmara [Sertã] de 26 de janeiro de 1983, folha 353 a 355.

Batata, C. (1998). *Carta Arqueológica ao Concelho de Sertã*. Sertã: Câmara Municipal da Sertã

Carvalho, Vânia. Tavares, António. Cravo, Alice (Coord.). (2019) *Museu de Leiria - Um Museu em construção*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

Faria, A. (coord.). (2010). *Roteiro dos Museus e Espaços Museológicos da Região Centro*. Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

IFAC- Inquérito ao Financiamento Público de Atividades Culturais, Criativas e Desportivas da Câmara Municipal da Sertã (2019 e 2020);

IPI - Inovação Projetos e Iniciativas, Lda. (2009). *Relatório de Sustentabilidade da Câmara Municipal da Sertã*. Instituto Politécnico de Tomar.

Marcelo, L. (coord.). (2009). I Catálogo de Bens Culturais – Rede Patrimonial da Beira baixa. Castelo Branco: Sociedade dos Amigos do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior.

Ofício municipal [Sertã] de pedido de espólio à DCRC (2013).

Protocolo de cedência da Casa do pintor Túllio Victorino (2005). Versão preliminar.

Projeto de Arquitetura [municipal] de requalificação do castelo da Sertã (2014). Gabinete de Estudos, Planeamento Estratégico e Urbanismo. CMS.

Projeto turístico da Casa Guimarães (s.d.). CMS

Relatório do Festival de Gastronomia de Maranho de 2016. CMS.

Relatório proposta turística pela vila da Sertã, baseado na casa Guimarães (s/ d).CMS.

Relatório SAC – Posição atual do Orçamento da Despesa da Câmara Municipal da Sertã (2019 e 2020). CMS.

Roteiro Turístico do Concelho da Sertã (2020). CMS.

- **Cartas e Declarações Internacionais**

CARTA DE CRACÓVIA (2000), Princípios para a conservação e o restauro do património construído. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> [acedido a 03 de Janeiro de 2019].

CONFERÊNCIA GERAL DA UNESCO (1972). Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e natural. Disponível em <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> [consultado a 18.08.2021].

- **Imprensa**

Entrevista a José Alberto Ribeiro (2018) ao Diário de Notícias da Madeira. Disponível em <https://icom-portugal.org/2018/02/23/educacao-patrimonial-e-um-trabalho-que-nao-tem-fim-entrevista-de-jose-alberto-ribeiro-ao-dn-madeira/> [consultado a 17.05.2020].

Nota de Imprensa [manuscrita] do jornal “A Comarca” da Inauguração do Atelier Túllio Victorino de 12.09.2008 [consultada e 24.10.2019].

Nota de Imprensa Municipal de Leiria “Museu de Leiria foi inaugurado após 98 anos de espera”. Disponível em [https://www.cm-leiria.pt/frontoffice/pages/617?news\\_id=2019](https://www.cm-leiria.pt/frontoffice/pages/617?news_id=2019), [consultado a 13.11.2020].

Nota de Imprensa intermunicipal da CIMT “Inauguração do Espaço de Memória da Freguesia do Troviscal”, de 26 de janeiro de 2020. Disponível em <https://www.mediotejo.net/serta-troviscal-honrou-os-seus-antepassados-no-dia-da-freguesia/> [consultado a 13.11.2020].

Site das Comemorações do centenário do nascimento do Padre Manuel Antunes (2018) Disponível em <http://centenariopadremanuelantunesj.pt/> [consultado a 12.11.2018].

Site da Rádio Condestável [consultado a 22.12.2020] disponíveis em:

<https://radiocondestavel.pt/noticias/serta-museu-do-avo-do-bigode-ja-abriu-ao-publico/>

<https://www.radiocondestavel.pt/radio/index.php/opiniao/33054-opiniao-serta-vila-ou-cidade>

<https://www.radiocondestavel.pt/radio/index.php/opiniao/32922-opiniao-serta-cidade-ser-ou-nao-ser-eis-a-questao>

<https://www.radiocondestavel.pt/radio/index.php/component/content/article?id=31744>

<https://www.radiocondestavel.pt/radio/index.php/component/content/article?id=29950>

<https://www.radiocondestavel.pt/radio/index.php/component/content/article?id=28710>

<https://www.radiocondestavel.pt/radio/index.php/component/content/article?id=24128>

<https://www.radiocondestavel.pt/radio/index.php/component/content/article?id=21734>

- **Conferências /Webinar´s digitais \***

Andersen, David (2021) “Democracia cultural no Museu Nacional de Gales: abordagens e desafios durante a crise pandémica”. In “Museums and Social Responsibility: participation, Networks and Partnerships, 23 e 24 de março.

Barriga, Sara (2021a) “Públicos e mediação”. Conferência Digital Grupo de Museus no Futuro: III Conferência Museus do Futuro (ICOM), de 3 de fevereiro.

Barriga, Sara (2021b) “Os desafios da Liberdade de Participação e inclusão e os Museus”. In Webinar Cultura 2027: Encontros em Rede – Reimaginar os Museus a 26”, de 15 de março.

Garcia, Ana (2021) “Os desafios da Liberdade de Participação e inclusão e os Museus”. In Webinar “Cultura 2027: Encontros em Rede – Reimaginar os Museus a 26”, de 15 de março.

Gonzalez, Encarna (2021) “Solidariedade e Cooperação, redes e Conexões entre instituições” In Webinar “Cultura 2027: Encontros em Rede – Reimaginar os Museus a 26”, de 8 de março.

Lúcio, Álvaro Laborinho (2021) “Os desafios da Liberdade de Participação e inclusão e os Museus”. In “Cultura 2027: Encontros em Rede – Reimaginar os Museus a 26”, de 15 de março

Remelgado, Patrícia (2021) “Identidade e Diversidade: da comunidade para a Europa”. In Webinar Cultura 2027: Encontros em Rede – Reimaginar os Museus a 26”, de 5 de abril.

Torres, Cláudio (2021) “Museus ecologia, sustentabilidade e Responsabilidade” In Webinar Cultura 2027: Encontros em Rede – Reimaginar os Museus a 26”, de 22 de março.

Vogel, Johannes (2021) “Inovação e participação através de uma investigação integrada”. In “Museums and Social Responsibility: participation, Networks and Partnerships, 23 e 24 de março.

- **Legislação**

Despacho nº 6106/2020. Diário da República nº 110/2020, Série II de 2020-06-05. Denominação “Maranho da Sertã” como Indicação geográfica Protegida. Disponível em <https://dre.tretas.org/pdfs/2020/06/05/dre-4136189.pdf> [consultado em 20.03.2021].

Grupo de Trabalho Projeto Museus no Futuro - Resolução do Conselho de Ministros nº 35/2019, de 18 de fevereiro – Grupo de Projeto “Museus no Futuro”. Disponível em <https://icom-portugal.org/2020/12/07/conferencias-digitais-sobre-as-recomendacoes-para-os-museus-no-futuro-2021/> [consultado em 04.04.2021].

Lei Quadro dos Museus 47/2004 de 19 de agosto (2004) versão eletrónica acedida a 16 Março de 2019, Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/480516> [consultado a 17.01.2020].

Lei 107/2001, de 8 de setembro, Lei de Bases da Política do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=844&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=844&tabela=leis) [consultado a 21.08.2020]

Legislação de Enquadramento da DGPC - Portaria 223/2012 de 24 de julho. Disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/223-2012-179365> [consultado a 22.11.2020].

- **Artigos e monografias**

Babo, Elisa, Guerra, Paula, Quintela, Pedro (s.d.). Estruturas museológicas, desenvolvimento, envolvimento e participação local: uma aproximação a alguns casos portugueses. Sessão de Cultura Desenvolvimento. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53658> [consultado a 18.11.2019].

Branquinho, C. (2011). *Caracterização Económica e Demográfica do Pinhal Interior Sul* (tese de mestrado). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/17803> [Consultado a 02.02.2021].



Carvalho, A. (2017) *“Os Museus e o Património Cultural Imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas”*. Publicações do Cidehus: coleção Biblioteca – Estudos & Colóquios. Disponível em <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/16873> [consultado a 18.11.2019].

Carvalho, Paulo (2012) Património e Museus em Contexto Rural: dos lugares de memória aos territórios do lazer e do turismo. *Biblos, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* (293 – 316). Disponível em [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/32304/1/BiblosX\\_artigo12.pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/32304/1/BiblosX_artigo12.pdf?ln=pt-pt) [consultado a 03.11.2019].

Carvalho, Pedro (2014). O papel do património histórico e cultural nas políticas locais de educação e no desenvolvimento regional sustentável: algumas considerações sobre o caso do património arqueológico. *Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável*, pp.7-17. *Revista Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/44614?locale=pt> [consultado a 15.01.2020].

Chagas, Mário (2010). “+ Direito à memória”, artigo de opinião do blog Rede de museus e movimentos sociais. Disponível em <http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com/2010/09/direito-memoria-mario-chagas.html> [consultado a 17 julho 2021].

Choay, Françoise (2006) *A Alegoria do Património*. 4ª edição, Edições 70, Lisboa.

Desvallées André, Mairesse, François (2013). *Conceitos-Chave de museologia*. São Paulo: ICOM, Armand Colin. Trad. Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury.

DIAS, Jaime L. (1944) *Etnografia da Beira: lendas, costumes, crenças e superstições*. Lisboa, Livraria Minerva.

Farinha, A. (1930). *A Sertã e o seu Concelho*. Lisboa, Escola das Oficinas de S. José. (reeditada em 2010).

Figueira, Luís, Ramos, Dina (2019) *Museus de Comunidade : manual de apoio à gestão*. UA Editora, Universidade de Aveiro. Disponível em <https://ria.ua.pt/handle/10773/26225> [consultado a 14.06.2020]

Franco, José Eduardo (2011). *Um Pedagogo da Democracia: Retratos e Memórias sobre o Padre Manuel Antunes, sj*, Lisboa: Gradiva, p. 325.

Gomez Martinez, Susana., RAFAEL, Lígia., e TORRES, Cláudio (2016). Mértola Vila Museu: um projeto arqueológico de desenvolvimento integrado. Campinas, SP, *Revista de Arqueologia Pública* vol.10 n3, pág. 55 –80. Disponível em

[https://www.researchgate.net/publication/322947018\\_Mertola\\_Vila\\_Museu\\_Um\\_projecto\\_arqueologico\\_de\\_desenvolvimento\\_integrado](https://www.researchgate.net/publication/322947018_Mertola_Vila_Museu_Um_projecto_arqueologico_de_desenvolvimento_integrado) [consultado a 07.07.2021].

Gomez Martinez, Susana (2016) Mértola, Vila Museu. Un proyeto cultural de desarrollo, pp. 269 - 286. Volume 1, in RESCATE – Del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: el patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible. Editorial Universidade de Córdoba. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4367> [consultado a 07.07.2021].

Gonçalves, Catarina, Carvalho, José, Tavares, José (2020). Património Cultural em Portugal: avaliação do valor económico e social. SPIRA - Fundação Millennium BCP. Disponível em [https://22c0cbe3-2c40-4b47-97e4-c4191e9fb975.filesusr.com/ugd/3f5444\\_2d43193ff13b4807b7f1a46f9179ea44.pdf](https://22c0cbe3-2c40-4b47-97e4-c4191e9fb975.filesusr.com/ugd/3f5444_2d43193ff13b4807b7f1a46f9179ea44.pdf) [consultado a 09.02.2021].

Hooper- Greenhill, Eilean (1991). *The Educational Role of the Museum*. Leicester Readers in Museum Studies, Routledge. Disponível em [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=-3\\_9K-TcPiwC&oi=fnd&pg=PR9&dq=The+Educational+Role+of+the+Museum&ots=oTBCf7SAJk&sig=--3Vt2x8pJLnKv0JRwrRK9go4&redir\\_esc=y#v=onepage&q=The%20Educational%20Role%20of%20the%20Museum&f=false](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=-3_9K-TcPiwC&oi=fnd&pg=PR9&dq=The+Educational+Role+of+the+Museum&ots=oTBCf7SAJk&sig=--3Vt2x8pJLnKv0JRwrRK9go4&redir_esc=y#v=onepage&q=The%20Educational%20Role%20of%20the%20Museum&f=false) [consultado a 18.12.2019].

Liberato, Marco (2021) - Entre Tejo e Mondego, nos séculos VI-XIV: povoamento e cultura material num espaço disputado, dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Algarve.

Logan, William, Craith N. Máiréad, Kockel, Ullrich (2016) *A companion to Heritage studies*. Wiley Blackweel, West Sussex.

Lopes, Rui (2013). *História da Sertã*. Sertã: Câmara Municipal, Gráfica Almondina.

Lopes, Rui (2016). *Troviscal e a sua história*. Troviscal: Junta de Freguesia de Troviscal.

Lourenço, Pe. A. (2010). *A Sertã e o seu Concelho*. Sertã: Câmara Municipal (Edição de 1930 facsimilada)

Macdonald, Sharon (2006) *A companion to Museum Studies*. 1ª edição, Blackwell Publishing, Massachusetts. Disponível em [https://www.academia.edu/38204043/\\_Blackwell\\_Companions\\_in\\_Cultural\\_Studies\\_Sharon\\_Macdonald\\_A\\_Companion\\_to\\_Museum\\_Studies\\_2006\\_Wiley\\_Blackwell\\_pdf](https://www.academia.edu/38204043/_Blackwell_Companions_in_Cultural_Studies_Sharon_Macdonald_A_Companion_to_Museum_Studies_2006_Wiley_Blackwell_pdf). [consultado a 31.10.2019].

Martins, João (2012). *Mértola, cultura e património: atores, ações e perspectivas para uma estratégia de desenvolvimento local* (tese de mestrado), Algarve, Universidade do Algarve. Disponível em [https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP\\_aa502d9275634f27d553174bbe1f6b3d](https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP_aa502d9275634f27d553174bbe1f6b3d) [consultado a 02.03.2021].

Mateus, Rui [1998] Mértola - Reflexões sobre um projeto de desenvolvimento local, atas no âmbito do Encontro Cem anos de Arqueologia pp. 109 -127. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4135> [consultado a 02.03.2021].

Matos, Susana (2004). *Convento de Santo António da Sertã: da fundação aos nossos dias*. Câmara Municipal da Sertã: s. d.

Morales Miranda, Jorge (2008) “El sentido y metodología de la interpretación del patrimonio”. 1-22. Em Santos Mateos Rusillo (coord.), *La comunicación global del patrimonio cultural*. Grijón, Trea.

Nascimento, Aires (2010). *Nuno de Santa Maria – fragmentos de memória persistente*. Lisboa: Associação Regina dos Antigos Alunos da Sociedade Missionária Portuguesa.

Nunes, João Paulo Cabral de Almeida Avelãs (2016). Património cultural, museus e desenvolvimento: conceitos teóricos, políticas públicas e “sociedade civil”, in TEIXEIRA, Sidélia S. (org.), *Patrimônio e museus na contemporaneidade*, Salvador, EDUFBA, pp. 27-52. Disponível em: [https://www.academia.edu/30579909/Patrim%C3%B3nio\\_cultural\\_museus\\_e\\_desenvolvimento\\_conceitos\\_te%C3%B3ricos\\_pol%C3%ADticas\\_p%C3%ABlicas\\_e\\_sociedade\\_civil](https://www.academia.edu/30579909/Patrim%C3%B3nio_cultural_museus_e_desenvolvimento_conceitos_te%C3%B3ricos_pol%C3%ADticas_p%C3%ABlicas_e_sociedade_civil) TEIXEIRA Sid%C3%A9lia S org Patrim%C3%B4nio e museus na contemporaneidade Salvador EDUFBA 2016 p 27 5 2 [consultado em maio de 2021].

Peixoto, Paulo. (2002) Os meios rurais e a descoberta do património, Coimbra: FEUC, artigo do Centro de Estudos Sociais – Núcleo de Estudos sobre as Cidades e Cultura Urbanas. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11046> [consultado a 10.08.2021].

Pearce, S. (1992) *Museums objects and collections – A cultural study*. University of Leicester Press.

Pekarik, A. Schreiber, J. Hanemann, N. et al (2014) *IPOP: A Theory of Experience Preference*. Art.57 nº1 Janeiro 2014. Disponível em <https://repository.si.edu/handle/10088/33808> [consultado em 20.11.2021].

Piñol, Carolina Martín (2013). *Manual del centro de interpretación*. Astúrias: Edições TREA.

Rafael, Lígia (2010) Os trinta anos do projeto Mértola Vila Museu: balanço e perspectivas (tese de mestrado). Universidade de Évora. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1761> [consultado em 05.05.2021].

Rechena, Aida, Mendes Manuel C. Furtado (2012). Responsabilidad social de los museos contemporâneos,. Madrid: *Revista de Museologia* nº 55. Disponível em <https://recil.ensinulusofona.pt/handle/10437/3738> [consultado a 20.05.2019].

Ribeiro, Agostinho. (2002) Um Museu para a Região do Douro: fundamentos e proposta de Organização. Coimbra, FLUC: tese de Mestrado.

Serrão, Vitor, Farinha, Ana (2015). *Arte por terras de Nun'Álvares: Pintores e obras dos séculos XVI a XVIII na Sertã e em Proença- a-Nova*. Theya Editores, Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes

Torres, Cláudio (2021) “Um projeto cultural de desenvolvimento integrado” in <http://www.camertola.pt/info/m%C3%A9rtola-vila-museu> [consultado a 24.08.2021].

Torres, Cláudio (2009). “*Museus Território e Desenvolvimento*”, in Revista Municipal de Faro: Museal, nº 4 – Núcleos museológicos: que sustentabilidade?,

TILDEN, Freeman (1977) *Interpreting Our Heritage*. Carolina do Norte Editora, 3 ed.

- **Sites**

Aldeias do Xisto - Carta de Princípios das Aldeias do Xisto <https://aldeiasdoxisto.pt/artigo/2851>,  
acedido em Janeiro de 2021.

Direção Geral do Património Cultural. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/>

DGPC - Direção Geral do Património Cultural, Normas de inventário . Disponível em <http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/NormasInventario.aspx> [consultado a 08.09.2020].

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (artigo). Disponível <https://ciencias.ulisboa.pt/pt/evento/18-10-2017/e-se-fossemos-jantar-e-cear-na-lisboa-moderna-s%C3%A9c-xv-xviii> [consultado a 31.12.2020]

ICOM <http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>

Imagem de Mértola <https://pumpkin.pt/familia/viagens-criancas/sitios-passeios-com-criancas/o-que-fazer-em-mertola-com-criancas/>

INE – Instituto Nacional de Estatística, Resultados Preliminares dos Censos de 2021 (2021) in [https://www.ine.pt/scripts/db\\_censos\\_2021.html](https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html) [consultado a 30 de agosto de 2021].

Museu de Mértola <https://www.museudemertola.pt/da-arqueologia-ao-museu/> [consultado a 20.08.2021].

Museu de Leiria, <https://www.cm-leiria.pt/pages/849>

Imagem do Museu de Imagem de Mértola <https://pumpkin.pt/familia/viagens-criancas/sitios-passeios-com-criancas/o-que-fazer-em-mertola-com-criancas/>

Imagem do Museu de Cristhian Anderson VisitDenmark em Disponível em <https://www.visitdenmark.com/> [consultado a 02.09.2021].

- **Outras Fontes**

Entrevista a Carlos Banha, Técnico da Delegação da DCRC no Fundão, 28 de Abril de 2021.

Orçamento de Luís Ferreira, ID + Research Institute for Design, Media and Culture, em Outubro de 2021.

Pedido de informação a Marco Liberato, aluno de doutoramento em Arqueologia Islâmica, em agosto de 2021.

Pedido de informação à Santa Casa da Misericórdia da Sertã, Outubro de 2021.

Presidentes de Paróquia da Várzea dos Cavaleiros, Pe. Lúcio Nunes.

----- ANEXOS -----

**ANEXO 1. AS CIMS DA REGIÃO CENTRO: A SERTÃ AO NORTE DA MÉDIO TEJO**



## ANEXO 2. CAPA E CAPÍTULOS DA CARTA ARQUEOLÓGICA DA SERTÃ



Fonte: Arquivo Histórico Municipal da Sertã.

Índice (elaborado a partir dos materiais arqueológicos avulsos editados)

- |  |  |
|--|--|
| 01   Antas da Abegoaria                                    | 15  Estação arqueológica da Serra da Longra  |
| 02   Atelier das Fontainhas                                | 16  Ponte dos Três Concelhos                 |
| 03   Machado de Bronze                                     | 17  Ponte Romana do Cabril                   |
| 04   Castro do Castelo Velho                               | 18  Calçada romana de Pedrógão Pequeno       |
| 05   Machado votivo da Portela do Outeiro da Lagoa         | 19  Base de coluna romana(?)                 |
| 06   Enchó de Pedrógão Pequeno                             | 20  Moedas romanas                           |
| 07   Insculturas da Fechadura                              | 21  Pilastra visigótica de Clube da Sertã    |
| 08   Insculturas da Lajeira                                | 22  Estação Arqueológica do Castelo da Sertã |
| 09   Castro de N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> da Confiança | 23  Nossa Senhora das Águas Feras            |
| 10   Castro de Sta Maria Madalena                          | 24  Conheira do Sambado                      |
| 11   Inscrição Romana do Roqueiro                          | 25   Conheira da Várzea do Pedro Mouro       |
| 12   Inscrição Romana da Castanheira                       | 26  Conheira do Almegue                      |
| 13   Estação arqueológica da Mata Velha                    | 27  Convento de Santo António                |
| 14   Forno do Campo de Futebol                             |  |



### ANEXO 3. NUMOAS

Ilustração 20 Fachada do NUMOAS



Fonte: 23 Fotografias próprias

Ilustração 21 Interior do NUMOAS



Fonte: 24 Fotografias próprias

#### ANEXO 4. GABINETE DE CURIOSIDADES NO CLUBE DA SERTÃ

Ilustração 22 Fachada do Clube atualmente



Fonte: 25 Arquivo do Clube da Sertã

Ilustração 23 Fachada do Grémio Sertaginense e Teatro Tasso em 1915



Fonte: 26 Arquivo do Clube da Sertã

## ANEXO 4.1. FOLHA DE SALA DO GABINETE DE CURIOSIDADES - ESPAÇO MUSEOLÓGICO DO CLUBE DA SERTÃ



### GABINETE DE CURIOSIDADES

ESPAÇO MUSEOLÓGICO DO CLUBE DA SERTÃ

#### ORIGEM

No ano de 1886, foi criada na Sertã uma associação sob a denominação de Club Sertaginense e depois Grémio Certaginense quando a vila sentiu necessidade de possuir o seu próprio teatro. O primeiro Presidente da Comissão Instaladora desta obra foi o Guilherme Nunes Marinha. Os primeiros estatutos do clube elaborados em 26 de Junho de 1903, por uma comissão constituída por Eduardo Barata Corrêa e Silva, Luís da Silva Dias, António Figueiredo Torres Carneiro, Francisco Pires de Moura e Zepherino Lucas de Moura.

A construção do edifício-sede passou por algumas dificuldades até que em 2 de junho de 1912 foi legalizada a compra de um velho edifício que deu lugar ao actual. A inauguração foi realizada em 25 de julho de 1913 com grande pompa e circunstância.

O espaço museológico é constituído por um conjunto de peças muito diversificadas: animais conservados em formol e embalsamados, carcaças de diferentes animais, artefactos arqueológicos, armas de caça oriundas de África, esculturas africanas em pau-preto, cerâmica, azulejaria, trajes, numismática, notafilia e utensílios antigos diversos. Toda esta colecção corresponde a bens pertencentes aos antigos sócios/fundadores. Ao longo dos anos este espaço passou por algumas reformas e devido às circunstâncias, muitas coisas se perderam e outras foram vendidas para pagar a recuperação do edifício. Actualmente, com a ajuda de profissionais e voluntários foram criadas novas condições para preservar e expôr o acervo de importância cultural do Clube da Sertã de forma a garantir uma experiência mais completa e informativa ao nosso visitante. Contudo o trabalho não está terminado. Por isso agradecemos a contínua colaboração de jovens e adultos que de alguma forma possuem ferramentas e conhecimento que possam contribuir para o aperfeiçoamento do nosso projecto. [<https://www.flickr.com/photos/codro/6520451393/in/photostream/>]

#### CONCEITO: GABINETE DE CURIOSIDADES

Os gabinetes de curiosidades são os antecessores dos museus de arte. Este termo designava os lugares onde, durante a época de grandes explorações e descobrimentos dos séculos XVI e XVII, se colecionavam uma multiplicidade de objectos raros ou estranhos, dos três ramos da biologia considerados na época: animalia, vegetalia e mineralia; além das realizações humanas instrumentos tecnicamente avançados ou amostras de quadros e pinturas. Eles desapareceram durante os séculos XVIII e XIX, e foram substituídos por instituições oficiais e colecções privadas. Os objectos considerados mais interessantes foram transferidos para museus de arte e de história natural que começaram a ser fundados. [[http://www.centrocultural.sp.gov.br/CCSP%2B\\_gabinete\\_curiosidades.html](http://www.centrocultural.sp.gov.br/CCSP%2B_gabinete_curiosidades.html)]

#### EXEMPLO



Folha de Rosto do livro *Museum Wormianum*, catálogo do gabinete de curiosidades do médico e colecionador dinamarquês Olw Worm (1588-1655)

[[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832008000100012&script=sci\\_arttext&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832008000100012&script=sci_arttext&lng=pt)]

Fonte: 27 Arquivo do Clube da Sertã

## ANEXO 5. ESPAÇO DE MEMÓRIA TROVISCAL (IMAGEM DO INTERIOR E INVENTÁRIO DAS PEÇAS)

Ilustração 24 Fotos do interior do Espaço de Memória



Fonte: 28 Arquivo Junta de Freguesia do Troviscal

Ilustração 25 Interior do Espaço de Memória do Troviscal



Fonte: 29 Arquivo Junta de Freguesia do Troviscal

## ANEXO 5.1. INVENTÁRIO DO ACERVO DO ESPAÇO DE MEMÓRIA DO TROVISCAL

Nº	Nome	Data	Proveniência
1	Debadoura	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
2	Telhas Marselha	Séc. XX	Produzida na Cruz do Fundão – Fábrica de Joaquim Lopes
3	Telha Canudo	Séc. XX	Produzida no Porto do Troviscal
4	Púcaros da resina	Séc. XX	Produzida na Cruz do Fundão
5	Canga de bois	Séc. XX	
6	Vizador	Séc. XX	
7	Berço	Séc. XX	
8	Forcão de palha	Séc. XX	Oferta de Manuel da Silva Guimarães
9	Gasómetro	Séc. XX	Cedido pela Junta de Freguesia do Troviscal
10	Torneira	Séc. XX	
11	Metro	Séc. XX	
12	Funil	Séc. XX	
13	Formas de sapateiro	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
14		Séc. XX	
15	Chambaril	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
16	Máquina de cortar cabelo	Séc. XX	
17			
18			
19			
20	Recipiente para beber feito com corno	Séc. XX	

## Referências bibliográficas

---

<b>21</b>	Medidas de cereais	Séc. XX	
<b>22</b>	Púcara	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
<b>23</b>	Assador de castanhas	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
<b>24</b>	Alguidar para a matança	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
<b>25</b>	Cântaro de água	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
<b>26</b>	Malga	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
<b>27</b>	Candeeiro a petróleo	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
<b>28</b>	Cabaça de aguardente	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
<b>29</b>	Tampa de panela em ferro	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
<b>30</b>	Candeia	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
<b>31</b>	Púcaros de latão	Séc. XX	Cedido pela Junta de Freguesia do Troviscal
<b>32</b>	Balança	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
<b>33</b>	Chambaril	Séc. XX	Cedido por M. Carmo
<b>34</b>	Fuso para se fiar o linho	Séc. XX	
<b>35</b>	Facas da matança	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
<b>36</b>	Arado de madeira	Séc. XX	Cedido por Alice do Carmo (Amieira)
<b>37</b>	Moueira	Séc. XX	
<b>38</b>	Pacheca	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
<b>39</b>	Objetos de decoração	Séc. XX	
<b>40</b>	Fechadura de ferreiro	Séc. XX	
<b>41</b>	Máquina de costura	Séc. XX	
<b>42</b>	Forquilhão	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
<b>43</b>	Picota (miniatura)	Séc. XX	

44	Meia esquadria	Séc. XX	
45	Serra	Séc. XX	
46	Compasso de carpinteiro	Séc. XX	
47	Berbequim manual	Séc. XX	
48	Tressador	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
49	Metro para alfaiate	Séc. XX	
50	Esquadro de carpinteiro	Séc. XX	
51	Pua	Séc. XX	
52	Utensílio para abrir caleiras em pinheiros	Séc. XX	
53	Machada de marcar	Séc. XX	
54	Peça para abrir caleiras em pinheiros	Séc. XX	
55	Plaina de abrir meio-fio	Séc. XX	
56	Maço de amassar linho	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
57		Séc. XX	
58	Aldraba de porta	Séc. XX	
59	Troquez de sapateiro	Séc. XX	Cedido pela Junta de Freguesia do Troviscal
60	Mete-bicas	Séc. XX	
61	Ferro de renovar pinheiros	Séc. XX	
62	Bicas para resina	Séc. XX	
63	Ferro para renovar	Séc. XX	
64	Bisnagas de ácido	Séc. XX	
65	Malhas e pino (jogo da malha)	Séc. XX	

## Referências bibliográficas

---

66	Estribo	Séc. XX	
67	Canelo de Bois	Séc. XX	
68	Arma de caça	Séc. XX	
69	Arado (miniatura)	Séc. XX	
70	Canga (miniatura)	Séc. XX	
71	Peça de Cilhas dos cavalos	Séc. XX	
72	Cesto de vime	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
73	Candeeiro a petróleo	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
74	Material de escritório	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
75	Aparelho para fazer clisteres	Séc. XX	
76	Máquina de abrir envelopes	Séc. XX	
77	Selo Branco	Séc. XX	Grémio da Lavoura da Sertã
78	Acordeão	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
79	Armário de arquivo	Séc. XX	
80	Mapa de Portugal	Séc. XX	
81	Coucha	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
82	Carteira da Escola	Séc. XX	
83	Cadeira	Séc. XX	
84	Cofres de madeira	Séc. XX	
85	Guarda-presentes	Séc. XX	
86	Maço de bater arcos de pipo	Séc. XX	
87	Máquina de escrever	Séc. XX	
88	Furador de papel	Séc. XX	

---



<b>89</b>		Séc. XX	
<b>90</b>	Forma de sapateiro	Séc. XX	
<b>91</b>	Peso de pilão	Séc. XX	
<b>92</b>	Carro de Bois	Séc. XX	Cedido por José Garcia Silva
<b>93</b>	Esmeril	Séc. XX	
<b>94</b>	Objeto de decoração	Séc. XX	
<b>95</b>	Lata de Resina	Séc. XX	
<b>96</b>		Séc. XX	
<b>97</b>	Borçais para Bois	Séc. XX	Cedido por José Garcia Silva
<b>98</b>	Ferro de Engomar	Séc. XX	
<b>100</b>	Alguidar	Séc. XX	
<b>101</b>	Caçola	Séc. XX	
<b>102</b>	Pedra de afiar	Séc. XX	
<b>103</b>	Caçarola	Séc. XX	
<b>104</b>	Cabide de alfaiate	Séc. XX	
<b>105</b>	Garraão de Vinho	Séc. XX	
<b>106</b>	Roca	Séc. XX	
<b>107</b>	Espátulas (resina)	Séc. XX	
<b>108</b>	Mete-Bicas	Séc. XX	
<b>109</b>	Meça para mete-bicas	Séc. XX	
<b>110</b>	Raspadeira	Séc. XX	
<b>111</b>	Desencarrascadeira	Séc. XX	
<b>112</b>	Pipo	Séc. XX	Cedido por Vítor Rodrigues Gaspar – Troviscainho

## Referências bibliográficas

---

<b>113</b>	Costela ou armadilha	Séc. XX	
<b>114</b>	Ferro de soldar	Séc. XX	
<b>115</b>	Foice	Séc. XX	
<b>116</b>	Serrote Tressador	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
<b>117</b>	Máquina registradora	Séc. XX	
<b>118</b>	Roldana Multiusos	Séc. XX	
<b>119</b>	Mesa de sessões da Assembleia de Freguesia	Séc. XX	
<b>120</b>	Balança de pratos	Séc. XX	
<b>121</b>	Balança	Séc. XX	Cedido por Altamiro Jorge – Fojo da Serra
<b>122</b>	Balança	Séc. XX	Cedido por Manuel Almeida – Fundação
<b>123</b>	Tigelas e malgas	Séc. XX	
<b>124</b>	Peneira	Séc. XX	
<b>125</b>	Pia de pedra	Séc. XX	
<b>126</b>	Máquina de sulfatar	Séc. XX	
<b>127</b>	Rodilha	Séc. XX	
<b>128</b>	Roçadora	Séc. XX	
<b>129</b>	Sertage de três pernas	Séc. XX	
<b>130</b>	Pedra de afiar	Séc. XX	
<b>131</b>	Panela de ferro	Séc. XX	
<b>132</b>	Brunil de macho	Séc. XX	
<b>133</b>	Caldeira de cozinhar para animais	Séc. XX	
<b>134</b>	Alambique	Séc. XX	
<b>135</b>	Alambique	Séc. XX	

---

136	Grade	Séc. XX	
137	Máquina de sulfatar	Séc. XX	
138	Carro de junta de bois	Séc. XX	
139	Arado	Séc. XX	
140	Pia de Água para animais	Séc. XX	
141	Ceiras	Séc. XX	
142	Arado	Séc. XX	Cedido por?
143	Salgadeira	Séc. XX	Cedido por Delfina Alves – Troviscal
144	Caldeira de Lagar	Séc. XX	
145	Máquina de cortar sapatos	Séc. XX	Cedido pela ADRC Troviscal
146	Carimbos	Séc. XX	
147	Formas de sapateiro	Séc. XX	Cedido por Maria dos Santos – Salgueirinho
148	Sineta	Séc. XX	

Fonte: Junta de Freguesia do Troviscal

**PAINEL 2020**

- Ponte do Troviscal
- Carvalho (Vale Laranjo)
- Souto de castanheiros (Carvalho)
- Antigo lagar
- Capela Marinha de Vale Carvalho
- Moinho – Praia Fluvial
- Antiga Capela de São Bartolomeu (Carvalho)
- Capela de Santa Bárbara (Macieira)
- Edifício-Sede da Junta de Freguesia
- Antigo lagar
- Azeitona
- Marinha de Vale Carvalho
- Medronheiro

- Casa de Xisto (Troviscal)

- Forno
  - Interior de moinho
- PAINEL PRAIA FLUVIAL**
- Cascatas (Faval)

**PAINEL**

- Chaminés de Fábrica de Resina (Faval)
- Serração (Faval)
- Medronho (Fojo da Serra)
- Destilaria (Fojo da Serra)
- Rua do Fojo da Serra

**ANEXO 6. TÚLLIO VICTORINO**

**Ilustração 26 Traseiras do imóvel em 2018**



Fonte: 30 própria

**Ilustração 27 Interior do edifício - Sala principal**



Fonte: 31 Arquivo Histórico Municipal da Sertã

Ilustração 28 Frente do imóvel antes da recuperação



Fonte: 32 Arquivo Histórico Municipal da Sertã

Ilustração 29 Atelier Túllio Victorino (fachada atual)



Fonte: 33 Arquivo histórico Municipal da Sertã

**ANEXO 6.1. BIOGRAFIA RESUMO CRONOLÓGICA DA VIDA DO PINTOR**

**Uma das mais notáveis figuras maiores da cultura sertaginense**

**Formação** - Estudou em Cernache (desenhava cenários de peças para Teatro Taborda)  
 - Escola Industrial Afonso Domingos, Lx

**1901** - 15 anos, pintor José Malhoa apoia-o a inscrever-se Escola de Belas Artes  
 - Aluno de Columbano Bordalo Pinheiro

**1919** - Formou-se em pintura

**1930** - 1as exposições (influências naturalistas e impressionista)  
 - Gentes e paisagens do concelho ficaram bem patentes na sua pintura (estrada do cabril, ferreiros do chão da forca, rancho da azeitona ou mercado de Cernache, feiras, romarias, praias com banhistas, aspetos citadinos)

**Exposições indiv.** Sociedade Nacional Belas Artes  
 Salão Fantasia ou Salão Silva (Porto)  
 Galeria Diário de Notícias

**Professor** Escola Avelar Brotero (Coimbra)  
 Machado de Castro (Lx)  
 Recebeu várias medalhas e condecorações

**Família** Casado com Fernanda Maria Drumond Joaquim  
 Hener Victorino (filho)  
 Tito Victorino (filho)  
 Túlio Ticiano Vitorino (filho)

**1941** Fixa residência em Cernache

**1950** A casa atelier é ampliada

**1960** Propõe a construção de um Museu de Pintura na Sertã.

**1963** Com saúde débil faz a sua última exposição na Socie. Belas Artes no Porto

**1964** Recebe convite para sócio da Internacional Arts Guild, Monte Carlo (Mónaco)...

**1969** Com a morte do pintor o imóvel entra em progressivo abandono

**Pintou mais de 600 quadros**

Museu do Chiado (Lisboa);

Museu Nacional Machado de Castro (Coimbra);

Museu Nacional Soares dos Reis (Porto);

**Onde visita a sua obra?** Museu José Malhoa (Caldas da Rainha);  
Museu de Francisco Tavares Proença Júnior (Castelo Branco);

Museu Grão Vasco (Viseu);

Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz);

Museu Municipal Dr. José Formosinho (Lagos);

Palácio do Governo de Ponta Delgada;

Museu do Rio de Janeiro;

Várias coleções particulares...

---

Fonte: Arquivo Histórico Municipal da Sertã (adaptado dos catálogos das exposições)

**ANEXO 6.2. INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DA CORRESPONDÊNCIA E DOCUMENTOS VÁRIOS**

Nome	Informação	Fonte
Túllio	Dalila Malgrand Príncipe Victorino, doméstica, de Vila nova de Gaia, morreu a 31/05/1940, com 40 anos, mulher de Tullio da Costa Victorino, 43 anos. Casados à 24 anos. Filhos: Henner Príncipe Victorino, Tito Príncipe Victorino	Declaração de Óbito (Agência Funerária de Maurício Lopes Mega Cª - Lisboa)
Túllio	O cidadão Tulio da Costa Vitorino filho de Alfredo Vitorino da Silva Coelho e de Alice Dias Costa Victorino, nascido a 14 de Dezembro de 1896	Titulo de isenção do serviço Militar (ministério da Guerra)
Túllio	Tullio da Costa Victorino 14/12/1896  Fernanda Maria Drumond Joaquim 20/09/1921	Consulado General de Espanha em Lisboa 7 de Junho de 1954
Túllio	Tulio, filho de Alfredo Victorino da Silva Coelho, proprietário, e de Alice Dias Costa Victorino, dona de casa, moradores na dita aldeia de Sernache de Bonjardim	Certidão de Nascimento 28 de Out 1940
Túllio	António Ildefonso Victorino da Silva Coelho é irmão de Alfredo Victorino da Silva Coelho (pai do Tullio Victorino) e de Ernestina Ludorina da Silva, que é mãe de António Coelho Guimarães	Testamento do doutor António Ildefonso Victorino da Silva Coelho 17/07/1954
Túllio	Sócio - Sociedade Nacional de Belas-Artes, nº 71, 1968	Recibo de pagamento de quotas
Túllio	Sócio - Casa do Povo de Cernach do Bonjardim, nº 24, 1966-1968	Recibo de pagamento de quotas
Túllio	Sócio - Grémio da Lavoura de Sertã e Vila de Rei, nº 1893, 1966 e 1969	Recibo de pagamento de quotas
Túllio	Sócio - GAP (Grupo de Artistas Portugueses), Lisboa, nº 96, 1966-1967	Recibo de pagamento de quotas
Túllio	Clube bonjardim, nº 18, 1965 e 1968	Recibo de pagamento de quotas
Túllio	Morada em Coimbra, na Rua Guera junqueiro, J.O. - 1.0	Envelope com essa morada em 1936 (Talvez seja enquanto ele foi professor de pintura em Coimbra)
Fernanda	Fernanda Maria Drumond Victorino casada com Tullio da Costa Victorino	Promessa de compra e Venda, 31 de Julho de 1965
Ticiano	Tulio Ticiano Drumond Vitorino, 07/09/1948, Lisboa. Inscrição para o 2º ano do 1º Ciclo	Boletim de inscrição para o exame de aluno externo, 1963
Ticiano	Maria Julia Drumond Joaquim, avó de Ticiano	Carta enviada a Ticiano pela avó a 6 de Setembro de 1968
Ticiano	Ana mulher de Ticiano fala em tratar do divórcio	Carta de Ana para a mãe 27/03/80



Ticiano	Fala de ser colecionador de selos numa carta à avó	Carta à avó 22/10/60
	Faz 20 anos (+/- a 4 de Setembro) de 196	Carta da avó Maria Julia ao Ticiano (04/09/68)
	Fala em ser colecionador e querer trocar selos com a amiga Nuri	Carta enviada à amiga Nuri 14/09/68
Tito	A 23/03/1949, trabalhava num banco em África com fraco ordenado. Realizou exposição em Luanda por esta altura	Carta
Tito	A 07/12/1954 mandou carta de Luanda	Carta
Tito	A 09/1/1955 mandou carta de Luanda	Carta + declaração
Tito	A 12/06/1959 mandou carta de Luanda	Carta ao pai
Henner	em 1949 mandou carta de Luanda	Carta
Henner	A 03/06/1954 mandou carta de África	Carta ao pai, ao Ticiano e à Fernanda
Henner	Em 1954 mandou carta de Moçambique	Carta
Henner	A 17/12/1954 mandou carta de Luanda	Carta
Henner	A 09/01/1955 mandou carta de Luanda	Carta
Henner	A 20/07/1962 mandou carta de Lisboa	Carta
Henner	A 25/05/1964 mandou carta de África	Carta para Ticiano
Henner	A 25/11/1967 mandou carta de Lisboa	Carta
Ana	A 27/03/1980 mandou carta de Lion (França)	Carta escrita à mãe do Ticiano
Alfredo	Sócio - Grémio da Lavoura de Sertã e Vila de Rei, nº 2771, 1969	Recibo de pagamento de Quotas
Túllio Artista	Entrevista que saiu por volta do dia 25 de Abril de 1954 "Novidades"	
Exposições	"Caderno" Estoril - Portugal, 1939, Vº "SALON" do Estoril, organizado pela sociedade Propaganda da Costa do Sol sob o Patrocínio da sociedade Nacional de Belas Artes. Pintura, Victorino (Túlio) - Lisboa: 94 - Uma rua da Alfama - Lisboa - 1.000\$00; 95 - Velha Capela - 900\$00	Caderno, Estoril - Portugal, 1939, Vº "SALON" do Estoril
Exposições		Carta 06/09/1941
Exposições	A 29/12/1942 - Carta a informar que" o Salão Silva Porto continua a ser o mais indicado para as exposições de arte, mas está alugado para exposições sucessivas até ao final de Abril." Mas sugeriu que escreve-se para caso existisse alguma alteração.	Carta 29/12/1942
Exposições	A 22/05/1967 - Carta a informar que caso o Túllio Victorino queira participar na 26ª Exposição do GAP que decorrerá no SNI, deverá escolher no máximo de 3	Carta 22/05/19467

## Referências bibliográficas

trabalho a ser expostos.		
Exposições	"Caderno" Exposição de quadros do pintor Túllio Victorino, sociedade Nacional de Belas artes, ed 1 a 10 de novembro de ??????	caderno
Exposições	Capa de "Sociedade Nacional de Belas-Artes, décima segunda exposição 1915"	
Quadros Pinturas	/ Recibo de trabalhos de pintura decorativa em diversas dependencias do edificio do Sanatório, realizadas em Setembro e outro de 1936 - Hospital - Sanatório da Colónia Portuguesa do Brasil, no valor de 4.000\$00, ... (pintura do altar-mor da capela do Sanatório) Recibo de trabalhos de pintura, Coimbra, 30 de Outubro de 1936	Recibo de trabalhos de pintura, Coimbra, 30 de Outubro de 1936
Quadros Pinturas	/ Recibo da Câmara Municipal do Concelho de Figueiró dos Vinhos, "três il escudos provenientes da confecção de um quadro a óleo com o busto do Ex.mº senhor Major Neutel de Abreu, (...) 26 de Dezembro de 1941."	Recibo da Câmara Municipal do Concelho de Figueiró dos Vinhos, 26 de Dezembro de 1941
Quadros Pinturas	/ 2 Quadros a óleo enviados ao governador civil de Ponta Delgada, pela Srª Carmen por 8 mil escudos.	Carta a 11/11/1943
Quadros Pinturas	/ Impressões do pintor Tullio Victorino, salão Silva Porto, 2 a 10 de abril, Porto - 1958	
Quadros Pinturas	/ Impressões do pintor Tullio Victorino, salão do 1º andar, na Sociedade Nacional de Belas Artes, de 21 a 30 de Dezembro, Lisboa - 1960	
Quadros Pinturas	/ Recibo do Museu Machado de Costa, quadro a óleo denominado "Paisagem", 3000\$00, 1 de Maio 1961	Recibo do Museu Machado de Costa, 1 de Maio 1961

**Fonte: Arquivo Histórico Municipal da Sertã**

### ANEXO 6.3. CORRESPONDÊNCIA DIRIGIDA A TÚLLIO VICTORINO

Datas	Remetente	Assunto
Julho	Museu Regional Francisco Tavares Proença Júnior	Agradece carta enviada (...) Carta + envelope ilegível
12 Julho	Carlos Simões	Agradece carta enviada. Vai visitar o Túlio em Agosto
9 de Julho de 1940	Joaquim Alves do Principe e Silva (Sogro) - Sanguedo	Agradece carta enviada. Como realizar o Inventário de bens no Brasil e instruções sobre as partilhas na sequência da morte da filha
28 de Março de 1942	Romano Esteves - Cascais	Bilhete postal a informar que a legalização ainda ã foi feita
28 de Fevereiro de 1943	António Elias Garcia - Castelo Branco	Informa que está disponível para ajudar,
10 de Abril de 1944	Henner Vitorino	Carta que acompanhava a procuração para venda do terreno de Vale Coxo no Vale da Granja
23 de Março de 1949	Henner Vitorino - Luanda	Esclarece que pensa muito no pai. Fala do trabalho na casa comercial na venda de quadros do Tito
s.d.	António Vasconcelos de S. Manso - Figueiró dos Vinhos	Esclarece que tem um prédio no Sambado, no Val da Colmeia
26 de Outubro de 1943	Governo do Distrito Autónomo de Ponta Delgada	Pede que os quadros encomendados possam ficar em Lisboa até á ida do Governador lá, ou então enviá-los mas de forma a que cheguem a Ponta Delgada em Novembro  Junto envelope, cartão de "Germano Serrão Arnaud" e recibo passado pela casa Arnaud no valor de 8.000escudos, em 20/Dez/1943
25 de Abril de 1954	A. Lopes de Oliveira - Lisboa	Esclarece sobre a morosidade na publicação de artigo/entrevista do Túlio, que é da responsabilidade do jornal "Novidades". Refere que conjuntamente deve receber um periódico
23 de Março de 1954	Carlos Branco - Coimbra	Desistiu da exposição no Porto e diz que a Sociedade do Salão foi desmanchada em Abril e alerta para o facto do Túlio já haver pago as quotas
2 de Junho de 1954	Henner Vitorino - Moçambique	Cumprimenta e diz que esteve uns dias em Lourenço Marques, Beira e Quelimane e a seguir Ilha de Moçambique e Nampula, contando estar em Lisboa nos fins do mês de Junho  Postal ilustrado de "vista parcial da Praça Almirante Gago Coutinho, na Beira"
1945-1946	???	Cartão de Feliz Natal

## Referências bibliográficas

---

17 de Dezembro de 1954	Henner Vitorino - Luanda	Diz que as procurações se devem ter extraviado. Refere um empréstimo que pediu ao Sr. Gaspar e pede ao pai que fale com ele
9 de Janeiro de 1955	Henner Vitorino - Luanda	Empréstimo que vai pedir ao Sr. Manuel Gaspar, pedindo-lhe que o pai fale com ele.
6 de Julho de 1957	Convívium, estúdio de escritores e artistas - Braga	Informa que se venderam 2 quadros depois da exposição e envia uma foto de oferta.
12 de Junho de 1959	Tito Príncipe Vitorino - Luanda	Pede desculpa por não escrever há muito tempo. Diz que o Henner tem trabalhado muito e não tem tido sorte.
20 de Julho de 1962	Henner Vitorino - Lisboa	Deseja que todos estejam bem, tem vontade de ir a Cernache do Bonjardim, anda muito ocupado.
3 de Junho de 1964	Henner Vitorino - Quelimane	dificuldades na vida em África, conta estar em Lisboa no fim do mês  Postal ilustrado de "vista geral de Quelimane"
13 de Dezembro de 1968	Maria José Drumond Joaquim - Lisboa	Postal de parabéns pelo aniversário do Túlio Vitorino
29 de Março de 1967	Maria Inácia Soares - Odemira	Fala dos naperons
3 de Março de 1943	Museu Regional Francisco Tavares Proença Júnior	ilegível

---

## ANEXO 6.4. ESPÓLIO PESSOAL DE TÚLLIO VICTORINO

### Livros

Nº	Título	Autor	Editora	Ano de edição
1	Como Defender O Nosso Coração	Christiaan Barnard	Livros Unibolso	S/ data
2	O Poder Mental	Tom Werneck e Frank Ullmann	“ “	“
3	Ressurreição	Leão Tolstoi	“ “	“
4	O Doutor Jivago	Boris Pasternak	“ “	“
5	Memórias Duma Actriz	Mercedes Blasco	Editora Viúva Tavares Cardoso	1908
6	O Fantasma De Lisboa	Mário Monteiro	Livraria J. Rodrigues & C.ª_ Lisboa	S/ d
7	Vagabunda	Mercedes Blasco	“ “	1920
8	TARZAN No Centro Da Terra	Edgar Rice Burroughs	Companhia Editora Nacional_ S. Paulo	1936
9	As Feras De Tarzan	“ “	“ “	1933
10	Tarzan O Filho Das Selvas	“ “	“ “	1935
11	A Volta De Tarzan	“ “	“ “	1956
12	Caribbean Crisis	Jay Mallin	Doubleday & Company, Inc._ New York	1965
13	A Ilha Do Tesouro	Robert Louis Stevenson	Editorial Inquérito, Lda._ Lisboa	S/ d
14	O Triângulo Quebrado	Jason Hytes	Delfos	“
15	Hatter’s Castle	A.J.Cronin	Longmans, Green and Co. Ltd._ London and Harlow	1962
16	Aí Estão Eles	Paul Carell	Livraria Bertrand_ Lisboa	S/ d
17	Power’s Guide to the Island of Madeira	Charles A. le P. Power	George Philip & Son, Ltd._ London	1927
18	Ilha da Madeira	Ferreira de Andrade	OLISIPO Editorial de Publicações Turísticas_ Lisboa	1962
19	Portugal de los Mil Colores	S/ autor	Comissariado do Turismo_ Lisboa	1965
20	Tourist Guide of Portugal * 1972	“ “	Anuário Comercial de	1972

## Referências bibliográficas

Portugal				
21	Palácios e Solares Portugueses	S/ a	S/ editora	S/ d
22	Os Primeiros Esboços Da História De Portugal	S/ a	S/ e	1919
23	História De Portugal	S/ a	S/ e	S/ d
24	Cultura Dos Morangueiros	J. Vieira Natividade	Serviço Editorial da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda_ Alcobaça	1940
25	Jardins Escolas	João De Deus	Bertrand (Irmãos), Lda._ Lisboa	1956
26	Moral e Educação Cívica 1ª,2ª,3ª e 4ª classes	Ant.º Figueirinhas	Educação Nacional_ Porto	S/ d
27	Geografia para a 3ª e 4ª classe do ensino primário	Ant.º Figueirinhas	Educação Nacional_ Porto	1933
28	Guia Do Desenho para a 3ª e 4ª classe	“ “	Livraria Figueirinhas_ Porto	S/ d
29	Redacção e Gramática (4ª classe e admissão ao liceu e escolas técnicas)	Prof. Albano Chaves	Porto Editora_ Porto	S/ d
30	Álbum de Desenho para a 4ª classe e admissão ao liceu e escolas técnicas	Prof. M. Santos Carvalho	Livraria Simões Lopes_ Porto	“
31	Matemática (Exercícios de apuramento de Aritmética e Geometria)	Ant.º de Almeida Lucas	Livraria Avelar Machado_ Lisboa	“
32	Ciências Naturais	Ant.º Figueirinhas	A. Figueirinhas, Lda._ Porto	1931
33	Elementos de Física e Química	Eugénio Monteiro	Coimbra Editora, Lda.	1969
34	Manual da 4ª classe	S/ a	S/ e	S/ d
35	Caderno para exercícios de redacção	Prof. J. Diogo Correia	Depositários Papelaria Fernandes_ Lisboa	“
36	Caderno de redacção	Prof. Albano Chaves	Porto Editora, L.da_ Porto	“
37	Exercícios de Geografia	Prof. J. M. Gomes	Livraria Popular de Francisco Franco_ Lisboa	“
38	Caderno de exercícios e problemas de Aritmética e Geometria	Bernardino da Fonseca Lage	Empresa Industrial Gráfica do Porto, L.da.	“
39	Caderno de 16 Pontos	Prof. Pedro de Carvalho	Porto Editora, L.da_ Porto	“

40	Matemática	S/ a	S/ e	1967
41	Elementos da Gramática	Prof. Silvestre da Silva e J. Sanches de Brito	Livraria Sá da Costa_ Lisboa	S/ d
42	Gramática elementar da Língua Portuguesa	Prof. A. B. Santos Martins	Typographia do Dia _ Lisboa	1902
43	Elementos da História da Arte (Aprovado oficialmente para 4ª e 5ª classes dos liceus)	José Leitão de Barros	Edições Paulo Guedes_ Lisboa	S/ d
44	Elementos de História da Arte para uso de 4ª e 5ª classes dos liceus	“ “	“ “	1931
45	Desenho Geométrico	Rogério de Andrade	J. Rodrigues e Cª _ Lisboa	1935
46	Curso de Língua Inglesa	M. H. D'Espiney“ “	Livraria Chardron de Lello & Irmão, Editores_ Porto	S.d.
47	Better English Pronunciation	J. D. O'Connor	Cambridge University Press_ London	1967
48	Guia de Conversação em Português e Francez	D. M. Ramsey Johnston	Livraria Chardron de Lello & Irmão, Editores_ Porto	1911
49	Casa & Jardim	S/ a	F. C. Editora	S/ d
50	E. p/ Imagem: O Nosso Mobiliário	S/ a	Livraria Chardron de Lello & Irmão, Editores_ Porto	“
51	Encyclopédia pela Imagem: A Itália	S/ a	Livraria Chardron de Lello & Irmão, Editores_ Porto	S/ d
52	Encyclopédia pela Imagem: A Mythologia	“ “	“ “	“
53	Encyclopédia pela Imagem: A Revolução Francesa	“ “	“ “	“
54	Encyclopédia pela Imagem: História Sagrada	“ “	“ “	“
55	Encyclopédia pela Imagem: História da Arte	“ “	“ “	“
56	The Pocket Book of OLD MASTERS	Herman J. Wechsler	Pocket Books Inc._ New York	1949
57	The Pocket Book History of American Painting	James Thomas Flexner	“ “	1950
58	Peinture Française- vol.I	George Besson	Éditions Braun & C._ Paris	S/ d
59	Peinture Française- vol.II	« «	« «	«

## Referências bibliográficas

60	Coulers et Pinceaux pour Artistes	Winsor & Newton	S/ e	“
61	Sinopse da História dos Estados Unidos	S/ a	S/ e	“
62	La Beauté de la Femme dans l'Art	Boyer D'Agén	Éditions Lapina_ Paris	«
63	Pintura Española Contemporánea	E. A. Seemann * Liepzig	S/ e	“
64	1ª Bienal de Arte de Macau	S/ a	S/ e	1993
65	Atlântida	João de Barros	Pedro Bordallo Pinheiro	1916
66	10ª Exposição Anual- 1914	Sociedade de Belas Artes	S/ e	1914
67	APOLO- História General das Artes Plásticas	Salomón Reinach	Imprensa de Jaime Ratés _ Madrid	1916
68	Renascença Portuguesa da Pintura Antiga	S/ a	Tipografia «Costa Carregal»_ Porto	1930
69	Sociedade Nacional de Belas Artes	S/ a	S/ e	1934
70	Catálogo da Grande Exposição dos Artistas Portugueses	“ “	Imprensa Portuguesa _ Porto	1935
71	Catálogo da Exposição de trabalhos do falecido pintor Alves Cardoso	S/ a	Tipografia Luiz Marques, Lda_ Lisboa	1940
72	Impressões do pintor Túlio Victorino	S/ a	S/ e	1960
73	Um Séc. de Pintura Francesa 1850-1950	Comissão organizadora de França e Portugal na Fundação Calouste Glubenkian	Neogravura, Lda_ Lisboa	1965
74	Vivo Kaj Arto De Goya	Agostinho da Silva	Portugala Eldona Rondo	S/ d
75	Conferências- 7ª Série	Liga Portuguesa de Profilaxia Social	Imprensa Social_ Porto	S/ d
76	O Problema da Orientação Profissional	Adelaide do Carmo Fernandes	“ “	1949
77	A Campanha pelo Casamento das Telefonistas	Liga Portug. De Profilaxia Social	“ “	1950
78	A Acção da Liga Portug. de Profilaxia Social Em Prol dos Leprosos Portugueses	“ “	“ “	1951
79	A Acção da Liga Portug. de Profilaxia Social Em Prol do Casamento das Enfermeiras dos	“ “	“ “	1952



Hospitais Cívicos				
80	Anuário das Senhoras	Alba de Mello	«O Malho» S.A	1942
81	Lista da Armada	Serviços da Armada	Ministério da Marinha_ Lisboa	1963
82	Columbano	Diogo de Macedo	ARTIS_ Lisboa	S/ d
83	Manet	Henri Dumont	Éditions Hypérion_ Paris	“
84	Rafael	Lamartine	Edições Crisos	“
85	Miguel Angelo	Eduardo de Azevedo	Fomento de Publicações, Lda_ Lisboa	“
86	Sandro Botticelli	“ “	“ “	“
87	Ticiano	“ “	“ “	“
88	Lautrec	Gotthard Jedlicka	Marabout Université	“
89	Raphaël	Eugene Müntz	Henri Laurens_ Paris	“
90	História Maravilhosa de Rembrandt	Carlos de Lima	ARGO_ Lisboa	1943
91	Doentes Célebres	Gastão Pereira da Silva	Edições de Ouro	S/ d
92	A Timidez Vencida Em 12 Lições	Yoritomo Tashi	“ “	“
93	A Boa Memória Em 12 Lições	Sankara	“ “	“
94	A Pscicanálise Em 12 Lições	Gastão Pereira da Silva	“ “	“
95	Nervose Do Coração	“ “	“ “	“
96	Os Segredos Das Linhas Das Mãos	Cheiro Kiro	“ “	“
97	Manual Do Hipnotismo	Desmond Dunne	“ “	“
98	Como Ler Os Pensamentos	Everton Ralph	“ “	“
99	A Energia Pessoal Em 12 Lições	Yoritomo Tashi	“ “	“
100	A Arte De Vencer Em 12 Lições	“ “	“ “	“
101	Hipnotismo Prático	Ernest Roth	“ “	“
102	O Bom Senso	Yoritomo Tashi	Edições De Ouro	S/ d
103	Yoga Para Mulher	Chiang Sing	“ “	“
104	Aprenda A Conversar	Walmírio de Macedo	“ “	“
105	O Mundo Português	José Monteiro Cardoso e José Oliveira Boléo	Livraria Cruz-Editora_ Braga	1966

## Referências bibliográficas

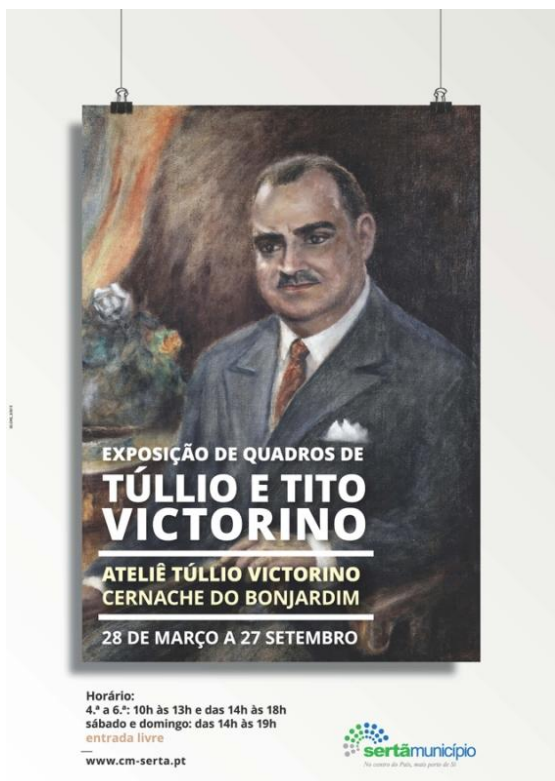
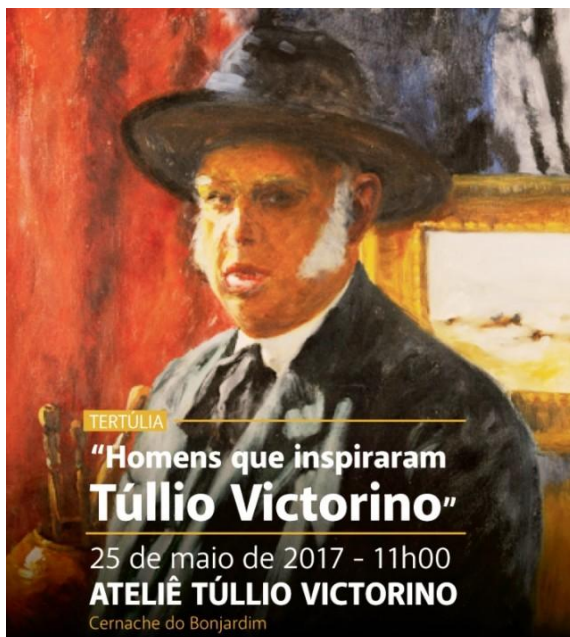
106	25 de Abril	Coordenação de vários jornalistas	Casaviva Editora_ Lisboa	1974
107	Nun' Álvares Cabral	Gil Marçal	S/ e	1964
108	O Hipnotismo - Realidade ou Ficção	F. L. Marcuse	ULISSEIA_ Lisboa	1959
109	Resumo Do Código Para Exame De Condução	Ant.º Alves Costa	Edição do autor_ Lisboa	1968
110	Vitaminas e Outras Palestras	Augusto D'Esaguy	Portugália Editora_ Lisboa	1940
111	Postos de Ondas Curtas e Reparções de T.S.F.	Alain Boursin	Livraria Tavares Martins_ Porto	S/ d
112	A Minha História	Amilcar Celta	ARGO_ Lisboa	"
113	O Bandido	Dr. Caetano Bernardi	Editorial Missões_ Cucujães	1959
114	Paixão Sincera	Carlos de Santander	IBIS, Lda._ Amadora	1969
115	Cartas de Amor	M.ª Celeste	Empresa Literária Universal_ Lisboa	1912
116	Lili e o Sonho	S/ a	Fraternidade Espírita Cristã_ Lisboa	1988
117	O Lírio Do Vale	H. de Balzac	Livraria Pacheco_ Lisboa	S/ d
118	A Túlipa Negra	Alexandre Dumas	Livraria Civilização Editora_ Porto	1958
119	Árvores No Caminho	Garibaldi de Andrade	ORION	1957
120	A Vela N.º 13	Losbang Rampa	Record_ Rio de Janeiro	S/ d
121	Vida Heroiga Duma Donzela	A. de Lamartine	Esriptório de Publicações_ Porto	S/ d
122	Rubens	Gustave Vanzype	Librairie Plon_ Paris	1936
123	Penélope A Rainha Solitária	Claude Meillan	Pórtico_ Porto	1962
124	O Bello	S/ a	S/ e	S/ d
125	«...o que se desperdiça para o trabalho...»	" "	" "	"
126	«...epoca na história da poesia portuguesa...»	" "	" "	"
127	Achei O Caminho	Leonardo C. Lee	Publicadora Atlântico,SARL_ Lisboa	"
128	O Novo Testamento	S/ a	S/ e	"
129	Le Petit Élève de Français	Rodrigues Lapa e Câmara	Edição pelos autores_ Lisboa	"

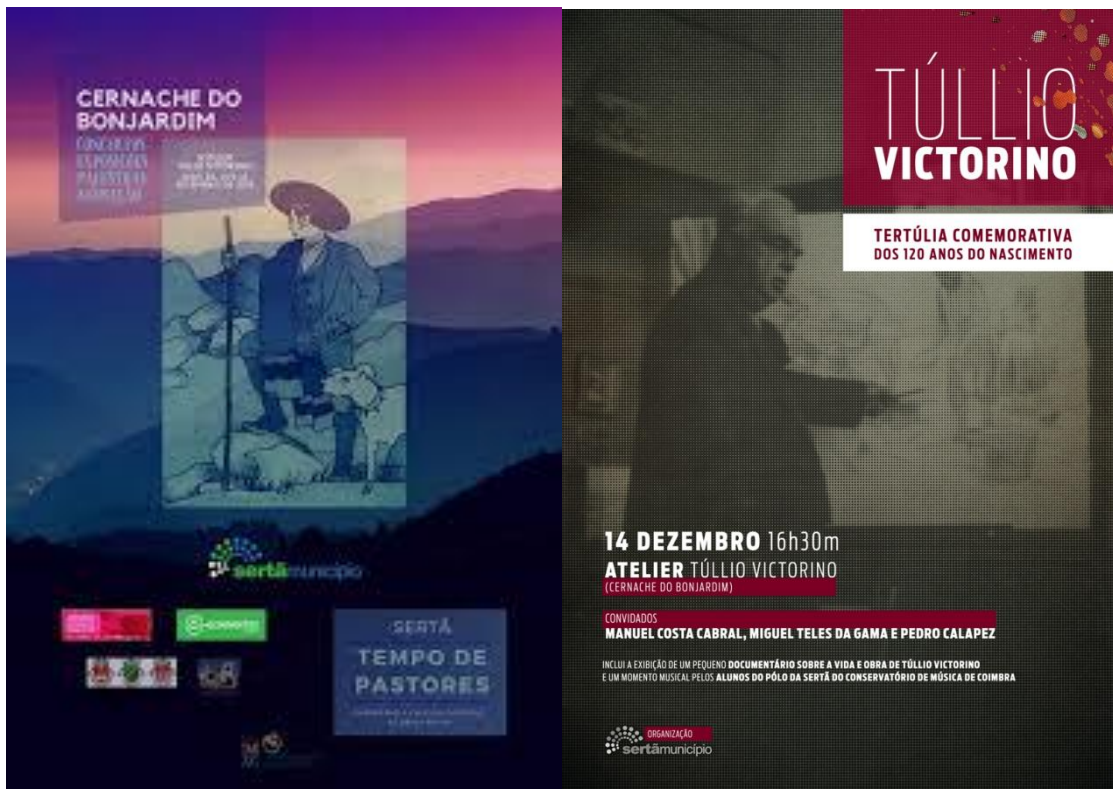
Reys				
130	Voir et savoir: Le Costume	Miguel Zamacois	Flammarion	“
131	Voir et savoir: Noël ! Noël !	Henri Rhéon	« «	«
132	Le Dessin et la Méthode A.B.C.	Max Gottschalk	École A.B.C. de Dessin_ France	1930
133	Les Maîtres Humoristes	Hermann Paul	Publications Librairie Félix JUVEN_ Paris	1907

Fonte: Arquivo Histórico Municipal da Sertã

Além dos livros existem 221 periódicos da época.

ANEXO 6.5. EXPOSIÇÕES E ATIVIDADES DIVERSAS REALIZADAS NO ATELIER





## ANEXO 7. SEMINÁRIO DAS MISSÕES

Ilustração 30 fachada do Seminário das Missões



Fonte: 34 Fotografia própria

Ilustração 31 Traseiras do Seminário das Missões



Fonte: 35 Fotografia própria

Ilustração 32 Partitura melódica da biblioteca do Seminário



Fonte: 36 Fotografia própria

Ilustração 33 Interior da Biblioteca - Seminário das Missões



Fonte: 37 Arquivo Municipal da Sertã

Ilustração 34 Equipamentos de apoio e Sala de Ciências



Fonte: 38 Arquivo Municipal da Sertã

**Anexo 7.1. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO, JUNTA DE CERNACHE E A SOCIEDADE DE MISSIONÁRIOS DA BOA NOVA**



**Protocolo de cooperação entre a Sociedade Missionária da Boa Nova, o Município da Sertã e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais**

**Preâmbulo**

O Seminário das Missões, em Cernache do Bonjardim, é um dos mais importantes monumentos históricos do Concelho da Sertã e que o Estado português recentemente reconheceu como Monumento de Interesse Público (2015). Este edifício assume um carácter singular, devido às suas vivências históricas e por ser possuidor de um valioso espólio artístico e bibliográfico, bem como pelo seu valor enquanto espaço pedagógico e comunitário.

Intimamente ligado à memória local de Cernache do Bonjardim, o Seminário das Missões está perfeitamente integrado na malha urbana desta vila, conferindo-lhe um valor intrínseco que ultrapassa em muito as simples considerações históricas ou artísticas. Há um património material e imaterial que se funde no interior do Seminário e em toda a sua área envolvente.

O Seminário das Missões resulta da refundação do Real Colégio das Missões, criado em 1791 pelo Príncipe D. João (futuro rei D. João VI), em terrenos pertencentes ao Priorado do Crato. Nestes mesmos terrenos ficavam os Paços do Bonjardim, mandados construir por Álvaro Gonçalves Pereira, Prior da Ordem Militar dos Hospitalários, e onde tudo indica que nasceu, em 1360, seu filho Nuno Álvares Pereira.

O seminário, cuja longa fachada principal é aberta por um interessante pórtico alpendrado, organiza-se em torno do claustro, centrado por um jardim com cisterna. No interior, destacam-se os registos azulejares da Fábrica Aleluia, de Aveiro, além de um acervo bibliográfico (Biblioteca) que inclui um importante espólio de música sacra. Na



igreja, destaque para um conjunto de telas pintadas em 1804 por Pedro Alexandrino para os retábulos principal e laterais, para as tábuas da autoria de Bento Coelho da Silveira (provenientes do Mosteiro de Chelas) e para um interessante órgão de tubos neoclássico.

Além do edificado, o Seminário das Missões possui uma extensa área arborizada e de cultivo, uma reminiscência do antigo Parque Bonjardim, de onde foi retirada a madeira usada na construção de muitos dos barcos dos Descobrimentos e na edificação e reparação de várias igrejas do Priorado do Crato.

Um património único como este deve merecer uma atenção especial das autoridades competentes e dos vários atores presentes no território. Em primeiro lugar, porque urge salvaguardar o edificado e depois potenciá-lo de modo assertivo em diferentes dimensões: histórica, religiosa, social, económica, artística, pedagógica e turística.

É sabido que o actual Seminário das Missões se encontra subvalorizado e que o seu estado de conservação não é satisfatório, em face das dinâmicas próprias dos tempos que correm. Com efeito, a actividade pedagógica e o serviço público de missão aqui desenvolvidos durante largas dezenas de anos são hoje muito diferentes e muito mais reduzidos comparativamente com o passado; mas não deveremos esquecer e a História não pode ignorar o que foi esta Casa enquanto Real Colégio das Missões, depois como Instituto das Missões Coloniais e finalmente como Colégio e Seminário das Missões Ultramarinas ("Boa Nova"), instituição que fez da terra-berço de S. Nuno uma autêntica capital da missionação em Portugal.

Por tudo isto, torna-se fundamental desenvolver um projecto que, paralelamente, garanta a preservação e recuperação do edifício e área envolvente, bem como a sua futura viabilização. Um projecto deste género deve assentar em premissas claras e, antes de mais, respeitar o edificado, não promovendo qualquer alteração que afecte a memória do local ou que coloque em causa a sua propriedade.

O projecto, a desenvolver em várias fases, deverá ser gerido através de uma parceria constituída por representantes da Sociedade Missionária da Boa Nova, do Município da Sertã e da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais. Fica reservado à SMBN a faculdade de reprovocar qualquer projecto que não se encontre alinhado com os valores preconizados por si.

Para a efectivação desta parceria, e com vista à implementação das diferentes fases do projecto acima enunciado, é estabelecido um Protocolo de cooperação entre as seguintes entidades:

**Primeira:** **Sociedade Missionária da Boa Nova**, com o NIF 500261431, com sede na Rua da Bempostinha, n.º 30, 1150-066 Lisboa, aqui representada por **P. Adelino Ascenso**, com poderes para acto, designado como **SMBN**, como primeira outorgante.

**Segunda:** o **Município da Sertã**, com o NIPC 506963837, com sede na Câmara Municipal da Sertã, Largo do Município, n.º 14, 6100-738 Sertã, aqui representado por **José Farinha Nunes**, Presidente da Câmara Municipal da Sertã, com poderes para acto, designado como **CM Sertã**, como segunda outorgante.

**Terceira:** **Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais**, com o NIPC 510836011, com sede na Rua 5 de Janeiro, 6100-221 Cernache do Bonjardim, aqui representada por **Filomena Bernardo**, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, com poderes para ato, designado como **JFUFCBNP**, como terceira outorgante.

O Protocolo rege-se pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula 1.ª**  
**(Objecto)**

Pelo presente Protocolo estabelecem-se as bases para a cooperação estratégica entre a SMBN, a CM Sertã e a JFUFCBNP, no que se refere à preservação e recuperação do edificado e da área envolvente do Seminário das Missões, bem como à sua futura potenciação e viabilização em diferentes áreas: histórica, religiosa, social, económica, artística, pedagógica e turística.

**Cláusula 2.ª**  
**(Projectos)**

1. A cooperação entre os parceiros far-se-á através do desenvolvimento de projectos de natureza diversa e que tenham sempre como pressuposto potenciar e valorizar o Seminário das Missões.

2. O desenvolvimento destes projectos será discutido pelos diferentes outorgantes, estabelecendo-se prazos de intervenção e/ou áreas de salvaguarda.
3. A gestão dos diferentes projectos caberá a uma equipa multidisciplinar, cujos elementos serão escolhidos pelos três outorgantes.
4. Deverão ser sinalizadas e estudadas eventuais parcerias com o universo empresarial e académico, instituições culturais e históricas, associações, estabelecimentos de ensino e entidades que representem uma clara mais-valia para os projectos a desenvolver.
5. A tipologia dos projectos a desenvolver e a sua natureza serão alvo de uma adenda a este Protocolo, onde ficarão também plasmadas outras informações relevantes, como prazos, parceiros ou questões de índole orçamental.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**  
**(Obrigações)**

1. Caberá à CM Sertã a alocação de meios financeiros e humanos para esta parceria bem como a identificação e candidatura a fundos de financiamento que permitam a viabilização dos projectos a desenvolver ou as eventuais obras de conservação e manutenção do edificado.
2. A SMBN deverá definir os espaços do Seminário das Missões que poderão ser alocados aos diferentes projectos de desenvolvimento, assegurando toda a colaboração e cooperação necessárias nos trabalhos posteriores. A definição destes espaços poderá ser feita de uma só vez, ou faseadamente, e de acordo com as necessidades e dinâmicas dos projectos e interesses dos eventuais parceiros.
3. A forma concreta de participação da SMBN nos projectos será através da disponibilização do edificado e terrenos, assim como, de acervo e biblioteca, constituindo a forma específica de participação nos projectos.
4. A gestão e administração financeira dos projectos deverão ser realizadas de forma a rentabilizar os recursos disponibilizados pela SMBN, pelo que deverá ser valorizado em termos contabilísticos e financeiros esta comparticipação
5. A JFUFBNP, enquanto entidade parceira no território, deverá desenvolver todos os esforços para o envolvimento da comunidade local e sinalizar eventuais parceiros para os projectos a desenvolver.



**Cláusula 4.<sup>a</sup>**  
**(Obrigações mútuas)**

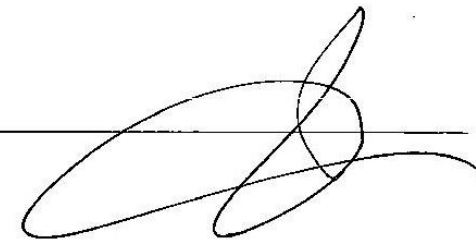
1. Os parceiros reunirão regularmente e responderão diligentemente às solicitações mútuas, procurando, a todo o tempo, ter um desempenho eficiente, com a integração dos contributos de todos os envolvidos.
2. Os parceiros comprometem-se a fazer uma promoção/divulgação activa dos projectos nos seus sítios electrónicos, e através de outros meios complementares, junto da sociedade.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**  
**(Política privilegiada de comunicação)**

1. Com vista ao desenvolvimento de uma política consistente que promova os interesses das partes, cada uma destas designará uma pessoa de contacto.
2. As comunicações entre as partes deverão ser feitas por escrito, dando-se preferência ao correio electrónico.

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**  
**(Âmbito dos projectos)**

1. Os outorgantes deverão, no prazo de três meses, a contar da assinatura deste Protocolo, elaborar um plano de desenvolvimento e viabilidade para o Seminário das Missões, onde estejam contemplados alguns dos projectos a desenvolver, bem como a sua natureza e fundamento. O plano deverá identificar o nível de prioridade das intervenções a realizar.
2. A elaboração deste plano caberá aos três outorgantes, devendo ser nomeada uma equipa composta por elementos das três instituições, ou contratada uma entidade externa, para o efeito.
3. A parceria deverá identificar os parceiros externos para cada um dos projectos a desenvolver.





**Cláusula 7.ª**  
**(Parceiros externos)**

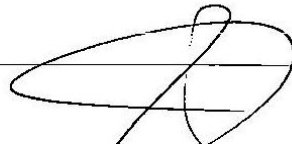
Os parceiros externos (empresas, universidades, associações, instituições públicas ou privadas) estarão sujeitos à assinatura de um protocolo/acordo de cooperação com os outorgantes, onde serão devidamente contempladas as obrigações e direitos das partes.

**Cláusula 8.ª**  
**(Salvaguardas)**

1. Na eventualidade de se recorrer a uma empresa e/ou instituição para o desenvolvimento de um projecto em que haja necessidade de subdelegar a gestão de um determinado espaço do Seminário das Missões, sob a forma de arrendamento ou outra, os rendimentos decorrentes desse contrato serão repartidos de acordo com os investimentos realizados pelas partes, sendo o investimento da SMBN exclusivamente em espécie avaliado pelas partes, por mutuo acordo ou por uma entidade independente.
2. Todas as melhorias que vicem a ser realizadas no Seminário das Missões, no âmbito da implementação de projectos, passarão a fazer parte do património da SMBN, inclusive, num quadro de dissolução do projecto.

**Cláusula 9.ª**  
**(Vigência e formas de extinção)**

1. O presente Protocolo vigorará pelo período de 10 (dez) anos e será renovado automaticamente, por iguais períodos, até à sua extinção.
2. O disposto no número anterior não prejudica que os projectos referidos nas cláusulas 2ª, 6ª e 7ª deste protocolo possam ter um prazo superior de duração.
3. Poderá o actual acordo ser resolvido por qualquer das partes por justa causa com base em incumprimento de uma das partes, ou denunciado com comunicação às outras partes com a antecedência mínima de três meses relativamente à data da sua



renovação por carta registada com aviso de recepção, ou, ainda, revogado por acordo dos outorgantes em qualquer momento da sua vigência.

4. A denúncia deste acordo não desobriga qualquer uma das partes de praticar os actos necessários à regular e célere conclusão do(s) procedimento(s) que se encontre(m) em curso.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**(Confidencialidade)**

As Partes obrigam-se a manter a confidencialidade de quaisquer informações, escritas ou verbais, que tenham ou venham a receber da outra Parte, na execução do presente Protocolo, excepto na estrita medida do necessário para efeitos do cumprimento de disposições legais ou para recurso a Tribunal em caso de litígio.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**  
**(Disposições legais)**

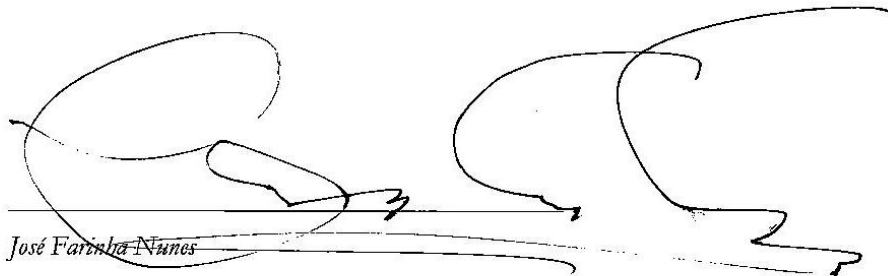
O tribunal competente, determinado de acordo com a lei nacional aplicável, tem competência exclusiva para dirimir qualquer litígio entre as partes no que concerne à interpretação, aplicação ou validade deste Protocolo, no caso de não ser possível alcançar um entendimento.

Feito em três exemplares de igual valor, as partes aceitam o seu conteúdo, obrigando-se ao total cumprimento do mesmo, após assinatura pelos outorgantes das entidades competentes.



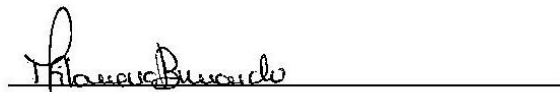
*P. Adelino Ascenso*

Sociedade Missionária da Boa Nova



*José Farinha Nunes*

Câmara Municipal da Sertã



*Filomena Bernardo*

Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais

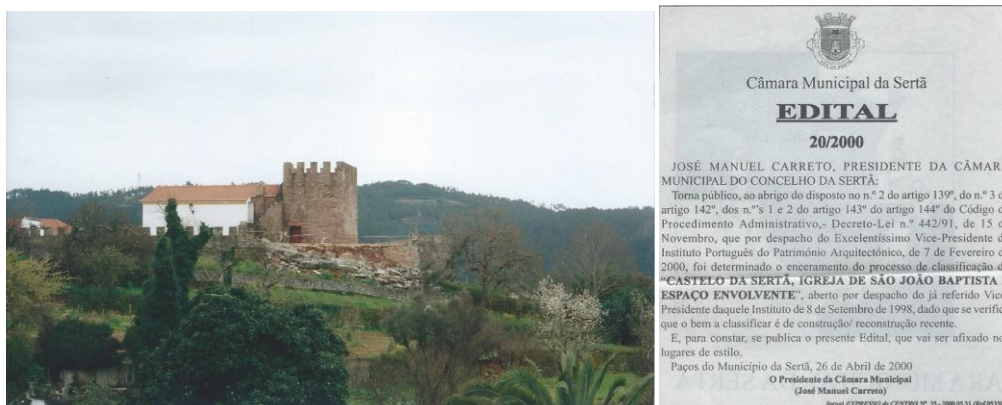
**Cernache do Bonjardim, 13 de agosto de 2021**

**ANEXO 8. CASTELO DA SERTÃ:**

Estado do Castelo e capela, após a data das escavações e início da construção de muralha contemporânea (1999), conforme testemunham as imagens e edital do jornal “A Comarca” de 1999 e 2000 respetivamente.



Interior da capela S. João Batista (1999) Vista da Torre de Menagem (1999)



Construção da muralha norte (2000)



Interior do Castelo (2021)



### Anexo 8.1. ESPÓLIO ESCAVADO NO CASTELO À GUARDA DO DRCC ( ENTREGUE AO IGESPAR) NA DELEGAÇÃO DO FUNDÃO

Área de Sondagem	Fragmento	Tipo	Nº unidades
<b>A</b>	Amorfo	Cerâmica vidrada (faiança)	4
	De fundo	Cerâmica vidrada (faiança)	1
	De fundo	Cerâmica comum, com vidrado no interior	1
	Amorfo	Cerâmica vidrada, com decoração	3
	Telha	Cerâmica de construção (faiança)	3
	Telha	Cerâmica de construção	7
	Amorfo	Cerâmica comum	7
	Amorfo	Cerâmica comum	1
	Argamassa		6
	Granito	Possível pia	1
	De tijolo	Cerâmica de construção	1
	Bordo	Cerâmica Comum	3
	Bordo	Cerâmica vidrada, com decoração (faiança)	2
	Peça de jogo ou artefacto lítio(?)		1
	Escória		1
	Talha	Cerâmica comum	1
	Arranque de asa	Cerâmica comum	1
<b>B</b>	Tijolo	Cerâmica de construção	3
	Telha	Cerâmica de construção	2
	Fundo	Cerâmica comum (interior vidrado, exterior fuligem)	1
	Bordo	Introvertido de cerâmica vidrada (faiança)	2
	Amorfo	Cerâmica vidrada (faiança)	16
	Telha	Cerâmica de construção	2
	Escória	Chumbo	1
	Tijolo	Cerâmica de Construção	1
	Granito	Possível Pia	1
		Cerâmica de construção	5
Escória	-	3	

## Referências bibliográficas

	Ferro	Calcinado	18
	Talha	Cerâmica comum	2
	Amorfo	Cerâmica comum	8
	-	Cerâmica de construção	5
	Fundo	Cerâmica comum, com fuligem	1
	Amorfo	Cerâmica comum, com fuligem	1
	Amorfo	Cerâmica vidrada (faiança)	3
	Bordo	Cerâmica Comum	3
	Bordo	Cerâmica vidrada (faiança)	1
	Fundo	Cerâmica vidrada (faiança)	1
	Asa	Cerâmica comum	1
<b>C</b>	Amorfo	Cerâmica vidrada (faiança)	20
	Amorfo	Porcelana	2
	Amorfo	Cerâmica comum	2
	Amorfo	Cerâmica de construção	1
	Escória	-	5
	Bordo	Cerâmica vidrada (faiança)	2
	Fundo	Cerâmica vidrada (faiança)	2
	Asa	Cerâmica comum	1
	Telha	Cerâmica de construção	2
	Tijolo	Cerâmica de construção	1
	-	Decoração plástica de vidrado verde (?)	1
	Argamassa	-	2
	Fresco	(pintura)	1
		Bordo	Cerâmica Comum
	Fundo	Cerâmica Comum	1
<b>C/D</b>	Argamassa	-	1
	Amorfo	Cerâmica vidrada	7
	Amorfo	Cerâmica vidrada	37
	Amorfo	Cerâmica comum	2
	Bordo	Cerâmica virada verde	1

<b>D</b>	Asa	Cerâmica vidrada	1
	Bordo	Cerâmica vidrada	10
	Escória	-	1
	Asa (arranque)	Cerâmica Comum	1
	Tijolo	Cerâmica de construção	6
	Osso animal	Fauna	1
<b>E</b>	Tijolo	Cerâmica de construção	21
	Telha	Cerâmica de construção	1
	-	Cerâmica de construção	5
	Argamassa	-	1
	Escória	-	2
<b>F</b>	Telha de canudo	Cerâmica de construção	2
	Talha	Cerâmica comum	1
	Bordo	Cerâmica vidrada (faiança)	2
	Fundo	Cerâmica vidrada (faiança)	1
	Argamassa	-	1
	Bordo	Extrovertido de cerâmica comum	1
	Bordo	Extrovertido e colo de cerâmica comum, c/ fuligem	1
	Bordo decorado		2
-	Cerâmica de Construção e comum	130	
Amorfo	Cerâmica vidrada com decoração (faiança)	38	
Telha	Cerâmica de construção	1	
Tijolo	Cerâmica de construção	1	
Amorfo	Cerâmica comum	36	
Amorfo	Cerâmica vidrada (faiança)	94	
Asa	Cerâmica comum	2	
Arranque de asa	Cerâmica comum	1	
<b>G</b>	Escória de Chumbo	-	5
	Escória	-	1
	-	Cavilha de ferro	2
	Bordo	Cerâmica Comum	10
	Bordo com arranque de asa	Cerâmica Comum	2

Referências bibliográficas

	Colo	Cerâmica comum	1
	Escória de ferro	-	1
	Prego	De ferro	2
	Pança	Cerâmica comum	1
	Ossos de animal	Fauna	2
	Argamassa	-	1
<b>I</b>	Amorfo	Cerâmica vidrada (faiança)	32
	Amorfo	Cerâmica comum	4
	Bordo	Cerâmica comum	2
	-	Cerâmica de Construção e comum	14
	Argamassa	-	1
	Osso humano (?)	-	1
	Amorfo	Cerâmica vidrada com decoração (faiança)	22
<b>J</b>	Amorfo	Cerâmica vidrada (faiança)	3
	Argamassa	-	1
	Amorfo	Cerâmica de construção e comum	14
	-	Cerâmica de construção	5
	<b>H</b>	Granito	-
	Mosaico hispano-árabe		4
<b>ESCAVAÇÕES DE 1996</b>			
<b>A1</b>	Amorfo	Cerâmica vidrada (faiança)	26
	Amorfo	Cerâmica comum	129
	Amorfo	Cerâmica comum, pasta cinzenta	1
	Fundo	Cerâmica comum	4
	Fundo	Cerâmica comum , pasta cinzenta	2
	Fundo	Cerâmica vidrada (faiança)	2
	Carena	Cerâmica vidrada (faiança)	1
	Bordo	Cerâmica vidrada (faiança)	6
	Bordo	Cerâmica comum	9
	Bordo	Cerâmica comum, pasta cinzenta	4
	Bordo	Extrovertido de cerâmica vidrada (faiança)	1
	Talha	Cerâmica comum	1

-	Cerâmica de construção	8
Escória	De Chumbo	18
Escória	-	1
Ossos	(fauna)	1
Prego	Ferro calcinado	6
Arranque de asa	Cerâmica comum	2
Asa	Cerâmica comum	7
Amorfo	Cerâmica comum, pasta cinzenta	7
Argamassa	-	2
Telha	Cerâmica de construção	3
Pança de Talha	Com decoração penteada	5
Pança de Talha	Com decoração impressa (dedo)	3
Colo de talha	Com decoração impressa (dedo)	1
Pé de prato	Cerâmica vidrada (faiança)	1
Pé	Cerâmica vidrada (faiança)	1
Amorfo	Cerâmica comum	5
Amorfo	Cerâmica vidrada (faiança)	22
Amorfo	Cerâmica vidrada (faiança), tipo “ratinhos”?)	3
Fundo	Cerâmica comum	3
Fundo	Cerâmica vidrada (faiança)	5
Bordo	Cerâmica comum	2
<b>A2</b> Bordo	Cerâmica vidrada (faiança)	6
Bordo extrovertido	Cerâmica comum	1
Bordo vidrado	Cerâmica comum	1
Fragmento de asa	Cerâmica vidrada (faiança)	1
Carena	Cerâmica vidrada (faiança) (1 no entulho pavimento S1)	2
Pança de Talha	Cerâmica comum	1
Osso	Fauna	1
Escória	Ferro	7
Peça desconhecida	Vidrado verde	1
Telha	Cerâmica de construção (entulho pavimento S1)	3
Fundo	Cerâmica comum (entulho pavimento S1)	1

## Referências bibliográficas

---

	Amorfo	Cerâmica vidrada (faiança)	11
	Amorfo	Cerâmica vidrada e verde (faiança)	1
	Amorfo	Cerâmica comum	6
	Bordo	Cerâmica comum, com decoração	1
<b>A3</b>	Bordo	Cerâmica vidrada (faiança)	1
	Fundo	Cerâmica comum	1
	Bordo	Cerâmica vidrada (faiança)	4
		Cerâmica de construção	2
	Prego		3
	Osso	Fauna	1
	Arranque de asa	Cerâmica comum	1
<b>A4</b>	(..)		

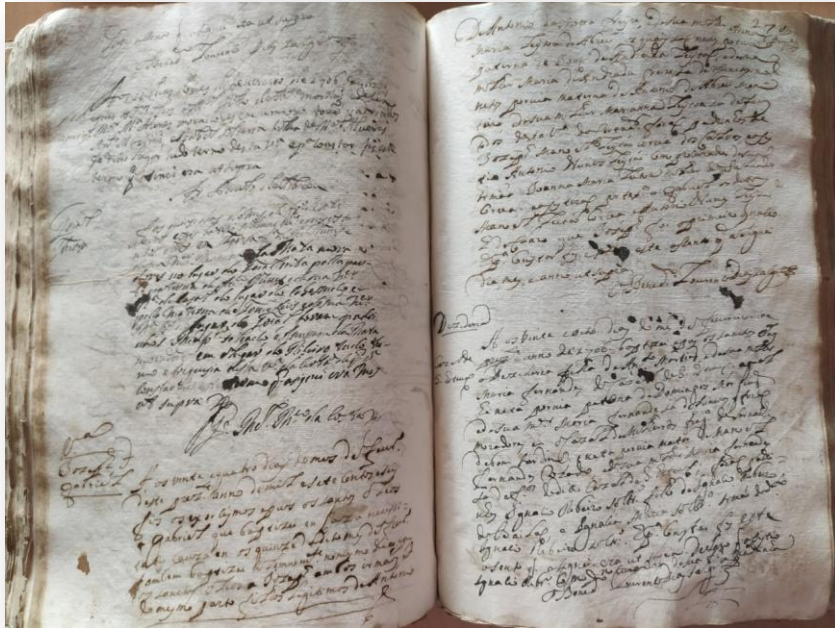
## Anexo 8.2. ACONDICIONAMENTO NA DRCC (FUNDÃO) EM 28.04.2021



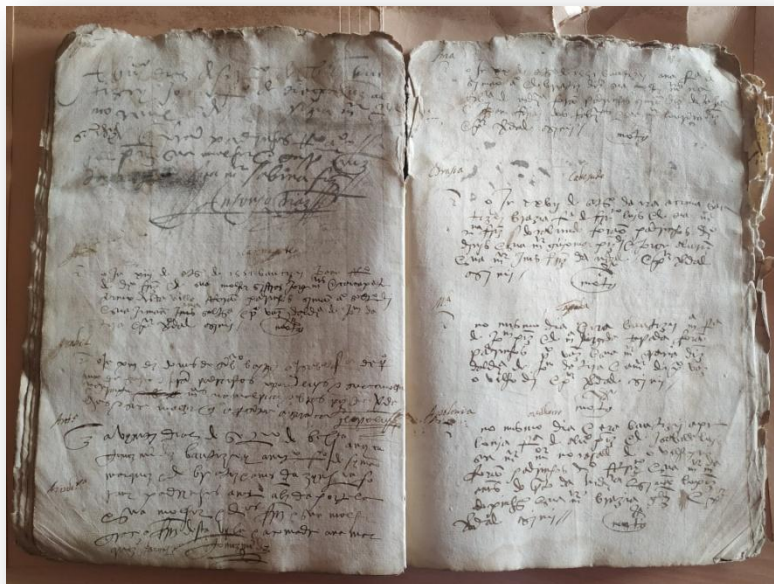
Fonte: 39 Foto tirada pelo próprio

Os fragmentos encontram-se acondicionados nestas caixas, ensacados e identificados. Estando em falta os fragmentos solicitados pelo CEIPHAR em 2000 para estudo e que desapareceram do inventário do IPT.

ANEXO 9. REGISTOS PAROQUIAIS | CENTRO PAROQUIAL DE S. PEDRO DA SERTÃ



Assentos de nascimento de 1560



Fonte: fotografia própria

ANEXO 10. CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO (OBRAS DURANTE A DÉCADA DE 90)





Fonte: 40 Arquivo do Jornal "A Comarca"

## **ANEXO 11. PADRE MANUEL ANTUNES**

Biografia (retirada do site do Centenário)

**1918** – Nasce a 3 de novembro na Sertã (Beira Baixa).

**1931** – Depois de ter concluído de forma brilhante a escola primária na sua terra natal, ingressa na Escola Apostólica (Seminário Menor) da Companhia de Jesus, primeiro no Seminário da Costa em Guimarães (1931-35) e depois em Macieira de Cambra (1935-36).

**1936** – Com 18 anos de idade entra no Noviciado da Companhia de Jesus, sediado no Convento de Alpendurada, Entre-os-Rios (Marco de Canavezes).

**1940** – Conclui o 1.º Ano do Juniorado (Humanidades) no antigo Convento da Costa, em Guimarães, e o 2.º Ano do Juniorado (Ciências) em Braga.

**1943** – Licencia-se em Filosofia no Instituto Beato Miguel de Carvalho, atual Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica. Neste Instituto Superior foi cofundador da *Academia de São Tomás*.

**1943-1946** – Faz a sua primeira experiência docente cumprindo três anos de Magistério, na qualidade de professor dos estudantes da Companhia que frequentavam o chamado Curso Superior de Letras, após o Noviciado, no Seminário da Costa, em Guimarães. Leciona Retórica Latina e Língua Grega, Língua e Literatura Gregas, Retórica e Humanidades Latinas. Ao mesmo tempo, ficou responsável pela redação da crónica da casa.

**1946** – Ingressa na Faculdade de Teologia de Granada, dirigida pela Companhia de Jesus.

**1949** – Recebe a ordenação sacerdotal em Granada no dia 15 de julho, conferida por D. Rafael Alvarez Lara, Bispo de Guadix.

**1950** – Conclui a primeira fase da sua formação teológica com distinção e Louvor, na Faculdade de Teologia de Granada.

**1951** – Completa o ciclo da sua formação teológica e espiritual em Namur (Bélgica), cumprindo o ano da chamada Terceira Provação.

**1951-1955** – Ensina na Escola Apostólica e no Noviciado da Companhia de Jesus, instalados em Soutelo, as disciplinas de Literatura e Retórica Latina, Gramática Grega, Composição Literária, Literatura Portuguesa e Língua Latina. Exerce também as funções de Bibliotecário, Diretor Espiritual e Diretor da Congregação Mariana para Homens de Viana do Castelo.

**1954** – A 21 de fevereiro faz profissão solene dos quatro votos na Ordem de Santo Inácio.

**1955-1956** – Fixa residência na Casa dos Escritores da Companhia de Jesus, sede da Revista *Brotéria*. Começa a exercer as funções de redator desta revista, para a qual colaborava desde 1940, nomeadamente nas secções de Crítica Literária e de Cultura. Ensina Teologia no Curso Superior de Religião para Religiosas.

**1957** – É convidado pelo Professor Vitorino Nemésio para exercer as funções de Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde começa a ensinar uma cadeira transversal aos vários cursos de Letras, chamada História da Cultura Clássica.

**1959-1960** – Ensina a cadeira de História da Filosofia Antiga, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

**1960** – Publica *Ao Encontro da Palavra: Ensaios de Crítica Literária*, pela Liv. Morais e *Do Espírito e do Tempo*, pela Editora Ática.

**1964-1967** – Exerce as funções de Superior da Casa de Escritores dos Jesuítas.

**1965** – Nomeado Diretor da Revista *Brotéria*. Participa, como delegado, na 31.ª Congregação Geral da Companhia de Jesus, realizada em Roma, na qual foi eleito o Superior Geral Pedro Arrupe. Assume a lecionação da cadeira de História da Civilização Romana, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

**1965-1967** – Rege também em paralelo os cursos de História da Filosofia Clássica, no Instituto Superior Católico.

**1965-1975** – Exerce funções de Consultor no governo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus.

**1967** – Publica, pelas Edições Brotéria, a separata *Função da Teologia no Mundo de Hoje* e é eleito sociocorrespondente da Academia das Ciências de Lisboa.

**1972** – Edita *Indicadores de Civilização*, pela Editora Verbo, *Educação e Sociedade*, pela Editora Sampedro e *Grandes Derivas da História Contemporânea*, pelas Edições Brotéria.

**1972-1974** – Conselheiro do Grupo de Planeamento Cultural do Ministério da Educação Nacional.

**1972-1975** – Interrompe o seu mandato como Diretor da Revista *Brotéria*.

**1970** – Participa, como delegado, na Congregação de Procuradores da sua Ordem.

**1974** – Participa, na qualidade de Delegado da Província Lusitana, na 32.ª Congregação Geral da Companhia de Jesus, realizada em Roma.

**1979** – Publica *Repensar Portugal*, na Editora Multinova.

**1980** – Edita, pela Multinova, *Occasionalia: Homens e Ideias de Ontem e de Hoje*.

**1981** – Recebe o grau de Doutor *Honoris Causa* das mãos do Reitor da Universidade de Lisboa.

**1983** – É Condecorado com as insígnias de Grande Oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada, pelo Presidente da República, o General Ramalho Eanes.

**1985** – Morre a 18 de janeiro no Hospital de Santa Maria

ANEXO 11.1. CARTAZ DA MARATONA DA LEITURA EM 2018

**MARATONA DE LEITURA**  
24 HORAS A LER - SERTÃO

**7 JULHO 2018**  
das 0h às 24h  
com início de sexta-feira  
para sábado

**Biblioteca Municipal Padre Manuel Antunes**

**PRESENÇAS EM HOMENAGEM AO PADRE MANUEL ANTUNES**

Ana Filomena Amaral  
David Machado  
Fernando Alves (TSF)  
Fernando Alvim  
Joana Lopes  
Joe Best (Chef)  
José Eduardo Franco  
Jorge Simões (rapper J-K)  
Mafalda Milhões  
Marina Colasanti  
Miguel-Manso  
Miguel Real  
Pedro Lamares  
Pedro Rodrigues  
Pillar del Rio  
Ricardo Belo de Morais  
Sandra Carvalho  
Tiago Salazar  
Valter Hugo Mãe

**FESTAS NA ALDEIA COM OS CONTADORES DE HISTÓRIAS**

Ana Cristina Pereira  
Bru Junça  
Clara Haddad  
Elsa Serra  
Filipe Lopes  
Jorge Serafím  
Maurício Leite  
Rodolfo Castro  
Virginia Millefiori

**serãomunicípio**  
No centro de Póvoa, mais perto de Si

**INFORMAÇÕES:**  
24horasaler@gmail.com  
facebook.com/maratonadeleituraserta  
instagram.com/maratonadeleitura\_24haler  
www.maratonadeleitura.pt

## ANEXO 11.2. CARTAZ DO CONGRESSO (COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO PADRE MANUEL ANTUNES)



100 anos

**P. MANUEL ANTUNES, sj**  
PEDAGOGO DA DEMOCRACIA

FUTURO  
PRESENTE  
PASSADO

CONGRESSO INTERNACIONAL

**REPENSAR PORTUGAL, A EUROPA E A GLOBALIZAÇÃO**

100 ANOS PADRE MANUEL ANTUNES, SJ

**2, 3, 4, 5, 6 NOVEMBRO 2018**  
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
CASA DA CULTURA DA SERTÃ  
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

**O CONGRESSO SERÁ CREDITADO COMO AÇÃO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES**

COM O APOIO PATROCÍNIO DE SUA EXCELÊNCIA  
O Presidente da República

[www.centenariopadremmanuelantunesj.pt](http://www.centenariopadremmanuelantunesj.pt)  
[centenariopadremmanuelantunesj@gmail.com](mailto:centenariopadremmanuelantunesj@gmail.com) | (+351) 96 99 777 02

Instagram Facebook Twitter

INSTITUIÇÕES PROMOTORAS

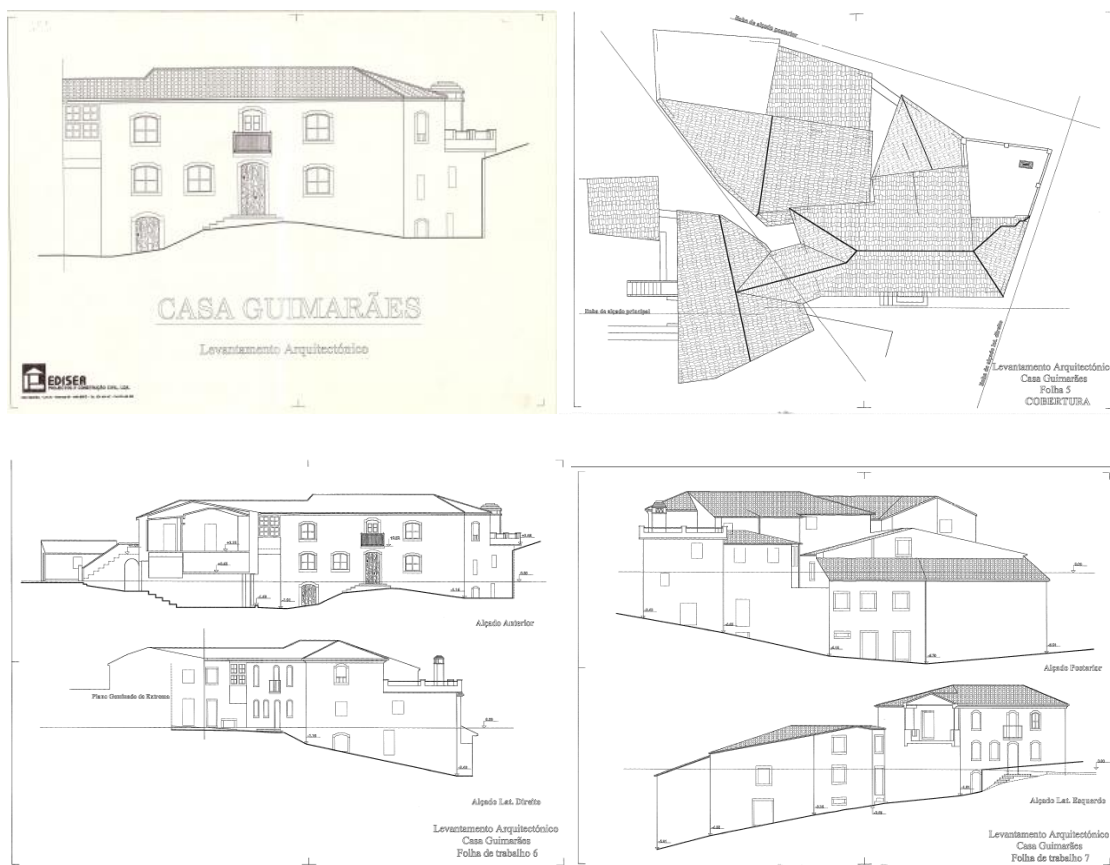


INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E CULTURAIS ASSOCIADAS



## ANEXO 12. CASA GUIMARÃES

Levantamento arquitetónico, s.d., do arquivo Municipal



Também em 2000 o GAT, através de estágios com as escolas fez um levantamento arquitetónico.

Ilustração 35 - Vista sobre a zona histórica da Sertã, com a casa Guimarães ainda de pé



Fonte: 41 (Arquivo Municipal) Print de vídeo do filme do maranho da RTP

**ANEXO 13. LISTA DAS MANIFESTAÇÕES DE PCI IDENTIFICADAS PELA BIBLIOTECA MUNICIPAL**

Categorias do PCI		Manifestações da Sertã
Expressões orais		Histórias da tradição oral
Saber fazer	Atividades transformadoras	Apanha da azeitona Vindima Latoaria Sapateiros
	Coleta e caça	
	Corpo e vestuário	Produção e transformação do linho Coroas de macelas (São João)
	Criação e utilização de animais	Matança do porco Criação de animais domésticos Benção do gado (já não existe atualmente)
	Cozinha e alimentação	Cartuchinhos de Cernache do Bonjardim Maranho Bonequinhas de Palhais Pão e da broa de milho Merendas doces Medronho Salada de almeirão Bolos fintos Gasalhos Coscoreis Filhós Queijos
Celebrações	Festividades da Páscoa/Semana Santa Festa de Nossa Senhora dos Remédios	

Referências bibliográficas

		<p>Festa do Santíssimo Sacramento</p> <p>Festa de São Macário</p> <p>Festa da Nossa Senhora da Graça ou da Angelica</p> <p>Carnaval do Outeiro da Lagoa</p>
Práticas Performativas		<p>Canto das Janeiras e dos Reis</p> <p>Cantar as florinhas (mês de maio)</p>
Natureza e Universo		<p>Mezinhas</p> <p>Rezas e curandeiros</p> <p>Fogueira de Natal</p> <p>Pedir dos bolinhos (dia 1 de novembro)</p> <p>Maiar as portas (1 de maio)</p> <p>Desfolhadas (já não existe atualmente)</p> <p>Resineiros (já não existe atualmente)</p> <p>Sagrada Família (circuito nas aldeias)</p> <p>Divisão do burro (já não existe atualmente)</p>



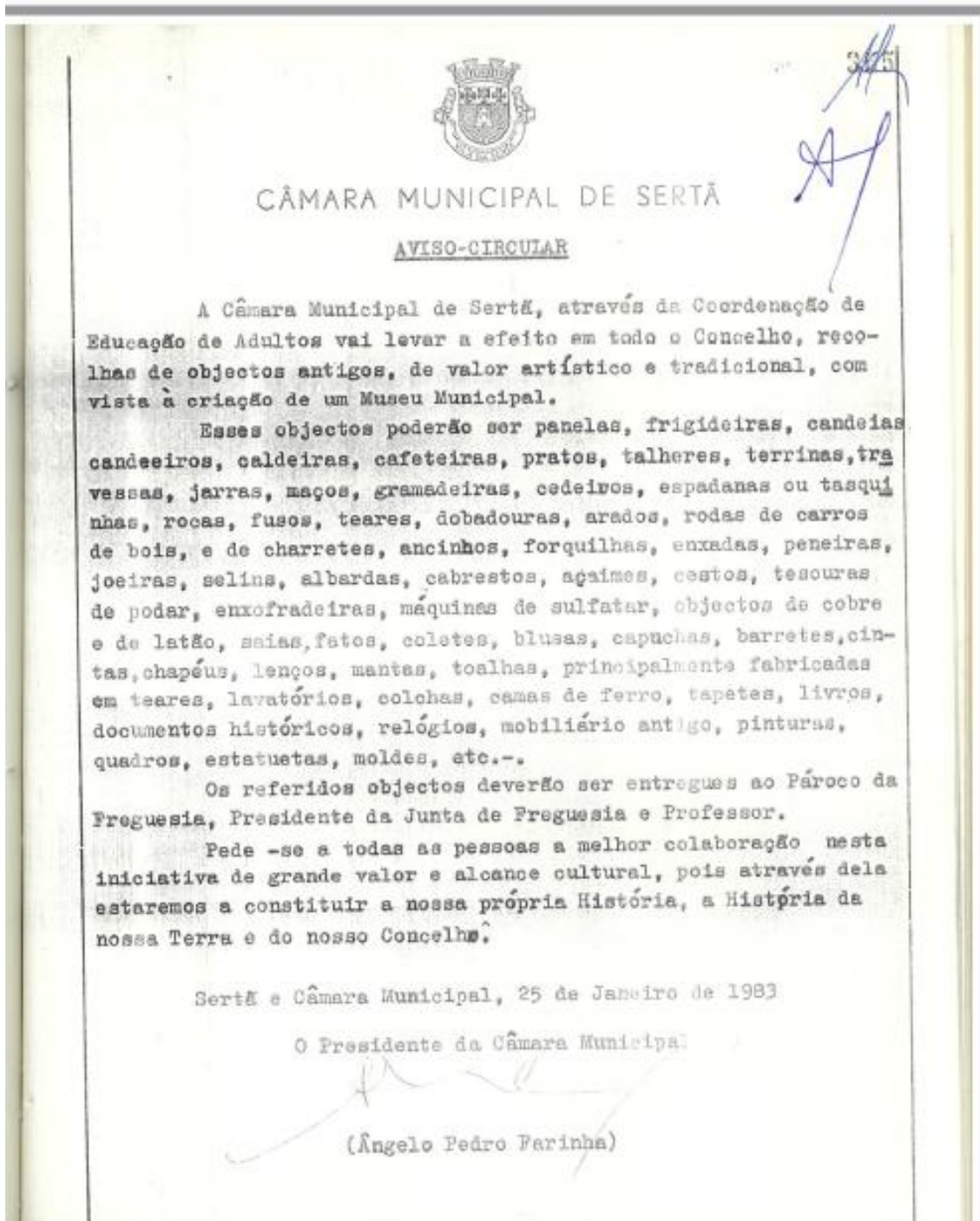
## ANEXO 14. PROPOSTA MUSEOLÓGICA DE VÍTOR SERRÃO E ANA MARIA FARINHA EM “ARTE POR TERRAS DE NUN’ÁLVARES: PINTORES E OBRAS DOS SÉCULOS XVI A XVIII NA SERTÃ E EM PROENÇA-A-NOVA”

### 9.1.1. O Núcleo de Arte Sacra da região da Sertã

Quanto ao museu a instalar em espaço patrimonial da Sertã, a opção prende-se com a imperiosidade de travar a ruína e o abandono artístico e poderá contemplar os seguintes bens culturais:

- *Imago Pietatis*, notabilíssima pintura «primitiva» da Santa Casa da Misericórdia, entretanto alvo de intervenção restaurativa e estudo técnico-laboratorial (atrás pormenorizadamente descrito), com acompanhamento, em *dépliant*, das provas do exame efectuadas à peça no Instituto José de Figueiredo (LCRJF), peça para o efeito cedida a título de depósito contratualizado com a Provedoria da Santa Casa;
- três imagens de calcário, do século XVI, com figuras de santos do hagiolégio (*Santa Catarina de Sena, São Francisco de Assis, A Virgem e o Menino*), encontradas em abandono numa dependência da Misericórdia;
- alguma documentação arquivística valorizando o historial do convento de Santo António;
- acervo do parque do Bonjardim incluindo artefactos em pedra e azulejaria;
- um bom *dépliant* historiando as origens e vicissitudes da vila da Sertã e da região de Cernache, que sirva também de mostruário de outras valias a merecerem visita na zona (como a capela do Nesperal, capela de Passaria e capela da Senhora dos Remédios, Graça e Olival, por exemplo);
- uma imagem quinhentista em calcário da *Virgem e Menino*, da oficina de João de Ruão, que se encontra na ermida do Espírito Santo, desafectada do culto;
- várias peças arqueológicas remanescentes das campanhas no castelo da Sertã;
- bandeiras setecentistas da Santa Casa da Misericórdia (em regime de depósito);

ANEXO 15. ATA DE REUNIÃO DE CÂMARA DE 26 DE JANEIRO DE 1983



Alguns exemplos patentes na Casa da Cultura da Sertã

Cestaria Rocas (para fiar linho)



Fonte: Foto própria

**Anexo 15.1. PROPOSTAS MUNICIPAIS DE RESGATE AO ESPÓLIO DO FUNDÃO DE 24/0472015**



**1. Museu da Meteorologia**

Localização	Tipologia	Objetivos	Estado atual	Ações de Intervenção / Recursos materiais	Dinamização Educativa/Cultural
Sede de Concelho	Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Valorizar as evidências naturalísticas da região</li> <li>Proporcionar visitas guiadas por técnico habilitado.</li> <li>Sensibilizar da comunidade local e escolar para a observação e existência dos fenómenos climáticos;</li> <li>Sensibilizar para as alterações climáticas e respetivos efeitos;</li> <li>Sensibilizar para as energias renováveis decorrentes do aproveitamento dos elementos do clima;</li> <li>Demonstração de equipamentos usados no quotidiano e durante os séculos XIX e XX.</li> </ul>	<p>Prevê-se a reabilitação ou reutilização de espaços edificados;</p> <p>O projeto dos conteúdos poderá ditar a localização do espaço.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prever um espaço no interior e no exterior do Centro Interpretativo para realização de ateliers pedagógicos;</li> <li>Organização do espólio histórico-ambiental permanente na área expositiva, cronologicamente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Efetuar ações de sensibilização sobre os riscos e catástrofes naturais;</li> <li>Efetuar ações de sensibilização sobre as alterações climáticas;</li> <li>Incluir o museu nas rotas do turismo ambiental;</li> <li>Convidar a comunidade escolar a descobrir a importância da preservação ambiental e dos fenómenos meteorológicos.</li> </ul>

*(Handwritten mark)*



**2. Museu Municipal – Ordem de Malta (antiga Ordem do Hospital)**

Localização	Tipologia	Objetivos	Estado atual	Ações de Intervenção / Recursos materiais	Dinamização Cultural
Sede de Concelho	História Nacional / Local	<ul style="list-style-type: none"> <li>Valorização das evidências culturais existentes em território nacional, sucessões da ação da Ordem de Malta;</li> <li>Identificação do património edificado, documental e do capital humano que retrata a importância da permanência, de mais de seis séculos, da Ordem de Malta I, no território que é hoje o Concelho da Sertã;</li> <li>Sensibilização da comunidade local e escolar para o legado da Ordem de Malta que hoje em dia se caracteriza por práticas humanitárias internacionais (fundação de hospitais e centros de reabilitação) e se materializa no património cultural existente;</li> <li>Afirmção da Sertã como centro nevrálgico da ação da Ordem de Malta (como exemplo, ter-se-á iniciado na Sertã o primeiro Capítulo Geral, em Portugal);</li> <li>Integrar a temática "Hospitalários" no cluster do turismo, apostando na diferenciação que este elemento nos confere, em relação ao território do Médio Tejo e do Centro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Sertã é uma das comendas mais antigas dos Hospitalários, pois já a doação de Guidínezta, de 13 de junho de 1194, inclui a quase totalidade do atual concelho;</li> <li>A memória da presença desta Ordem no concelho é ainda hoje muito forte, por via das várias igrejas e capelas construídas ao tempo;</li> <li>O Seminário das Missões de Cernache do Bonjardim foi também edificado por sua iniciativa;</li> <li>Um dos mais importantes priores da Ordem de Malta (Álvaro Gonçalves Camelo) está sepultado na Igreja Matriz da Sertã;</li> <li>Nuno Alvares Pereira, que era filho de outro prior da Ordem de Malta (Álvaro Gonçalves Pereira) terá nascido em Cernache do Bonjardim.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Continuar a investigação histórica sobre a presença da Ordem de Malta no Concelho da Sertã, produzindo novos conhecimentos sobre o tema;</li> <li>Encetar contactos com a atual organização da Ordem Soberana Militar de Malta - Assembleia dos Cavaleiros Portugueses;</li> <li>No espírito atual da Ordem de Malta, pautar-se como espaço de promoção da coesão social, combatendo a exclusão dos mais desfavorecidos, de forma a assumir-me como "montra" das ações dinamizadas pelas organizações de economia social existentes no Concelho (Misericórdias, IPSS, Voluntariado, etc...)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção de atividades que envolvam diferentes gerações e promovam o espírito de entreajuda e transmissão do conhecimento;</li> <li>Desenvolvimento de ateliers relacionados com as atividades agrícolas tradicionais, promovidas pelos Hospitalários ao tempo, como a exploração dos moinhos ou dos lagares de azeite;</li> <li>Efetuar ações de sensibilização junto da população, para o reconhecimento do património histórico existente;</li> </ul>

*(Handwritten mark)*



### 3. Centro Interpretativo das Estações Arqueológicas da Fechadura e Lageira

Localização	Tipologia	Objetivos	Estado atual	Ações de Intervenção / Recursos materiais	Dinamização Cultural
Escola Primária do Figueiredo (1 Sala)	Arqueologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>valorizar as evidências naturalísticas e culturais existentes do itinerário onde se incluem as Estações Arqueológicas da Lageira e da Fechadura, objeto de certificação dada pelo Herity, à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, no âmbito do Projeto Intermunicipal "Afirmação Territorial do Médio Tejo", assim como de classificação de sítios de interesse público;</li> <li>canalizar e controlar as visitas neste espaço;</li> <li>proporcionar visitas guiadas por técnico habilitado;</li> <li>monitorizar e dissuadir atos de vandalismo;</li> <li>Sensibilização da comunidade local e escolar para a existência de um património desconhecido</li> <li>divulgo de informação mais completa e específica da arte rupestre existente no concelho ao visitante</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O edifício recebeu recentemente obras de reabilitação, adaptando-se uma das salas para alojamento;</li> <li>Sala para a exposição já está reabilitada</li> <li>A vertente informativa (já elaborada pela arqueóloga Elisabete Farinha), já está na fase de composição gráfica (Gab. Comunicação), compreendendo 6 painéis de 2m*2m e um friso cronológico de 12m*2m, será possível</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prever um espaço no interior e no exterior do Centro Interpretativo para realização de ateliers pedagógicos;</li> <li>Reabilitação das Casas de Banho;</li> <li>Reabilitação do Muro que delimita o terreno da antiga Escola Primária;</li> <li>Execução de pedras artificiais que repliquem os afrescos imcultuados com o intuito de completar a exposição no Centro Interpretativo;</li> <li>Prever a existência de um ponto de venda de produtos regionais e artesanato no Centro Interpretativo;</li> <li>Trabalhos junto das estações:</li> <li>Execução de pontos de descanso "feitos pelo homem", mas bem enquadrados na paisagem, ao longo do caminho pedestre;</li> <li>Colocação de painéis explicativos ao longo do percurso pedestre, com informação sobre os vários elementos de interesse ao visitante (-, herity relat);</li> <li>Trabalhos de demolição do edifício atual, com acompanhamento arqueológico, na Estação Rupestre da Lageira</li> <li>Desenvolver trabalhos de prospeção, com o objetivo de reconhecer mais dados arqueológicos para descartar novas hipóteses interpretativas</li> <li>Efetuar estudos geológicos que contribuam para encontrar soluções de conservação das lajes xistosas, devido aos notáveis vestígios de erosão que estas apresentam.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a realização de Campanhas Arqueológicas, através da oferta de estágios junto dos cursos de Arqueologia ou criação de programas de voluntariado devidamente supervisionado;</li> <li>Efetuar ações de sensibilização junto da população, para o reconhecimento daquelas formas de arte;</li> <li>Incluir o Centro Interpretativo nas rotas turísticas oferecidas no concelho</li> <li>Convidar a comunidade escolar a conhecer a arte rupestre e a contactar de uma forma mais direta e consciente com a natureza</li> </ul>



### 4. Observatório Astronómico das Relvas

Localização	Tipologia	Objetivos	Estado atual	Ações de Intervenção / Recursos materiais	Dinamização Cultural
Escola Primária de Relvas - Ermida	Astronomia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de observações astronómicas recorrendo ao uso de binóculos e telescópios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O edifício está estrategicamente situado junto ao Picoto Rainho, com uma vista panorâmica excepcional e um céu noturno de grande qualidade, uma vez que está fora das zonas de poluição luminosa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Obras para converter parte do edifício em unidade de alojamento local;</li> <li>Reabilitação das Casas de Banho;</li> <li>Execução de painéis explicativos sobre astronomia</li> <li>Estabelecer parceria com entidades ligadas à astronomia, nomeadamente com o Centro de Ciência Viva de Constância - Parque Astronómico.</li> <li>Adquirir equipamentos de observação astronómica e outros recursos inerentes (parceria com o Agrupamento de Escolas da Sertã, que desenvolve atividade neste âmbito)</li> <li>Preparar uma área exterior para campismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incluir o Observatório Astronómico nas rotas turísticas oferecidas no concelho;</li> <li>Desenvolver observações noturnas orientadas: apresentação dos objetos a serem observados e a instrumentação utilizada e respetiva observação; desvendar o Céu Noturno à vista desarmada, um passeio pelas constelações visíveis e referência às suas estórias, mitos e lendas; com um telescópio, observar procurar os objetos que se encontram a anos-luz de distância.</li> <li>Desenvolver observações solares orientadas</li> </ul>

**5. Casa do Artesão - Marmeleiro**

Localização	Tipologia	Objetivos	Estado atual	Ações de Intervenção / Recursos materiais	Dinamização Cultural
Casa do Artesão - Marmeleiro	Etnografia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mostra de equipamentos e utensílios usados no quotidiano do concelho durante o século XX</li> <li>Guardar e preservar o património e a memória cultural do concelho;</li> <li>Expor as vivências rurais e sociais ligadas ao campo, à etnografia e às tradições.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O edifício foi alvo de uma candidatura a fundos comunitários em 1998;</li> <li>As peças existentes estão depositadas de forma desordenada e não estão inventariadas;</li> <li>O edifício e as peças museológicas necessitam de intervenções de restauro e de conservação urgente;</li> <li>A Casa do Artesão não dispõe de circuito de visitas e não está aberta ao público.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Limpeza do imóvel e das peças museológicas;</li> <li>Inventariação de todas as peças existentes;</li> <li>Conservação e possível recuperação de grande parte das peças museológicas;</li> <li>Seleção das peças e organização da área expositiva, de acordo com as tradições e os ofícios característicos da região;</li> <li>Execução de painéis explicativos sobre os ofícios e as tradições retratadas no núcleo museológico;</li> <li>Estabelecimento de parcerias com o Centro Social do Marmeleiro para dinamização deste núcleo museológico;</li> <li>Criação de uma Quinta Pedagógica;</li> <li>Considerar questões relacionadas com a segurança e os acessos ao local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incluir a Casa do Artesão nas rotas turísticas oferecidas no concelho;</li> <li>Dinamização e manutenção da Quinta Pedagógica através do envolvimento do Centro Social do Marmeleiro e das escolas do concelho;</li> <li>Desenvolvimento de ateliers relacionados com os ofícios tradicionais;</li> <li>Estabelecimento de parcerias com entidades do concelho ligadas à recolha e à divulgação da etnografia do concelho, com vista à efetivação de uma Rede Etnográfica do Concelho.</li> <li>Alternância dos conteúdos expositivos no rés-do-chão, relacionados com os ofícios tradicionais, através da mostra das peças museológicas existentes e de painéis informativos.</li> </ul>



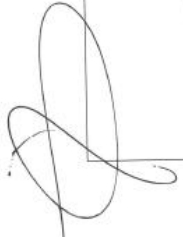
**6. Núcleo Museológico de Arqueologia**

Localização	Tipologia	Objetivos	Estado atual	Ações de Intervenção / Recursos materiais	Dinamização Cultural
Igreja de São Baptista - Castelo da Sertã	Arqueologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Expor achados arqueológicos encontrados no concelho;</li> <li>Ordenar as coleções de forma cronológica em: pré-história, proto-história, período romano, período muçulmano e período medieval e moderno;</li> <li>Sensibilizar a população para a salvaguarda do património arqueológico e para a sua identificação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O imóvel e pertença da Paróquia da Sertã;</li> <li>O protocolo relativo à utilização da capela de S. João Batista não está em vigor;</li> <li>O edifício regista infiltrações, as janelas estão abertas;</li> <li>Não existe qualquer equipamento de culto, que permite equacionar a utilização do imóvel para outros fins;</li> <li>No recinto do castelo existem estruturas arqueológicas escavadas e, neste momento, a céu aberto;</li> <li>O recinto do castelo, importante local de interesse turístico, de momento está fechado ao público, devido aos trabalhos de limpeza e conservação das estruturas arqueológicas existentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Continuar a desenvolver esforços para o retorno das peças arqueológicas em depósito no Fundo;</li> <li>Estabelecimento de parceria com o Clube da Sertã para cedência de espaço arqueológico que detém;</li> <li>Pedir autorização à Paróquia da Sertã para uso do imóvel para a criação do Núcleo Museológico;</li> <li>Identificação e estabelecimento de parcerias com privados que têm em sua posse achados arqueológicos;</li> <li>Ações de conservação das peças existentes na Câmara Municipal e em todas as que o necessitem;</li> <li>Inventariação exaustiva e estudo de contextualização de todas as peças arqueológicas;</li> <li>Obras de beneficiação do imóvel, nomeadamente vedar as janelas, reparar o telhado, dotá-lo de climatização e de equipamentos de segurança apropriados;</li> <li>Executar expositores de parede para exposição das peças arqueológicas;</li> <li>Organização do espólio arqueológico permanente na área expositiva, cronologicamente.</li> <li>Produzir os conteúdos informativos sobre a arqueologia do concelho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incluir o Núcleo Museológico de Arqueologia nas rotas turísticas oferecidas no concelho;</li> <li>Divulgação deste Núcleo junto das escolas da região;</li> <li>Organização de visitas orientadas e de ateliers e oficinas pedagógicas temáticas, relacionados com a arqueologia em exposição;</li> </ul>



**7. Atelier Túlio Victorino**

Localização	Tipologia	Objetivos	Estado atual	Ações de Intervenção / Recursos materiais	Dinamização Cultural
Atelier Túlio Vitorino - Cernache do Bonjardim	Pintura / Biografia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar a vida e obra do pintor Túlio Vitorino, natural de Cernache do Bonjardim;</li> <li>Promover, a nível nacional, a figura "Túlio Vitorino";</li> <li>Salvaguardar e expor os objetos pessoais de uso quotidiano do pintor e sua família.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>São dinamizadas exposições temporárias no Atelier, maioritariamente com quadros cedidos por entidades externas ao Município;</li> <li>O edifício está em bom estado de conservação;</li> <li>Os objetos pessoais, mobiliário e documentação do pintor em posse do Município encontram-se em avançado estado de deterioração.</li> <li>O município não é proprietário de obras do pintor Túlio Vitorino;</li> <li>Existem bens pertencentes à Casa-atelier que se encontram na posse de privados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inventariar e descrever as peças museológicas, de acordo com as normas internacionais de descrição museológica;</li> <li>Restaurar e conservação dos objetos;</li> <li>Reaver peças de mobiliário pertencentes à Casa-Atelier, na posse de privados (mediante acordos de cedência, por exemplo);</li> <li>Adquirir quadros do pintor Túlio Vitorino, para exposição permanente;</li> <li>Recolher testemunhos de vida (entrevistas / filmes...) de pessoas próximas do pintor e sua família, com o intuito de preservar a memória da "Casa" e as vivências do artista enquanto cernacheense.</li> <li>Aquisição de expositores;</li> <li>Estudo da documentação pertencente ao arquivo pessoal do Túlio Vitorino;</li> <li>Organização do espólio museológico de acordo com a configuração inicial da casa</li> <li>Produzir os conteúdos biográficos, em diversos suportes, com vista ao reconhecimento da personalidade Túlio Vitorino, aos visitantes do Atelier.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgação do Atelier junto das escolas da região e da comunidade;</li> <li>Organização de visitas orientadas e de ateliers e oficinas pedagógicas relacionadas com arte, nomeadamente pintura e azulejaria;</li> <li>Conceber e distribuir o "Roteiro das obras do Túlio Vitorino" a nível nacional;</li> <li>Continuar a desenvolver exposições temporárias.</li> </ul>



**Anexo 15.2. ACERVO DA VÁRZEA DOS CAVALEIROS – EXEMPLO DE FERRAMENTAS DE EXTRAÇÃO E ACONDICIONAMENTO DA RESINA DOS PINHEIROS BRAVOS**



Fonte: Fotos cedidas por Maria Marçal



## ANEXO 16. EXPOSIÇÕES REALIZADAS NA CASA DA CULTURA DA SERTÃ, NA ÚLTIMA DÉCADA, NO ÂMBITO DO PATRIMÓNIO CULTURAL



 **sertãmunicípio**  
*No centro do País, mais perto de Si*

ENTRADA LIVRE

[WWW.CM-SERTã.PT](http://WWW.CM-SERTã.PT)

3 A 30 ABRIL | EXPOSIÇÃO  
**"MANTAS PORTUGUESAS"**  
Casa da Cultura da Sertã



O passado está sempre presente nas mãos das artesãs Maria Luísa Francisco e Maria José Cordeiro... Abriam o baú das mantas: mantas feitas de tiras e pedaços, onde cada retalho conta uma história. Pedaços e tiras da sala da avó, da camisa do pai, da blusa da mãe, do vestido da filha...

 **sertãmunicípio**  
*No centro do País, mais perto de Si*

entrada livre  
[www.cm-serta.pt](http://www.cm-serta.pt)



 **sertãmunicípio**  
*No centro do País, mais perto de Si*  
[www.cm-serta.pt](http://www.cm-serta.pt)



ENTRADA LIVRE

 **sertãmunicípio**  
*No centro do País, mais perto de Si*

[www.cm-serta.pt](http://www.cm-serta.pt)

**ESPANTALHOS EM EXPOSIÇÃO**  
CASA DA CULTURA DA SERTÃ  
5 a 31 JANEIRO

Trabalhos apresentados no V Concurso de Espantalhos, promovido pelo Centro Social, Recreativo e Cultural do Vale do Lácio.  
Horário: segunda a sexta-feira - 9h às 17h30; sábados - 10h às 17h30

sertãmunicípio  
www.cm-serta.pt

**EXPOSIÇÃO "EU, O LINHO"** DE LUÍSA FRANCISCO  
1 A 31 AGOSTO 2016  
CASA DA CULTURA DA SERTÃ

ENTRADA LIVRE

sertãmunicípio

**EXPOSIÇÃO FILARMÓNICA UNIÃO SERTAGINENSE 186 ANOS DE HISTÓRIA**  
1 DEZ '16 A 31 JAN '17  
CASA DA CULTURA DA SERTÃ

www.filarmonicainiaoertaginense.ueebly.com / www.cm-serta.pt

ENTRADA LIVRE

FUS  
AMAES  
sertãmunicípio  
A Comarca da Sertã

**EXPOSIÇÃO DE 1 A 30 DE SETEMBRO**  
"HISTÓRIA E ESTÓRIAS DO FOLCLORE DO CONCELHO DA SERTÃ"

EXPOSIÇÃO E ACTUAÇÕES NA CASA DA CULTURA:  
3 de Setembro, 17h  
Rancho F. do Clube do Bonjardim  
10 de Setembro, 17h  
Rancho F. e Etn. de Cernache do Bonjardim  
24 de Setembro, 15h30  
Rancho F. de Pedrógão Pequeno

ENTRADA LIVRE

sertãmunicípio



exposição  
**O CICLO DO Pão**  
casa da cultura da sertã  
1 a 31 de outubro

ENTRADA LIVRE

sertã município  
www.cm-serta.pt



EXPOSIÇÃO  
1 A 30 DEZEMBRO

**(RE)DESCOBRIR  
UM SÉCULO  
DE METROLOGIA**  
CASA DA CULTURA DA SERTÃ

ENTRADA LIVRE

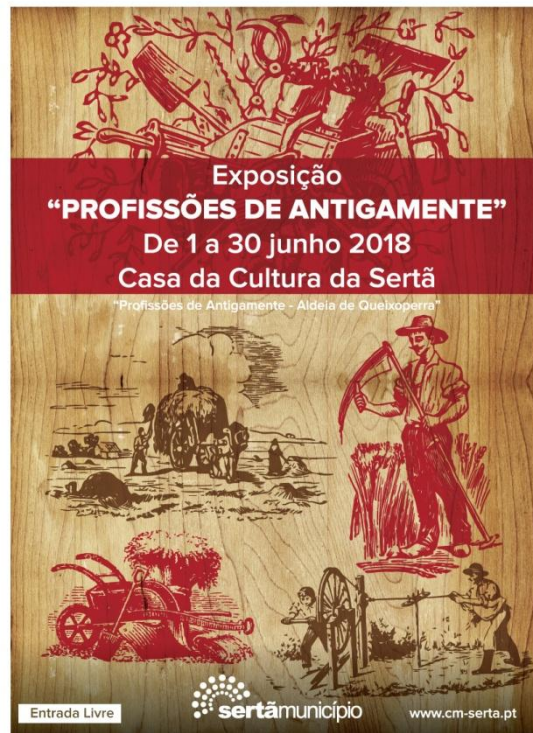
sertã município  
No centro do País, mais perto de Si



Exposição - 9 a 30 abril  
**“Secretariado  
Municipal  
do séc. XX”**  
Casa da Cultura da Sertã  
Entrada Livre

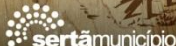
ENTRADA LIVRE

sertã município



Exposição  
**“PROFISSÕES DE ANTIGAMENTE”**  
De 1 a 30 junho 2018  
Casa da Cultura da Sertã  
“Profissões de Antigamente - Aldeia de Queixoperra”

ENTRADA LIVRE

sertã município  
www.cm-serta.pt


**Exposição**



**A VIVÊNCIA DA SEMANA SANTA NA SERTÃ**

Casa da Cultura da Sertã  
1 a 28 de Fevereiro de 2019

Entrada livre

[www.cm-serta.pt](http://www.cm-serta.pt)

**EXPOSIÇÃO**  
“A ARTE DE TRABALHAR OS FIOS”

1 A 31 DE OUTUBRO DE 2019  
DE **MARIA CARMINA ALVES**



[WWW.CM-SERTA.PT](http://WWW.CM-SERTA.PT)  ENTRADA LIVRE

**TUDO SE PARECE COM O DONO, ATÉ O FERROLHO DA PORTA**

*Difusão Popular*

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA DE CRISTINA MATOS

**01 A 30**  
SETEMBRO

EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA OLEIROS/AMIEIRA







EXPOSIÇÃO DO COLECIONISMO AO MUSEU: **DO ACORDEÃO & CONCERTINA**

**AUGUSTO NEVES**



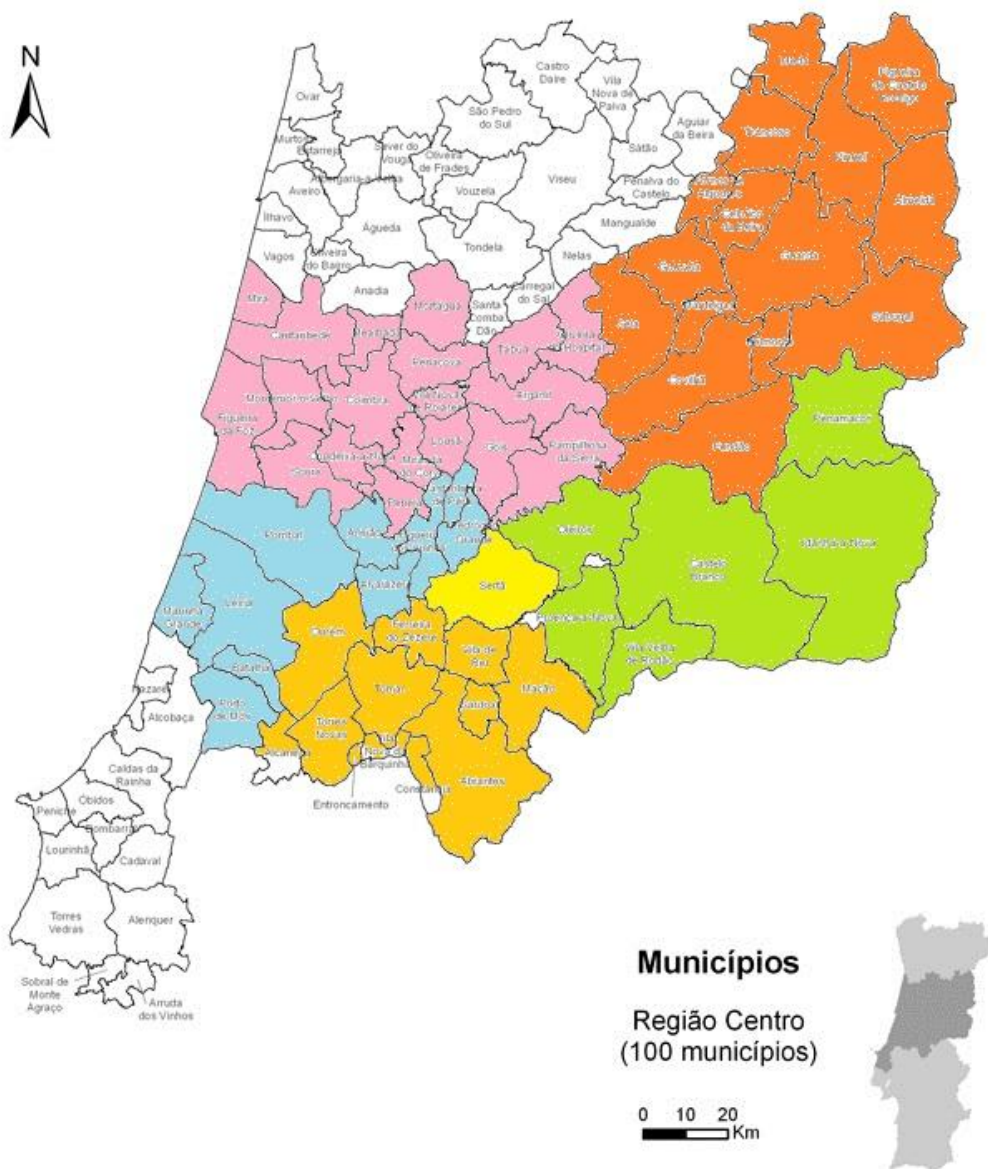
**02 a 30**  
NOVEMBRO

CASA DA CULTURA DA SERTÃ

ENTRADA LIVRE  
[www.cm-serta.pt](http://www.cm-serta.pt)



**ANEXO 17. AS COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS DA REGIÃO DA SERTÃ**



- | CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (inclui a Sertã)
- | CIMBB - Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa
- | CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria
- | CIMRC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
- | CIMBSE – Comunidade Intermunicipal da Beira e Serra da Estrela

## ANEXO 18. TAXAS DE VISITAÇÃO POR MUSEUS, POR MUNICÍPIO 2019-2020

Município	CIM	Museu	2019	2020
<b>1. Abrantes</b>	Médio Tejo	Museu Municipal D. Lopo de Almeida	-	-
		Memorial da Forja	-	-
		Núcleo Mus. Grupo Folclórico de Casais de Revelhos	-	-
		Núcleo Museológico da Quinta das Sentieiras	-	-
		Museu Metalúrgica Duarte Ferreira	-	-
		Coleção Visitável da Cavalaria Portuguesa	-	-
		Núcleo Museológico do Rossio ao Sul do Tejo	-	-
		Museu Ibérico de Arqueologia e Arte	-	-
		Núcleo Museológico Barbisco – Alvega	-	-
		Núcleo Museológico do Souto	-	-
		Núcleo Mus. “O Quotidiano do Povo” – Mouriscas	-	-
		Grupo Etnográfico “Os esparteiros” – Mouriscas	-	-
Parque Tejo	-	-		
<b>2. Alvaiázere</b>	Leiria	Museu Municipal de Alvaiázere	8023	3379
<b>3. Ansião</b>	Leiria	Complexo Monumental de Santiago da Guarda	8339	3944
<b>4. Arganil</b>	Coimbra	Museu Regio. de Arqueologia e Etnografia de Arganil	-	226
		Núcleo Museológico de Piódão	6037	806
<b>5. Castanheira de Pera</b>	Leiria	Casa do Tempo	-	-
		Lagar do Corga	-	-
<b>6. Castelo Branco</b>	Beira Baixa	Museu Cargaleio	7943	3223
		Museu do Canteiro	2327	363
		Museu Francisco tavares Proença Júnior (RPM)	6258	1888
		Casa da Memória da Presença Judaica	1726	861
		Centro de Interpretação do Bordalo	7008	2488
<b>7. Coimbra</b>	Coimbra	MMC - Coleção Telo de Morais (RPM)	6975	1189
		MMC - Núcleo da Cidade Muralhada(RPM)	6876	1742
		MMC - Núcleo Guitarra e do Fado de Coimbra	-	-

Referências bibliográficas

		(RPM)	2493	462
		Centro de Arte Contemporânea	-	2978
<b>8. Constância</b>	Médio Tejo	Museu dos Rios e Artes Marítimas	1219	134
		Jardim – Horto Camoniano	3326	1379
		Borboletário Tropical	17333	2257
		Centro de Ciência Viva de Constância	24953	7761
<b>9. Condeixa-a-Nova</b>	Coimbra	Casa Museu Fernando Namora	-	-
		Galeria Manuel Filipe	-	-
		P.O.R.O.S – Museu Portugal Romano Sicó	-	-
		Museu Monográfico de Coimbra (RPM)	-	-
		Ruínas de Conimbriga	-	-
<b>10. Entroncamento</b>	Médio Tejo	Museu Ferroviário (RPM)	15704	5934
<b>11. Ferreira do Zêzere</b>	Médio Tejo	-	-	-
<b>12. Figueiró dos Vinhos</b>	Leiria	Museu e Centro de Artes de Figueiró dos Vinhos	5700	3581
		Museu do Xadrez	4162	1530
		Casulo de (José) Malhoa	4564	1887
<b>13. Fundão</b>	Serra Estrela	Casa da Moagem do Fundão	-	-
		Casa das Tecedeiras (Janeiro Cima) CI Ciclo do Linho	-	-
		Casa do Bombo de Lavacolhos	-	-
		Casa do Cogumelo – Malhada Velha	-	-
		Casa do Mel – Bogas de Cima	-	-
		Casa Etnográfica de Valverde	-	-
		Casa Grande da Barroca – CI de Arte Rupestre do Poço Caldeirão	-	-
		Casa-Museu D. João de Oliveira Matos	-	-
		Circuito Mus. do Souto da Casa – Azenha da Figueira	-	-



		Dormus Mundi – Centro Mus. António Guterres	-	-
		Museu Arqueológico Municipal Dr. José Monteiro	-	-
		Museu D´Imprensa & Tipographia	-	-
		Museu de Arte Sacra da Misericórdia do Fundão	-	-
		Museu de Arte Sacra da Paróquia de Alpedrinha	-	-
		Museu de Silves D. Ilda Valentina Mesquita – Minas da Panasqueira	-	-
		Museu do Castelejo	--	-
		Museu dos Embutidos da Casa António Santos Pinto	-	-
		Museu Etnográfico da Liga dos Amigos de Alpedrinha	-	-
		Núcleo Arqueológico de Castelo Novo	-	-
		Núcleo Museológico da Lavaría – Silves	-	-
		Núcleo Museológico da Pastorícia – Salgueiro	-	-
		O lugar da Banda – Museu de Aldeia Nova do Cabo	-	-
		Palácio Picadeiro – M. Geográfico Orlando Ribeiro	-	-
		Rota dos Castros	-	-
<b>14. Góis</b>	Coimbra	Centro de Referência da Memória Goicense	500	0
<b>15. Leiria</b>	Leiria	Agromuseu Municipal Dona Julinha	2698	898
		CI Abrigo do Lagar Velho – Lapedo	1393	666
		M I Mo Museu da Imagem em Movimento (RPM)	16439	5770
		Moinho do Papel	17024	4932
		Museu de Leiria	16006	7033
		NM Torre de Menagem do Castelo de Leiria	26783	58
		CDIL – Centro de Diálogo Intercultural de Leiria	14505	5481

Referências bibliográficas

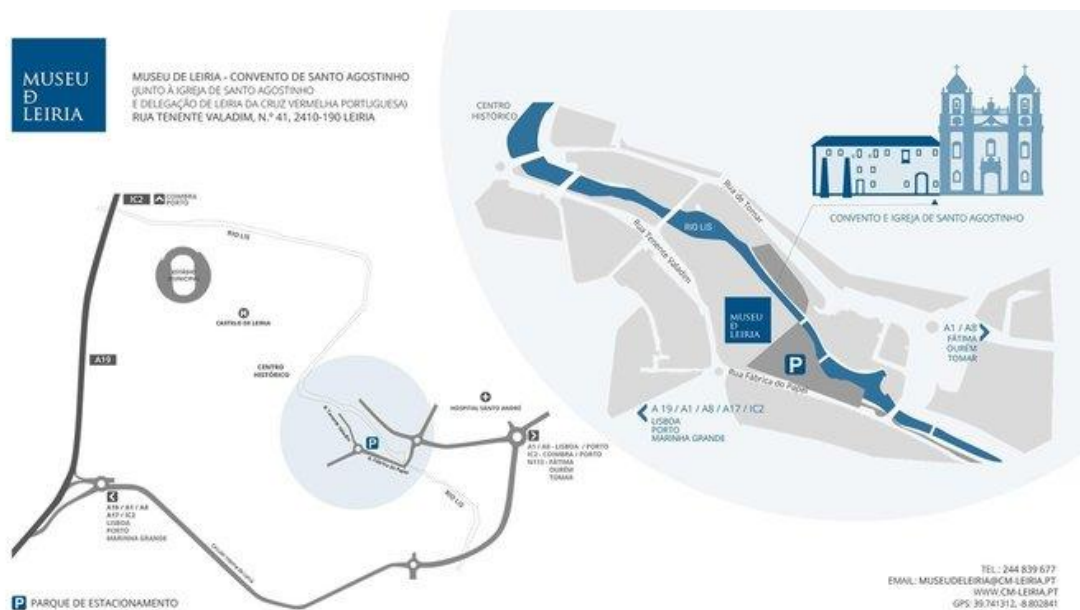
<b>16. Lousã</b>	Coimbra	MM Prof. Álvaro de Lemos	2775	681
		Museu Etn. Dr. Louzã Henriques	14	726
<b>17. Mação</b>	Médio Tejo	Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo (RPM)	9456	2430
<b>18. Miranda do Corvo</b>	Coimbra	Ecomuseu da Quinta da Paiva	-	-
		Museu da Tanoaria	-	-
		Museu da Chanfana	-	-
		Museu de Miranda	-	-
		Museu dos Bombeiros Voluntários de MC	-	-
<b>19. Oleiros</b>	Beira Baixa	-	-	-
<b>20. Ourém</b>	Médio Tejo	Museu Municipal de Ourém (M)		
		Casa do Administrador	6464	1777
		Galeria da Vila Medieval		
<b>21. Pedrógão Grande</b>	Leiria	Centro de Interpretação Turística	2941	2940
		Museu Escolar	60	50
<b>22. Pampilhosa da Serra</b>	Coimbra	Museu Municipal de Pampilhosa da Serra	1910	744
<b>23. Penela</b>	Coimbra	Museu Villa Romana do Rabaçal (RPM)	9536	1350
<b>24. Pombal</b>	Leiria	Museu Municipal Marquês de Pombal	-	-
		Museu de Arte Popular de Pombal	-	-
<b>25. Proença-a-Nova</b>	Beira Baixa	Centro de Ciência Viva	15112	7806
		Museu Isilda Martins (2012)	224	47
<b>26. Sardoal</b>	Médio Tejo	Centro Museológico Artelinho	700	-
		Núcleo Moinhos Entrevinhas	500	-
<b>27. Sertã</b>	Médio Tejo	Núcleo Mus. e Oficina de Artesanato da Sertã	3531	4339
<b>28. Soure</b>	Coimbra	Museu Municipal de Soure	-	-
<b>29. Tomar</b>	Médio Tejo	Museu dos Fósforos – Aquiles de Mota Lima (1989)	17094	4112
			1786	620
		Museu Municipal – Núcleo de Arte Contemporânea	2927	2492
		CI Museu Luso_Hebraico Abraão Zacuto (da		

		Sinagoga de Tomar (2019)	1523	712
		Casa Memória Lopes Graça (2008)	0	5426
		NM Central Elétrica de Tomar (Fev2020)	4415	1075
		Centro de Estudos em Fotografia de Tomar		
<b>30. Torres Novas</b>	Médio Tejo	Museu Municipal Carlos Reis	4239	1655
<b>31. Vila de Rei</b>	Médio Tejo	Museu Municipal de Vila de Rei (2001)	2294	820
		Museu de Geodesia (2002)	21857	16437
		Museu do Fogo e da Resina (2013)	2886	1380
<b>32. Vila N. Barquinha</b>	Médio Tejo	Centro Integrado Educação e Ciência	1043	0
		Cento de Interpretação Templário Almourol	5375	3356
<b>33. Vila Velha Rodão</b>	Beira Baixa	Exposição Permanente de Arqueologia de Ródão	-	-
		Núcleo Museológico do Azeite	-	-

Dos municípios que responderam, apenas se enunciam os museus ou pretensos museus municipais. Dos que não responderam, não foi possível fazer a triagem, pelo que estão enunciados todos os equipamentos listados na CCDRC ou no Encontro de Museus do Médio Tejo.

## ANEXO 19. MUSEU DE LEIRIA

Ilustração 36 Localização do Museu de Leiria



Fonte: 42 Site do Município de Leiria

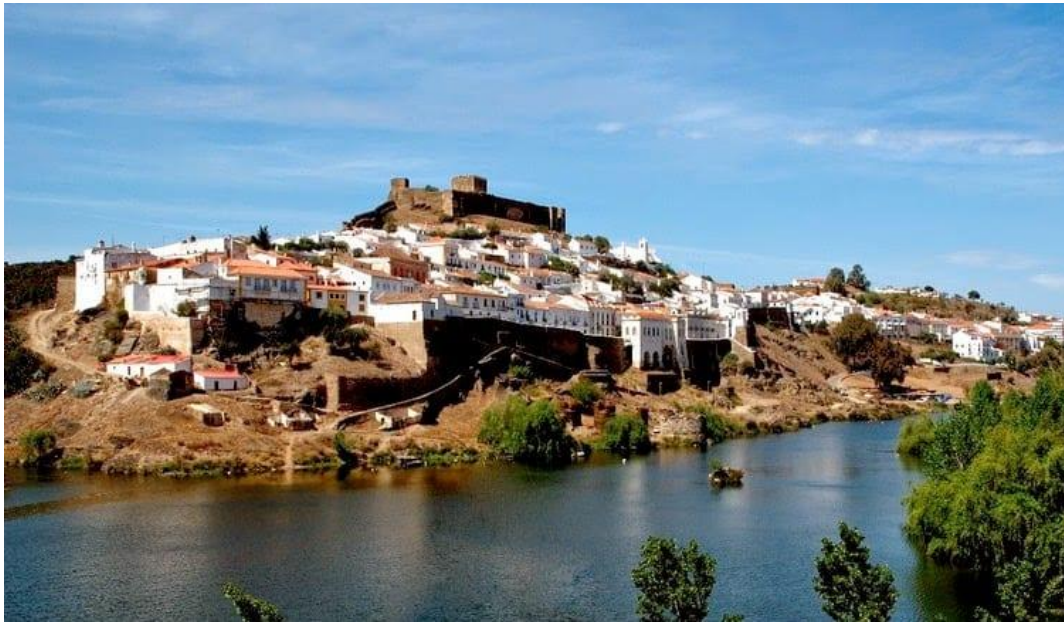
Ilustração 37 Convento de Santo Agostinho - Museu de Leiria



Fonte: 43. Página de Facebook do Museu

## ANEXO 20. VILA MUSEU - MÉRTOLA

Ilustração 38 Pormenor da vila de Mértola



Fonte: Site de viagens PumPkin

## ANEXO 21. CONFERÊNCIAS, ENCONTROS, WEBINARES EM 2021

Dia	Mês	Entidade	Tema	Palestrantes / Convidados
<b>1 e 2</b>	Out.	Casa de Camilo – Centro de Estudos	<b>ENCONTROS DE OUTONO</b>  Um novo olhar sobre as coleções: Documentar e Conservar	Luís Soares, Rita Dargent, Joana Amaral e Rita Gaspar
<b>GRUPO DE PROJETO MUSEUS NO FUTURO:</b>				
<b>13</b>			- Redes e Parcerias	Mariana Jacob, Clara Camacho e Cália Paulo
<b>20</b>	Jan	ICOM	- Transformação Digital	Helena Barranha, Ana Carvalho e Alexandre Matos
<b>27</b>	/	Portugal	- Gestão de Coleções	Marta Lourenço, Inês ferro e Isael Fernandes
<b>3</b>	Fev.		- Públicos e mediação	Sara Barriga, Inês Câmara e David Felismino
<b>10</b>			- Gestão de Museus, palácios e Monumentos	Manuel B. Oleiro, José varejão e M <sup>a</sup> Jesus Monge
<b>REIMAGINAR OS MUSEUS A 26</b>				
<b>8</b>			- Solidariedade e Cooperação , Redes e Conexões entre instituições;	Encarna Gonzalez, Margarida Moleiro e Clara Camacho
<b>15</b>	Mar.	Rede	- Desafios da Liberdade de participação e inclusão dos Museus;  - Museus, ecologia, sustentabilidade e Responsabilidade;	Sara Barriga, Ana Garcia e Álvaro Laborinho Lúcio

<b>22</b>	/	Cultura	- O digital como forma de conexão;	Cláudio Torres, Mário Moutinho e Raquel Janeirinho
	Abr.	(Leiria)	- Identidade e Diversidade : da Comunidade para a Europa	
<b>29</b>				Dóris Santos, Alexandre Matos, Patrícia Remelgado. e Célia Quico
<b>5</b>				Alberto Guerreiro, Jean Michel Tobelem e Jean Michel
<b>MUSEUS E RESPONSABILIDADE SOCIAL</b>				
<b>23/24</b>	Mar.	DGPC	(no âmbito da presidência da portuguesa do Conselho da U.E.)	Diversos representantes da DGPC, ICOM Portugal, Rede de Cultura, Observatório das Atividades Culturais e parceiros europeus
<b>CONVERSAS DE PATRIMÓNIO:</b>				
<b>24</b>	Mar	Património .pt	- A política pública no campo patrimonial	Catarina Gonçalves, Sofia Macedo e Margarida Alçada
			- O papel da sociedade civil na preservação, e divulgação do PC;	
<b>20</b>	Abr.	SPIRA	- Reabilitação urbana e PC: preocupações comuns;	Luís Oostorbeck
	Mai	Univ. Católica do Porto	- A importância da formação em PC.	André Soares
<b>22</b>	Jun.			Andreia Dias

Fonte: Elaboração própria

**Anexo 22. QUESTIONÁRIO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO APLICADO ENTRE 1 E 9 DE JUNHO 2019 AOS UTILIZADORES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL PADRE MANUEL ANTUNES (SERTÃ)**

Bom dia,

Chamo-me Dora Vitória e encontro-me frequentar o Mestrado de Património Cultural e Museologia, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. No âmbito de um trabalho de investigação para a cadeira de História e Missão dos Museus, procuro investigar o paradigma e desafios da Nova Museologia.

Neste sentido, gostaria de aferir essas questões num possível contexto museológico para a Sertã. Assim sendo, e uma vez que não dispomos de nenhum equipamento do género, a amostra do meu estudo serão os utilizadores de outro equipamento cultural, a Biblioteca Municipal Padre Manuel Antunes, a quem agradeço a gentileza de reencaminhar o meu pedido de informações.

Deste modo, se estiver interessado(a) em participar, poderá enviar a sua resposta até ao final de dia 09 de Junho para o endereço [doravitoria@gmail.com](mailto:doravitoria@gmail.com), neste ficheiro word (em anexo). Ou então responder diretamente no corpo de texto do próprio email. No assunto deverá escrever Resposta a Inquérito - História e Missão dos Museus.

O estudo tem apenas a finalidade académica e será sujeito a avaliação neste 2º semestre. Será garantido o seu anonimato e confidencialidade relativamente às opiniões expressas. Apenas serão extraídas percentagens de respostas/opiniões.

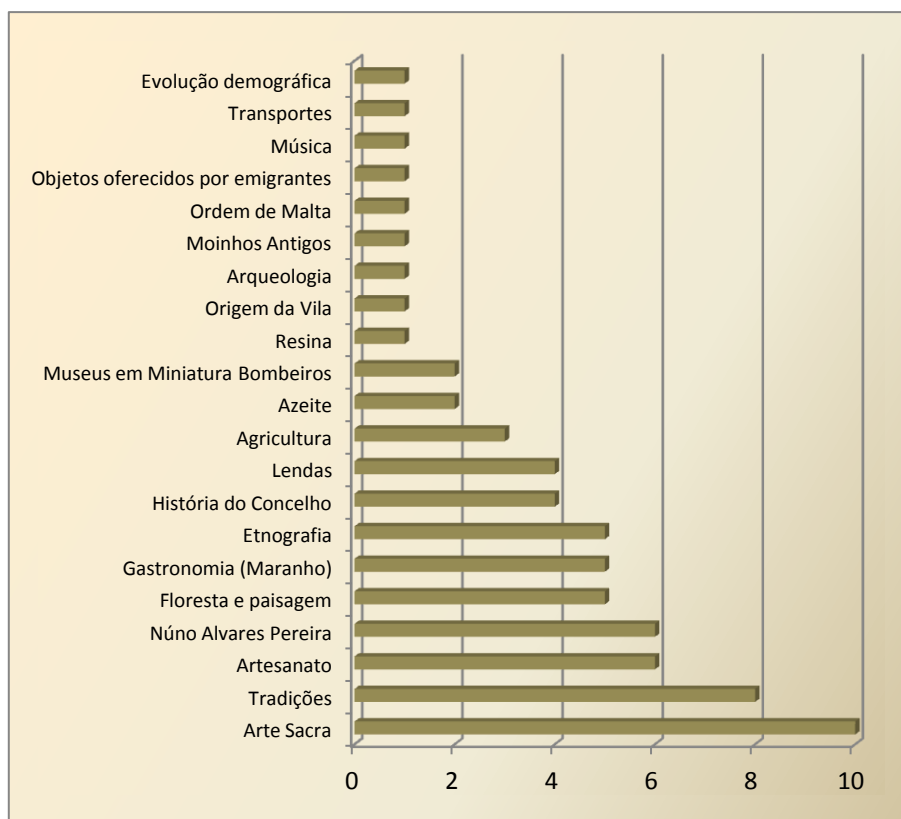


1. É residente ou natural no concelho da Sertã?
  - a. Sim
  - b. Não. Qual?
  
2. Ano de Nascimento?
  
3. Que tipo de museu, coleções ou conteúdos considera mereceriam ser expostos e investigados no concelho da Sertã?
  
4. Existe algum local e/ou edifício que considere adequado para receber um equipamento museológico? Identifique-o(s).
  
5. Qual o seu museu preferido (nacional ou internacional) e porquê? Descreva-o de forma sumária.
  
6. Outras considerações que pretenda partilhar

Muito obrigada pela sua colaboração!

**ANEXO 22.2. RESPOSTAS À TIPOLOGIA DE MUSEU A INTEGRAR NA SERTÃ**

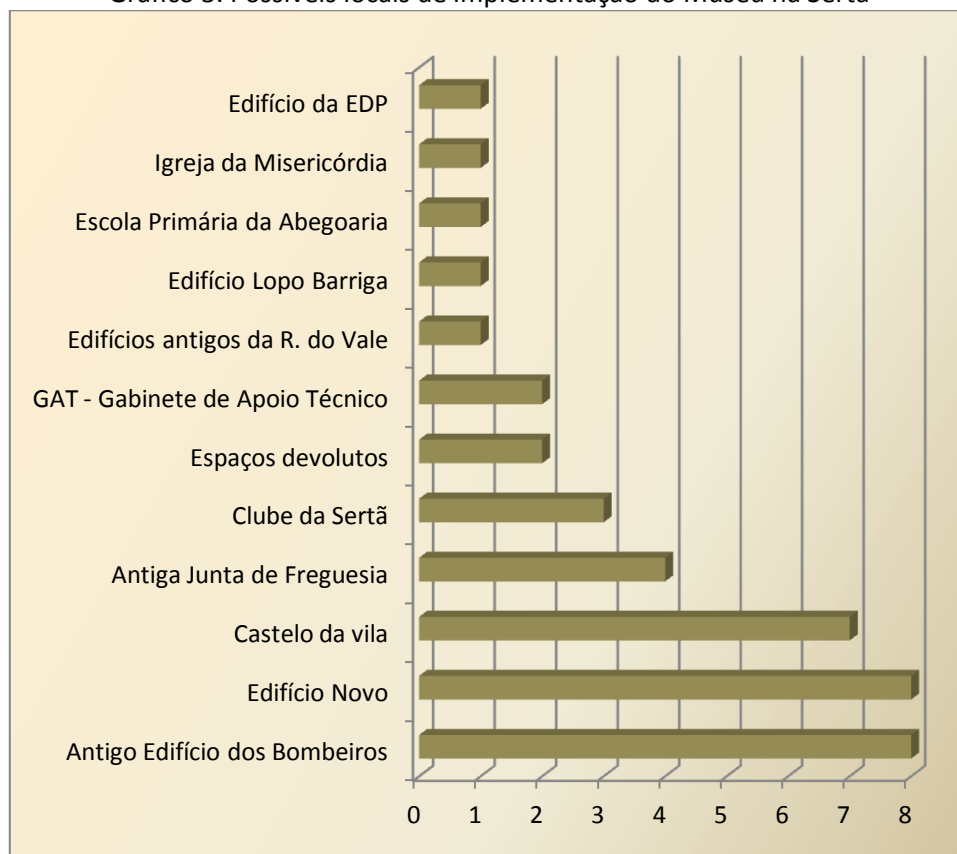
Gráfico 2. Tipologia/natureza do futuro Museu da Sertã



Fonte: Elaboração própria, com base no resultado dos inquéritos

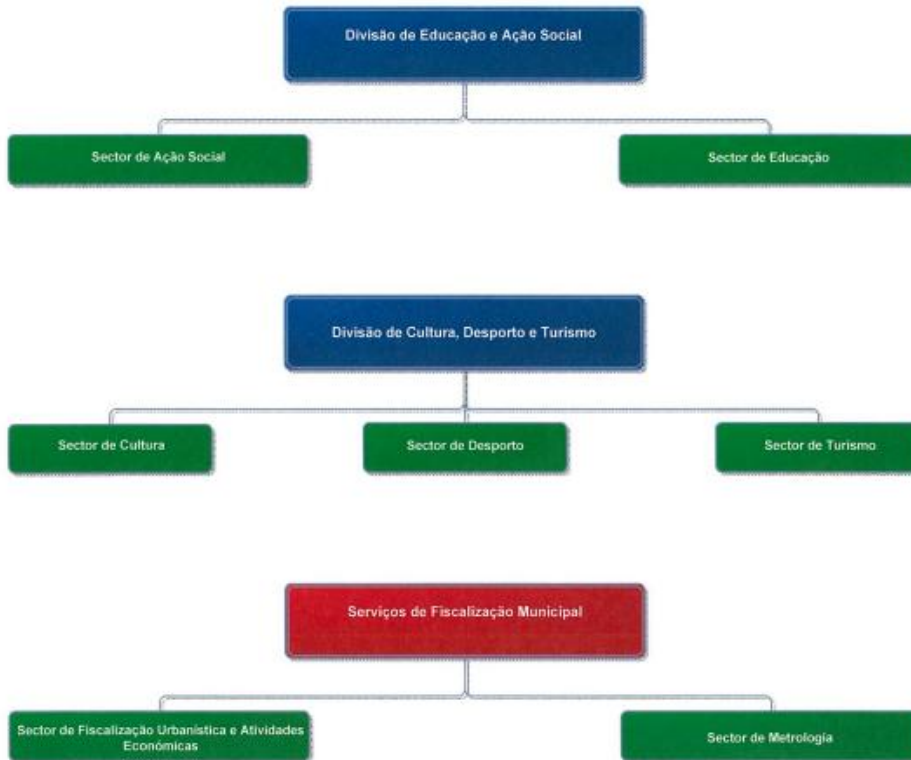
### ANEXO 22.3. RESPOSTAS SOBRE A LOCALIZAÇÃO/EDIFÍCIO A ACOMODAR O MUSEU

Gráfico 3. Possíveis locais de implementação do Museu na Sertã



Fonte: Elaboração própria, com base no resultado dos inquéritos

**ANEXO 23. ORGANOGRAMA DA CÂMARA MUNICIPAL DA SERTÃ (2019)**



Fonte: Site do município [https://cm-serta.pt/images/Camara Municipal/Estrutura Organica/2019/Proposta de Organograma e Quadro Funcional das Unidades Organicas.pdf](https://cm-serta.pt/images/Camara_Municipal/Estrutura_Organica/2019/Proposta_de_Organograma_e_Quadro_Funcional_das_Unidades_Organicas.pdf)

## **ANEXO 24. POLÍTICA E NECESSIDADES ATUAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DA SERTÃ, POR MARTA MARTINS, AGOSTO DE 2021**

A Informação é um produto da ação humana em Sociedade, reflectindo as condições estruturais (políticas, técnicas, económicas, ou culturais), nas quais essa ação se desenrola com o intuito de atingir os objectivos dos protagonistas dessa mesma ação. A informação é moldada pela estrutura produtora, dependendo dos processos que a produzem e relacionando-se com os meios operativos, pelo que o processo informacional e histórico é dominado por uma interação sistémica. De acordo com a visão de Armando Malheiro, a arquivística, enquanto ciência que estuda a dimensão do arquivo, *“quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interacção com os outros sistemas correlativos que existem no contexto envolvente”*, orienta a sua representação como um *“sistema semi-fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores”*. É à luz desta conceção sistémica, que pretendemos entender o Arquivo Municipal da Sertã e tornar acessível a informação produzida/recebida. Em relação ao anterior paradigma, deixamos de olhar para o arquivo como uma mera soma de “fundo” mais “serviço” (as partes assim somadas acabam por produzir uma perspectiva demasiado funcionalista, esquecendo a orgânica), para focarmos os elementos “estrutura” e “função”, entendidos como componentes essenciais dum mesmo sistema, que é abrangente, dinâmico e integrador. Efetivamente, um Sistema de Informação bem estruturado traz benefícios às organizações, fomentando a cooperação e a construção de redes. Atualmente, a pressão relativamente ao bom apetrechamento tecnológico é tal, que os responsáveis pelas organizações remetem para segundo plano os problemas decorrentes da própria cultura organizacional. E por vezes, o bom funcionamento do Sistema de informação depende de reequacionar os modelos de gestão, os processos organizacionais, os recursos utilizados na organização, procurando o reforço e/ou a remodelação de toda a estrutura, com o intuito de rentabilizar o fenómeno / processo “informação”, evitando atropelos, esquecimentos, perdas e desperdício.

O acervo documental do Arquivo Municipal abrange maioritariamente o século XX, contando com alguma documentação dos inícios do século XVIII. O facto dos limites temporais do conjunto da documentação serem tão comedidos, deve-se ao terrível incêndio que, em 1917, destruiu o antigo edifício dos Paços do Concelho e conseqüentemente os arquivos documentais que estavam instalados no mesmo edifício. Assim, o mais antigo documento em arquivo é o livro de actas da vereação datado de 1718. O serviço de Arquivo Municipal, instituído no organograma do Município da Sertã, desde 2010, funciona no rés-do-chão e na cave do edifício da Câmara Municipal, contando, no presente, com mais dois depósitos na vila da Sertã: a cave do “antigo GAT” e a cave da Piscina Municipal Coberta. Porém, a génese deste serviço remonta a 1999, quando se instalou um espaço, no rés-do-chão, com estanteria metálica de dois pisos, capaz de receber cerca de 684 m.l. de documentação e uma pequena sala de leitura e consulta, que também serviria as necessidades de tratamento e classificação documental (apoiado pelo Programa

PARAM – Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais). Entretanto, o Arquivo Municipal já conheceu muitas mudanças, contando sempre com o trabalho de coordenação de uma técnica da área de Arquivo, que se tem empenhado na salvaguarda do arquivo respeitante à Câmara Municipal da Sertã, mas também outros arquivos de entidades relevantes para a história e vida do município (Administração do Concelho da Sertã; Arquivo do Club da Sertã; Arquivo pessoal Dr. Carlos Ehrardht; Arquivo pessoal Túllio Vitorino).

Presentemente, todas as ações desenvolvidas concorrem para a gestão una e indivisível do arquivo (independentemente da idade e natureza dos documentos de arquivo), que se entende como um fenómeno transversal a toda a organização, sustentado por plataformas tecnológicas eficazes. Como tal, as principais linhas de ação em desenvolvimento são:

- gestão da aplicação de gestão documental (MGD), contribuindo para a reformulação dos circuitos documentais e validação de novos percursos de informação, a par da organização do arquivo corrente, com o controle da criação de processos de negócio, adequados à “Lista Consolidada para a classificação e avaliação da informação pública” (referencial disponibilizado pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas para servir de base à elaboração de instrumentos de gestão da informação);
- avaliação, seleção e eliminação de documentos nos termos da Portaria n.º 412/2012, de 17 de abril e Portaria n.º 1253/2009, de 14 de outubro, com especial atenção às massas documentais acumuladas, por se encontrarem em condições ambientais que favorecem a rápida deterioração do papel;
- produção de Instrumentos de Descrição Documental (IDD) disponíveis para consulta, assim como gestão da aplicação de gestão de arquivo definitivo (X-Arq), com enfoque na digitalização de documentos a pedido dos serviços internos e de entidades externas que procuram o acervo do arquivo municipal.

A melhoria do desempenho do serviço só se consegue através da comunhão de objetivos com a gestão de topo e da melhoria do planeamento estratégico e operacional, envolvendo, tanto os recursos humanos, materiais e financeiros, como também os informacionais. Neste contexto, sabemos que o Arquivo Municipal registaria progressos significativos na gestão do serviço e cuidado com o acervo (que neste momento regista cerca de 1800 metros lineares de documentação em papel), se existisse um único espaço com condições ambientais, de segurança e acondicionamento apropriadas para acomodar toda a documentação. Por outro lado, dado o volume de documentos digitais à guarda do Município, é urgente elaborar um Plano de Preservação Digital, sob pena de, a médio prazo, a informação armazenada em ambiente digital deixar de ser legível e acessível.

Na competência do serviço de Arquivo Municipal, temos que salientar também a existência de um espólio com características museológicas. Encontramos objetos de variadas tipologias (arqueologia, artesanato, mobiliário, geologia, pintura, tecnologia), que são resultado de doações de particulares, de recolhas no âmbito de escavações arqueológicas e de aquisições feitas ao longo dos anos pelo Município. Este

importante conjunto de objetos é testemunho da história, usos e costumes das gentes do concelho da Sertã, pelo que acreditamos poder tornar-se na base de um futuro Museu Municipal.

A localização original da maioria destes materiais era a cave do edifício dos Paços do Concelho, onde se encontravam depositados, sem qualquer organização. Inicialmente, o Arquivo Municipal procurou classificar os objetos, procedendo à sua arrumação, limpeza, restauro (nas peças com essas necessidades), identificação e registo (em folhas excel), o que contribuiu para a relevância e valorização do dito espólio museológico. De facto, até às obras de requalificação do edifício, em 2016, era usual o empréstimo de peças para integrarem exposições temporárias, assim como a realização de visitas guiadas, que permitiam o contacto dos visitantes com o espólio. Infelizmente, por via das sobreditas obras, este espólio foi transportado para outros locais, conforme a disponibilidade de espaço e, desde então, já conheceu várias mudanças de espaço; estando, presentemente, comprometida a sua segurança e integridade.

A solução que se tem proposto para a salvaguarda definitiva deste espólio, enquanto não surge o tão ansiado Museu Municipal, é a efetivação no terreno de um depósito / reserva que contribua definitivamente para a preservação e acondicionamento das peças de valor patrimonial que a Câmara Municipal tem em seu poder e de outras que entretanto sejam recolhidas. Tendo em conta a incerteza e insalubridade dos espaços onde atualmente se alberga o acervo documental do Arquivo Municipal, não se levantam objeções à constituição de um depósito conjunto, servindo para acondicionar fisicamente os espólios arquivístico e museológico na posse do Município da Sertã. Prevê-se assim a necessidade de um edifício com cerca de 500 metros quadrados, que poderá surgir através da construção de um espaço novo ou da requalificação e adaptação de edifício já existente, desde que contemple os normativos fundamentais à boa conservação das diferentes tipologias de materiais

## ANEXO 25. SONDAGEM ÀS PARÓQUIAS DE FREGUESIA E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA SOBRE A POSSIBILIDADE DE UM MUSEU DE ARTE SACRA.



Dora Vitoria <doravitoria@gmail.com>

### Museu Arte Sacra sertã

lucio.nunes@sapo.pt <lucio.nunes@sapo.pt>  
Para: doravitoria@gmail.com  
Cc: lucio.nunes@sapo.pt

20 de agosto de 2021 às 11:49

Fábrica da Igreja paroquial da Ermida, Figueiredo e Várzea dos Cavaleiros  
Sra Dr.a Dora Vitória:  
Em primeiro lugar os meus parabens pelo seu belo projecto de formatura pessoal em Arte Sacra e de valorização da Arte Sacra da nossa zona.  
Temo, entanto, desiludi-la quanto à proposta de colaboração das paróquias de que sou responsável:  
A Várzea dos Cavaleiros tem umas três imagens dignas de museu mas estão todas expostas ao culto e, por isso, não saiem..  
Na Mosteiro de Santiago, a imagem do Padroeiro também tem valor mas está igualmente exposta ao culto público.  
No Figueiredo há apenas uma pequena imagem do Menino Jesus que oferecerá condições.  
Na Ermida há a Imagem de Nossa Senhora da Esperança que se encontra na sacristia e que tem valor artístico e histórico. Mas duvido que a população a deixe sair de onde está.  
Nas três paróquias as muitas imagens existentes são todas recentes e sem especial valor artístico.  
Desejo que não fique com dúvidas quanto à nossa disponibilidade para colaborar. Se o desejar estou disponível para a acompanhar e visitar pessoalmente todos os lugares em causa.

Com consideração:

Padre Lúcio Alves Nunes



Dora Vitoria <doravitoria@gmail.com>

### Contributos Museológicos

secretaria@misericiordiaserta.pt santa <secretaria@misericiordiaserta.pt> 20 de outubro de 2021 às 14:30  
Responder a: "secretaria@misericiordiaserta.pt santa" <secretaria@misericiordiaserta.pt>  
Para: doravitoria@gmail.com

Ex. ma. Senhora,

Analisado em reunião da Mesa Administrativa o e-mail recebido a 30/08/2021 relativo a contributos museológicos para um Museu de Arte Sacra na Sertã, encarrega-me o Senhor Provedor desta Instituição de informar V. Ex<sup>a</sup> de que a Santa Casa da Misericórdia da Sertã mantém disponibilidade de colaboração, sendo que deverá existir diálogo entre as duas partes para a seleção do material a ceder destinados ao Museu.  
Com os melhores cumprimentos.

Santa Casa da Misericórdia da Sertã  
Ângelo Manuel de Jesus Farinha



## **ANEXO 26. PROTOCOLO ENTRE CÂMARA MUNICIPAL DA SERTÃ E A FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA**

### **Acordo de Colaboração entre o Município da Sertã e a Fundação Batalha de Aljubarrota**

- Considerando que tanto o Município da Sertã como a Fundação Batalha de Aljubarrota valorizam a promoção e a divulgação dos factos ocorridos durante a Guerra da Independência, que se verificou entre 1383 e 1411;
- Considerando que Nuno Álvares Pereira nasceu, muito provavelmente, em Cernache do Bonjardim, no Concelho da Sertã,
- Considerando que a vila da Sertã aderiu ao partido do Mestre de Avis desde o início da crise de 1383;
- Considerando a intervenção política e militar de Nuno Álvares Pereira neste período, que contribuiu significativamente para que Portugal tenha ultrapassado, com sucesso, as dificuldades que então enfrentou, ganhando a Guerra da Independência;
- Considerando a vontade do Município da Sertã e da Fundação Batalha de Aljubarrota em desenvolver, nos próximos anos, um trabalho conjunto destinado a realçar os méritos revelados por Nuno Álvares Pereira e pelo povo português neste período histórico;
- Considerando que apesar da importância decisiva deste período histórico na evolução de Portugal até aos dias de hoje, os factos então verificados, nomeadamente a ação de Nuno Álvares Pereira, são ainda relativamente desconhecidos dos portugueses,

O Município da Sertã (adiante designado CMS) e a Fundação Batalha de Aljubarrota (adiante designada FBA) acordam na realização das seguintes iniciativas conjuntas, com o objetivo não só de divulgação dos acontecimentos ocorridos no Concelho da Sertã, mas também de darem a conhecer a todos os portugueses os notáveis factos deste período da História de Portugal:

I. A FBA concederá à CMS os seguintes benefícios:

a) UTILIZAÇÃO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA BATALHA DE ALJUBARROTA:

a)1. Serão entregues à CMS, para sua posterior distribuição, 380 entradas gratuitas anuais para o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA), para jovens até aos 15 anos, bem como 380 entradas gratuitas anuais para residentes com idades superiores a 66 anos. Estas entradas incluirão a observação do filme de Nuno Álvares Pereira após a sua estreia;

a)2. Organização de visitas guiadas, com desconto, ao Campo de Batalha de Aljubarrota, para jovens e seniores do Concelho da Sertã, assim como para os trabalhadores da CMS e professores do Concelho;

a)3. Organização de visitas guiadas, com desconto, ao Campo de Batalha de Aljubarrota, para convidados da CMS, mediante marcação prévia;

a)4. Colaboração com as escolas do Concelho da Sertã em programas pedagógicos, que visem a formação de jovens na área da História, relativamente ao período de 1383 a 1411, nomeadamente dando a Fundação uma aula aos jovens do ensino secundário do que foi a vida e obra de Nuno Álvares Pereira;

a)5. Participação especial em eventos organizados pela Fundação, como as comemorações anuais do 14 de agosto e em ciclos de conferências;

a)6. Organização de estágios de formação no CIBA na área dos serviços educativos, nomeadamente para colaboradores da CMS encarregues de atividades que impliquem a receção de público;

a)7. Cedência, a preço de custo, das instalações do CIBA, incluindo salas de reuniões e restaurante, para grupos ou encontros organizados pela CMS;

a)8. Livre-trânsito para os membros do Executivo Camarário para visitas ao CIBA;

A colaboração com o Município da Sertã, nos pontos anteriores, será objeto de um plano bianual a elaborar por ambas as partes, no qual serão estabelecidas todas as condições da sua concretização e sempre que possível a calendarização das suas atividades.

b) VISIBILIDADE DA PARCERIA ESTABELECIDA:

b)1. Exibição de um vídeo promocional de 7 segundos sobre o Concelho da Sertã, no final do filme sobre Nuno Álvares Pereira, de modo a ser visto por todos os espectadores deste filme;

b)2. Montagem gratuita no Concelho da Sertã, num local a designar pela CMS, de uma exposição temporária sobre o período de 1383 a 1411, cabendo à FBA o desenho da montagem e da exposição, bem como os trabalhos da sua instalação, nos termos a acordar entre as partes;

b)3. Desenvolvimento de iniciativas em parceria com a CMS, com o objetivo de maximizar a colaboração entre as duas partes, utilizando nomeadamente os conhecimentos históricos da FBA, através de protocolos a celebrar para o efeito;

b)4. Inscrição do nome da CMS no painel de Mecenas colocado à entrada do CIBA e noutros locais visíveis;

b)5. Convite para o almoço anual de Mecenas;

b)6. Participação em viagens e excursões de turismo histórico e cultural exclusivas, expressamente organizadas para Mecenias;

b)7. Convite para receções exclusivas com individualidades, historiadores, ou outros acontecimentos relevantes;

b)8. Convite para participação em cerimónias e outros momentos relevantes para a Fundação;

b)9. Referência expressa da CMS no plano de actividades e relatórios anuais da Fundação;

b)10. Inserção no site da FBA;

b)11. Referência expressa no filme sobre Nuno Álvares Pereira ao seu local de nascimento como sendo provavelmente Cernache do Bonjardim;

Todas estas contrapartidas serão oferecidas por um período de três anos, podendo ter início em 2021 se a CMS assim o desejar. Estas contrapartidas poderão ser renovadas por acordo entre as partes.

II. A CMS concederá à FBA os seguintes donativos:

- a) 10.000 euros em 2021, com a assinatura do presente Acordo de Colaboração;
- b) 10.000 euros até 1 de julho de 2022;
- c) 10.000 euros até 1 de julho de 2023, e depois da estreia do filme sobre Nuno Álvares Pereira

Estes donativos serão utilizados, exclusivamente, na realização do filme sobre a vida de Nuno Álvares Pereira, que ocorrerá em 2021 e 2022, e que será colocado no Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota. Este filme referirá que Nuno Álvares Pereira nasceu, provavelmente, em Cernache do Bonjardim.

São Jorge, 25 de maio de 2021

---

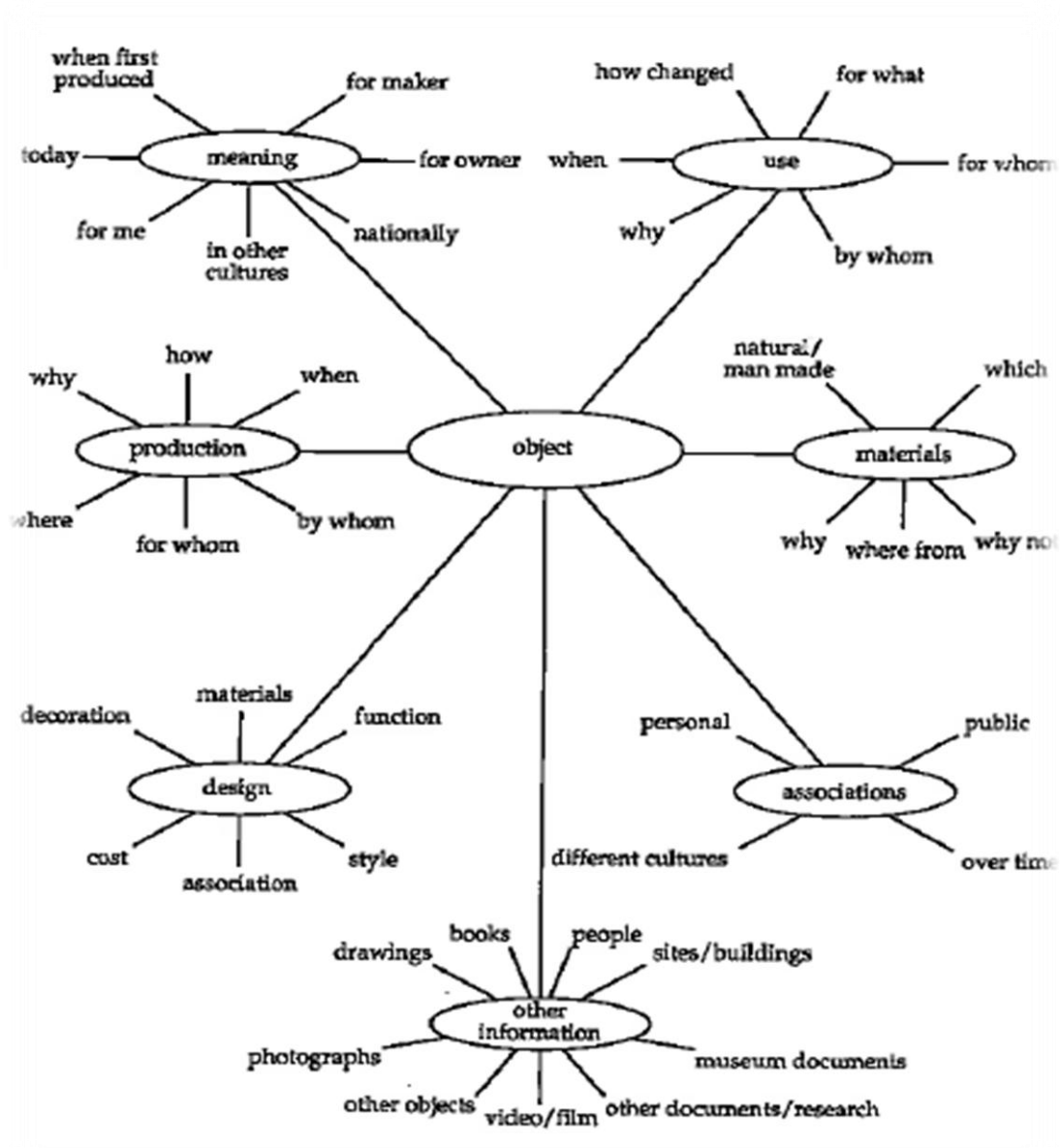
Município da Sertã

---

Fundação Batalha de Aljubarrota

**ANEXO 27. MODELO DE INTERPRETAÇÃO EILEAN HOOPER-GREENHILL**

“Diagrama” de Interpretação Figura 1 Modelo de análise de objetos de Eilen Hooper -Greenhill



Fonte: Eilen Hooper Greenhill (pp 110).

✓ **USO**

Para quê? Para Quem? Por quem? Porquê? Quando? Como mudou?

✓ **MATERIAIS / SIGNIFICADO MATERIAIS / PRODUÇÃO**

Qual? Porque não? Natural ou artificial? Feito de quê? Desde quando? Porquê? De onde?

Quando foi produzido? Hoje? Para quem o fez? Para possuir? A partir da nacionalidade? Outras Culturas? Para mim.

Quando? Por quem? Para quem? Onde? Porquê? Como?

✓ **DESIGN**

Materiais? Função? Estilo? Associação? Decoração? Custo?

✓ **ASSOCIAÇÕES**

Pessoal | Público | Diferentes culturas | Ao longo do tempo

✓ **OUTRAS INFORMAÇÕES, existe:**

Pessoas, Fotos, Vídeos/filmes, Outros documentos, Outros objetos, Desenhos, Livros, Edifícios

Ver (anexo X) – Ficha de Inventário.

## **ANEXO 28. FICHA DE INVENTÁRIO ELABORADA DE ACORDO COM AS NORMAS GERAIS DE INVENTÁRIO**

### **1. Identificação**

- a. Nº de Inventário -
- b. Classificação –
- c. Propriedade -
- d. Denominação -
- e. Outras Denominações –
- f. Título

### **2. Descrição**

### **3. Marcas e Inscrições**

### **4. Autoria**

### **5. Produção**

### **6. Datação**

### **7. Informação Técnica**

### **8. Dimensões**

.... cm altura / posição funcional [modelo no suporte]

... cm Diâmetro /base [suporte]

### **9. Conservação**

Estado de conservação, com ou s/ desgaste.

### **10. Recomendações**

### **11. Origem Historial**

### **12. Recolha**

**13. Incorporação**

**14. Localização**

**15. Bibliografia**

**16. Exposições**

**17. Multimédia**

**18. Documentação associada**

**19. Observações**

**20. Validação**

Registo de todos os atos de inventariação e identificação, datação do responsável .

**21. Relações / Conjuntos**

Identificar outros bens, conjuntos, coleções que se relacionam com este objeto.

## ANEXO 29. PROJETOS PARALELOS: MUSEU PARA A ALDEIA DE QUEIXOPERRA

Nos últimos anos Mação tem recebido anualmente dezenas de alunos estrangeiros, através do Politécnico de Tomar, no âmbito do Mestrado Dyclam+, numa parceria com o ITM/Museu de Mação. Por Mação, têm estudado diversas realidades e desenvolvido os seus trabalhos de formas que nos têm surpreendido. No final dos meses que passam no Museu apresentam publicamente os trabalhos que desenvolvem.

**MAÇÃO**  
**14 julho 2021-18.30h**  
Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira

**PAISAGENS  
CULTURAIS  
DE MAÇÃO:  
Dinâmicas de futuro**

**APRESENTAÇÃO PÚBLICA DOS TRABALHOS  
DOS ALUNOS DO MESTRADO  
PT-MTA/DYCLAM+ DE PAISAGENS CULTURAIS**

**Envendos** Reservas obrigatórias  
**Monte Penedo** até dia 13 julho  
**Ortiga** através do telefone  
**Queixoperra** 241 571 477  
**Mação** ou pelo  
**Médio Tejo** [museu@cm-macao.pt](mailto:museu@cm-macao.pt)

Outras apresentações:  
**Ortiga** - 12 de julho às 18.30h - Núcleo Museológico de Ortiga  
**Queixoperra** - 12 de julho às 21.00h - Centro Rec. e Cultural de Queixoperra  
**Envendos** - 13 de julho às 18.00h - Junta de Freguesia







**Município de Mação**  
Câmara Municipal

## DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos e por nos ter sido solicitado, se declara que **Dora Marques Vitória**, apresentou em março de 2021 ao Município de Mação uma proposta de patrimonialização cultural de um espaço físico, interior e exterior, bem como do respetivo projeto museográfico, para um edifício que pertence ao Centro Recreativo e Cultural de Queixoperra, de forma a poder mostrar todo o acervo etnográfico que tem na sua posse, maioritariamente doado pela população local, que muito gostaria de ver conservado e ao serviço de todos.

Esta proposta foi muito bem acolhida pelo executivo, nomeadamente pelo seu Presidente, Dr. Vasco Estrela e pela equipa técnica do Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do tejo, tutelado pelo Município.

Decorreram, entretanto, reuniões de trabalho e visitas ao local com arquitetos e designers, estando paralelamente a ser desenvolvidos trabalhos de pesquisa e investigação no âmbito do Mestrado Erasmus Mundus de Paisagens Culturais, lecionado em parceria com o Instituto Politécnico de Tomar e de outros investigadores que colaboram com a equipa.

Por ser verdade se passa a presente declaração, assinada e com selo branco.

Paços do Município de Mação, 18 de outubro de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal

Vasco António Mendonça Sequeira Estrela